

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ADRIANA BRUM**

**“MULHERES QUE LUTAM”:  
AS NARRATIVAS DE JUDOCAS BRASILEIRAS E A CONTRIBUIÇÃO NA  
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA MODALIDADE**



**CURITIBA**

**2016**

**ADRIANA BRUM**

**“MULHERES QUE LUTAM”:**

**AS NARRATIVAS DE JUDOCAS BRASILEIRAS E A CONTRIBUIÇÃO NA  
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA MODALIDADE**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do  
Título de Mestre em Educação Física  
do Programa de Pós-Graduação em  
Educação Física, do Setor de Ciências  
Biológicas da Universidade Federal do  
Paraná.**

**Orientador: ANDRÉ MENDES CAPRARO**

Universidade Federal do Paraná  
Sistema de Bibliotecas

Brum, Adriana

"Mulheres que lutam": as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade./ Adriana Brum. – Curitiba, 2016.

209 f.: il. ; 30cm.

Orientador: André Mendes Capraro

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Judô. 2. Artes marciais. 3. História oral. I. Título II. Capraro, André Mendes. III Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física

CDD (20. ed.) 796.8152



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



# TERMO DE APROVAÇÃO

**ADRIANA BRUM**

**“Mulheres que lutam”: as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Doutor André Mendes Capraro  
Presidente/Orientador

Professor Doutor Wanderley Marchi Júnior  
Membro Interno

Professora Doutora Saray Giovana dos Santos  
Membro Externo

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2016.

Dedico este trabalho a todas mulheres judocas que tornaram este estudo possível: Amélia, Danielle, Edinanci, Eliane, Iara, Jemima, Kátia, Léa, Marilaine, Miriam, Mônica, Priscila, Rosângela, Rosicleia, Selo, Silvia, Solange e Soraia.

## AGRADECIMENTOS

Mais de dez anos depois de ter vestido o quimono pela última vez, finalmente entendo porque se diz que o judô é o esporte individual mais coletivo que existe. Arrisco dizer que, ao mesmo tempo, é o esporte coletivo mais individual que há. Pesquisar sobre a modalidade que pratiquei por quase duas décadas em um projeto de quase três anos me levam a tal entendimento.

Este trabalho foi compilado por mim, mas é resultado de muita colaboração. Como no judô: quem vence a luta só o faz porque teve seus colegas de treinamento para crescer. Mas, mesmo com todo o suporte externo, a partir do *hajime* (comando para o início do combate), depende apenas do judoca executar tudo o que aprendeu. Senti-me assim na reta final da produção desta dissertação: a solidão do judoca que enfrenta seu adversário foi a mesma ao ter de tomar decisões que definiram o texto a seguir. Mesmo nesse momento, sei que não faltou apoio, tanto que a lista de agradecimentos inevitável e felizmente, é longa.

No topo, agradeço a Deus, que mesmo com minha pouca fé insiste em me acompanhar e me proteger. A meus pais, Hamilton e Vera, que me dedicam todo amor e cuidado e eu retribuo tão pifamente. Pela minha tradicional incapacidade de verbalizar o tamanho do meu amor, registro-o nestas linhas e agradeço por (mais uma vez) me apoiarem incondicionalmente em uma empreitada que, por vezes, pareceu não ter sentido algum. Sou grata ao meu orientador, professor André Mendes Capraro, por acreditar neste projeto e todo o suporte, principalmente nos momentos mais necessários.

A todas as judocas que me receberam, em suas casas, locais de trabalho, *dojo* (locais de prática do judô), praças de alimentação e cafés e confiaram suas histórias à minha curiosidade. Este trabalho é inteiramente dedicado a cada uma delas: Amélia, Danielle, Edinanci, Elaine, Iara, Jemima, Kátia, Lea, Marilaine, Miriam, Mônica, Rosicleia, Selo, Solange, Soraia, obrigada!

Agradeço à Capes: sem o financiamento com a bolsa de estudos, o projeto não sairia do papel. Também tenho a felicidade de poder contar com professores com os quais acredito ter apontamentos valiosos. Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr e

prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Saray Giovana dos Santos, agradeço por terem aceito compor a banca examinadora.

É um projeto que optou buscar a voz de mulheres. E muitas delas, mesmo sem nunca ter vestido um quimono, me prepararam para este desafio: à Daniela Alencar Passos, amiga e parceira de dúvidas durante o mestrado. Sem ela, muita coisa não teria sido possível ou tão saboroso. Soraya Lopes da Silva, essa Lola em mim, amiga-irmã de ótimos conselhos, pousos em São Paulo e melhores sucos. Tainá Thies, a amiga que acompanhou cada êxito, frustração, inquietação e ponderação deste projeto. Marília Campos, amiga-irmã, Regiane Koswoski, Silmara Vedoveli, Erica Ignácio da Costa, Bianca Miarka, amigas do tatame que levo para a vida toda. Luciana Aparecida de Paula, por todo o encorajamento e cuidado em minha estadia em São Paulo. À Amélia Domingues, que mais que uma entrevistada, foi uma segunda mãe durante minha graduação em Jornalismo. À Fabiane Lima, pelos belos infográficos desta dissertação. À Lívia Lakomy, amiga que tornou as discussões sobre esse projeto serem tão mais interessantes. Simone Tinti, Analu Solewski, Rakelly Caliari e Maria da Glória Galembeck, obrigada pelas estadias e bons encontros durante minhas viagens.

Essa lista também tem homens essenciais, como meus irmãos. Ao Cesar Daniel Brum, de longe o maior entusiasta ao fato de eu ser judoca e o culpado, para que, aos 8 anos, eu pisasse pela primeira vez em um tatame (mesmo que minha primeira aula já incluísse um castigo) e que ainda casou com uma das pessoas que eu mais gostei de contar sobre o andamento do projeto, a minha cunhada, Vilma. Ao Luís Claudio Brum, com quem cada curta conversa é uma aula.

Aos meus *sensei* (professor de judô), Miguel Acosta de Jesus (*in memorian*), Francisco de Souza e Adauto Domingues, com muito amor. Sou grata também aos colegas do Grupo de Estudos Sócio-Históricos sobre Esportes de Combate, Lutas e Artes Marciais da UFPR, que me apresentaram textos e perspectivas novas sobre o mundo das lutas. *In memorian* de Fernando Castilho Dandoro Ferreira, um colega que fez grande falta e cuja dissertação sobre o Kung-Fu apontou um nível de qualidade inspirador.

Ao Tony Honorato pelas melhores conversas sobre o mundo acadêmico, mesmo que a maioria delas, à distância, e ao Fabiano Vilela, que se mostrou um grande amigo ao me dar suporte quando eu tinha todos os motivos para fraquejar.

Ao Guilherme Borges da Costa, que, da França, enviou textos que foram de grande ajuda e ao Josmar Couto, pelas revistas vindas de Foz do Iguaçu e a o Valter França, assessora de imprensa da Confederação Brasileira de Judô (CBJ), que respondeu prontamente a cada contato. Ao professor Alexandre Velly Nunes, pela recepção e conselhos (todos muito válidos) em Porto Alegre. Assim como ao *sensei* Alam Saraiva e sua esposa Rosângela, pela hospitalidade e toda ajuda em Belém. Ao Rodrigo Waki, sempre disposto a resolver as pequenas burocracias no comando da secretaria da pós.



## RESUMO

O presente estudo analisou as narrativas de 16 judocas mulheres brasileiras com algum perfil de protagonismo no judô (como praticantes mais antigas, mais graduadas, primeiras atletas de seleção nacional, técnicas de seleção, professoras, árbitras e dirigentes da modalidade) com o intuito de verificar como se pode pensar a construção da memória coletiva do judô no Brasil. Utilizou-se a História Oral como método e a análise das narrativas foi embasada em conceitos sobre memória. Foram entrevistadas judocas praticantes a partir da década de 1970 em sete estados brasileiros, 11 cidades. As participantes foram: Amélia Domingues, Danielle Zangrando, Edinanci Silva, Eliane Pintanel, Iara Passos, Jemima Alves, Kátia Sombra, Léa Linhares, Marilaine Ferranti, Miriam Minakawa, Mônica Angelucci, Rosicleia Campos, Selo Totti, Silvia Pinheiro, Solange Pessoa e Soraia André. Entre os temas que emergiram em comum nas narrativas, destacou-se a discriminação percebida pelas judocas ao tentarem ingressar e permanecer no judô, assim como as dificuldades financeiras e preconceitos. Verificou-se, a partir das narrativas, que a memória da participação feminina no judô brasileiro está em um contexto de disputa para a constituição de uma memória coletiva da modalidade. Foram verificados pontos da memória coletiva do judô em disputa, com enquadramentos a partir da dominação masculina e também traços de orientalismos por parte dos praticantes, ao reinterpretarem o judô sistematizado por Jigoro Kano e o praticado no Brasil. O conflito entre a manutenção de um judô “tradicional” e um judô voltado à competição também surge como temas relevantes às judocas que apontam para os conflitos da construção da memória coletiva do judô brasileiro. Notou-se, ainda uma dualidade das interpretações por parte das participantes sobre a existência de um “judô que também é praticado por mulheres” ou um “judô específico para as mulheres”.

**Palavras-chave:** judô; história oral, memória, gênero.

## ABSTRACT

This study analyzed the accounts of 16 Brazilian female who have shown leadership profile in the sport, such as the oldest Brazilian judocas, the highest-ranking fighters, the first national team athletes, national team coaches, instructors, referees, and officials of the sport. The analysis is conducted in order to understand how we can think the collective memory of judo in Brazil and its construction. We used Oral History as our methodology, and the analysis of the women's accounts was based on concepts about memory. We interviewed judo practitioners who have been involved in the sport from the 1970s on, and who come from 11 cities in 7 different Brazilian states. The participants are the following: Amélia Domingues, Danielle Zangrando, Edinanci Silva, Eliane Pintanel, Iara Passos, Jemima Alves, Kátia Sombra, Léa Linhares, Marilaine Ferranti, Miriam Minakawa, Mônica Angelucci, Rosicleia Campos, Selo Totti, Silvia Pinheiro, Solange Pessoa and Soraia André. Among the common themes that came up during the interviews, discrimination stands out both in the process of starting in the sport and remaining as an athlete, as well as financial difficulties and prejudice. It was found, from the accounts, that the memory of female participation in the Brazilian judo is subject of dispute concerning the creation of a collective memory of the sport. We observed that certain points of the collective memory of judo have been in dispute, with a male dominant perspective implied, and also traces of Orientalism brought up by practitioners, while reinterpreting the judo systematized by Jigoro Kano and the one performed in Brazil. The conflict between maintaining the so-called 'traditional' judo and adopting a new one aimed at competition also appears to be relevant to the Brazilian female judo fighters, which indicates the conflicts involving the construction of the collective memory of Brazilian judo. We also noted a duality of interpretation among the participants, who either acknowledged the existence of a "judo which is also practiced by women" or a "specific judo for women."

**Keywords:** judo; oral history, memory, gender

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organograma da rede de entrevistadas	40
FIGURA 2 – Roteiro de viagem para as entrevistas	50
FIGURA 3 – Linha do tempo	81
FIGURA 4 - Joaquim Mamede pelos judocas (...)	117

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Seleção das entrevistadas	48
QUADRO 2 – Motivação para se inserir no judô	83
QUADRO 3 – Principais barreiras nas trajetórias das judocas	166
QUADRO 4 – Contribuições das entrevistadas ao judô	172

## **LISTA DE SIGLAS**

**BRATAC** – *Brasil Takushoku Kumiai* (Corporação de Colonização no Brasil)

**CBJ** – Confederação Brasileira de Judô

**CND** - Conselho Nacional do Desporto

**COB** – Comitê Olímpico Brasileiro

**COI** – Comitê Olímpico Internacional

**FIJ** – Federação Internacional de Judô

**FEJUR** – Federação de Judô de Rondônia

**FGJ** – Federação Guanabirina de Judô

**FPJ** – Federação Paulista de Judô

**FPrJ** – Federação Paranaense de Judô

**Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**ITF** – Federação Internacional de Tênis

**USFJ** – Federação dos Estados Unidos de Judô

## LISTA DE TERMOS

**Batsukun:** Formato de competição também utilizado para os exames de promoção de faixa, em uma série de lutas em que o vencedor permanece no tatame, até ser derrotado. Foi criado na *Kodokan* como um dos eventos competitivos criados para estimular o interesse pelo treinamento como uma competição mensal de graduação e duas competições semestrais disputadas entre times vermelho e branco, também tendo como “premiação” a graduação.

**Butokukai:** Referente a *Dai Nippon Butokukai*, ou “Sociedade da Grande Virtude Marcial do Japão”, em tradução livre. Organização de artes marciais criada em Kyoto em 1895, com o objetivo de restaurar as artes marciais clássicas e promover a paz internacional através do ensino e treinamento das modalidades tradicionais. Era reconhecida e autorizada pelo Ministério da Educação para controlar a prática das artes marciais no país.

**Budokan:** O *Nippon Budokan* é uma das principais organizações do *Budô* no Japão, com o objetivo de preservar a prática do *budô*. A primeira sede é localizada no Centro de Tóquio e foi construída em 1964 para os Jogos Olímpicos daquele ano. A *Budokan* se espalhou pelo mundo todo, e no Brasil, foi responsável por articular competições nas primeiras décadas da modalidade no país. A Copa *Budokan* segue realizada anualmente como uma das principais competições.

**Dan:** Divisão de graduação a partir da faixa preta.

**Dojô:** Local em que se pratica o judô. Consiste em uma área de vários tatames (peças de material que absorva impacto, seja borracha, palha de arroz, material sintético).

**Gaijin:** Termo para “estrangeiro”, que os japoneses no Brasil usavam para designar os brasileiros.

**Hajime:** Comando para iniciar a luta.

**Ippon:** Pontuação que equivale a um ponto, necessário para encerrar a luta antes do tempo regulamentar.

**Jika Kyoey:** Um dos princípios do judô e significa “prosperidade mútua por meio da assistência e da concessão mútua”.

**Jiu-jitsu:** Significa “arte” ou “técnica suave”.

**Joshi Bu:** Divisão Feminina da *Kodokan*.

**Judô:** Significa “caminho suave”.

**Judoca:** Praticante de judô.

**Judogui:** Mesmo significado que “*kimono*”.

**Ju No Kata:** Significa “formas suaves”. A série de técnicas coreografadas deste kata não inclui nenhuma queda e prioriza a harmonia dos movimentos.

**Kata:** Conjunto de técnicas fundamentais executada em um método de estudo especial para transmitir a técnica, o espírito e a finalidade do judô, em que os golpes são coreografados entre *tori* (o que ataca) e *uke* (o que recebe o golpe), com objetivos didáticos.

**Kati-nuki:** Sistema de competição que servia também para exames de promoção de faixa, em que os candidatos têm de vencer uma série de *shiais* para ser promovido.

**Kimono:** Roupa para a prática do judô, em geral, confeccionada em algodão, inicialmente apenas na cor branca.

**Kyu:** Graduação das faixas até a faixa marrom, que precede a preta.

**Kodokan:** Significa “Lugar para ensinar o caminho” e batiza a escola de judô criada por Jigoro Kano.

**Kodansha:** Judoca com alta graduação, praticante por décadas e, em geral, também professor da modalidade. Na prática, são judocas com graduação concedida ao partir do 6º Dan, em que a faixa preta é trocada pela coral (vermelha e branca) até o 8º Dan; nos 9º e 10º Dan, usam a faixa vermelha.

**Kumi-kata:** Formas de pegar no kimono.

**Mukusô:** Momento de concentração visando a prática ou o que foi aproveitado dela. Em geral, feito no início e/ou final das aulas de judô, na hora da saudação, em que todos fecham os olhos.

**Nague no kata:** “Formas de projeção”. Esse *kata* apresenta cinco séries de três técnicas de arremesso, com simulações de defesa pessoal de golpes bastante utilizados nos *shiais*. Cada série representa uma classificação de técnicas: *te-waza* (técnicas de mãos e braços), *koshi-waza* (técnicas de quadril), *ashi-waza* (técnicas de pernas e pés), *masutemi-waza* (técnicas de sacrifício frontais) e *yoko-sutemi-waza* (técnicas de sacrifício laterais).

**Nê-waza:** Técnicas de solo, que são divididas em *ossae-waza* (imobilizações); *shime-waza* (estrangulamentos) e *kansetsu-waza* (torções nas articulações, sendo válidas no judô apenas as nos membros superiores).

**Nikkei:** Denominação para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou que vivem regularmente no exterior.

**Randori:** Treinamento livre, mais comumente interpretado como combate em situação de treino.

**Shiai:** A luta com objetivo competitivo.

**Shi-Han:** Professor de idade avançada, com grandes conhecimentos e capacidade, que ultrapassou a sua fase como judoca e pode ser considerado como mestre.

**Shintai:** Deslocamento (forma de caminhar) sobre o tatame na prática do judô, em geral com os pés deslizando, sempre em contato com o solo e sem juntar os calcanhares.

**Sho-dan:** Faixa preta 1º grau.

**Sensei:** Termo utilizado para designar o professor/técnico de judô. Em japonês, o termo significa “aquele que veio antes” (“sen” = “antes”; “sei”=“vida”), ou seja, o mais experiente e, por isso, merece respeito.

**Seiryoku Zenyo:** Um dos princípios do judô. Significa “melhor uso da energia em busca da eficiência máxima”.

**Seoi-nague:** Técnica de braço, significa “arremessar sobre o ombro”.

**Tai- sabaki:** Técnicas de movimentação corporal, esquiva.

**Tokui-waza:** Golpe de preferência.

**Tori:** O que ataca.

**Uchi-komi:** Treinamento sistematizado de entradas de golpes, pela repetição.

**Uchi-mata:** Técnica de quadril. *Uchi:* “interior”; *mata;* “virilha da coxa”. É uma projeção na parte interna da coxa.

**Uke:** o que recebe o golpe.

**Ukemi:** Amortecimento de quedas no solo. Rolamentos.

**Wazari:** Equivale a meio ponto no *shiai*. O segundo meio ponto é chamado *awazate*. Dois meios pontos encerram o combate antes do final do tempo regulamentar

.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1PRIMEIROS SHINTAIS .....	22
1.2 POR QUE ESTUDAR O JUDÔ FEMININO EM UMA PERSPECTIVA ACADÊMICA? .....	24
1.3 METODOLOGIA .....	30
1.3.1    Procedimentos da Pesquisa .....	36
1.4 CAMINHOS DE LUTAS DENTRO E FORA DOS TATAMES .....	54
<b>2. JUDÔ, O “CAMINHO DA SUAVIDADE” .....</b>	<b>59</b>
2.1 O JUDÔ E AS MULHERES.....	64
2.2 O JUDÔ NO BRASIL.....	74
<b>3. PRIMEIRA FASE – DE 1950 A 1979 – MULHERES “FORA DA LEI” .....</b>	<b>85</b>
3.1 TREINAMENTO E FINANCIAMENTO DAS JUDOCAS.....	91
3.1.1. O sistema de promoção de faixas .....	105
3.1.2 – A prática do Ju no Kata para mulheres como tradição inventada .....	108
3.1.2 Financiamento.....	111
3.1.3 Preconceitos percebidos pelas entrevistadas.....	112
<b>4. SEGUNDA FASE – DE 1980 A 2001 – “ERA MAMEDE” .....</b>	<b>116</b>
4.1 DO CAMPEONATO MUNDIAL FEMININO DE 1980 EM DIANTE.....	121
4.2 MODO “MAMEDE” DE GERENCIAR O JUDÔ BRASILEIRO.....	129
4.3 CREDENCIAMENTO PARA RESULTADOS .....	136
4.4 TREINAMENTO E FINANCIAMENTO DAS ATLETAS .....	138
4.5 SANTA CRUZ: O JUDÔ NO “CAMPO DE CONCENTRAÇÃO” .....	142
4.6 PRECONCEITOS PERCEBIDOS PELAS ENTREVISTADAS.....	148
<b>5. TERCEIRA FASE – A PARTIR DE 2001 – ASCENSÃO DO JUDÔ FEMININO BRASILEIRO.....</b>	<b>154</b>
5.1 TREINAMENTO E FINANCIAMENTO DAS ATLETAS .....	159
5.2 PRECONCEITOS PERCEBIDOS PELAS ENTREVISTADAS.....	163
5.3 A PERCEPÇÃO DAS MULHERES JUDOCAS SOBRE SUAS CARREIRAS NOS TATAMES.....	164
5.2 JUDÔ COMPETITIVO x JUDÔ TRADICIONAL.....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>200</b>
APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista Geral .....	200
APÊNDICE 2- MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	201
<b>ANEXO - Medalhas de brasileiros em Jogos Olímpicos, Mundiais e Jogos Pan-Americanos .....</b>	<b>206</b>

## APRESENTAÇÃO

*“A vida não é a que a gente viveu e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.” (prefácio de Vivir para Contar-la, de Gabriel García Marquez)*

Uma jornada. Quando resolvi fazer um mestrado em Educação Física, a ideia não era exatamente buscar uma titulação acadêmica, mas sim, antes de tudo, buscar histórias que explicassem aquele incômodo que eu estava sentindo: quantas pessoas mais sabiam que aquela medalha que Sarah Menezes mostrava, em um dos corredores da Arena Excel, em Londres, em 28 de julho de 2012, pertencia também a muitas outras judocas?

Eu estava lá como jornalista. E como mulher. E como judoca. Por um momento, senti que nenhum outro colega de profissão entendia a singularidade daquele feito como eu. Essa inquietação ultrapassou os 22 dias da Olimpíada e voltou comigo para o Brasil.

Lançar-me na tentativa de responder à pergunta do primeiro parágrafo me fez querer entender outros mecanismos que resultaram no primeiro ouro olímpico de uma brasileira judoca. Então, o mundo acadêmico se tornou uma necessidade. E essencial para me lançar numa “judodisséia” que resultou em três anos de aulas e leituras, 11,4 mil quilômetros rodados, 11 cidades visitadas, durante 27 dias para entrevistar 18 mulheres judocas, em mais de 16 horas de gravações das entrevistas que considerei essenciais para saber como se chegou até aquele ouro. Durante esse percurso, o Brasil ainda ganhou mais duas campeãs mundiais, Rafaela Silva, em 2013, e Mayra Aguiar, em 2014. Esses títulos me alegraram, mas não interessavam para meu objetivo: como as brasileiras progrediram nos tatames?

A curiosidade da jornalista e a empatia da judoca me guiaram por todo este projeto. Meses de pesquisa, muitos telefonemas interurbanos, e-mails, conversas informais em busca de quem seriam as judocas convidadas a colaborar com esta pesquisa se resumiram em muita tensão no momento em que o ônibus partiu da rodoviária de Curitiba em 17 de agosto de 2015. O destino era Santos (SP), a hora de colocar em prática o que até então era um projeto. “Que loucura estou fazendo?”

foi o pensamento que me dominou por um bom terço da viagem, confesso. Afinal, nem sabia se de fato seria recebida pelas judocas com quem havia agendado.

Todo esse preâmbulo é necessário para destacar que, ao optar a usar narrativas pessoais como fontes históricas, ingressei em um terreno em que o percurso é mais rico que atingir o objetivo. E que passa pela certeza de ter proposto um projeto pretensioso (talvez maior que minha capacidade): contar a história de uma modalidade a partir de relatos de um grupo pré-selecionado de participantes.

Se funcionou, foi justamente pelo método escolhido: a História Oral é líquida. Expande-se quando possível, se adapta à forma em que é desafiada a caber e foi o que impediu que um projeto proposto sobre História por uma jornalista, em um programa de pós-graduação de Educação Física se tornasse um equívoco. Afinal, um dos grandes trunfos da História Oral é ser, por excelência, multidisciplinar.

O resultado é que não encontrei respostas definitivas. Mas não se frustre em saber que a hipótese permanece em aberto. Melhor dizendo, as hipóteses. Porque a cada história contada, novos indícios e pontos de vista para reflexão sobre o desenvolvimento do judô no Brasil apareceram. No conjunto das narrativas, surgiram consensos e controvérsias. Satisfações e desapontamentos.

O prazer para o pesquisador que utiliza História Oral é justamente um de seus maiores perigos: trabalha com uma fonte movediça, a memória individual, mas que contribui para a identidade do conjunto. Adianto ainda: foi um processo que exigiu a conformidade de que não há verdades. Há versões. Para cada memória registrada é passível de esquecimentos (e não encare o esquecimento como uma perda, mas como um indício).

Ainda, cabe destacar, é um percurso constantemente auto reflexivo: o pesquisador se coloca na condição de entrevistador, o que poderia resultar em uma posição de maior poder sobre seu entrevistado. Mas, para atingir seus objetivos, precisa franciscamente (como é difícil!) se despojar e ser empático à causa de quem se dispõe a lhe falar. O risco é que assim, perde, inevitavelmente, sua pretensa objetividade científica. Seu entrevistado, por mais que não declare, exige algo em troca, nem que seja apenas “ser ouvido”. Como não trair seu entrevistado e, ao mesmo tempo, não trair a própria pesquisa?

A história é de quem as conta. Por isso, tentei, ao longo das próximas páginas, despir-me da pretensão que serviu de pontapé para este estudo e, a partir do que elas *disseram*, propor um viés (não o único, mas um possível) para compreender o judô no Brasil. A partir da voz delas. Assim, apesar de caber a mim a tessitura final deste texto, elas também assinam – mesmo que não oficialmente – este material.

Essa necessidade de enfatizar uma “coautoria” só se ampliou no processo de escrita que, apesar dos (vários) percalços, e ser o momento mais solitário desses quase três anos, o sentimento de gratidão em revisitar o passado da modalidade que pratiquei e que deixou suas marcas na minha personalidade só aumentou. Só posso dizer “obrigada” e desejar que a leitura seja minimamente agradável.

## 1.INTRODUÇÃO

*“Mas a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto a consonância. Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós.” (Alessandro Portelli, 2010, p. 35)*

“O Brasil é o país do futebol, mas quem manda é o judô”. A frase invadiu as redes sociais dos judocas brasileiros em 2015, especialmente durante os Jogos Pan-Americanos de Toronto<sup>1</sup>, com o “aval” dos resultados dos brasileiros no tatame nos últimos anos e o atual *status* da modalidade, que é considerada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) um dos carros-chefes (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2012, p.53) para colocar o Brasil entre os primeiros dez colocados no quadro de medalhas da olimpíada que será anfitrião, em 2016.

A contar pela progressão dos resultados dos últimos anos<sup>2</sup>, boa parte das esperanças de pódios está no desempenho da equipe feminina, o que não deixa de ser curioso, até beirando a ironia, ao lembrarmos que o foco agora é nas judocas, expectativa inversa a da primeira vez que elas competiram fora do país, em 1979, quando integraram a equipe para que, se pudessem, agregassem alguns pontos na classificação geral.

Mas essa “virada” no pensamento não foi pacífica e nem fácil para elas, contam, pois tiveram de mostrar resultado para então poder receber real investimento (CAMPOS, 2015; SILVA, 2015; PESSOA, 2015). Sem contar que, antes de 1980, a prática do judô por mulheres era proibida por lei no Brasil.

Pouco mais de três décadas depois do fim da proibição, no alto rendimento, elas conquistam tantos ou mais pódios que eles: o “jejum” de ouros olímpicos, que perdurou por 20 anos, desde a vitória de Rogério Sampaio, nos Jogos de Barcelona (1992), só se encerrou com o ouro de Sarah Menezes, nos Jogos de Londres

---

<sup>1</sup> Inclusive foi a frase que Érika Miranda usou para comemorar sua medalha de ouro, uma das cinco conquistas pelo judô brasileiro em Toronto (NOGUEIRA, 2015).

<sup>2</sup> Nos últimos 15 anos o Brasil somou 11 medalhas em Jogos Olímpicos (1 ouro, 2 pratas, 8 bronzes), 30 medalhas em Mundiais (6 ouros, 9 pratas e 15 bronzes) e 49 pódios em Jogos Pan-Americanos (20 ouros, 12 pratas, 17 bronzes), é atualmente um dos países mais competitivos do mundo, ocupando, até agosto de 2015, a terceira colocação entre todas as seleções mundiais no ranking da Federação Internacional de Judô (FIJ), atrás apenas de Japão e Geórgia, no masculino e o décimo, no feminino (Cf. <<http://bit.ly/1JpYky>>).

(2012). Em Mundiais, os principais resultados recentes também foram das mulheres, com os títulos de Rafaela Silva, em 2013, e de Mayra Aguiar, em 2014.

Às vésperas do Mundial de Astana, em 2015, no Cazaquistão, a grande esperança de medalhas para o Brasil era a equipe feminina. Não foi sem frustração, por parte dos dirigentes esportivos e da imprensa especializada nacionais que, ao final da competição, o país contabilizou apenas duas medalhas de bronze, com Érika Miranda (até 52 kg) e Victor Penalber (até 81kg)<sup>3</sup>.

Ainda assim, nos últimos 10 anos, elas somaram 14 medalhas em Campeonatos Mundiais (dois ouros, cinco pratas e sete bronzes), enquanto os homens subiram 11 vezes ao pódio (três ouros, três pratas, cinco bronzes)<sup>4</sup>.

Se ainda é recente a mulher ganhar protagonismo nos tatames brasileiros (ao menos no que se refere à seleção nacional), como se chegou a esse *status*? Como as primeiras mulheres a subir no tatame para praticar o judô no país se inseriram na modalidade?

Antes de traçar rumos em busca das narrativas de mulheres judocas que começaram essa história, vale contar como a vontade de entrar nessa jornada aconteceu, especialmente por motivações pessoais da pesquisadora, como se apresenta a seguir.

## 1.1 PRIMEIROS SHINTAIS<sup>5</sup>

O judoca ajoelhado no tatame, olhos voltados para o céu e os braços para cima é a primeira lembrança de vitória que tive, assistindo judô. Foi em 1988, quando Aurélio Miguel conquistou a medalha de ouro – a primeira do judô brasileiro em Jogos Olímpicos – em Seul. Assisti às lutas e o pódio pela televisão (sem controle remoto) acompanhada de um de meus irmãos, que já praticava judô e estava hipnotizado pelo esporte. A empolgação com a medalha do meio-pesado me

---

<sup>3</sup> A meta da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) era, ao menos, repetir o desempenho do Mundial 2013 no feminino e melhorar o do masculino. Naquele ano, o Brasil conquistou sete medalhas, seis no feminino – o ouro de Rafaela Silva (-57 kg), as pratas da equipe feminina, de Erika Miranda (-52 kg) e Maria Suellen Altman (+ 78 kg) e os bronzes de Sarah Menezes (-48 kg) e Mayra Aguiar (-78 kg). Entre os homens, o único pódio foi a prata de Rafael Silva (+ 100 kg).

<sup>4</sup> Em toda a história do Brasil em Mundiais de Judô, a partir do primeiro pódio, a prata de Chiaki Ishii em 1971, o país somou 40 medalhas, sendo 23 com os homens e 17 com as mulheres.

<sup>5</sup> Deslocamento (forma de caminhar) sobre o tatame na prática do judô, em geral com os pés deslizando, sempre em contato com o solo e sem juntar os calcanhares.

deu mais vontade de também ir para os tatames. Nascia ali meu sonho olímpico. O amor pelo judô viria depois.

A verdade é que eu já vinha flertando com o esporte, querendo trocar o *collant* da ginástica artística pelo *kimono*<sup>6</sup>. Afinal, para uma criança gordinha, os fracassos nas barras assimétricas e nos salto sobre o cavalo (antes de ser rebatizado de “mesa”) se sobrepunham aos progressos na trave e no solo. Além disso, na aula de judô, ao lado, as crianças pareciam se divertir muito mais.

Deu algum trabalho para convencer meus pais a trocar a modalidade “de menina” para o esporte “de menino”, é verdade. Mas, a possibilidade de melhora de rinite alérgica e o discurso de “esporte que disciplina” ajudaram meus pais a comprarem meu primeiro *judogui*<sup>7</sup>.

Entrei no judô no lastro da medalha de Aurélio Miguel; mas a paixão pelo esporte veio mesmo com outro ouro, o de Rogério Sampaio. Até então, nem fazia ideia que aqueles Jogos marcariam a estreia oficial das mulheres na Olimpíada. Quem diria imaginar que em Seul - 1988, já havia brasileiras competindo, como esporte-exibição.

Hoje, são mais de 18 anos como *sho-dan*<sup>8</sup> e pelo menos uns 15 que deixei de competir (o que era mais diversão do que disputa, no meu caso), tudo armado para o judô se tornar uma boa lembrança. Mas, em 2012, realizei meu sonho olímpico, não como judoca, mas como jornalista: fui enviada especial aos Jogos Olímpicos de Londres, vi a piauiense Sarah Menezes conquistar aquele ouro, o primeiro do judô feminino brasileiro.

Cheguei ao local das lutas, o *Excel Arena* já nas semifinais (nas classificatórias, eu estava acompanhando a largada do ciclismo estrada). Mas nada de cadeira na arquibancada. Aos jornalistas nem sempre cabe o melhor lugar para acompanhar os eventos. Vi a semifinal pela televisão instalada na zona mista, área reservada para a imprensa aguardar a passagem dos atletas na saída dos tatames à área de aquecimento.

---

<sup>6</sup> Roupa para a prática do judô, em geral, confeccionada em algodão, inicialmente apenas na cor branca.

<sup>7</sup> Mesmo significado que “*kimono*”.

<sup>8</sup> 1º grau da graduação de faixa preta. A graduação no judô é separada em *kyus*, em que as promoções são as faixas coloridas, até a marrom, e em *dans*, do primeiro ao décimo. Até o 5º *dan*, o judoca é um *yudansha* e, a partir do 6º grau, *kodansha*.



A luta final, assisti pela mesma tela, com um olho no monitor e outro em Felipe Kitadai, que acabava de ganhar o bronze e passava pela zona mista, pois tinha de entrevistá-lo. Sarah venceu, pouco falou após sair do tatame, foi ao pódio e depois foi sabatinada na entrevista coletiva pela insaciável imprensa brasileira. Ao sair, seguiu respondendo a imprensa em um dos corredores do *Excel Arena*. E, então, eu fiquei por vários minutos a 30 centímetros daquela medalha. Foi quando despertou em mim a vontade de saber mais como tudo aquilo que vi – ainda que por uma tela, mas a poucos metros de mim – foi possível.

Foram meses querendo saber e contar sobre as brasileiras que contribuíram, mesmo que modestamente, para que aquela garota de 1,54 metro de altura e 48 quilos pudesse exibir aquele disco dourado naquele dia.

A motivação para este estudo tem forte influência pela minha profissão: o jornalismo possibilita o gosto, o interesse e a experiência em entrevistar; em ouvir relatos e curiosidade para tentar incluir algumas “peças” para a melhor compreensão de um grande quebra-cabeça que é a trajetória do judô no Brasil.

Ter sido judoca e minha agenda de contatos como jornalista também favoreceram o acesso às judocas de diferentes gerações. Essa proximidade com o meio, contudo, exigiu um processo constante de auto avaliação para manter um distanciamento que não obscurece a análise dos dados.

## 1.2 POR QUE ESTUDAR O JUDÔ FEMININO EM UMA PERSPECTIVA ACADÊMICA?

Desde ouro de Sarah Menezes, o judô brasileiro de alto rendimento tem ganhado mais “holofotes” para o feminino – aproveitando um hiato de renovação na equipe nacional masculina – com resultados cada vez mais expressivos e consistentes. Mas tal atenção ainda se restringe ao topo da cadeia: apesar de terem conquistado o direito de ocupar os mesmos espaços que os homens nos tatames nacionais, o passado das mulheres na modalidade carece de registros. Pouco da história das antecessoras de Sarah Menezes e suas contemporâneas se conhece mesmo entre os próprios *judocas*<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Constatado pela própria vivência da pesquisadora por 20 anos nos tatames e também em conversas preliminares com professores e técnicos que atuam há décadas na modalidade.

Isso se estende ao meio acadêmico. Grande parte dos estudos disponíveis sobre o judô no Brasil é voltado ao treinamento esportivo e aos aspectos fisiológicos. Pimenta et. al. (2012) realizaram um levantamento em periódicos internacionais de qualificação *qualis* “A” de artigos na área de lutas, artes marciais e modalidades esportivas de combate; os autores constataram que de 874 periódicos apenas 18 tinham conteúdo sobre as temáticas acima citadas. Nos artigos que versavam sobre o tema, havia um predomínio de pesquisas sobre biomecânica do movimento humano (67,92%) e comportamento motor (17,41%) e apenas 8,87% se referiam a pesquisas socioculturais do movimento, reforçando a escassez da produção acadêmica sobre o assunto, especialmente no que toca à esfera social e histórica.

Da menor parcela, que se ocupou de aspectos socioculturais das modalidades de luta (8,87%), grande parte se fundamentava em dados e fontes que se repetem e raramente têm mencionadas as participações e/ou colaborações de mulheres. Correia e Franchini (2010) fizeram um levantamento similar: analisaram a produção acadêmica acerca das lutas, artes marciais e modalidades de combate de 11 periódicos da área da Educação Física com diferentes classificações no *qualis* entre 1998 e 2008 e constataram que 2.93% dos 2.561 artigos publicados no *corpus* selecionado tinham como temática as lutas, artes marciais ou modalidades de combate; Destes, menos de um terço (32%) abordavam aspectos sócio-culturais do movimento humano e 37 (49,3%) eram sobre o judô.

Dessa forma, trabalhos que intentem contribuir para a compreensão das lutas, artes marciais e modalidades esportivas de combate na perspectiva sociocultural, serão bem-vindos.

Esta pesquisa se propôs a colaborar para a melhor compreensão da formação atual cenário do judô brasileiro, especialmente em relação à inserção da mulher no esporte. Por meio das narrativas de mulheres judocas brasileiras, visa-se não somente conhecer suas trajetórias pessoais, mas, principalmente, como elas viram o desenvolvimento da modalidade no país, por meio de entrevistas de história oral temática.

A prática do judô feminino, em específico, tem recebido pouca atenção não só no meio acadêmico brasileiro<sup>10</sup>, mas também mundial<sup>11</sup>, apesar da crescente

---

<sup>10</sup> Em uma avaliação dos 29 artigos encontrados na base de pesquisas Scielo Brasil, usando como palavra-chave “judô”, apenas um artigo, “*Rosicleia Campos no judô feminino Brasileiro*”, de Gabriela Conceição de Souza et. al., sobre a carreira da técnica da seleção brasileira em questão, abordava a

participação das mulheres<sup>12</sup> na modalidade, assim como o aumento da expressividade dos resultados obtidos por elas em competições internacionais representando o Brasil.

Boa parte da bibliografia sobre a história do esporte está centrada em figuras masculinas (GLEESON, 1976; SUZUKI, 1994; VIRGILIO, 2002; USHIDA, 2013; KANO, 2014). Do pouco material que versa sobre mulheres judocas, grande parte foi escrito também por mulheres<sup>13</sup>. Algumas suposições sobre essa escassez podem ser levantadas, como a recente inserção do gênero na modalidade ou ainda a predominância do olhar masculino sobre o esporte (COAKLEY, 2007), desconsiderando a relevância da participação feminina na modalidade.

Apesar de ter sido sistematizado por Jigoro Kano em 1882 como um método de “[...] educar o corpo, a mente e o espírito e de competir vitoriosamente” (KANO, 1954) e que pudesse ser praticado de forma didática por todas as pessoas, o judô passou a ser oficialmente ensinado às mulheres apenas a partir de 1923, como uma prática de bem-estar físico, sendo-lhes vetado algumas práticas, como o *randori*<sup>14</sup> (SILVA, 1994, p. 198).

Para alguns autores, a maioria dos quais preocupados com a história do judô, o fato de Kano abrir sua escola para mulheres [praticarem uma arte marcial] é visto como um avanço, uma política vista como inovadora de um homem à frente de seu tempo. Um ponto de vista feminista, porém, veria essa inclusão como conservadora e restritiva, porque as mulheres não

---

mulher nesta modalidade. Tal artigo foi, portanto, o único com o recorte histórico-social que procurávamos entre os localizados pelo sistema (Cf. <<http://bit.ly/1RDQY8B>>, acesso em 20dez. 2015).

<sup>11</sup> Uma busca nos primeiros cem itens apresentados pelo site *Google Academics* usando como palavra-chave “judo” apontou dois artigos sobre judô feminino, o primeiro: *The Perceived Effectiveness of Interactions Between Expert French Judo Coaches and Elite Female Athletes*, de Fabienne D'Arripe-Longueville et al. (Cf. <<http://bit.ly/1QpWFpp>>, acesso em 5abr. 2015) e o segundo, *Gender Construction in judo interactions*, de Carine Guérandel e Christine Menneson, (Cf. <<http://irs.sagepub.com/content/42/2/167.short>>, acesso em 20 dez. 2015).

<sup>12</sup> Não foram localizados dados que informem numericamente esse crescimento, mais perceptível pela observação empírica da pesquisadora nos últimos 20 anos. Estima-se que o Brasil tenha por volta de 2,2 milhões de praticantes. Em seu estudo com grupos de praticantes de artes marciais, Henrique Esmeraldino e Rômulo Graça (2014) tinham, em seu grupo de entrevistados judocas, uma proporção de 30% sendo do sexo feminino, que sugere uma proporção aplicável a grupos mais amplos.

<sup>13</sup> O registro mais conhecido é o de Eiko Suzuki sobre sua trajetória no judô como primeira faixa preta do país, intitulada *Meu Mestre e eu* (1993). Uma iniciativa vem sendo realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o projeto “*Memórias do judô feminino no Rio Grande do Sul: histórias a serem contadas*”, coordenado por Silvana Vilodre Goellner; outra proposta resultou na dissertação de mestrado de Gabriela Conceição de Souza, orientada por Ludmila Mourão, na Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro, que se transformou no livro *Mulheres no tatame: o judô feminino no Brasil* (2011).

<sup>14</sup> Treinamento livre, mais comumente interpretado como combate em situação de treino.

poderiam ter o mesmo tipo de treinamento dos homens (MIARKA, 2011, p. 1017, tradução nossa).

Kano, no entanto, seguia o que se pode, em um primeiro momento, considerar o pensamento científico ocidental de sua época, em uma interpretação do Oriente a partir do olhar ocidental (SAID, 1990), em que o corpo das mulheres seria mais frágil e precisaria de atividades físicas para se fortalecer, mas que esforços excessivos ou brutos, como os confrontos, poderiam prejudicar este corpo feminino (GLEESON, 1976).

De todo modo, é necessário pesquisar como as próprias judocas rememoram o início de sua prática, como viam o judô quando optaram pela modalidade e como eram as relações de treinamento e com os demais judocas, pois somente elas podem prestar maiores esclarecimentos sobre os percalços das suas respectivas inserções em uma modalidade considerada socialmente masculina e masculinizante.

No Brasil, a modalidade chega por volta de 1908 (NUNES, 2011, p. 97) e há registros de mulheres praticantes na década de 1950 (SOUZA, MOURÃO, 2011, p. 33, SUZUKI, 1993), mas a inclusão das mulheres na modalidade no Brasil só é oficializada em dezembro de 1979 como esporte de competição e, no ano seguinte, realiza-se o primeiro Campeonato Brasileiro para mulheres, que visava a formação de uma equipe que disputaria o Primeiro Campeonato Mundial Feminino, nos Estados Unidos (SUZUKI, 1983, p. 40. ANDRÉ, 2015; PESSOA, 2015; PASSOS, 2015, PINTANEL, 2015), realizado após a revogação da Deliberação nº 7/65 do Conselho Nacional do Desporto (CND).

Tal deliberação especificava quais modalidades não eram permitidas às mulheres no país, regulamentando o Artigo 54 do Decreto-Lei nº 3.199 de 1941, que em proibia às mulheres a prática de “[...] desportos incompatíveis com as condições de sua natureza [...]”, deixando a encargo do Conselho Nacional do Esporte (CND) baixar as necessárias instruções às instituições esportivas (BRASIL, 1941)<sup>15</sup>.

Com uma história recente, porém já com várias lacunas<sup>16</sup>, este estudo buscou narrativas de mulheres judocas brasileiras que foram as primeiras

---

<sup>15</sup> A criação do artigo 54 no Decreto-Lei 3.199/41 e o processo de sua revogação, em 21 de dezembro de 1979, serão detalhadamente abordados no Capítulo 3.

<sup>16</sup> Em conversas preliminares com judocas veteranos do Paraná, percebeu-se dificuldade por parte dos mesmos para apontar quais as primeiras judocas do estado, sendo indicadas algumas mulheres

participantes a se inserir em diferentes aspectos da modalidade (como praticantes, atletas de rendimento, árbitras, dirigentes, por exemplo). Por meio de seus relatos, ou seja, pela expressão das memórias dessas mulheres, pretende-se ampliar o que se sabe sobre o desenvolvimento do judô no Brasil.

Buscar informações de uma história a partir da memória é possível a partir do fato que pessoas são frutos da história, da cultura, da sociedade e suas opiniões, valores são apreendidos a partir desse contexto. Assim, os grupos a que as pessoas pertencem têm influência sobre a identidade dos indivíduos. Assim, a partir das memórias expressas das judocas, pode-se investigar traços constituintes da memória do grupo em questão, do judô brasileiro.

A intenção (ou pretensão?) central deste estudo foi inquerir como a história do judô brasileiro é narrada a partir da memória de mulheres e quais temas emergem de seus discursos acerca da inserção da mulher brasileira em uma modalidade habitualmente considerada masculina. Para tanto, a pesquisa adotou como metodologia a *História Oral*, na modalidade de *história temática*<sup>17</sup>.

Nas narrativas construídas durante as entrevistas, emergiram temas comuns que pareceram relevantes a essas judocas sobre suas próprias histórias e também sobre a história do judô brasileiro e que, nos próximos capítulos, serão abordados.

A hipótese adotada para estudo foi a de que é a de que a inserção das mulheres na prática e competição do judô no Brasil segue por via da conciliação, “autorizada” pela gênero dominante, o masculino, sendo possível pela tutela de parentes (pais, irmãos) das judocas. Ou seja, de que o acesso delas aos tatames não foi a partir de reivindicações expressas, mas por uma inserção silenciosa, “pelas beiradas”, com a conquista de espaços que lhes eram permitidos pelos homens.

A experiência pessoal da pesquisadora no judô, com as histórias conhecidas de suas colegas nos tatames, aliada a leituras, como os textos de, por exemplo, Ludmila Mourão (2008)<sup>18</sup> em seus trabalhos sobre a mulher no esporte, possibilitaram a elaboração de tal hipótese.

---

que iniciaram a prática do judô na década de 1980. O mesmo aconteceu com professores de outras regiões do país consultados.

<sup>17</sup> Que será mais detalhadamente tratada no item **1.3 Metodologia**, na página 30.

<sup>18</sup> A autora destaca que a inserção da mulher no esporte brasileiro foi, predominantemente, “[...] pela via da conciliação, com demandas explícitas, mas sem lutas nem embates, na medida em que esse processo não foi marcado pela intenção de mudar a condição feminina, a ordem social que se impunha, ou mesmo a hierarquia de gênero que se estabelecia na sociedade brasileira. [...] Não houve, na história da emancipação esportiva da mulher brasileira, confrontos, lutas por espaço, e sim

Com este estudo, pretende-se analisar, a partir de conceitos sobre “memória”, com Michael Pollak (2000), Joel Candau (2008) e Maurice Halbwachs (1990), como 16 judocas brasileiras entrevistadas narram a sua própria inserção e de outras mulheres no judô do Brasil – se foi de forma engajada ou não, coletiva ou individual, com embates de gênero ou não – e como rememoram o desenvolvimento da modalidade no país.

Ao propor que mulheres judocas contribuam com a construção da memória do judô brasileiro a partir de suas narrativas, esta pesquisa se propôs a colaborar para a melhor compreensão da formação atual cenário do judô brasileiro, especialmente em relação à inserção da mulher no esporte. Por meio das narrativas de mulheres judocas brasileiras, visa-se não somente conhecer suas trajetórias pessoais, mas, principalmente, como elas viram o desenvolvimento da modalidade no país, por meio de entrevistas de história oral temática.

Para chegar a tal meta, portanto, foram traçados alguns objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: interessou saber 1) como essas judocas que tiveram aspectos de ineditismo no judô brasileiro, percebem os seus próprios papéis no tatame anos atrás e no presente, em um momento em que o esporte parece caminhar para uma situação de igualdade em relação à valorização dada ao judô masculino; 2) se acreditam que tal fato é verdadeiro; 3) como olham para o seu passado no judô; 4) instigá-las a contar como conseguiram se inserir neste meio, ainda predominantemente masculino e, secundariamente, refletir se reconhecem a si mesmas como agentes de quebras de barreiras de gênero em seu tempo, a partir do olhar do tempo presente.

Entidades oficiais do esporte, tais como a CBJ e as federações estaduais de judô têm poucos registros de seus judocas (o que acontece, muitas vezes, pela falta de entendimento sobre a importância de preservar a própria história; pode-se, inclusive, cogitar que a não preservação seja intencional, ao menos em alguns casos<sup>19</sup>).

---

um processo lento e de infiltração, frequentemente com apoio velado ou aberto de homens esclarecidos da sociedade, mas com um controle normativo que insere a mulher nesta prática sem possibilitar-lhe uma emancipação para a prática de atividades físico-desportivas.” (MOURÃO, 2002, p. 8).

<sup>19</sup>No decorrer deste trabalho, serão apresentados conceitos sobre memória (individual e coletiva), e que tratam do enquadramento desta, como ferramenta da construção da identidade; entre elas, o esquecimento (inconsciente ou por apagamentos) A não manutenção dos documentos, seja por falta

Por isso, registrar a fala, instigada a partir da memória individual das praticantes permite também contribuir para a preservação e recuperação de informações sobre o judô no Brasil. Ao se ouvir tais agentes, pode-se preencher o que poderiam se tornar lacunas permanentes na história da modalidade. Exemplo de narrativa perdida é da já citada Eiko Suzuki, considerada uma das primeiras judocas brasileiras a se graduar *sho-dan*. Ela faleceu em 2012, aos 76 anos, sem que houvesse mais registros de sua trajetória além do livro que escreveu “*Meu Mestre e eu – memórias de uma faixa preta*” (SUZUKI, 1993), no qual, apesar de dar interessantes pistas sobre a sua inserção no judô a partir de 1958, em São Paulo, deixa em aberto tantas outras questões sobre como as mulheres participavam do judô naquela época. Outros exemplos são Berenice Endo e Inêz Nazareth, judocas paulistas que fizeram parte das primeiras seleções nacionais, falecidas em 1991 e em 1983, respectivamente.

### 1.3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa dec abordagem qualitativa<sup>20</sup> (SEVERINO, 2007, p.118-119) analítica, de tipo histórica<sup>21</sup>, que tem por metodologia a História Oral.

Por se tratar de um estudo realizado na área da Saúde e aplicado em seres humanos, tanto o roteiro, como o projeto de pesquisa que originou esta dissertação, foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, e foram aprovados mediante o parecer consubstanciado nº 1.163.063. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro n.º45958315.7.0000.0102.

---

de cuidado dos dirigentes ou pela intencionalidade de não deixar os dados para as gestões futuras resultam em enquadramentos da memória da modalidade pelo apagamento dessas informações.

<sup>20</sup> Denzin e Lincoln (2006, p. 17) oferecem uma definição genérica para a pesquisa qualitativa: “[...] é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. [...] envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, o que significa que seus pesquisadores estudam coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. [...] Nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre.”

<sup>21</sup> Tipo de pesquisa que investiga eventos que já tenham ocorrido, ou seja, ocorreram no passado, utilizando métodos descritivos e analíticos, em busca de fatos que providenciarão maior compreensão e significância de eventos passados (THOMAS e NELSON, 2002).

A História Oral, como método de pesquisa qualitativa, se propõe a ir além da técnica da entrevista<sup>22</sup> para subsidiar outros tipos de documentos, mas, como destaca Meihy (2011), o que se almeja é a centralização das narrativas para posterior análise. Como já foi dito, para esta pesquisa, optou-se por ter o apoio, especialmente, de pressupostos dos estudos sobre memória, especialmente sob a ótica dos estudos de Michael Pollak (2000), Maurice Halbwachs (1990) e Joel Candau (2008).

Uma nova concepção de história contemporânea é aquela que provoca a história tradicional, positivista, aquela “[...] que é procurada através de noções de história do presente, a qual, ao recusar reduzir o presente a um passado incoativo, coloca em questão a definição tradicionalmente aceita de história como ciência do passado” (LE GOFF, 1979, p. 13). Assim, essa “Nova História” tem por prioridade não “[...] um prestígio passado ou futuro ao historiador, mas para fazer ‘a história de que o presente tem necessidade’” (ibid, p. 15).

A partir dos anos 1960, essa nova concepção abre espaço para a busca de novas fontes que permitissem responder a questões das novas realidades do século XX. A partir desse pensamento, a oralidade – a partir do registro da voz<sup>23</sup> em narrativas, relatos e entrevistas – passa a constituir fontes históricas utilizadas na pesquisa acadêmica. Nesse contexto, abre-se espaço para o surgimento da História Oral.

Ao escolhê-la como metodologia para este estudo, não se pretende, chegar a uma “verdade”<sup>24</sup> sobre a história do judô: esta pesquisa tem com fonte a fala das pessoas, que, seguindo os preceitos de Candau (2005, p. 11), é constituída a partir de sua memória e seus dois produtos: a recordação e o esquecimento. Trabalha-se,

---

<sup>22</sup> Técnica de coleta de informações diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados, resultando em interação entre pesquisador e pesquisado, em que o primeiro visa apreender o que os participantes pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, P.124).

<sup>23</sup> Há que se considerar que os avanços tecnológicos que permitiram o uso de gravadores de voz portáteis também tiveram a sua parcela de contribuição para o avanço desse tipo de pesquisa.

<sup>24</sup> Na Escola Histórica alemã, que surgia com Savigny, Niebuhr e Ranke e que se desenvolveu até o começo do século XX, tinha-se a ideia de “verdade” com o propósito de distinguir a História da ficção, em que “[...] a verdade seria a correspondência, assim como nas ciências naturais, a adequação entre as proposições cientificamente formuladas e apresentadas pelo jeito do conhecimento e o objeto real descoberto pela pesquisa empírica. Nenhuma hipótese explicativa ou descritiva poderia se furtar ao confronto com os fatos, instância decisiva dos valores de verdade.” (GRESPLAN, 2014, p. 292).



então, com versões. Portelli, que afirma a história oral como uma ciência e arte do indivíduo, destaca que

a essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a história oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. [...] A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma as memórias de duas pessoas são – assim como as interpretações digitais, ou a bem da verdade como as vozes –, exatamente iguais (PORTELLI, 1997, p. 14).

Verena Alberti (2012, p. 163) prefere “evitar que se tome ‘versão’ como algo muito particular, como ‘Essa é minha versão dos fatos’ (frase que também tem um tom de reivindicação da verdade), ou então como algo menor, suscetível ao erro”. Ela faz essa afirmação ao explicar porque, para a terceira edição de seu *Manual de História Oral*, preferiu trocar o termo “versão” por “relato”, narrativa” ou “entrevista”, com o intuito de valorizar aquilo que a entrevista documenta.

Para este estudo, foi respeitada a essa escolha lexical adotada pela oralista, por explicitar que, por meio das narrativas/relatos/entrevistas, atinge-se o intuito de produzir fontes históricas. Mas preferiu-se manter a noção de “versão” citada em Portelli (1997), que não deixa esquecer a unicidade de cada uma dessas contribuições concedidas pelas participantes, reconhecendo a existência de múltiplas narrativas protege o pesquisador do mito que a ciência o transforma em depositário de verdades únicas e incontestáveis, visto que elas nascem de uma metodologia que

tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro, em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...] (PORTELLI, 1997, p. 16).

Na história oral, as narrativas se constituem, desde sua concepção, em objeto central das atenções. “[...] História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos, que visam formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social” (MEIHY, 2011, p. 64).

Propor seu uso para tentar compreender a memória de um grupo – neste caso, o do judô brasileiro – é possível a partir da idéia de as narrativas feitas pelas participantes são evocadas a partir da expressão lingüística, como destaca Halbwacs (1990), e, por mais individuais que sejam, estão sempre relacionadas com aquilo que é compartilhado com outras pessoas, construindo memórias sociais que moldam e são moldadas por subjetvidades. A multiplicidade das memórias presentes em cada sociedade e os conflitos que podem emergir dessa multiplicidade dizem respeito ao conceito de “memória coletiva”.

Rouchou (2000, p. 177) afirma que a história oral “[...] dá voz a outros personagens da História, nem sempre os vencidos, mas aqueles que não teriam sequer o direito de figurarem em algum manual de História”. É um interessante ponto de partida para se pensar as aplicações da história oral, mas não se encerra nesta função. Ela acompanha a intenção de opor-se à história positivista do século XIX e assim tornou-se uma espécie de “contra-História”, a história do local e do comunitário (em oposição à chamada “História de Nação”). Por trás desse movimento, estava a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo e se voltar para a “História dos Humildes”, dos primitivos, dos “sem História” (ALBERTI, 2014, p. 158-159).

Essa possibilidade representou um avanço para as Ciências Humanas. Permitiu o reconhecimento de várias histórias, memórias e identidades em uma sociedade, não mais uma única história. Porém, pretendeu-se, neste estudo, escapar à ideia de “dar voz” a uma classe oprimida: apesar de as mulheres serem ainda minoria no mundo dos esportes e o judô no Brasil ter se desenvolvido com uma característica predominantemente masculina, não se intencionou fazer um estudo militante de gênero. As mulheres judocas selecionadas para este estudo foram escolhidas por terem vivenciado momentos de protagonismo em sua modalidade.

Verena Alberti (ibid, p. 165), destaca justamente que uma das possibilidades da pesquisa com essa metodologia é observar a forma como grupos ou pessoas efetuam e elaboram experiências. Ela cita que essa noção é particularmente desenvolvida em textos alemães e recebe o nome de “História da Experiência” (*Erfahrungsgeschichte*), com a ideia de mudança de perspectiva que permite entender como pessoas e grupos experimentaram o passado, tornando possível

questionar interpretações generalizantes de determinados conhecimentos e conjunturas.

Meihy (2011) explica que o uso da História Oral justifica-se especialmente em três situações: 1) quando existem versões diferentes da história oficializada; 2) elabora-se uma “outra história” com base em documentos em que a circunstância não permitiu registros ou gerou apenas um tipo de registro; 3) estudos de memória, construção de identidade e formulação de consciência comunitária.

Há que se lembrar que a entrevista de história oral “[...] é uma fonte intencionalmente produzida, colhida a *posteriori*” (ALBERTI, 2014, P. 168), em que há pelo menos dois autores na formulação dessa fonte: o entrevistado e quem o entrevista<sup>25</sup>. Assim, o resultado da entrevista é mais que uma compilação de relatos de ações passadas, mas a documentação de ações e (re)constituição de memória. Alessandro Portelli reforça a peculiaridade do tipo de informação gerada a partir dessa metodologia:

[...] a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador. Este assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mas do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias no seu círculo imediato (PORTELLI, 2010, p. 19-20).

As análises dos relatos das judocas foram feitas levando-se em conta que as suas narrativas são histórias registradas por suas memórias. Estas, como destaca Pollak (1992, p.203), são um fenômeno construído, tanto em nível individual quanto coletivo. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. E quando se

---

<sup>25</sup> Cria-se, entre essas duas figuras, uma relação inevitavelmente complexa de poderes: por um lado, o entrevistador detém o poder de seleção (desde quem tem potencial para ser participante de sua pesquisa, das perguntas a serem feitas e, principalmente, o interpretar das narrativas de seu entrevistado (PORTELLI, 2010, p.79-80). Por outro lado, este não é um sujeito passivo: tem suas intencionalidades, expressas em seu relato, e expectativas sobre o que será levado de sua fala para o papel.

trata de uma memória herdada, há ainda o fator de uma ligação fenomenológica<sup>26</sup> entre a memória e o sentimento de identidade, que precisa ser levada em conta durante as entrevistas e após, no processo de análise das mesmas.

A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstrução do que passou segundo o olhar de cada entrevistado (DELGADO, 2006, p. 16). Assim, segundo Paul Thompson,

[...] a História Oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. *Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação*; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992).

Um exemplo dessa alteração do enfoque da própria história aparece sutilmente na fala da judoca Edinanci Silva, uma das participantes deste estudo. Entrevistada para um estudo sobre a genealogia do judô brasileiro, pelo pesquisador Alexandre Velly Nunes (2014, p. 157), ela contou que seu início no judô foi para praticar atividades físicas por ser muito franzina. Para este estudo, ela apresenta outra lembrança sobre o mesmo fato:

[...] Eu acabei desenvolvendo um problema de saúde e até hoje eu não sei o que foi, se foi dengue. Só sei que fiquei muito doente, perdi peso muito peso. [...] fiquei durante muito tempo na cama, não tinha condições de caminhar, até mesmo porque acho que perdi massa muscular. [...] Nas minhas consultas com os médicos, eles chegaram à conclusão que estava mais ligado à depressão porque o problema em si já estava resolvido. Então, a médica lá acabou me descrevendo atividade física, para ter contato com pessoas (SILVA, 2015).

Mais do que se ocupar em confirmar dados sobre qual teria sido a doença que a judoca sofreu, mais relevante ao oralista é analisar os porquês dessa divergência de informações nas duas narrativas de uma mesma pessoa. O mesmo

---

<sup>26</sup> Considerando que a memória é um fenômeno construído, seja consciente ou inconscientemente, ela não se refere apenas à vida física da pessoa. Pollak destaca que a memória sofre flutuações que são função do momento em que é articulada. Ou seja, também se organiza em função das preocupações pessoais e políticas do momento (POLLAK, 1992, p. 203).

se aplica quando as divergências são recorrentes em falas de pessoas diferentes sobre um mesmo assunto, justamente porque a partir da memória se constrói a autoimagem e a imagem que se quer passar aos outros. No caso de Edinanci, pode-se cogitar certo receio em falar sobre uma doença estigmatizada como a depressão.

Sobre o funcionamento da memória individual, Portelli (2010) vale-se da afirmação de Vansina, que explica que a memória não é um “ato imediato e binário de retirada de informações já formadas, mas um processo múltiplo de produção gradual de significados, influenciado pelo desenvolvimento do sujeito, pelo interlocutor, pelas condições do ambiente” (VANSINA apud PORTELLI, 2010, p. 72).

A memória, para o Halbwachs (1990), é a reconstrução contínua do passado a partir de dados do presente:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p. 71).

A formação das memórias individuais constituem memórias coletivas de grupos sociais. Halbwachs (1990) destaca que os indivíduos lembram-se de seu passado na medida em que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Assim, fazer parte de um mesmo grupo em que existiu um pensamento comum permite a lembrança de eventos passados, já que as pessoas “não perderam o hábito de lembrar como membros do grupo (ibid, p. 28).

Assim, a memória coletiva é um fenômeno social que deve ser compreendido como um processo social de reconstrução do passado e não apenas como a junção de processos de constituição de memórias individuais que se reúnem. Essa noção é importante ao avaliar o conjunto de entrevistas, em busca de traços que indiquem esses processos de construção do passado coletivo do judô brasileiro.

### **1.3.1 Procedimentos da Pesquisa**

Para a execução deste estudo, foi necessário sistematizar um planejamento de ações prévias para se chegar às entrevistas, que se pode enumerar em três

etapas: 1) as judocas com potencial de se tornarem participantes deste estudo e contatá-las; 2) compreender o contexto histórico do desenvolvimento do judô no Brasil, por meio de pesquisa bibliográfica sobre a modalidade; 3) buscar embasamento metodológico em História Oral para conduzir as entrevistas e, em seguida, poder analisá-las a partir dos conceitos de Memória, com foco no objetivo principal.

A partir de então, foi possível se centrar nas escolhas da tipologia da entrevista mais adequada para o projeto. Na classificação de Alberti (2005), as entrevistas podem ser classificadas em “temáticas” ou de “história de vida”<sup>27</sup>. Para o presente projeto, propõe-se o uso da primeira modalidade, que versa

[...] prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. [...] Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes [...]. Numa entrevista de história de vida, diversamente, a preocupação maior não é o tema e sim a trajetória do entrevistado (ALBERTI, 2005, p. 37-38).

O tema que serviu de eixo para as entrevistas foi o judô feminino praticado no Brasil pelas participantes selecionadas. O roteiro<sup>28</sup> das entrevistas foi definido a partir de estudo do escasso material bibliográfico sobre as histórias do judô no Brasil e no mundo e a partir de notícias de jornais e relatos em outros tipos de documentos (quando disponíveis) sobre a vida de cada uma das participantes. Assim, para a elaboração do roteiro, adotou-se um procedimento da chamada de História Oral Híbrida, que combina as narrativas orais com outras fontes (MEIHY, 1997, p. 48).

A restrição temporal para a produção desta dissertação de mestrado determinou a tomada de duas decisões em relação à tipologia das entrevistas: 1) a

---

<sup>27</sup> A história oral oferece algumas possibilidades de tipologias de entrevistas. Meihy (2000, 2011) destaca, além da História Oral de Vida e da história oral temática, uma terceira tipologia, a da Tradição Oral. Na primeira, a narrativa é o ponto mais importante, onde o testemunho é a fonte de riqueza e de análise. Evita-se fazer perguntas, o que vai interessar é o que o entrevistado vai contar. Na segunda, levanta-se um fato, um acontecimento e as entrevistas com os participantes vão ser norteadas por esse fato. Já os estudos de tradição oral visam compreender elementos da memória coletiva, geralmente trabalhando com fundamentos míticos e rituais, especialmente em sociedades ágrafas, em que a transmissão de conhecimento é pela oralidade. Um exemplo de pesquisa de tradição oral em sociedades que primam pelo registro escrito são sobre canções populares.

<sup>28</sup> Ver **Apêndice 1**, na página 200.

escolha pela modalidade de **História Oral Temática**, visto que a opção pela modalidade de História de Vida exigiria a redução do número de entrevistadas. Meihy (2011) destaca que “[...] não há sentido social em história oral de pessoas sozinhas. A não ser quando elas revelam algo injusto, excepcional, aberrantes, as histórias resultantes em entrevistas únicas tendem a correr para a vala da exaltação”.

A seleção das participantes desta pesquisa foi determinada a partir do seguinte critério de inclusão<sup>29</sup>: 1) cada entrevistada teria de ser praticante ou ex-praticante do judô; 2) nascida brasileira; 3) ter alguma característica singular em suas trajetórias na modalidade, seja como precursora da prática do judô feminino em sua região, ou, ou ainda como a primeira a atingir a faixa preta (*sho-dan*) em sua região, por exemplo; 4) as primeiras técnicas de seleção, primeiras dirigentes, primeiras participantes ou campeãs de disputas relevantes, independentemente da região do Brasil que morassem. Para localizar as possíveis participantes, utilizou-se o conceito de “ponto zero”, o início do trabalho de campo, por meio da realização de uma primeira entrevista, exploratória, que pode ser identificada como “**entrevista zero**” (Meihy 1997). Esta deve ser usada tanto para testar o roteiro quanto para a formação de uma rede de entrevistados.

Para esta primeira interação, optou-se por entrevistas com professores de judô *kodanshas*<sup>30</sup> de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Pará, em contatos feitos pessoalmente<sup>31</sup>, via telefone, e-mail e/ou rede sociais<sup>32</sup>. Como

---

<sup>29</sup> Na apresentação do projeto para esta dissertação, foram sugeridos os seguintes nomes para entrevistas: Amélia Domingues (Londrina-PR); Edinanci Silva (Caetano do Sul-SP); Soraia André (Santo André-SP); Mônica Angelucci (São Paulo-SP); Danielle Zangrando (Santos-SP); Jemima Alves (Recife-PE); Rosicleia Campos (Rio de Janeiro-RJ); Kimie Kihara (Rio de Janeiro-RJ); Lara Ferreira (São Paulo-SP); Berenice Endo (SP). Destas, apenas as três últimas não foram confirmadas na lista final, Kimie, a praticante de judô já nos anos 1950, por não ter sido localizada e não ter nascido no Brasil; Lara Ferreira, indicada como ex-dirigente, não localizada e a Federação Paulista de Judô (FPJ) não ter informações sobre o período em que foi dirigente da entidade; e Berenice, que havia sido indicada por ter sido a primeira técnica da seleção, faleceu em 1991.

<sup>30</sup> Judocas com alta graduação, praticantes por décadas e, em geral, também professores da modalidade. Na prática, são judocas com graduação concedida a partir do 6º Dan, em que a faixa preta é trocada pela coral (vermelha e branca) até o 8º Dan; nos 9º e 10º Dan, usam a faixa vermelha. A nomenclatura é instituída pela Kodokan, escola fundada no Japão por Jigoro Kano.

<sup>31</sup> Alguns dos contatados: em janeiro/2015, foi contatado o professor 9º Dan Massao Shinohara, em sua academia na Vila Sônia (São Paulo, SP); em março de 2015, a conversa foi com os professores Liogi Suzuki e Yoshiriro Okano, ambos 9º Dan, de Londrina (PR) durante o Congresso técnico da Federação Paranaense de Judô (FPrJ), em Ponta Grossa (PR); o professor e pesquisado Alexandre Vellylly Nunes, de Porto Alegre (RS), durante o Campeonato Brasileiro Master, em setembro, em Santa Cruz do Sul (RS), o professor Fernando Pereira de Jesus, 8º Dan, em setembro, em Belém (PA).

essas entrevistas tiveram caráter exploratório e não se enquadram no critério de inclusão estabelecido para esta pesquisa, não foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>33</sup>. Nessa etapa, nem todas as entrevistas foram gravadas. Contudo, os comentários de alguns entrevistados foram apontados nos capítulos seguintes, com a intenção de complementar as informações apontadas pelas judocas e suas respectivas análises.

A partir desse conjunto de “entrevistas zero”, chegou-se a um número final de 18 entrevistadas. A seguir, apresenta-se um quadro da rede de contatos e entrevistas criadas para as entrevistas:

---

<sup>32</sup> Dentre estes, além de *kodanshas*, foram contatados dirigentes das federações estaduais e o assessor de imprensa da Confederação Brasileira de Judô, Valter França.

<sup>33</sup> Ver Apêndice II. Documento no qual é citado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa. A partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), é possível observar alguns dos cuidados éticos adotados antes, durante, e mesmo após a realização de cada uma das entrevistas.



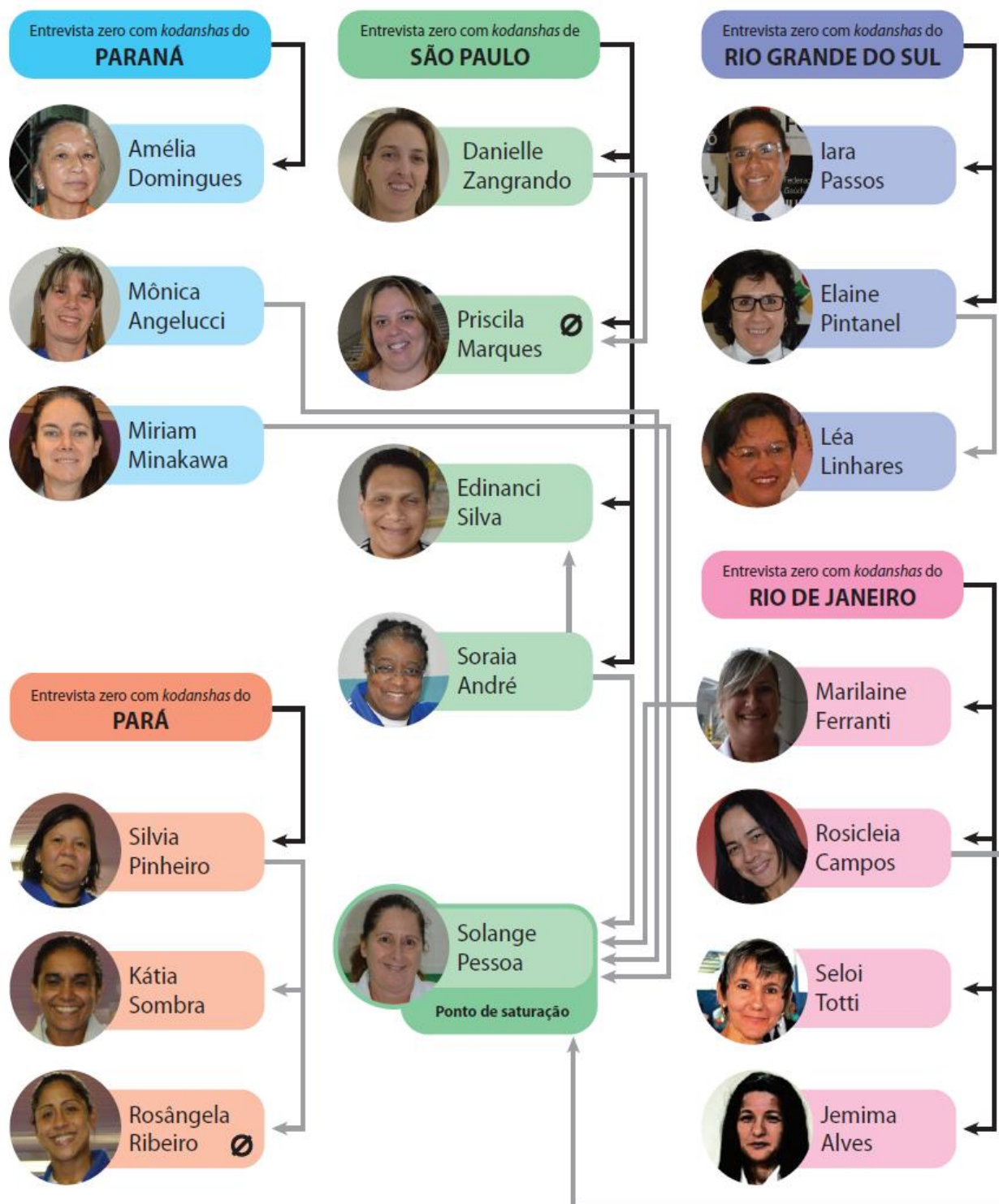
FIGURA 1 – Organograma da rede de entrevistadas

**Organograma***Participantes selecionadas a partir de indicação dos Kodanshas homens de cada estado*

→ Indicação de kodanshas

→ Indicação de atletas

⊘ Entrevistada descartada



Fonte: A autora (2015).

O número de participantes em um projeto de história oral deve ser suficientemente significativo para viabilizar um grau mínimo de generalização dos resultados e, por isso, é difícil determinar com precisão o número de entrevistas necessárias no início da pesquisa. A hora de cessar as entrevistas foi estabelecida a partir do pressuposto de que cabe ao pesquisador determinar quando este considera que as suas fontes já passaram informações suficientes para construir uma interpretação bem fundamentada (ALBERTI, 2005, p. 36).

Para tornar essa decisão menos arbitrária, recorreu-se ao conceito de “saturação”, de Daniel Bertaux, que afirma haver uma tendência em história oral de que as histórias ou informações entre os grupos de participantes comecem a ficar repetitivas e o pesquisador tem a impressão de que nada haverá de novo. Este momento é o “**ponto de saturação**”. Chegando a esse ponto é necessário ainda ultrapassá-lo, com mais algumas entrevistas, para certificar-se da validade daquela impressão<sup>34</sup> (BERTAUX, 1999, p. 5, tradução nossa).

Chegou-se ao ponto de saturação desta pesquisa quando o nome de Solange Pessoa começou a ser recorrente em relação a quem seria a judoca que há mais tempo praticava a modalidade. Por essa recorrência, houve a necessidade de procurá-la para ultrapassar esse ponto.

Assim, ao todo, foram selecionadas 16 entrevistadas para compor o grupo participante<sup>35</sup> deste estudo sobre a História do judô no Brasil a partir das memórias de mulheres praticantes da modalidade, sendo elas: Amélia Domingues, Danielle Zangrando, Edinanci Silva, Eliane Pintanel, Iara Passos, Jemima Alves, Kátia Sombra, Léa Linhares, Marilaine Ferranti, Miriam Minakawa, Mônica Angelucci, Rosicleia Campos, Selo Totti, Silvia Pinheiro, Solange Pessoa e Soraia André.

A seguir, em ordem alfabética, um breve resumo da biografia de cada uma e por quais razões foram elencadas para participar deste estudo<sup>36</sup>:

---

<sup>34</sup> Segundo Bertaux (1999, p. 5), o conceito só pode ser aplicado se o pesquisador se certificou em ter diversificado ao máximo seus informantes, pois, abaixo desse ponto, “é difícil afirmar sobre a validade das representações do real que cada relato propõe” Neste estudo, a diversificação foi buscada pela procura de participantes de diferentes regiões e diferentes tipos de “protagonismo”.

<sup>35</sup> Em um cálculo aproximado, para cada entrevista efetivada, foi necessário contatar entre três e quatro pessoas para efetivar a apresentação à participante.

<sup>36</sup> Cabe ressaltar que todas as judocas contatadas aceitaram prontamente participar da pesquisa.



**Amélia Domingues** (Amélia Hatsue Domingues), 76 anos, natural de Arapongas (PR), é professora de Educação Física aposentada em Londrina (PR). Foi a entrevista com maior vínculo pessoal: a pesquisadora conhece a participante dos encontros em competições no Paraná desde meados da década de 1990 e também foi treinada pelo marido de Amélia, Adauto Domingues<sup>37</sup>, em Londrina, entre 2000 e 2004. Uma outra entrevista com Amélia foi realizada em dezembro de 2013, a caráter exploratório do tema pesquisado.

**Danielle Zangrando**, 36 anos, é santista e diretora de Marketing da Secretaria de Esportes de Santos (SP) e comentarista de judô na ESPN, além de ex-auxiliar técnica da seleção brasileira feminina de judô. O primeiro contato foi feito via *Facebook*, com resposta imediata da ex-atleta e grande receptividade ao projeto. Também jornalista, Danielle está bastante acostumada a conceder entrevistas sobre sua carreira, assim, algumas respostas dadas são narrativas já cristalizadas.



**Edinanci Silva** (Edinanci Fernandes Silva), 39 anos, nascida em Souza (PB), hoje (2015) é atleta da equipe de São José dos Campos e professora de judô. Foram várias tentativas de contato, em torno de duas semanas de telefonemas e e-mails até conseguir uma resposta da judoca, o que aconteceu via *Facebook*. Só confirmou o encontro para a entrevista na véspera da data marcada e foi bastante receptiva ao trabalho, na entrevista realizada em seu apartamento.

---

<sup>37</sup> Adauto foi dirigente da FPrJ e da CBJ e um dos primeiros não-japoneses a praticar judô em Londrina. Em 2010, sofreu um acidente cardiovascular (AVC) que paralisou praticamente todo o corpo, sem afetar a cognição, memória e fala. Contribuiu com informações para este estudo.

**Eliane Pintanel** (Eliane Pintanel Teixeira Pronozynski), 50 anos, é dona de casa, e **Iara Passos** (Iara Mary da Cunha Passos), 53 anos, é professora de Educação Física na rede estadual. O encontro com as duas gaúchas foi pré-agendado de véspera para ser realizada durante o Campeonato Brasileiro Master, realizado em Santa Cruz do Sul, na qual as duas estariam arbitrando. Foi uma entrevista peculiar porque escapou às recomendações de escolher um lugar tranquilo e de priorizar entrevistas individuais, mas respeitou-se a preferência de agendamento das participantes<sup>38</sup>.



Assim, devido à situação, a entrevista foi realizada com as duas judocas simultaneamente, o que, por um lado, causou que a resposta de uma resultasse na concordância da outra na maioria das perguntas. Porém, por outro lado, como as duas são contemporâneas no tatame, trouxe o ganho de uma recordar detalhes de fatos esquecidos pela outra.



**Jemima Alves**, 52 anos, é técnica de judô em Recife. Foi uma das entrevistas que se optou em abrir mão do contato ao vivo<sup>39</sup> pela prioridade de contar com as informações da entrevistada. A regra de exceção adotada para esta entrevista mostrou-se válida a partir do cruzamento com as falas de outras participantes, embora se saiba que um encontro ao vivo poderia trazer ainda outras informações.

<sup>38</sup> A semana do campeonato e da viagem da pesquisadora coincidiu com a semana que o governo estadual anunciou que atrasaria e parcelaria os pagamentos dos servidores públicos, o que incluía Iara. Por esse motivo, ela solicitou que a entrevista fosse no fim de semana para que seguisse engajada na causa dos professores estaduais. Já Eliane preferiu ambientes diretamente ligados ao judô: durante o campeonato e um dos treinamentos que ela participou. Nesta segunda data, porém, a pesquisadora não estaria mais em Porto Alegre.

<sup>39</sup> O primeiro contato foi feito por e-mail e sugerido formas de contato visual à distância, como o software Skype. A entrevista por telefone foi escolhida da entrevistada.



**Kátia Sombra** (Kátia Maria Sombra da Silva), 48 anos, é professora e atleta master de judô. O contato com a Kátia se deu por meio de indicações de que seria uma das judocas praticantes há mais tempo em Belém (PA). O interesse da pesquisadora em aprofundar a busca pelas praticantes na capital paraense ocorreu porque foi a cidade onde se estabeleceu Mitsuyo Maeda, o Conde Koma, um dos primeiros japoneses a chegar ao Brasil com o intuito de divulgar as artes de luta japonesas, entre elas o jiu-jitsu e o judô (VIRGILIO, 2002). Realizamos a entrevista no dojô<sup>40</sup> do Instituto Federal do Pará (IFPA), com o intermédio de Rosângela Ribeiro e seu marido, o sensei<sup>41</sup> Alam Saraiva. Assim, reuniram-se na mesma data todas as entrevistadas do Pará.



**Léa Linhares** (Léa Maria Chaves Linhares), 63 anos, é secretária executiva. A história de Léa já havia sido contada pelo trabalho do Centro de Memória do Esporte e do Grupo de Pesquisa sobre Cultura e Corpo (GRECCO) do departamento de Educação Física da UFRGS, coordenado pela professora Silvana Vilodre Goellner (2013). A dificuldade da pesquisadora foi em conseguir um contato com a ex-judoca, visto que ela estava há pelo menos 40 anos afastada dos tatames. Eliane Pintanel foi quem passou o número de telefone e o encontro aconteceu na praça de alimentação de um shopping porto-alegrense.

**Marilaine Ferranti** (Marilaine Ferranti Antonialli), 49 anos, hoje (2015), tem uma empresa de prótese dentária, com o marido (também judoca) e dá aulas de judô. O interesse em entrevistar essa judoca formada em Rio Claro (SP) foi que, entre os critérios de inclusão, pretendia-se encontrar



<sup>40</sup> Local em que se pratica o judô. Consiste em uma área de vários tatames (peças de material que absorva impacto, seja borracha, palha de arroz, material sintético).

<sup>41</sup> Utilizado para designar o professor/técnico de judô. Em japonês, o termo significa “aquele que veio antes” (“sen” = “antes”; “sei”=“vida”), ou seja, o mais experiente e, por isso, merece respeito.

uma árbitra das lutas com caráter de pioneirismo. Descobriu-se, então, que ela foi a primeira mulher a atingir o status de árbitro “FIJ A”<sup>42</sup>. Ela dirigiu o seu automóvel cerca de uma hora até Pirassununga, onde a entrevista foi realizada em um café em frente à rodoviária.



**Miriam Minakawa** (Miriam Zymon Minakawa), 53 anos, é educadora física. Visando indicar uma judoca que acreditava ser uma das primeiras professoras em sua região, uma judoca paranaense sugeriu o nome de Miriam, que chamou atenção pelo tempo que atua como sensei e que hoje tem sua filha, Camila Minakawa, naturalizada israelense para compor a seleção deste país que disputará o judô nos Jogos Olímpicos de 2016.

**Mônica Angelucci**, 46 anos, é educadora física. Mora em Indaiatuba, mas foi formada judoca e atleta na capital paulista. Foi um dos primeiros contatos estabelecidos, depois da indicação do sensei Rinaldo Caggiano<sup>43</sup> no início de 2014 e algumas conversas sobre artesanato via Facebook estabeleceram o vínculo que antecedeu à entrevista, realizada em sua casa.



**Rosicleia Campos** (Rosicleia Cardoso Campos dos Santos Silva), 46 anos, é a atual técnica da seleção brasileira feminina. Como jornalista, a pesquisadora já havia a entrevistado pessoalmente em momentos pontuais (no Pan de Guadalajara – 2011 e na Olimpíada de Londres – 2012) e por telefone, inclusive sobre a inserção da mulher em

<sup>42</sup> No organograma da Federação Internacional de Judô (FIJ), só há um status acima, o de árbitro “FIJ A Olímpico”, que no Brasil tem um único representante, Edson Minakawa, marido de uma das participantes desse estudo.

<sup>43</sup> Caggiano é um dos expoentes do judô paranaense. Pertencente a mesma geração de Aurélio Miguel, foi campeão dos Jogos-Pan Americanos de Los Angeles, em 1987.

cargos de comando de equipes esportivas (BRUM, 2013, p. 4)<sup>44</sup>. Apesar de Rosicleia ser o que jornalistas chamam de “boa fonte” (é acessível, fala bem, sai do lugar-comum de um discurso pré-construído), havia a preocupação de que a entrevista se realizasse durante o período de treinamento da seleção, no qual os horários costumam ser mais rígidos e o entrevistado está mais suscetível ao controle de *media training*<sup>45</sup>. Felizmente, tal preocupação não se confirmou e a entrevista foi agendada depois do Campeonato Mundial de Astana, quando a sensei recebeu a pesquisadora em seu apartamento, bastante disposta a colaborar.



**Seloi Totti**, 46 anos, é secretária de Esportes de Ji-Paraná. Paranaense de Dois Vizinhos, conheceu o judô após a família se mudar para Rolim de Moura, em Rondônia. Foi o segundo caso de que a opção entre deixar de fazer a entrevista (pela impossibilidade de viajar) e abrir uma exceção ao formato metodológico, optou-se pela segunda e a entrevista foi realizada por telefone, não sem alguma dificuldade para localizá-la em seu telefone de contato.

**Silvia Pinheiro** (Silvia do Socorro Luz Pinheiro), 40 anos, é professora de Letras. O primeiro contato com a participante foi por meio de sua dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Artes na Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada *Kata*<sup>46</sup> Pessoal: treinamento psicofísico para atores/bailarinos por meio do judô (PINHEIRO, 2012) e o segundo contato foi feito por telefone, na escola na qual trabalha. Ela foi responsável por indicar outras entrevistadas em Belém.



<sup>44</sup> Cf. <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/especiais/mulheres-no-esporte/treinadoras-sao-joias-raras-em-solo-masculino-3a81nj42ngsvhyhwiidpowdpw>>).

<sup>45</sup> *Media Training* é um dos serviços oferecidos pelas assessorias de imprensa que preparam os seus clientes para responder aos questionamentos da imprensa. A CBJ tem o suporte da assessoria da empresa *In Press Media Guide*.

<sup>46</sup> O *kata* é um conjunto de técnicas fundamentais, um método de estudo especial para transmitir a técnica, o espírito e a finalidade do judô, em que os golpes são coreografados entre *tori* (o que ataca) e *uke* (o que recebe o golpe), com objetivos didáticos.



**Solange Pessoa** (Solange de Almeida Pessoa Vincki), 54 anos, é formada em Educação Física, professora e técnica de judô. A necessidade de entrevistá-la foi porque a foi apontada por outras entrevistadas como uma das primeiras praticantes, sendo caracterizada para este estudo como o ponto de saturação, tornando imprescindível à pesquisadora uma nova viagem à cidade de São Paulo para localizá-la. Recebeu a pesquisadora em sua academia, a Associação Pessoa de Judô, no bairro de Jaçanã. Mostrou empolgação cada vez que expressava sua admiração pelas técnicas do judô: “Não lembro o nome dela [Iara Passos], foi ao Mundial [de 1980] comigo, mas tinha um *uchi-mata*<sup>47</sup> lindo, lindo”.

**Soraia André** (Soraia André César), 52 anos, é psicóloga e professora de Educação Física, sendo uma das judocas mais referidas pelos professores veteranos quando perguntados sobre as judocas que estavam há mais tempo na modalidade. Soraia recebeu a pesquisadora na sua sala de atendimento psicológico da academia em que a seleção de Santo André faz seus treinamentos. A primeira abordagem para agendar o encontro foi feito via aplicativo *WhatsApp*. Também habituada a ser entrevistada para contar a sua trajetória, em alguns momentos, apresentou discursos já cristalizados em torno de alguns fatos, como, por exemplo, quando ganhou o apelido de “Japonegra”.



Segue-se um resumo das informações sobre a idade e ano que começaram no judô, informações pessoais que as incluiu no grupo participante desta pesquisa e duração da mesma:

---

<sup>47</sup>Uchi: “interior”; mata: “virilha da coxa”. É uma projeção na parte interna da coxa.



## QUADRO 1 – Seleção das entrevistadas

## Seleção das entrevistadas

Nome	Idade em 2015 e idade de início no Judô*	Local da entrevista	Início no Judô	Motivo da entrevista	Duração da entrevista
Amélia Domingues 2º Dan	65 anos/24 anos	Londrina, PR	1974	Uma das primeiras praticantes no Paraná, teve aulas com o Sadai Ishihara, que teria sido aluno de Jigoro Kano.	1h31min
Danielle Zangrando 3º Dan	36 anos /5 anos	Santos, SP	1984	Primeira brasileira a subir em um pódio de Campeonato Mundial, com o bronze em 1995, no Japão.	54min
Edinanci Silva 2º Dan	39 anos/14 anos	São Caetano do Sul, SP	1991	Atleta com 4 olimpíadas, única brasileira a subir duas vezes em pódios de Mundiais, com os bronzes em 1997 e 2003.	1h45min
Eliane Pintanel 6º Dan	50 anos/15 anos	Santa Cruz do Sul, RS	1980	Primeira mulher judoca a atingir o 6º Dan ( <i>kodansha</i> ) no Sul do Brasil. Foi ao 1º mundial em 1980.	35min
Iara Passos 4º Dan	53 anos/12 anos	Santa Cruz do Sul, RS	1975	Integrou a seleção que disputou o 1º Mundial Feminino, em 1980.	42min
Jemima Alves 6º Dan	52 anos/17 anos	Recife (telefone), PE	1981	Primeira atleta do Nordeste na seleção brasileira, na Olimpíada de Barcelona (1992) e ex-presidente de federação, em Pernambuco.	52min
Kátia Sombra 4º Dan	48 anos/13 anos	Belém, PA	1980	Tri-campeã mundial Master, treinou com Alfredo Coimbra, remanescente da “linha-gem de Conde Koma” e primeira sensei mulher em Belém-PA.	1h16min
Léa Linhares 1º Dan	63 anos /13 anos	Porto Alegre, RS	1965	Primeira gaúcha a conquistar a faixa preta ( <i>sho-dan</i> ), em 1969.	39min
Marilaine Ferranti 5º Dan	49 anos/15 anos	Pirassununga, SP	1985	Primeira judoca brasileira a atingir o status de árbitra “FIJ A”.	1h04min
Miriam Minakawa 5º Dan	53 anos/15 anos	São Paulo, SP	1977	Uma das primeiras <i>senseis</i> mulheres de São Paulo (SP). Campeã Mundial Master.	35min
Mônica Angelucci 5º Dan	46 anos/9 anos	Indaiatuba, SP	1979	Campeã pan-americana em 1987. Disputou a Olimpíada de Seul-1988.	1h20min
Rosicleia Campos 6º Dan	46 anos/11 anos	Rio de Janeiro, RJ	1980	Atual técnica da seleção brasileira, competiu a Olimpíada de Barcelona 1992, a 1ª disputada oficialmente por mulheres.	1h
Seloi Totti 3º Dan	46 anos/ 17 anos	Ji-Paraná (telefone), RO	1986	Primeira mulher presidente de Federação de judô, em Rondônia, desde 2001.	47min
Silvia Pinheiro 1º Dan	40 anos/15 anos	Belém, PA	1991	Pesquisadora paraense sobre o judô. Uma das primeiras praticantes em Belém.	1h12min
Solange Pessoa 7º Dan	54 anos/7 anos	São Paulo, SP	1968	Judoca com mais alta graduação no Brasil e disputou o 1º Mundial de Judô Feminino, em 1980, e ex técnica da seleção feminina.	44min
Soraia André 5º Dan	52 anos/12 anos	Santo André, SP	1976	Disputou o 1º Mundial Feminino, compôs a seleção pan-americana que disputou os Jogos Olímpicos de Seul (1988).	15h59min

Fonte: A autora (2015)

Para este estudo, a proposta foi, sempre que possível, entrevistar as participantes presencialmente<sup>48</sup>, o que resultou em viagens para 11 cidades, em cinco estados brasileiros, de três regiões distintas (Sul, Sudeste e Norte), totalizando 11,4 mil quilômetros viajados em 27 dias<sup>49</sup>. Como já afirmado, duas entrevistas foram realizadas por telefone, em consentimento das entrevistadas<sup>50</sup> e uma foi feita com duas atletas simultaneamente. Por questões de logística, a pesquisadora agrupou as entrevistas em regiões próximas do país em um mesmo período, resultando no roteiro apresentado na **Figura 2**, na próxima página.

Foi realizada uma sessão de entrevista com cada judoca, que durou, em média 1 hora de gravação (com tempo médio de transcrição para cada uma delas em torno de quatro horas), a partir dos tópicos de assuntos pré-definidos no roteiro, mas oferecendo à participante o pleno poder de interação sobre a condução da sessão. Em alguns casos, foi feito um segundo e até terceiro contato (por telefone, e-mail, rede social) para sanar dúvidas. Foi acordado com as participantes que elas receberão a devolutiva dos resultados da presente pesquisa, como consta no TLCE.

O *Roteiro de Entrevistas Geral* foi elaborado com 12 questões norteadoras, comuns a todas as participantes, com a intenção de reunir e estruturar todos os pontos levantados durante a pesquisa e que serviram de base para elaboração de roteiros individuais. Entre os assuntos gerais constavam o pedido de informações sobre como cada uma iniciou a prática do judô e como se desenvolveu a trajetória na modalidade; como eram estruturados os treinamentos e as competições; como era a promoção de faixas; como era o relacionamento nas academias entre os e as atletas (se havia rivalidades, por exemplo); qual a contribuição de cada uma para o desenvolvimento da modalidade e se tiveram que superar barreiras para seguir no esporte.

---

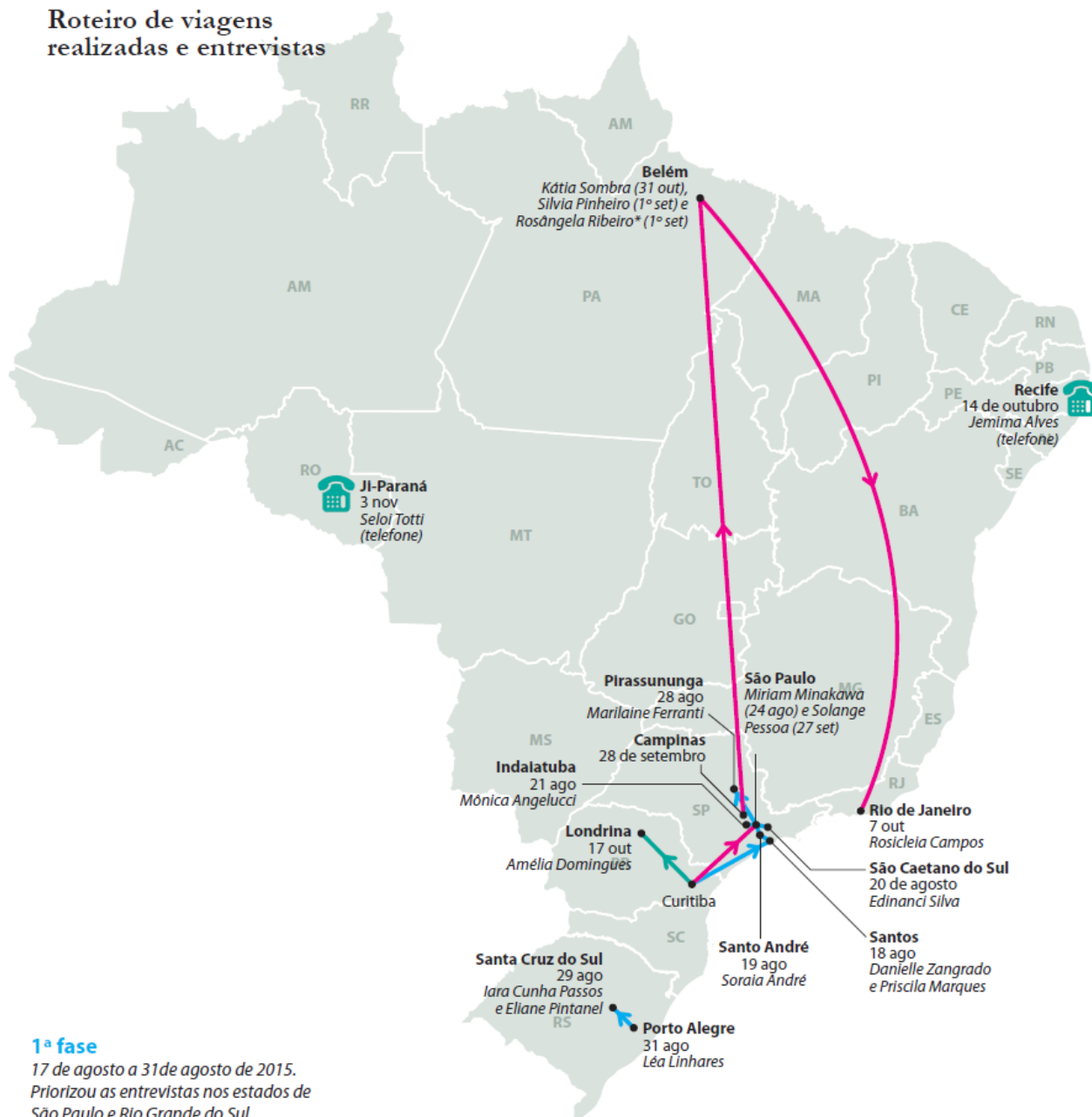
<sup>48</sup> A escolha da data, horário e local de cada entrevista foi agendada conforme a disponibilidade das entrevistadas, após esclarecido os objetivos do presente projeto, dando-lhes a ciência de que poderiam interromper a entrevista ou até mesmo desistir da participação no projeto. A intenção principal é que se sintam confortáveis e interessadas em participar do mesmo e estejam em locais que lhe sejam agradáveis.

<sup>49</sup> Os custos com equipamentos, viagens e hospedagens para encontrar as participantes e entrevistá-las foi coberto com a bolsa no valor de R\$ 1.500,00 mensais que a Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) concedeu à pesquisadora.

<sup>50</sup> A opção foi adotada em caráter de exceção, pela impossibilidade temporal e financeira de efetuar entrevistas em Recife (PE) e Rondônia (RO) e ainda assim cumprir o cronograma proposto. Ambas participantes, Selo Totti e Jemima Alves, concordaram em assinar o TCLE.

FIGURA 2 – Roteiro de viagem para as entrevistas

### Roteiro de viagens realizadas e entrevistas



#### 1ª fase

17 de agosto a 31 de agosto de 2015.  
Priorizou as entrevistas nos estados de  
São Paulo e Rio Grande do Sul.

Santos	Danielle Zangrado e Priscila Marques*
Santo André	Soraia André
S. Caet. do Sul	Edinanci Silva
Indaiatuba	Mônica Angelucci
São Paulo	Miriam Minakawa
Pirassununga	Marilaine Ferranti
S. Cruz do Sul	Iara Passos e Eliane Pintanel
Porto Alegre	Léa Linhares

#### 2ª fase

26 de setembro a 7 de outubro. A viagem  
teve três etapas: São Paulo (SP), Belém (PA)  
e o retorno pelo Rio de Janeiro (RJ).

São Paulo	Solange Pessoa
Belém	Kátia Sombra, Sílvia Pinheiro e Rosângela Ribeiro*
Rio de Janeiro	Rosicleia Campos

#### 3ª fase

Desenrolou-se no mês de outubro e incluiu  
uma viagem para Londrina (PR) e duas  
entrevistas por telefone\*\*.

Recife	Jemima Alves
Londrina	Amélia Domingues
Ji-Paraná	Seloí Totti

\*Entrevistas descartadas para este estudo por não se enquadrarem nos critérios de inclusão definidos.

\*\*Pela impossibilidade de viajar até as cidades das entrevistadas.

A partir dos temas em comum, abordados a partir do roteiro, foram acrescentadas questões específicas a cada entrevistada, considerando suas histórias pessoais, dando-lhes oportunidade para comentar pontos que considerassem importantes a serem narrados. Por exemplo, para a entrevista de Rosicleia Campos, foram incluídas questões sobre o seu trabalho como técnica da seleção brasileira e, ao mesmo tempo, houve um momento em que a narrativa da entrevistada voltou-se espontaneamente para a sua relação com a ex-atleta Edinanci Silva, com quem disputou vaga para os Jogos Pan-Americanos de Mar Del Plata (1995) e formou a seleção dos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996) e, de quem foi técnica na Olimpíada de Pequim (2008):

[...] Assim como em Pequim, a Edinanci merecia ter ganhado. Merecia. Falei pra ela... Ai, deu vontade de chorar [se emociona, chora, silêncio] falei pra ela: 'Cara, é sua chance'. Sabe, de coroar tudo o que ela passou. [Ela] Passou por muito perrengue. E sabe o que é legal? Ela nem tem noção de tudo o que passou. Não tem. Não tem. Vivi muita coisa com ela. A gente viveu muito como atleta. Eu ganhei um campeonato brasileiro dela, minha mãe adora ela, ela ficou muitas vezes na minha casa, eu adoro ela, sou muito fã. A gente foi para um campeonato na Alemanha, um cara arrasou com ela, mas tudo [em] inglês...E ela não tinha noção. [...]. E aí, quando chegou em Pequim eu falei: "Kekinha [Ketleyn Quadros] já tinha ganhado a medalha, Edi, acabou, acabou aquela responsabilidade de que é você que tem que ganhar a medalha". Porque em Atenas [2004] foi isso e era só nas costas dela. "Cara, a Kekinha já ganhou a medalha, ganha pra você". [...] Eu fiquei muito triste porque ela não ganhou. Em 2007 [Pan do Rio], foi lindo que ela ganhou da cubana, foi lindo (CAMPOS, 2015).

Rouchou (2000) lembra que, em história oral, os participantes são também colaboradores do processo e não somente informantes em suas entrevistas. "É mais um parceiro que vai lançar novas luzes sobre o tema proposto [...] caberia abrir outra discussão, que seria a autoria do texto em História Oral, uma vez que a relação é construída entre as duas partes: o oralista e seu colaborador", diz.

Apesar de caber ao pesquisador a análise e seleção dos pontos da narrativa que despontam para a análise, configurando-se, de fato, como autor, é difícil considerar que os participantes não tenham papel essencial no processo, sendo condição *sine qua non* para a execução de um projeto em história oral. Portelli (2010, p. 211) afirma que o pesquisador, ao mesmo tempo em que tem um papel dominante sobre o entrevistado, se coloca em uma condição de aprendiz com o que o seu entrevistado, em uma "[...] narração dialógica que tem o passado como

assunto” e tal relação foi destacada às parceiras participantes desta pesquisa<sup>51</sup>. A abordagem inicial às participantes foi feita em forma de convite pessoal, por telefone, e-mail ou abordagem direta, conforme a situação, considerando-se que todas moram fora da cidade de Curitiba (PR).

Todas as entrevistas foram gravadas em um gravador de áudio digital da marca Sony, modelo PX 620, de propriedade e uso pessoal da pesquisadora, pela necessidade de acessar posteriormente o que foi dito pela participante, *ipsis litteris*, resgatando suas pausas, hesitações, acelerações na fala, tendo em vista que também são elementos importantes ao pesquisador<sup>52</sup>.

A transcrição das entrevistas foi realizada por meio da escuta das mesmas e registrada em arquivos do programa Microsoft Word de um *netbook* Asus e teve como orientação no registro dois conceitos distintos, adequados para cada momento. No primeiro, foi feita a “transcrição literal” do conteúdo das narrativas – ser fiel ao que foi gravado, sem fazer cortes ou acréscimos e com a inclusão de marcações quando necessário (ALBERTI, 2005) –, visto que a intenção foi a elaboração de um documento que permitisse a relação imediata com o áudio gravado<sup>53</sup>.

Um segundo conceito foi aplicado aos trechos das falas selecionados para a publicação neste estudo, que foi a adoção de adaptações e “correções” de grafia, sintaxe e semântica, eliminando marcas da oralidade, como repetições, seguindo um preceito básico da Linguística de que a língua falada e a língua escrita têm funcionamentos e “regras” distintos (POSSENTI, 1996; FARACO, TEZZA, 2003).

---

<sup>51</sup> A todas foram explicitados os usos que seriam feitos das entrevistas e a possibilidade de acesso ao material produzido a partir das mesmas a qualquer tempo; logo após, solicitado a assinatura do TCLE.

<sup>52</sup> No projeto inicial cogitou-se também a gravação em câmera de vídeo e máquina fotográfica, em equipamentos semi-profissionais da pesquisadora, visto que a metodologia parte da capacidade dos indivíduos de organizarem e relatarem suas memórias: como narradores, têm características de entonação de voz e gestual que o áudio e o registro imagético permitem perdurar, enriquecendo a análise (tais recursos da língua falada foram, registrados em diário de campo da pesquisadora, para consulta posterior). Um dos empecilhos foi a dificuldade em operar sozinha tantos equipamentos, sem prejuízo da qualidade técnica das gravações e, sobretudo, da qualidade da performance como entrevistadora. Outro fator foi, como já havia sido previsto, certo retraimento de algumas pessoas diante de uma lente, controlando as suas falas e movimentos, o que ocorre em menor intensidade com o registro apenas da voz.

<sup>53</sup> Esses documentos foram salvos em aplicativos de compartilhamento de dados, no modo privado, e em *hard disk* externo, bem como as sonoras. A disponibilização desses arquivos será feita a terceiros conforme a avaliação prévia e estão permanentemente à disposição das entrevistadas (os arquivos correspondentes a sua colaboração).

Beira à ingenuidade afirmar que a transcrição literal, retirada do contexto da fala – em que ritmo, entonação, hesitações, combinações com o gestual do falante também significam – passada para o papel sem adaptações possa manter o significado. Portelli dá uma razão a mais para essa necessidade de “adaptação”:

A *historiografia* baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode se esquecer de origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como **performance**. Por isso, os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conservando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. [...] Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada. O caráter oral, dialógico, imaginativo destas narrativas não é uma impureza da qual devemos nos livrar para irmos à busca dos fatos puros; é, em si, um fato histórico, simplesmente de outro tipo (PORTELLI, 2010, p 216, grifo do autor).

Um ponto levado em conta sobre o desenvolvimento do judô no Brasil a partir do relato de mulheres foi o de manter a vigilância para não se limitar a uma abordagem de gênero que enquadre as mulheres numa situação de vitimismo. Embora a noção de “tardia” para definir a inserção da mulher na modalidade tenha como referência o início da prática do judô masculino, tem-se de tratá-la como resultando do contexto social de cada sociedade.

Afinal, esse “atraso” também ocorreu em outros países, como Alemanha, França e Inglaterra, onde as demandas por igualdade de gênero ganharam força com as feministas e a inserção da mulher nos tatames havia se intensificado já no final dos anos 1930.

As demandas feministas das brasileiras, que já vinham sendo feitas nas primeiras décadas do século XX e se intensificaram décadas de 1940 e 1950, só se expandem e ganham engajamento a partir da década de 1960, como uma das formas de resposta ao cerceamento imposto pela Ditadura Militar, mas só vão ganhar força décadas depois (TRALCI FILHO, ARAÚJO, 2015, p. 29) e de forma menos ostensiva que do que aconteceu na Europa, mas parece ter levado mais tempo para influenciar demandas no esporte. Isso demonstra que não se pode somente atribuir a demora para que as brasileiras entrassem nos tatames à dominação masculina, mas também a fatores sócio-históricos externos ao esporte que interagem sobre o esporte.

#### 1.4 CAMINHOS DE LUTAS DENTRO E FORA DOS TATAMES

No registro histórico do judô, comumente são citados nomes de discípulos de Jigoro Kano que tiveram participação na disseminação e popularização da modalidade, seja no seu ensino, seja como exímios competidores. Todos homens. Um exemplo traduzido em bibliografia é a obra de Stanlei Virgílio “*Personagens e histórias do judô brasileiro*” (2002), que apresenta o perfil de 64 judocas que contribuíram para o desenvolvimento da modalidade no país. Nenhuma mulher.

Silvana Vilodre Goellner (2013) destaca a incipiência dos registros que detalham a participação feminina nos esportes e sua escassez estão relacionadas a determinadas representações culturais que restringiram a vivência esportiva às mulheres:

A mais significativa delas recais sobre a preservação de uma dada representação de feminilidade segundo a qual a graciosidade, a suavidade, a beleza, o recato, a maternidade eram dignificadas como atributos essenciais e constituintes de uma “verdadeira mulher” (GOELLNER, (2013, p.77).

Não é, portanto, de estranhar ou condenar a carência de registros: esse “silêncio” não indica a ausência de praticantes, afirma a autora, mas, especialmente um momento histórico. Nesse sentido, a história oral oportuniza ampliar a diversidade no que se sabe sobre o esporte, ao prestigiar indivíduos que tiveram papel na história, mas com sua importância relegada a planos inferiores. Meihy (2011) destaca que

A história oral é campo aberto à produção de conhecimento sobre diferenças. O trabalho com o diverso, não reconhecido, com os excluídos por motivos plurais ou com os interditados, é um dos mais importantes exercícios presentes em projetos com entrevistas. Isso se coloca na perspectiva da valorização da diversidade social e reforça o caráter democrático, de luta pela inclusão, provocado segundo a agenda social ligada ao conhecimento humanístico (MEIHY, 2011, p.28).

Esse pensamento é endossado pelo italiano Alessandro Portelli (2010), que afirma que, em história oral, a história é representada pela experiência pessoal de indivíduos específicos que, diferentemente da biografia, está sustentada pela ênfase na participação individual em eventos históricos. Os narradores articulam memória, avaliação e relatos em diálogos com entrevistadores que estão tentando reconstruir uma estrutura mais ampla.

Assim, convidam-lhe a focalizar o encontro entre a história suas vidas, entre mundos privados e eventos de interesse geral. A história oral também é a oportunidade para narradores relativamente obscuros serem canonizados no discurso público: um relato público realizado por pessoas que raramente tem a oportunidade de falar publicamente (PORTELLI, 2010, p. 186).

Neste estudo, as narradoras têm um perfil plural e, como já foi dito, é precipitado afirmar que estão “obscuras” em seu grupo social, ou seja, o do judô: todas têm um caráter de protagonismo na modalidade. Contudo, o que as pode enquadrar como pessoas que raramente chamadas a falar publicamente é o fato de o judô ser um espaço que se desenvolveu principalmente como um lugar de dominação masculina<sup>54</sup> (BOURDIEU, 2007), sendo esta

uma violência simbólica, suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólica da comunicação, do conhecimento, ou, mais precisamente, do descobrimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelos dominantes quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2007, p. 8).

Entre as memórias que as judocas participantes deste estudo narraram, estão vivências de violências simbólicas sofridas por serem do gênero feminino no esporte. Também apontaram, a partir de dados de suas vidas pessoais, fatos importantes para a compreensão sobre o desenvolvimento do judô praticado por

---

<sup>54</sup> A dominação masculina seria uma forma particular de violência, em que a biologia e os corpos seriam espaços onde a desigualdade dos sexos seriam naturalizadas: “Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais” (BOURDIEU, 2007, p. 156).



mulheres no Brasil. Tais narrativas podem compreender informações que constituem a memória coletiva do judô brasileiro. Para Halbwachs,

[...] A memória coletiva tira sua força e duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 1990, p. 69).

Para maior clareza na exposição dos fatos contados pelas entrevistadas e sua relação com a história do judô brasileiro, propõe-se, a seguir, uma periodização do Judô Feminino no Brasil, dividida em três fases e que podem ser comparadas a outros marcos históricos<sup>55</sup> da modalidade:

- **1ª fase** – de 1950 a 1979 – **Mulheres Judocas “Fora da Lei”** – Primeiras judocas praticantes que iniciaram o judô sob o Decreto-Lei 3.199/41, que proibia a prática modalidades “incompatíveis” à natureza da mulher;
- **2ª fase** – de 1980 a 2001 – **“Era Mamede”**– A participação feminina é oficialmente liberada nos tatames nacional. Começam a se organizar as competições locais e as viagens para competir internacionalmente. Mas as judocas sentem, especialmente na seleção nacional, as restrições de regras e finanças impostas pela gestão do então presidente da CBJ, Joaquim Mamede.
- **3ª fase** – A partir de 2001 – **Ascensão do judô feminino brasileiro** – Pelo país, crescem os projetos sociais de inclusão, aumentando a participação feminina e, na CBJ, as políticas voltadas ao judô feminino deixam de ser tratadas como “apêndice” do masculino.

---

<sup>55</sup> Tal periodização foi proposta com fins didáticos para a exposição a seguir, não se pretende permanente e está sujeita a revisões. É possível notar a disposição temporal da história do judô a partir das narrativas das participantes em relação ao outros momentos da História no **Figura 3 – Linha do Tempo**, na página 81.

Antes de apresentar as narrativas das judocas sobre essas três fases, o **Capítulo 2** apresenta brevemente um histórico do desenvolvimento do judô, a partir de sua sistematização, em 1882, no Japão, e sua chegada e desenvolvimento no Brasil. Nesse processo, foi levada em conta a versão que se estabeleceu como oficial, instituída e mantida por uma unidade do recorte realizado, mas que não é a única. Pollak (1992) destaca que as memórias coletivas estabelecem, por meio de um trabalho de enquadramento, o que pressupõe que outras versões foram deixadas em segundo plano. Por isso, neste segundo capítulo, tentou-se agregar informações que acrescentem dados sobre o desenvolvimento do judô, especialmente em relação à presença feminina no esporte. Nesta seção, também será discutida a inserção no judô das 16 judocas participantes deste estudo.

O **Capítulo 3** fala sobre a primeira fase do judô feminino no Brasil, no período em que praticar modalidades de luta não era legalmente permitido. Proibição que, contudo, não foi capaz de impedir a inserção das mulheres nos tatames, ainda que de forma discreta. São analisados temas destacados pelas entrevistadas, como os preconceitos por elas percebido, as formas de inserção no judô e como financiavam seus treinamentos, além de como estes eram realizados até o final da década de 1970.

O **Capítulo 4** versa sobre a 2ª fase do judô feminino, a partir da liberação legal no Brasil para a prática de modalidades de luta por mulheres, em dezembro de 1979, e as primeiras competições para elas, como o primeiro campeonato brasileiro, no Rio de Janeiro, e primeiro Mundial, em Nova York. Esse período coincide com a ascensão e permanência de Joaquim Mamede<sup>56</sup> à frente da CBJ. Nesses 21 anos, as judocas apontam seu desenvolvimento como atletas e questões relacionadas ao

---

<sup>56</sup> Joaquim Mamede de Carvalho e Silva foi praticante de levantamento de peso e que teve os primeiros contatos com o judô em meados dos anos 1950. Teve cinco filhas e um filho: Beatriz Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de Carvalho e Silva, Margarida Maria de Carvalho e Silva, Ana Maria de Carvalho e Silva, Patrícia Maria de Carvalho e Silva, e, Joaquim Mamede de Carvalho e Silva Junior e inseriu todos na prática do judô. Tornou-se presidente da Federação Guanabarina de Judô (FGJ) a partir de 1974, chegou à CBJ no final da gestão de Augusto de Oliveira Cordeiro sem ocupar um cargo de fato. Em 1981, na gestão Miguel Martins Fernando, cargo que segue ocupando, até 1984, Segundo o Mamede, o então presidente da entidade, era ele quem gerenciava e Miguel Martinez, "só assinava". Segue no cargo durante a na gestão de Sérgio Adib Bahi (1982-1984) e é eleito presidente da entidade em 1985, cumprindo duas gestões, até 1991. Como não podia concorrer a um terceiro mandato, inscreveu seu filho, Joaquim Mamede Júnior como candidato a presidência e ele, no cargo de superintendente, permanecendo no posto até 2001, quando perde o pleito para Paulo Wanderley. Mamede faleceu em 1º de outubro de 2015. (NOTA DE FALECIMENTO..., 2015; MAMEDE SAI PARA ATUAR..., 2015)

financiamento e percepções de preconceito sentidos por ela – optou-se por registrar nas três fases as falas das judocas sobre esses temas, visto que foram assuntos recorrentes em suas narrativas.

O capítulo seguinte, que abarca o período a partir de 2001 – quando Mamede deixa o comando da principal entidade do judô brasileiro – até os dias atuais. Nesse **Capítulo 5**, além das suas memórias pessoais sobre a modalidade, narram quais foram as principais dificuldades em suas trajetórias e quais as contribuições consideraram ter dado ao esporte.

## 2. JUDÔ, O “CAMINHO DA SUAVIDADE”

*“Meus ideais para o judô, portanto, baseiam-se no desenvolvimento físico do indivíduo que treina para ser excelente na arte que lhe permitirá sair-se bem numa competição. Além disso, espero que os alunos de judô façam uso pleno do conhecimento, dos princípios e dos valiosos ideais obtidos com o trabalho deles no dojô para levarem uma vida satisfatória e que valha a pena.” (Jigoro Kano, in WASTSON, 2011, p. 77)*

Em 2013, faleceu, nos Estados Unidos, a judoca Keiko Fukuda, aos 99 anos. Ela foi a única mulher na história do judô mundial a ser condecorada com o grau máximo para praticantes da modalidade, o 10º *Dan*<sup>57</sup>, recebido em 2011. Ela era uma das poucas mulheres judocas ainda vivas a terem sido ensinadas, no Japão, por Jigoro Kano, responsável por sistematizar o conjunto de técnicas por ele denominada de “judô”.

Keiko começou a praticar o judô em 1934, convidada por Kano porque era neta de um dos primeiros mestres de Kano no *jiu-jitsu*<sup>58</sup> e tornou-se conhecida mundo afora por estar entre as primeiras mulheres que saíram do Japão com a missão de divulgar o sistema de lutas criado por Jigoro Kano. Defensora da prática até a perfeição dos *katas*<sup>59</sup>, especialmente pelas mulheres, adotou para si o mote “*Be Gentle, be beautiful, be strong*” (“seja suave, seja belo, seja forte”, em tradução

---

<sup>57</sup> Grau, graduação.

<sup>58</sup> Significa “arte” ou “técnica suave”. O *ju-jutsu* surgiu de forma mais organizada e com centros de instrução independentes, nos séculos XVI e XVII, e floresceu no Japão durante o Shogunato Tokugawa, em função, principalmente, de três fatores: enfraquecimento de muitos clãs empobrecidos, abundância de guerreiros sem senhor, também conhecidos por *ronin*, e desenvolvimento de muitos centros comerciais que necessitavam de proteção. A dinâmica propostas pelas escolas do antigo *ju-jutsu* era baseada na necessidade de sobrevivência no combate. A partir dessa época, as técnicas utilizadas nos campos de batalha foram se transformando de artes marciais em esporte de combate. (NUNES, 2014, p. 35). Optou-se por manter a grafia de “jiu-jitsu” para este estudo, mas mantendo as grafias adotadas pelos autores citados. Odair Antônio Borges (2011) explica que na transcrição dos ideogramas da grafia japonesa para a escrita em caracteres romanos a partir da pronúncia de cada idioma. Mas, muitas vezes essa transcrição a partir da fonética pode gerar confusões linguísticas. O autor explica que “*Ju Jutsu*” é escrito com dois ideogramas, JU (柔) e JUTSU (術), cuja pronúncia para o primeiro é entre “*ju*” e “*dju*”, o segundo entre “*djutsu*” e “*djitsu*”. Quando transcrito para letras romanas, o japonês usa a grafia “*Ju Jutsu*”, mas no ocidente surgiram outras grafias por causa de diferentes pronúncias em cada idioma.

<sup>59</sup> Conjuntos de técnicas fundamentais executadas em um método de estudo especial para transmitir a técnica, o espírito e a finalidade do judô, em que os golpes são coreografados entre *tori* (o que ataca) e *uke* (o que recebe o golpe), com objetivos didáticos.

livre), o que, à primeira vista, parece uma visão bastante feminina da modalidade praticada sobre os tatames.

Na verdade, o lema de Fukuda (ROMER, 2014) não mais que reúne conceitos valorizados pelo senhor Kano, que primava pela perfeição estética da execução das técnicas e com a gentileza que compõe o nome da modalidade – “*ju*”: suave, gentil – acompanhado do termo “*dô*” – que significa “caminho, via”, em vez do até então usualmente “*jitsu*” – “técnica; arte” – apontando já uma significativa e intencional mudança de sentido no termo: o “*dô*”, o caminho a ser seguido, é o foco principal do que é ensinado, enquanto a técnica é secundária (KANO, 2008b, p. 210), com a “implicação de primeiro abrir o caminho para então ganhar a vitória”<sup>60</sup>.

A opção pela escolha do novo nome, mantendo o “*ju*” e substituindo o “*jitsu*” por “*dô*”, explica Kano, foi com a intenção de explicitar a intenção de que a nova prática fosse além do aperfeiçoamento técnico, baseada na utilização racional da energia humana. E acrescenta:

Algumas pessoas me perguntam por que não usei um nome como *urikagu* (a ciência do *ju*) ou *juriron* (a teoria do *ju*) em vez de judô. Eu achei que os nomes *jurikagu* e *jurion* seriam tão inovadores que dariam a impressão de que eu inventei algo. Eu queria garantir que as conquistas dos que se foram antes de mim não fossem perdidas (id, p. 22).

A partir do conceito de “caminho da suavidade”, seria de inferir que não haveria diferença entre judô para homens e para mulheres, porque a definição de “judô”, em si mesma, aponta que qualquer um pode aprendê-lo, independente de idade ou gênero, por promover o desenvolvimento individual e social como um todo, embora os objetivos traçados por Kano não tenham sido alcançados em sua completude.

Costuma-se afirmar que o judô *foi criado* em 1882 no Japão por Jigoro Kano<sup>61</sup> (CALLEJA, 1973; FRANCHINI, 2008; MADURO, 2011), tendo como

---

<sup>60</sup> Para entender o que se toma por “suavidade” ou “abrir o caminho”, Jigoro Kano explica com um exemplo do melhor uso da força: se um homem está diante de outro, mais forte e este empurra o mais fraco, mesmo que este resista, será derrubado, afinal, o outro é mais forte. Se, em vez de se opor, o homem mais fraco puxa o mais forte, terá a possibilidade de desequilibrar e derrubar o mais forte (KANO, 1986, p. 17).

<sup>61</sup> Nascido na cidade de Miake em 28 de outubro de 1860 em uma família abastada. Seu pai, Jirosaku Mareshiba Kano, havia sido adotado por uma família antiga, de preceitos xintoístas e budistas. A

referência o ano de fundação de sua escola, a *Kodokan* (“lugar para ensinar o caminho”). Mas o próprio Kano (2008) explica que não se tratou de uma invenção, mas a adaptação de uma modalidade de lutas já existente, o *ju-jitsu*, que tinha como propósito o combate, transformado em uma metodologia em que pudesse ser aplicada como atividade de educação física:

Com algumas melhorias o *ju-jitsu* poderia se tornar um método abrangente de educação física, treinamento intelectual e educação moral. Então passei vários anos desenvolvendo minhas ideias, até finalmente criar o judô *Kodokan*. Eu fiz isso tanto quanto possível o *ju-jitsu* que até então existia, mantendo o que, no meu entender, valia a pena manter e descartando o restante, estudando profundamente as técnicas e teorias e reformulando-as de uma maneira que fosse aplicável para a sociedade atual (KANOb, 2008, p. 19)

O judô surge de uma compilação revisada de estilos do *ju-jitsu* em um período em que essa modalidade de arte marcial estava em declínio no Japão, por conta do momento histórico do Japão: no final do século 19, as ilhas nipônicas viviam as primeiras décadas da Era Meiji e esse contexto é importante para compreender também a inserção feminina da mulher no judô no país.

Até 1853, o Japão viveu, por cerca de sete séculos, em um regime feudal dominado pelos samurais que trabalhavam em defesa do nome do imperador. Nesse ano, o país é invadido pelos Estados Unidos, com a esquadra comandada pelo comodoro Matthew Calbraith Perry, resultando na assinatura do Tratado de Kanagawa, assinado por Tokugawa Yoshinobu, o décimo quinto e último xogum<sup>62</sup> do Período Edo, abrindo os portos japoneses para os Estados Unidos e acaba com a política de isolamento nipônica que durou 200 anos.

---

mãe, Sadako, era de uma família produtora de saquê e ensinava pressupostos confucionistas ao filho. Ela morreu quando o garoto Jigoro tinha 9 anos. Então Kano e o pai, se mudam para a capital, Edo (rebatizada de Tóquio), onde o garoto recebe aulas de inglês e alemão. Aos 14 anos, era um adolescente de 1,57 m e 41 quilos. Um amigo da família sugeriu que o *ju-jitsu* era uma excelente maneira de melhorar a forma física do rapaz, o que despertou o interesse do jovem Kano para a arte marcial. Entrou para a Escola de Línguas Estrangeiras de Tóquio (SANTOS, 2014, p. 18) e seguiu para a Academia Kaisei, que daria origem à Universidade de Tóquio em 1881, onde se graduou em Ciências Políticas e Econômicas, onde todas as aulas eram proferidas em inglês, para estudar Literatura (GLEESON, 1975, p. 90). Casa-se em 1891 com Sumako Takezoe, filha mais velha de um ex-embaixador japonês na Coreia, Seizei Takezoe. Teve nove filhos, seis meninas e três meninos (BLACK BELT, 1970, p. 42). Em sua carreira profissional, foi adido no Palácio Imperial, professor e diretor escolar, empregando as mais recentes metodologias norte-americanas, influenciado especialmente por John Dewey, e europeias (STEVENS, 2013).

<sup>62</sup> Comandante do exército, título concedido diretamente pelo Imperador.

Em 1868, o príncipe Mutsuhito, então com 14 anos, decreta o fim do Feudalismo japonês e sobe ao trono como o 122º imperador, assumindo de fato a autoridade que era apenas virtual e decreta o fim do xogunato do clã Tokugawa. Teve início, assim, o Período Meiji (Regime Iluminado), que abre o Japão para o restante do mundo e dá início a um período de acelerada modernização e ocidentalização ao país. O que significa em profundas mudanças econômicas e de estratificação social.

Entre as alterações, interessa a influência ocidental no pensamento japonês e o declínio dos samurais, até então fartamente bancados pelo império, o que tornou parte deles arrogante e preguiçoso, despertando desconfiança da população e desprestígio de suas artes marciais. Foram, com a reforma, proibidos de usar as espadas e cortes de cabelo que os identificavam.

Quando o comodoro Perry desembarcou no Japão, em 1853, havia aproximadamente 159 escolas de ju-jutsu, a maior parte controlada por grandes famílias de guerreiros, sendo as mais frequentadas as dos estilos *Kito-ryu*, *Kyushin-ryu*, *Sikiguchi-ryu*, *Sibukawa-ryu*, *Yoshin-ryu*, *Shin no Shinto-ryu* (KANOa, 2008, p. 22). Em 1872, o *jiu-jitsu* e o *ken-jitsu* (esgrima japonês) deixam de ser parte do currículo escolar no Japão, por determinação do Ministério da Educação o país (SUZUKI, 1986, p. 12), sendo essas práticas relegadas a academias, cada vez mais se reforçando a ideia de se tratarem de combates perigosos. Os golpes mais eficientes eram guardados como “segredos de família” e somente eram transmitidos para alguns poucos “eleitos” (CALLEJA, 1973, p. 8).

Ao mesmo tempo, Jigoro Kano interessa-se pelo princípio do “*ju*”, em que o *jiu-jitsu* permitiria a lutadores fisicamente mais fracos utilizarem da força do oponente para sobressair. O ex-técnico da seleção britânica de judô na década de 1970, Geof Gleeson, comenta o oportunismo do momento histórico japonês para Kano:

Setecentos anos de desenvolvimento europeu teriam de ser absorvidos em décadas. Levou quatro! O Japão deu provas de ter condições de se associar à sociedade internacional. Deve ter sido um dos períodos mais entusiásticos para lá viver. Para um jovem intelectualmente acordado como Kano, deve tê-lo sido certamente. Após a dolorosa transição política-social [do Japão], há a tendência de se reconsiderar as boas coisas antigas. Nem sempre o modernismo é sinônimo de acerto. O jovem Kano acha estar na hora exata de iniciar o judô moderno (GLEESON, 1975, p. 91).

Então, Jigoro Kano iniciou a prática do *jiu-jitsu* em 1877, com Hachinosuke Fukuda, no estilo *Tenjin Shinyo-ryu* (KANOa, 2008, p. 23). Calleja (1973) afirma que quem teria ensinado os primeiros golpes teria sido o professor Teinosuke Yage, mas este apenas teria indicado a Kano a escola de Fukuda, a qual frequentou até a morte do mestre, dois anos depois. “Após sua morte, continuei meus estudos com Isso Masatomo, na mesma escola e *ju-jutsu*, e após a morte deste, eu aprendi *Kito-ryu* com Ikubo Tsunetoshi. Posteriormente, estudei todas as outras escolas” (KANOa, 2008, p. 23).

Pouco a pouco, Kano analisou os conteúdos e procurando um sentido comum e percebe que seria possível reorganizar as técnicas para o uso eficaz da energia aplicada nos golpes. E pretendeu desenvolver uma prática acessível a todos, como Educação Física. Por isso, retirou as técnicas que resultariam em lesões e, desde o início, centrou esforços para que seu “judô” fosse não só voltado ao físico, mas também uma prática que se harmonizasse com a formação intelectual ética e moral dos indivíduos (o “*dô*”). Assim, aos 27 anos, funda a *Kodokan*.

As narrativas sobre a história do judô comumente afirmam que para que a nova modalidade se popularizasse, Kano aceita que seus primeiros aprendizes – que também se tornaram colaboradores no estudo do desenvolvimento das técnicas – participassem de desafios interestilos, embora posteriormente viesse a condenar tais práticas. Com o desejo de também popularizar o judô em todo mundo, Kano se dedicou a introduzir a modalidade em outros continentes (KANO, 2008b, p. 11), o que começou a ser ainda no final do século XIX, quando o próprio começou a proferir palestras e a fazer demonstrações técnicas na Europa e nos Estados Unidos.

Também esteve na China entre 1902 e 1905, onde não encontrou grande apoio (FRANCHINI, 2008, p. 106) e, nos períodos em que estava no Japão, aproveitava suas boas relações para receber personalidades e fazer demonstrações do judô. Passou a enviar seus discípulos a outros continentes com o intuito de divulgar a modalidade e cria o sistema de promoção de faixas, hoje usadas em grande parte das artes marciais. A faixa preta, objetivo de muitos praticantes, é símbolo de que uma etapa da aprendizagem foi concluída (BLACK BELT, 2006, p. 17). Em 1911, o judô foi introduzido no currículo das escolas do Japão e começou a se difundir pelo país.



Pensado como uma modalidade que forme o indivíduo integralmente, Jigoro Kano também estabeleceu duas máximas: a primeira é o *Seiryoku Zenyo*<sup>63</sup>, que significa “melhor uso da energia em busca da eficiência máxima melhor uso da energia em busca da eficiência máxima” e é o principal propósito, afirma o Kano (2008a, p.32) de se praticar o judô. Este princípio, destaca, vale não apenas para maior eficiência na prática física da modalidade, mas deve se estender a todos os momentos da vida do judoca. Porém, se todos comessem a encontrar a melhor forma de aplicar este princípio, isso resultaria em práticas egoístas.

Então, um segundo princípio foi traçado, este visando à vida social: *Jika Kyoey*, que significa “prosperidade mútua por meio da assistência e da concessão mútua”. Kano afirma que se esses dois princípios forem seguidos, a vida social “progride e se desenvolve naturalmente e que, como membros da sociedade, cada um poderá atingir os resultados que deseja para si”, destacava o fundador do judô (ibid, p. 61). Massao Shinohara (1981, p. 6) sintetiza os dois princípios ao afirmar que, o “progresso conjunto, próprio e dos outros, é a expressão do ideal obtido através do estudo do judô”.

## 2.1 O JUDÔ E AS MULHERES

“Para entender o judô, veja o treino das mulheres”, seria uma das afirmações do mestre Kano (STEVENS, 2013, tradução nossa). Se tal declaração é verdadeira, não há como imaginar que o articulador do judô fosse contrário à participação das mulheres na modalidade. E revela que o treino delas de fato era diferente do praticado pelos homens.

Tentar determinar o quanto o judô avançou em termos de proporcionar a inserção da mulher na prática da atividade física e esportiva entre o final do século XIX e início do século XX na sociedade japonesa é uma tarefa bastante complicada. Mas as tentativas são válidas porque auxiliam na compreensão desse processo também em outros grupos sociais e em outros momentos históricos.

---

<sup>63</sup> O *Seiryoku Zenyo* foi criado pelo filósofo japonês Akyama Shorobei com a ideia da doçura ou da não-resistência para triunfar, o “ceder para vencer” (SANTOS, 2014, p. 37).

Stevens (2013) conta que a irmã de Jigoro Kano, Katsuko Yanagi, foi a sua primeira discípula mulher no processo ensino-aprendizagem de artes marciais. O autor conta ainda que, quando ainda era um iniciante nas aulas de *jiu-jitsu*, Kano chegou a ensinar o judô brevemente a sua esposa, Sumako, mas os treinamentos não duraram muito e nenhum dos nove filhos permaneceu na modalidade sistematizada pelo pai<sup>64</sup>; dois deles chegaram inclusive a odiar o judô. Duas das filhas praticaram pouco judô, apesar de uma delas, Noriko, ter alcançado a faixa preta e ter sido diretora da *Joshi Bu*<sup>65</sup>, a Divisão Feminina da *Kodokan*, em 1926 (STEVENS, 2013), embora não conste na literatura pesquisada o ano em que Noriko chegou ao 1º Dan.

Algumas mulheres já praticavam judô no Japão antes da virada para o século 20. Na *Kodokan* a primeira aluna de Jigoro Kano foi Sueko Ashiya, em 1893 (MIARKA et al, 2011; STEVENS, 2013).

As mulheres poderiam aprender judô através de treinamento técnico, *randori* (prática livre) leve, exercícios de *kata*, *taisabaki* (técnicas de movimentação corporal), *ukemis* (rolamentos) e autodefesa. Ficaram proibidas, claro, o *randori* pesado e, a claro, as competições (SILVA, 1994, p.198-199).

Apenas 34 anos depois, em 1926, a *Kodokan* cria – oficialmente – seções a *Joshi Bu* para formar futuras professoras de judô, o que vai ao encontro dos ideais de Kano de “ocidentalização” no período Meiji, seguindo correntes cientificamente aprovados de saúde e modernização, em que a “a mulher japonesa ideal precisaria ser preparada para conceber crianças saudáveis, o futuro da nação” (MIARKA et al, 2011, p. 1019, tradução nossa). As primeiras inscritas foram Ayako Akutagawa, Yasuko Morioka e Masako Norikomi.

Keiko Fukuda conta que a *Kodokan* tinha em torno de 100 mulheres em seu *dojo*, poucas comparadas às cerca de 300 que viria encontrar décadas depois em tatames do leste dos Estados Unidos (LEONARDIS, 1966, p. 41, tradução nossa).

---

<sup>64</sup> Ainda assim, o segundo filho mais velho, Risei Kano tornou-se o terceiro presidente da *Kodokan* em 1946, sucedido pelo filho Yukimitsu, neto de Jigoro, que ocupou o cargo de 1980 a 2009.

<sup>65</sup> A *Joshi Bu* é criada em novembro de 1926, com a intenção de uma perspectiva de educação física e moral (BROUSSE, 2005, p. 249, tradução nossa).

Ela dizia haver distinções entre o treinamento para as moças e os rapazes: “O primeiro [praticado pelos homens] é limitado e enfatiza a técnica, o segundo [praticado pelas mulheres] é mais ampla e de acordo com o desenvolvimento do ser humano”(ibid, p. 43), destacava.

Apesar de ter sua sessão feminina, contudo, não é a *Kodokan* formar a primeira judoca faixa preta, mas sim o *dojô* Butokukai<sup>66</sup> de Osaka, em 1933, que graduou a jovem Katsuko Kosaki, sob a orientação do *sensei* Takisaburo Tobari, um contemporâneo de Jigoro Kano e companheiro das práticas do estilo *Tenjin Shin'yoryude jiu-jitsu* (STEVENSON, 2013). A faixa preta de Katsuko possuía uma tira branca no meio para diferenciá-la da graduação masculina. Essa prática seria adotada futuramente em outros países, como por exemplo, o Brasil (SILVA, 1994, p. 200).

A dificuldade em obter o mesmo reconhecimento técnico que os homens no *Kodokan* – expresso pela graduação das faixas – foi constatado por Keiko Fukuda<sup>67</sup>. Era, então, um dos fatores de exclusão que Kano não conseguiu superar em relação ao gênero no judô.

Fukuda destaca o sexismo na entidade, apontando o fato com certa dose de amargor no filme sobre sua trajetória, *Mrs. Judô* (ROMER, 2012). Entre os homens, conta, se considerava os *randoris*<sup>68</sup> como critério de evolução técnica. Entre as mulheres, basicamente, se avaliavam os *katas*:

---

<sup>66</sup> *Dai Nippon Butokukai* – “Sociedade da Grande Virtude Marcial do Japão”, em tradução livre, é uma organização de artes marciais criada em Kyoto em 1895, com o objetivo de restaurar as artes marciais clássicas e promover a paz internacional através do ensino e treinamento das modalidades tradicionais de artes marciais. Era reconhecida e autorizada pelo Ministério da Educação para controlar a prática das artes marciais no país. Kano foi um grande incentivador para que o jiu-jitsu fosse incluído como uma das modalidades praticadas na *Butokukai* e, posteriormente, o judô. Kano tinha o cuidado de que o judô ensinado na *Butokukai* era o judô ao estilo *Kodokan* (GREEN, SVINTH, 2010, p. 574, tradução nossa)

<sup>67</sup> Após atingir o grau máximo permitido a uma mulher no Japão, foi convidada por Kano a divulgar o judô pelo mundo e, durante a 2ª Guerra Mundial, quando o ensino de artes marciais havia sido proibido no arquipélago nipônico. Fez sua primeira viagem oficial de divulgação da modalidade em 1953, passando por Estados Unidos, Nova Zelândia, Canadá, Austrália e Filipinas; em 1964, apresentou-se nos Jogos do Japão (1964), com o *Ju No Kata* (série de golpes coreografados, o trata-se de um dos *katas* de maior caráter estético criado), na primeira olimpíada em que o judô foi disputado; dois anos depois, visita novamente os Estados Unidos e se estabelece em São Francisco. No país, permanece até a morte, em 2013. Antes, porém, a Federação Dos Estados Unidos de Judô (USFJ) lhe concede sucessivas promoções de faixa até que, em 2011, tornou-se a primeira mulher do mundo a ganhar o 10º Dan (MUKAI, 2013, tradução nossa).

<sup>68</sup> Treinamento livre, mais comumente interpretado como combate em situação de treino.

A *Kodokan* era conservadora e sexista sobre as promoções de faixa. Não havia graduação acima do 5º Dan para mulheres. Eles simplesmente decidiam que a mulher não precisava de nenhuma graduação acima do 5º Dan. Eu fui 5º Dan por 30 anos (ROMER, 2012, tradução nossa).

A principal preocupação de Kano com as primeiras praticantes de judô, vale reforçar, era a de não machucar seus corpos com as quedas, pois se considerava que o corpo feminino seria mais frágil ao impacto e essa ideologia sobre o corpo feminino exigia o cuidado em prejudicar sua capacidade reprodutiva ou não “prejudicar” a estética feminina tida como ideal. As primeiras mulheres judocas recebiam aulas particulares, que tinham como objetivo as fortalecer fisicamente o suficiente a preparar-lhes para a maternidade – desde que sempre resguardando seus órgãos reprodutivos – e para situações hipotéticas de autodefesa (MIARKA et al, 2011, p. 1.022, tradução nossa).

Silva (1994) destaca que Kano tinha como ideal para o judô feminino o treinamento dos *randoris* apenas entre as mulheres (sem ter contato físico com os judocas homens), sem preocupação com competição. Tal pensamento teria influenciado fortemente o desenvolvimento do judô feminino em países que o sistema *Kodokan* foi adotado. Já em países europeus, em que a comunicação com a *Kodokan* era menor, o judô feminino ganhou mais ênfase na competição.

Tais diferenças são perceptíveis nos relatos de duas judocas britânicas, em momentos distintos. Em 1906, Emily Watts, em seu livro “*The Fine Art of Jujitsu*” (A fina arte do *jiu-jitsu*, em tradução livre), aponta que em suas práticas de *randori*, ela tinha um professor japonês servia de *uke*<sup>69</sup>, apontando um estilo de treinamento, que, apesar de ainda bastante centrado na prática dos *katas*, se diferenciava do estilo japonês (SILVA, 1994, p. 201).

Já Sarah Mayer, primeira mulher não nipônica a se graduar faixa preta na *Kodokan*, em 1935, relata em uma de suas cartas ao seu *sensei* em Londres, Gunji Koizumi, durante sua estadia em Tóquio, notou diferenças nos treinamentos entre homens e mulheres. “As garotas [japonesas] são tão polidas umas com as outras. Elas nunca tentam evitar nenhum golpe, apenas trocam golpes, lançando-se

---

<sup>69</sup>No treinamento, aquele que tem a função de ceder ao golpe e cair.

gentilmente no tatame” (MAYER, 30 de setembro de 1934, apud BRUM, 2014, p. 10).

A partir de 1910 há um interesse de incluir a modalidade nas escolas, com o caráter de aprimorar o condicionamento físico das garotas.

“O objetivo dos educadores [em Tóquio] era reduzir as taxas de tuberculose oferecendo melhores condições físicas. Infelizmente não havia em locais próximos instrutores qualificados em número suficiente. Além disso, a maioria das escolas não tinha os tatames e os quimonos” (SVINTH, 2001, tradução nossa).

No Japão, a ampliação do número de garotas praticando a “arte da suavidade” ou a “arte da gentileza” só acontece a partir das décadas de 1950, acompanhando a tendência ocidental, em que as conquistas de igualdade de gênero ganharam força com as feministas. O resultado da 2ª Guerra Mundial também foi refletido nos tatames japoneses, mas pouco disso Keiko acompanhar, já morando nos Estados Unidos.

Ainda em meados dos anos 1960, não havia competições entre as mulheres no Japão. “O judô masculino é [praticado] principalmente de livre treinamento ou *randori*, mas o judô feminino enfatiza a forma” (LEONARDIS, 1966, p. 43, tradução nossa). O currículo escolar japonês foi reformulado na década de 1980, quando o país assinou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher, em que o Artigo 10 determinava que os currículos fossem iguais para meninos e meninas, inclusive sobre a prática de artes marciais (MIARKA et al, 2011. p.1.025, tradução nossa).

As mulheres japonesas passam a ser estimuladas a competir apenas a partir dos anos 1980, quando as de alguns países da Europa já faziam *shiais*<sup>70</sup> há mais tempo<sup>71</sup>. Os resultados internacionais levaram cerca de duas décadas para

<sup>70</sup> *Shiai*: A luta com objetivo competitivo.

<sup>71</sup> No 1º Campeonato Mundial Feminino, por exemplo, a equipe japonesa teve apenas uma medalha de prata, em oito categorias disputadas. Os três países com mais medalhas foram a Áustria (3 ouros), França (um ouro, três pratas e quatro bronzes) e Itália (um ouro e duas pratas). Comparativamente, no último Mundial (2015), as japonesas ficaram com um terço das medalhas em disputa: três ouros, duas pratas e dois bronzes, seguidas da Eslovênia (um ouro e uma prata) e da França (um ouro, dois bronzes) (Cf. <[www.judoinside.com/](http://www.judoinside.com/)>).

aparecerem com maior intensidade. Em 2000, foram três medalhas do judô feminino nos Jogos Olímpicos de Sydney (um ouro, uma prata e um bronze) e, em 2004, em Atenas, foram seis finais, com cinco medalhas de ouro.

O “direito” a competir assegurado não significou, no entanto, o fim das dificuldades das moças nipônicas no tatame: nos últimos anos, o judô japonês passou por escândalos de denúncias, por partes das atletas da seleção, de assédio sexual. Em janeiro, as acusações sobre o técnico da seleção, Ryuji Sonoda, de assédio e abusos físicos às atletas durante a preparação para os Jogos Olímpicos de Londres (2012) resultaram no seu pedido de demissão. Ele e outros membros de sua equipe técnica foram acusados por 15 judocas, que enviaram um documento ao Comitê Olímpico Japonês no fim do ano passado afirmando que elas foram vítimas de insultos, bofetadas, agressões com varas de bambu e ter de competir lesionadas (TÉCNICO JAPONÊS ACUSADO ..., 2013). Em maio, um diretor da Federação Japonesa de Judô, Jiro Fukuda, então com 76 anos, renunciou ao cargo após admitir ter abraçado e tentado beijar uma judoca dentro de um elevador em 2011 (DIRIGENTE DO JUDÔ JAPONÊS... , 2013).

Na Europa, a luta pelo reconhecimento das competições femininas começa entre as décadas de 1950 e 1960, mas a prática do judô por mulheres no continente europeu começou 25 anos antes.

Na virada para o século XX, com a primeira onda do feminismo<sup>72</sup>, em que as mulheres lutavam por autonomia, coincide com coincidindo com a emergência e o apelo do método japonês em países europeus (ainda que nesse período, o judô ainda se confundisse como o *jiu-jitsu*). Na Inglaterra, as sufragistas usaram o *jiu-jitsu* como arma de defesa em embates com policiais. Em 1912, a Condessa de Abzac, na França, pedia que as mulheres aprendessem a se defender. É nesse contexto que Emily Watts escreve “*A fina Arte de Jiu-Jitsu*”, em 1906.

Em 1924, Hikoichi Aida e Keishicho Ishiguro introduziram o judô da *Kodokan* em Paris e, durante a segunda parte da década de 1920, o pintor Tsugii Fujita deu aulas de judô particulares para seus amigos. Não há registros de mulheres

---

<sup>72</sup>O termo foi cunhado em março de 1968 por Marsha Lear, da *The New York Times Magazine* e se refere ao período teria ocorrido no século XIX e avançado pelo começo do século XX em países como Reino Unido, Canadá e Estados Unidos, reivindicando principalmente o direito ao voto para as mulheres.

praticando a arte marcial japonesa até 1935 na França. No anuário internacional de Judô de Henry Plée de 1950, dos 7.542 judocas franceses, 130 eram mulheres (SVINTH, 2001, tradução nossa).

Na Inglaterra, a já citada Sarah Mayer torna-se uma figura de referência para a história do judô feminino pela preservação das cartas que mandou ao seu *sensei* em Londres, do período que esteve no Japão para treinamentos em algumas academias, entre elas, a *Kodokan*. Ela começou a praticar o judô na capital inglesa no início da década de 1930.

De família abastada e de atitude vanguardista – envolvida com o teatro, chegou a escrever uma peça – fez história nos tatames com a manchete do *Japanese Times* de 1º de março de 1953: “Mulher estrangeira conquista *sho-dan* no Instituto *Butokukai*”, tornando-se a primeira não-japonesa a graduar-se faixa preta no Japão.

Exemplos de avanços e retrocessos aconteceram na França, em que as competições entre mulheres iniciam em 1950, mas

não são mais que experiências passageiras, dada a condição ainda subalterna da mulher. Em 1957, recomendações do médico J.M. Ficheux induzem à supressão dos combates das mulheres faixas preta: “Não será demandado dessas candidatas femininas mais que demonstrar flexibilidade e conhecimento técnico: sua graça natural será amplamente pela prática dos *katas*”. O exemplo do judô japonês reforça a opinião dos professores e serve de pretexto para preservar a força aos rapazes e a estética às moças (BROUSE, 2005, p. 280, tradução nossa).

Em 1950, o *sensei* Kawaishi inova, cria uma competição para as judocas faixas laranja e, em novembro do mesmo ano, a faixa marrom Jeannine Levannier venceu uma competição com quatro judocas homens faixas-laranja e assim foi a primeira mulher francesa a chegar à faixa preta. (ibid, p. 279).

Groenen (2005) aponta, a partir de uma comparação do desenvolvimento do judô inglês e o francês, que a inserção das mulheres na modalidade acontece de formas distintas em diferentes países, inclusive no que se refere à organização política. Na França, nos anos 1940, as artes de combate ainda eram majoritariamente masculinas: a porcentagem de mulheres registradas como praticantes de judô não passava de 2,5% do total, o que somava em torno de 42

mulheres (em 2005, a proporção era de 22%). Mas, apesar de os pioneiros da modalidade sem mostrarem favoráveis à prática do judô feminino, ela segue dirigida por homens, que mantiveram uma posição conservadora e tradicional em matéria de prática física feminina. “Sob essas condições, as primeiras competições oficiais de mulheres não aconteceram antes de 1972. A primeira mulher a integrar o comitê diretor federal o faz apenas em 1974” (GROENEN, 2005, tradução nossa).

Já na Inglaterra, segue o autor, as mulheres ocupam funções importantes dentro do judô ao fim da Primeira Guerra Mundial. Naquele país, há registros de escolas de judô e mulheres praticantes desde a primeira década do século XX. A já citada Emily Watts, diz Svinth (2001), não era somente uma das únicas praticantes nesse período, mas a mais rica. Em 1908, Edith Garrud passa ensinar mulheres e crianças, quando seu marido, William Garrud, ex-discípulo do sensei Sadakazu Uynishi, assumiu o comando dos treinamentos de seu mestre. Edith era também uma conhecida sufragete e fotografias dela jogando um policial apareceram no periódico *Sketch* de 6 de julho de 1910.

A partir de 1938, o governo britânico começa a encorajar as mulheres a adorarem práticas semanais de atividades físicas semanais para ficarem em forma. A defesa pessoal era parte do treino e, geralmente incluía a prática do judô porque era uma modalidade divulgada como menos dependente da força física aplicada ao adversário do que seria boxe ou *wrestling*. As primeiras competições femininas são organizadas na entrada dos anos 1960.

Na Alemanha, o judô entra no país seguindo os passos do *jiu-jitsu*, que começa a ser ensinado no início do século 20, com registros de treinamentos na polícia de Berlim em 1906. A modalidade de arte marcial cresceu em popularidade após a Primeira Guerra Mundial, mas, após um time da *Budokan*<sup>73</sup> vencer os alemães durante um desafio em 1929, boa parte dos 5,6 mil homens e 137 mulheres judocas começaram a pedir para estudar o estilo de luta ensinado na *Kodokan*, o judô de Jigoro Kano, no lugar do *jiu-jitsu* europeu. Em 1934, relata Svinth (2001) o Nazismo decretou que o dever da mulher ariana em ser esposa e mãe deveria se

---

<sup>73</sup> O *Nippon Budokan* é uma das principais organizações do Budô no Japão, com o objetivo de preservar a prática do budô. A primeira sede é localizada no Centro de Tóquio e foi construída em 1964 para os Jogos Olímpicos daquele ano. A *Budokan* se espalhou pelo mundo todo, e no Brasil, foi responsável por articular competições nas primeiras décadas da modalidade no país. A Copa Budokan segue realizada anualmente como uma das principais competições.



sobrepôr ao de ser atleta e, por isso, nenhuma mulher foi na promovida à faixa preta até 1953<sup>74</sup>.

Na Itália, há registros de uma Liga Italiana de Judô foi formada em Roma em 1924, mas tanto o Papa quanto o Duque eram contra mulheres atletas e, como resultado, não se tinha conhecimento de mulheres registradas na Liga. Assim como em outros países europeus como Hungria, Escandinávia e Suíça, até a Segunda Guerra, não se há notícias de judocas femininas (SVINTH, 2001).

Uma das formas valorizadas de ensino do judô às mulheres era a autodefesa, o que levava muitas moças em países europeus e os Estados Unidos a ir a uma aula da modalidade pela primeira vez. Em 1949, Ruth Gardner, de Chicago (EUA) tornou-se a primeira não-japonesa a ser aceita como aluna da *Kodokan* em Tóquio. A francesa Mari-Rose Collet foi a segunda. Em 1959, realizou-se a primeira Conferência para Mulheres da Associação dos Técnicos, e, em 1961, foi formado o Comitê Feminino, com representantes na Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda do Norte (WOMEN'S JUDO, 201-).

Na Austrália, Patricia Harrington e Betty Huxley fundaram a primeira Federação de Judô Feminina em 1968. Na década seguinte, se intensificam as competições com mulheres. Em 1971, aconteceu o primeiro Campeonato Aberto Feminino de Judô no continente europeu, com 110 judocas (SOUZA, 2011, p. 40). A União Europeia de Judô organizou em 1974, na Itália, uma competição experimental para as mulheres. No ano anterior, havia sido realizado primeiro campeonato continental com a participação feminina, na Oceania. Em 1976, realiza-se o primeiro Campeonato Pan-Americano de judô com a presença delas<sup>75</sup>.

Nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, as ideias de autodefesa, aptidão física, e capacitação crescem entre as mulheres e a corporação feminina do exército, sozinha, levou 20 mil mulheres a treinar judô.

---

<sup>74</sup> Tal situação carece de maior investigação, visto que a ideologia ariana visava a constituição de corpos fortes tanto dos homens quanto das mulheres; o objetivo para o povo alemão era se tornar forte e preparado para a vida e para a guerra e atingir tais metas era uma das funções da Educação Física (ARANTES e GUNTHER, 2005, p. 60). Pode-se especular é que se seguia permitido (e até incentivado) que as mulheres alemãs praticassem modalidades de contato e de origem marcial durante o Nazismo, mas, promover uma mulher à faixa preta seria aceitá-la como mestre, o que poderia não ser uma possibilidade naquele momento da sociedade alemã.

<sup>75</sup> Cf. <<http://www.ijf.org/corner/>>

Em artigo publicado na revista francesa especializada em judô, *L'Spirit du Judo*, o doutor em Ciências e Técnicas de Atividades Físicas e Esportivas e professor da Universidade de Bourdeaux, também 7º Dan de judô, Michel Brousse, destaca norte-americana como a imagem mais emblemática de uma judoca, a da norte-americana Rena “*Rusty*” Kanokogi, que em 1959 venceu um campeonato até então disputado apenas por homens:

Com os cabelos cortados curtos e os peitos enfaixados, a americana participa com sucesso a um campeonato por equipes no estado de Nova York. Ela foi, no entanto, privada de sua medalha de ouro simplesmente porque ela não era um homem [nada na regra impedia que mulheres participassem da competição, porém nada tampouco deixava claro que era uma competição para ambos os sexos]. Essa discriminação não lhe deu mais que mais determinação para continuar seu combate, até hipotecar sua casa para organizar o primeiro Campeonato Mundial Feminino, em Nova York, em 1980. [...] Dois anos mais tarde, a realização da segunda edição em Paris iria colocar definitivamente as coisas em seu lugar, com um judô feminino em constante crescimento, tanto quanto quem quantidade quanto em qualidade (BROUSSE, 2013, p. 51, tradução nossa).

Rena, naquela competição por equipes, entrou para substituir um colega que havia se machucado e não houve contestação de seu sexo até que venceu todos os combates. A medalha que lhe foi tirada naquele ano de 1959 só lhe foi restituída em 2009 (WILKINS, BOYLE, 2009) pela *New York State YMCA*, meses antes de sua morte. Sem opções para competir nos Estados Unidos, Kanokogi viajou para Tóquio em 1962, onde treinou na *Kodokan* e conheceu Ryohei Kanokogi – japonês neto de samurais, faixa preta em judô e karatê e um dos pioneiros do judô norte-americano –, com quem casou e adotou o sobrenome (THURSBY, 2009).

No país, na segunda metade dos anos 1960 e primeiros anos dos anos 1970, havia fortes debates sobre a permissão ou não de mulheres competirem judô. “Eu não acho que mulheres que se engajam em competições de *shiai* compreendem o que o judô feminino realmente é” (LEONARDIS, 1966, p. 41, tradução nossa), afirmava Fukuda à *Revista Black Belt* enquanto nos Estados Unidos as mulheres já procuravam as competições.

Rena, além de personificar o momento em que se projeta para uma intenção de se igualar a prática e competição do judô feminino ao masculino (WOMEN’S JUDO, 201-), escapa ao perfil que tradicionalmente vinha sendo traçado das mulheres praticantes do judô nas primeiras décadas: vindas da elite, utilizando o

esporte ou para o condicionamento físico ou para a defesa pessoal, destacando-se desde o início da sua prática pelo interesse pelas competições.

Além de organizar o primeiro Campeonato Mundial Feminino de Judô, foi uma das combatentes para incluir as mulheres judocas na competição dos Jogos Olímpicos, promovendo um abaixo assinado, com 25 mil assinaturas, enviado ao Comitê Olímpico Internacional (COI), o que só aconteceu em 1988, em Seul, como modalidade-demonstração e, oficialmente, quatro anos depois, nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992.

## 2.2 O JUDÔ NO BRASIL

O judô chega ao Brasil no início do século XX e não há consenso sobre a forma como isso aconteceu. Duas vertentes são as mais recorrentes, sendo provável que ambas tenham coexistido. A primeira é a de que a modalidade tenha chegado ao país com japoneses que viajavam o mundo disputando desafios com lutadores locais, tendo o nome de Mitsuyo Maeda, discípulo de Jigoro Kano e graduado 4º Dan pela *Kodokan* como principal referência (SHINOHARA, 1981; WANDERLEY, 2001; VIRGÍLIO, 2002; FRANCHINI, 2008; NUNES, 2014). A segunda versão é diretamente ligada ao Tratado de Amizade assinados entre os governos brasileiro e japonês, em 5 de novembro de 1895 (VALE, 2010, p. 605), que resulta imigração de japoneses para trabalhar em fazendas brasileiras—especialmente as ligadas ao ciclo do café— a partir de 1908. Esses imigrantes se instalaram especialmente em cidades interior de São Paulo<sup>76</sup> e Paraná (SHINOHARA, 1981; SUZUKI, 1994; MADURO, 2011; SOUZA, 2011; NUNES, 2014).

Antes da chegada dos imigrantes e de Maeda, outros (poucos) japoneses estiveram no Brasil e teriam apresentado lutas de seu país. A evidência mais antiga é a do acrobata Manji Takezawa, que teria sido contratado como professor de *jiu-jitsu* da Guarda Real de Dom Pedro II, em 1888, no Rio de Janeiro (MIZIBUTI, 2010,

---

<sup>76</sup> Em 1914, o governo de São Paulo suspende o subsídio para a imigração japonesa alegando que a taxa fixação dos japoneses nas fazendas era baixa. Os nipônicos voltaram a ser cogitados como mão de obra para o campo em 1917, quando a 1ª Guerra Mundial levou à diminuição do fluxo migratório de europeus ao Brasil, encerrando os aportes financeiros em 1922 (UCHI, 2010, p. 46-47).

p. 150). Segundo Thomas Green e Joseph Svinth, um japonês de sobrenome Miura teria chegado ao Brasil em 1908 e (GREEN, SVINTH, 2003, p. 67). Em sua pesquisa sobre o judô em Mogi das Cruzes (SP), Souza (2010) encontrou mais informações sobre quem seria esse japonês:

Trata-se de Sakuzo Miura, jornalista que chegou ao Brasil em 1909, fundando o jornal destinado à comunidade nipônica, *Nippak Shinbun*. A repercussão dele no Brasil e seu consequente registro não foi tão expressivo quanto à passagem e os desafios de Mitsuyo Maeda (Conde Koma), relatados em muitos jornais da época [...] José Yamashiro [site Fundação Japão] descreve brevemente sobre este que seria o primeiro praticante do judô chegar ao Brasil: [...] Consta que Miura fora salvo pelo navio de nossa Marinha de Guerra, quando o barco pesqueiro em que trabalhava naufragou no Pacífico. Era um tipo de samurai aventureiro. Lutava judô. Falava, além do japonês, inglês e alemão e aprendeu o português (SOUZA, 2010, p. 59).

De todo modo, o nome a que mais comumente se atribui o pioneirismo no judô brasileiro é Mitsuyo Maeda. Judoca da *Kodokan*, Maeda era 4º Dan e discípulo direto de Jigoro Kano. Em meados de 1904, foi campeão japonês. Segundo Andressa Lima (2005, p. 384) ele teria se afastado das competições de judô por não haver mais adversários à sua altura.

Ele viajava com outros lutadores, entre eles o também judoca Soishiro Satake e os lutadores Laku, Omura e Shimitsu. Eles já haviam passado por Estados Unidos, México, Cuba, Rússia, Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, em uma empreitada que havia começado em 1906. Conde Koma tinha como objetivo, a princípio, disseminar os ensinamentos do judô pelo mundo, assim como outro discípulo de Kano, Yoshikazu Yamashita, havia feito nos Estados Unidos lecionando inclusive para o então presidente Theodore Roosevelt, esposa e filha (VIRGÍLIO, 2002; 15). Em 2010, após retornarem ao México, o grupo passa viajar ao Sul, passando por Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Uruguai.

A chegada ao Brasil é feita em 14 de outubro de 1914 Maeda<sup>77</sup>, por Porto Alegre, sempre participando de desafios e apresentações<sup>78</sup>. O grupo exibiu-se em

---

<sup>77</sup>A trajetória do Conde Koma no Brasil foi alvo de disputas da memória do judô, sobre qual estado teria sido o primeiro a receber o lutador. Parte dessa discussão encerrou-se com o trabalho do pesquisador Rildo Heros Barbosa de Medeiros (1997), que teve em mãos o passaporte do mestre

São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e, em outubro de 1915, chegam a Belém<sup>79</sup> e depois, Manaus, onde Satake se estabelece. Conde Koma volta a competir em outros países e, retorna à capital paraense em 1917<sup>80</sup>, onde se estabelece, casado com a inglesa May Iris, naturaliza-se brasileiro com o nome de Otávio Mitsuyo Maeda, adota uma menina da cidade como filha, Celeste, e falece em 1941, aos 63 anos.

Em Belém, criou uma academia de judô que depois foi batizada com seu apelido, a Conde Koma. Quando deixa ser o mestre da academia, é substituído por Sebastião Oli, um filho de imigrantes italianos, da primeira geração de faixas pretas formado por Mitsuyo Maeda. Oli passou a academia para Alfredo Coimbra, hoje 6º Dan, 81 anos, que deixou, em 2014, o comando da Academia Conde Koma por seu estado de saúde frágil.

Não é possível afirmar se, ao mesmo tempo em que ganhavam a vida com essas competições, os lutadores judocas também ensinavam a prática. Mas, como se verá adiante, em cidades em que se apresentaram, como Rio de Janeiro e Porto Alegre, a modalidade só irá se desenvolver décadas depois.

---

japonês cedido por Gotta Tsutsumi, presidente da Associação Paramazônica Nipako de Belém. Os resultados da pesquisa foram publicadas na Revista Ippon, ano 2, n. 12, setembro/97. As bibliografias que citam a chegada do Conde Koma ao Brasil antes dessa data, autores adotavam datas diferentes para a sua chegada, como Calleja (1979) que cita final da década de 20 e início da de 30. Outros apontam os primeiros anos da década de 1920, em diferentes localidades.

<sup>78</sup> Há uma questão que carece de estudos mais detalhados futuramente que é sobre a relação desses desafios e a anuência da *Kodokan*. Nos seus primeiros anos de existência, a escola criada pelo mestre Kano utilizou-se desse recurso para mostrar a eficiência da nova luta. Mas, posteriormente, se opõe a tais confrontos. Ele considerava os objetivos do judô distintos de outras lutas (afirma, por exemplo, que o *sumô* estaria mais ligado ao entretenimento; via os lutadores de boxe profissional como pessoas de caráter inferior e dizia não ver com bons olhos enfrentamentos de membros da *Kodokan* com tais pugilistas). Dizia que “num futuro, em uma competição entre praticantes de judô e lutadores ou boxeadores, os organizadores deverão decidir se os participantes competirão com as regras do boxe ou do judô. Entretanto, essas competições nunca deveriam ser abertas ao público, mas ser apenas testes entre voluntários com o propósito de pesquisa. Se, de alguma maneira, elas se tornarem um espetáculo, se forem cobrados ingressos e isso se tornar um esporte de espectadores, é preciso entender que essa será uma violação completa ao espírito do judô *Kodokan*”. (KANO, 2008a, p.112). Assim sendo, Maeda estaria contrariando as orientações de seu *sensei*.

<sup>79</sup> Em 1929, é a vez do governo do Pará oferecer incentivos para ter nipônicos em seu território: cede 500 mil hectares de terras em Tomeaçu a companhias japonesas, resultando em um novo destino aos imigrantes (UCHI, 2010; COELHO, 2010).

<sup>80</sup> Em seu retorno, Maeda ingressa no *American Circus*, onde conhece Gastão Gracie, tornando-se também a referência para o jiu-jitsu. Curiosamente, poucos são os trabalhos sobre o judô que citam essa faceta, assim como nas bibliografias sobre o jiu-jitsu brasileiro não é recorrente a citação de que Maeda foi um discípulo do judô *Kodokan*, em uma disputa de memória das duas modalidades, que fazem o apagamento de parte dos feitos seu mestre.

A disseminação do judô no Brasil a partir da chegada dos imigrantes acontece pela manutenção de atividades de lazer e de aspectos da sua cultura no novo país. Os primeiros japoneses vindos pelo Tratado da Amizade chegaram em 18 de julho de 1908, a bordo do navio Kasato Maru<sup>81</sup>, que atracou em Santos com 781 japoneses (VALE, 210, p. 611).

Mas os ensinamentos aos *gaijins*<sup>82</sup> vão demorar a acontecer: a maioria dos que vieram não tinham planos de se fixar na terra e, por isso, não mostravam interesse em criar laços com os nativos. Viviam, em sua maioria, estritamente em colônias fechadas, em que só se falava o japonês. Em 1923, o japonês Takagi Saigo se estabelece na cidade de São Paulo (SP), com a primeira entidade de ensino de judô do país. No ano seguinte, outro japonês Tatsuo Okoshi, japonês, 7º Dan, cria uma filial da *Kodokan* no Brasil. (DaCOSTA, 2005, p. 172).

O que também colaborou para “atrasar”, por assim dizer, a entrada de brasileiros em *dojôs* dos imigrantes foi a eclosão da 2ª Guerra Mundial<sup>83</sup>. Se os “amarelos”, como eram chamados, já vinham sofrendo discriminações por sua postura fechada e por uma ideologia eugenista da época, que visava o “embranquecimento” da população e condenava a miscigenação, a entrada do Japão para compor os países do Eixo – ao lado de Itália e Alemanha –, uma série de decretos e resoluções passou a restringir os direitos dos imigrantes japoneses no Brasil.

Em 1941, intensificam-se a criação de tais dispositivos, após o Japão atacar a base norte-americana de *Pearl Harbor* e os imigrantes nipônicos passam a ser vistos como inimigos e espiões. O governo brasileiro baixa mais decretos, que restringem os direitos de ir e vir, de falar o japonês em público, o congelamento dos

---

<sup>81</sup> Uma embarcação construída por britânicos e comprada pelos russos, batizada de “Kazan”. No conflito entre Rússia e Japão, em 1904, foi transformado em navio-hospital e nessa condição foi afundado. Após a captura pelos japoneses, foi recuperado do fundo do mar e restaurado, passando ao serviço da Marinha Imperial do Japão, como transporte auxiliar, com o nome de Kasato Maru (Cf. <<http://www.imigracaojaponesa.com.br/>>).

<sup>82</sup> Termo para “estrangeiro”, que os japoneses no Brasil usavam para designar os brasileiros.

<sup>83</sup> Por volta de 1940 é que o judô passa a ser mais conhecido entre os brasileiros e na década seguinte o número destes sobrepõe-se ao de descendentes de japoneses no país (SUZUKI, 1994, p. 17). Só nas décadas seguintes encontram-se dados sobre a presença feminina nos tatames nacionais.

bens de estrangeiros pertencentes imigrantes do Eixo e remoção de *nikkeis*<sup>84</sup> da faixa litorânea. (UCHI, 2010, p. 56; SHIZUNO, 2010, p. 128-129).

Assim, locais em que o judô já se desenvolvia, como no Norte do Paraná, nas cidades de Assaí, Uraí e Londrina, com Sadai Ishihara e Shunzo Chimada, entre os anos 1932 e 1935, ficaram fechados. A retomada acontece de forma gradual. A primeira instituição a “coordenar” o desenvolvimento do judô *Kodokan* no Brasil foi a *Ju-kendo-Renmei* a partir de 1933 em São Paulo e 1937 no Paraná<sup>85</sup>.

Após a guerra, até a criação das federações, a *Ju-Kendo-Renmei* teve o papel mais importante na organização da modalidade. A primeira federação estadual foi constituída em fins nos anos 1950, a Federação Paulista de Judô. Nos anos 1960, surgiram outras no Rio de Janeiro e Paraná, desmembrando-se da então Confederação Brasileira de Pugilismo (NUNES, 2014, p. 126).

Nas primeiras décadas, os praticantes e professores eram, muitas vezes, ex-lutadores e não possuíam formação pedagógica e muitas vezes não se falava em prática do judô, mas sim em “sistema de Luta Kano” ou “Sistema Kano de Jiu-Jitsu”; as aulas eram envoltas em misticismo e poucos brasileiros arriscavam-se em seguir após as primeiras sessões (SUZUKI, 1994, p.17), por causa da disciplina ferrenha que pouco atraía ou mantinha os brasileiros na prática.

De grande valor para a modalidade no Brasil tem a chegada de Ryuzo Ogawa, trazendo ao país a *Budokan*, em 1934, que quatro anos depois, funda a sua academia, precursora da *Budokan* no país (FRANCHINI, 2008, p. 108), acompanhado de Sobei Tani. Por volta de 1938, iniciam trabalhos sistematizados de organização e difusão do judô, separando-o definitivamente do *jiu-jitsu* (VIRGÍLIO, 1986; SANTOS, 2014).

No Paraná, o primeiro centro de judô foi no Norte do Paraná, fundada em 1932. Batizada primeiramente de Assahiland – “Terra do Sol Nascente”, a cidade tem registros do judô em 1935, quando “Shuno Shimada, sendo funcionário de Fiação Bratac<sup>88</sup> em Assaí, praticante de judô e faixa preta se reunia com Shiro

---

<sup>84</sup> Denominação para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou que vivem regularmente no exterior.

<sup>85</sup> Cf. <[http://www.cbj.com.br/historia\\_do\\_judo/](http://www.cbj.com.br/historia_do_judo/)> .

Suzuki, Hideo Takikawa, Yutaka Tanabe e irmãos Ueda e realizavam treinos no Clube da Associação dos Funcionários da Bratac” (SUZUKI, 1994, p. 19).

Com a proibição de práticas culturais japonesas durante a 2ª Guerra Mundial, o judô em Assaí se reinstala na cidade em junho de 1952, tendo como professores Sadai Ishihara e Massayoshi Kamikoda. (ibid, p. 21).

A partir de 1948, a Associação Budokan passa a realizar torneios anuais com a presença de suas filiadas, marcando o início das competições e a expansão do judô passo a passo em todo o território nacional (FRANCHINI e DORNELLES, 2005, p. 300). É também após a Segunda Guerra Mundial que o judô se estrutura como esporte de competição no Brasil e no mundo.

Em 1951, são realizados os primeiros campeonatos estaduais de judô, em São Paulo e Rio de Janeiro e o primeiro Campeonato Brasileiro é disputado três anos depois, em 1954, ainda sob organização da Confederação Brasileira de Pugilismo, com a participação de judocas cariocas, paulistas e gaúchos (FRANCHINI, 2008, p. 109).

Maduro (2011) conta que no Rio Grande do Sul, o judô começa a ser praticado no final da década de 1940, com professores sem formação acadêmica e que davam ênfase ao aspecto da defesa pessoal, participando de apresentações de circo e desafios públicos. Ao contrário de São Paulo, não teve influências da cultura nipônica. Entre os precursores do judô na região, estava o professor Aluizio Nogueira Bandeira de Mello, o “professor Loanzi”, vindo da Paraíba. Este tomou parte nos desafios de lutas durante as festividades do centenário da Revolução Farroupilha, em 1935, em Porto Alegre, depois tendo viajado para a Europa, antes de se estabelecer permanentemente na capital gaúcha.

Os ensinamentos do judô no extremo Sul do país confundiam-se com os de outras lutas e muitas das técnicas tinham os nomes em português, rituais como a saudação no início e no final da aula não eram feitos e a prática era exclusivamente para homens adultos. “Não existiam ainda treinamentos para crianças e mulheres que, em função da rigidez disciplinar e da grande importância ao vigor físico, não se sentiam atraídos pelo esporte” (MADURO, 2011, p. 23). O que mudou isso foi um período de treinamento dos professores em São Paulo, com o *sensei* Ryuzo Ogawa.



No Rio de Janeiro, a presença de lutadores japoneses no início do século XX – inclusive do Conde Koma – empolgaram o público que assistia aos desafios especialmente na Cinelândia, mas não consolidou a modalidade na região. A expansão do judô carioca vai acontecer na década de 1950, quando imigrantes japoneses que praticavam o judô se mudam para o Rio de Janeiro, como Naka Naghasima, Masimo Ogino e Takeshi Ueda. Este funda sua academia, A *Ren-Sei-Kan* em 1952 (WANDERLEY, 2001, p. 77).

Lá também foi a influência de Ryuzo Ogawa que uniformizou a modalidade para os padrões *Kodokan*. Na década seguinte, os anos 1960, os brasileiros apresentam seus primeiros resultados significativos em competições internacionais, ainda que muitos viessem de *nikkeis*. Um deles foi a medalha de ouro de Lhofei Shiozawa nos Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo. Depois, vieram as primeiras medalhas em Mundiais Universitários, com o ouro de Matheus Sugizaki e a prata de Liogi Suzuki, em 1968.

Dois anos depois, 1970, Londrina (PR) recebe o Campeonato Pan-Americano, em que a equipe brasileira conquista três medalhas de ouro, duas de prata e duas de bronze. As primeiras medalhas do Brasil em Mundiais e em Jogos Olímpicos é conquistada pelo japonês naturalizado brasileiro Chiaki Ishii – ambas de bronze, em 1971 e 1972, respectivamente. A CBJ<sup>86</sup> é criada em 1969 (teve seu reconhecimento apenas em fevereiro de 1972), separando-se da Confederação Brasileira de Pugilismo. Nos Jogos Olímpicos de Seul, o paulista Aurélio Miguel torna-se o primeiro brasileiro a conquistar um ouro no judô e, em 2005, o gaúcho João Derly é o primeiro campeão mundial pelo Brasil. Ele conquista o bicampeonato em 2007<sup>87</sup>.

Apesar de seu início desordenado e sem planejamento no Brasil, o judô brasileiro tem hoje cerca de dois milhões de praticantes (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2014b).

---

<sup>86</sup> Todos os presidentes da CBJ: 1969-1979 - Augusto de Oliveira Cordeiro; 1980-1981 - Miguel Martins Fernandez; 1982-1984 - Sérgio Adib Bahi; 1985-1990 - Joaquim Mamede de Carvalho e Silva; 1991-2000 - Joaquim Mamede de Carvalho e Silva Júnior; 2001- Atual - Paulo Wanderley Teixeira.

<sup>87</sup> O desempenho do judô feminino do Brasil será detalhado no próximo capítulo.



Antes de apresentar as memórias das judocas selecionadas para este estudo, cabe destacar como cada uma teve seus primeiros contatos com a modalidade, com o intuito de situar quais em momento das três fases acima propostas até os dias atuais elas vivenciaram nos tatames. A sugestão foi influenciada por um estudo de Santos et al (1990, p.14), em que pesquisou-se os principais fatores que influenciaram cem judocas no Paraná a praticarem judô e seguirem na prática: entre os praticantes da categoria sênior, 39,2% apontaram o gosto pelo esporte; 28,3% o incentivo familiar de amigos e amigos; 14,9%, a curiosidade e filosofia; 18,9% as competições e viagens.

Das 16 entrevistadas, sete começaram o judô na 1ª Fase, ou seja, até 1979, sendo elas: Amélia Domingues, Iara Passos, Léa Linhares, Miriam Minakawa e Mônica Angelucci, Solange Pessoa e Soraia André. Do grupo, as que tiveram o início mais recente foram Edinanci Silva e Silvia Pinheiro, em 1991. Entre todas, apenas Léa Linhares, Amélia Domingues e Silvia Pinheiro não se mantêm praticando o judô com regularidade. Seis foram influenciadas por tem algum parente que já fazia judô, na maior parte das vezes, irmãos. Entre as 27 judocas que já compuseram seleções olímpicas entre 1988 e 2012, onze têm pais ou irmãos que já eram judocas (RUBIO, 2015).

Também há de se registrar a diversidade de locais em que iniciaram o judô: sete procuraram academias, em um movimento de procura pelo esporte, embora nem sempre essa busca tenha sido especificamente por uma modalidade de luta. No caso de Eliane Pintanel, por exemplo, era onde sua mãe fazia ginástica e as aulas de judô eram no mesmo horário. Já Soraia André, Rosicleia Campos, Iara Passos procuraram esses locais com o intuito de matricular-se na modalidade. O ambiente educacional teve papel fundamental para quatro entrevistadas: na faculdade de Amélia, era disciplina obrigatória, para Jemima, o judô serviu para escapar das aulas de Educação Física; para Silvia Pinheiro e Léa Linhares, o judô era ensinado na escola como atividade complementar. O início de Kátia Sombra foi em um *dojo* nas dependências da Marinha. O ambiente militar também foi o local de treinamentos de Silvia Pinheiro, após deixar as aulas na escola.

## QUADRO 2 - Motivação para se inserir no judô

### Motivação

*Motivação para praticar judô, local de ingresso e primeiro professor*

Nome	Motivação para praticar judô	1º lugar de treinamento	1º sensei
Amélia Domingues	O judô era disciplina obrigatória do curso de Educação Física. Segue na modalidade para acompanhar o marido.	Faculdade	Adauto Domingues
Danielle Zangrando	Influência do irmão mais velho.	Academia	Paulo Duarte
Edinanci Silva	Indicação para tratamento de problemas de saúde.	Sesc	Roberto Fialho
Eliane Pintanel	Ter uma atividade física no horário da ginástica da mãe.	Academia	Cesar Almeida Hernandez
Iara Passos	Aprender uma luta para não sofrer mais <i>bullying</i> na escola.	Academia	Cesar Almeida Hernandez
Jemima Alves	Opção ofertada pela escola para não fazer aulas de Educação Física.	Escola	Luís Motta
Kátia Sombra	Convite para fazer um curso de defesa pessoal.	Marinha	Elmo Vieira e Cleber Nazareno Coêlho
Léa Linhares	Convite para praticar, gratuitamente, pelo professor.	Escola	José Henrique Dias
Marilaine Ferranti	Influência do irmão.	Academia	Uadi Murabac
Miriam Minakawa	Influência dos irmãos.	Clube	Hiroshi Minakawa
Monica Angelucci	Influência do irmão.	Academia	Jarbas Takashi Ono
Rosicléia Campos	Fuga das aulas de catecismo para assistir às aulas de judô na academia em frente.	Academia	Takeshi Ueda
Seloí Totti	Convite de uma amiga, sobrinha de um professor de judô.	Academia	Não informado
Sílvia Pinheiro	Convite para praticar, gratuitamente, pelo professor.	Escola	Gilberto Cruz
Solange Pessoa	Influência do irmão mais novo.	Clube	Fukuio Nakano
Soraia André	Vontade de praticar um esporte, a partir de uma brincadeira em família.	Academia	Koki Kanda

Fonte: A autora (2015)

Dos dados destacados no quadro na página anterior, questionou-se também quem foram os primeiros *senseis* de cada uma, com o intuito de registrar sua “ascendência” no judô, o que pode, no futuro, gerar novos estudos sobre o desenvolvimento da modalidade no país<sup>88</sup>. A listagem dos nomes aponta que sete delas tiveram como primeiro instrutor um descendente de japoneses. Entre os judocas, é comumente associada à alta qualidade técnica do judô ao que seria um estilo dos japoneses<sup>89</sup>. Dentre as entrevistadas, apenas Amélia é *nikkei*. O interesse nessa informação era o de tentar identificar se em *dojôs* comandados por orientais haveria maior discriminação ao acesso de mulheres do que nos demais, o que não foi possível apontar indícios a partir do grupo selecionado, mas que também não descarta estudos mais específicos.

Também para pesquisas futuras, vale hipotetizar os judocas relacionam a ascendência genealógica de seus *sensei* com a qualidade técnica ensinada. Porque entre as nove judocas entrevistadas para esta dissertação que tiveram passagem pela seleção, cinco tiveram professores japoneses ou descendentes. Já as oito atletas que conquistaram pódios olímpicos ou em Mundiais para o Brasil<sup>90</sup>, não tiveram primeiros técnicos *nikkeis*.

Nunes (2011) destaca que, comparando-se aos resultados da seleção masculina, chama a atenção à origem da formação das atletas. Ao contrário do que aconteceu com o judô masculino que, por um longo tempo foi hegemonicamente dominado por atletas do eixo Rio-São Paulo a conquistar pódios internacionais, entre as mulheres, as conquistas somaram-se mais pulverizadas pelo país: entre as medalhistas em mundiais, além da santista Zangrando, somam-se a gaúcha Mayra Aguiar, a piauiense Sarah Menezes, Ketleyn Quadros que é do Distrito Federal, Rafaela Silva que é carioca e Edinanci Silva que é paraibana.

---

<sup>88</sup> Mais sobre o tema, consultar NUNES, 2014.

<sup>89</sup> Que poderia ser resumindo como um estilo que valoriza a plasticidade dos golpes e o princípio de aplicá-los conforme um dos princípios da modalidade, o de usar o máximo da energia, aplicando o mínimo de força. Em oposição, judocas brasileiros costumam se referir o judô europeu, especialmente do leste europeu como um judô que prioriza a força física.

<sup>90</sup> Danielle Zangrando, Edinanci Silva, Ketleyn Quadros, Sarah Menezes, Mayra Aguiar, Érica Miranda e Maria Suellen Altheman.

### 3. PRIMEIRA FASE – DE 1950 A 1979 – MULHERES “FORA DA LEI”

*“Era uma fase muito embrionária, então a gente não tinha voz, né? Nós tínhamos vez, porém, sem voz. As decisões eram a partir dos dirigentes, que eram homens também. Para nós, era assim, [mulher] fazer [judô] já estava bom. Tínhamos o direito de fazer, não de decidir.”*  
(Soraia André, 2015)

Oficialmente, o registro mais antigo de uma competição feminina no Brasil, curiosamente, aponta que esta foi realizada fora do país. E o ingresso das mulheres nas competições de judô, ao contrário do que se poderia supor, não foi a partir de eventos pequenos e pontuais, que, com a demanda, cresceram para maiores portes nas cidades, estados e país: primeiro campeonato que mulheres judocas brasileiras disputaram oficialmente foi em âmbito internacional, por um estratagema do então presidente da Federação Guanabarina de Judô, Joaquim Mamede de Carvalho e Silva.

Naquele ano, ele decidira formar uma equipe feminina para disputar o Campeonato Sul-Americano em 1979, em Montevideu (Uruguai), reunindo três filhas do próprio dirigente, Patrícia Maria, Cristina Maria e Ana Maria, e Kazue Ueda, também filha de um *sensei*, Takeshi Ueda. Em declaração no *Jornal dos Sports* de 16 de janeiro de 1979, Mamede diz que a ausência feminina na seleção nacional prejudicava o resultado final do Brasil na classificação geral:

O Brasil não participa de campeonatos internacionais porque não tem, nesta categoria [feminina], o esporte legalizado. Estamos na estaca zero e a Confederação Brasileira de Judô está prometendo há 5 anos a legalização. Nos Jogos Pan-Americanos, em Porto Rico [1979], perderemos valiosos pontos, porque serão realizadas competições femininas e ainda não possuímos uma equipe formada (JORNAL DOS SPORTS, jan. 1979, p.7)

Assim, o dirigente se dispôs a levar as três filhas e Kazue para Montevideu, tendo como técnico Paulo Wanderley Teixeira<sup>91</sup>. O fato de se

---

<sup>91</sup>Atual presidente da CBJ, eleito em 2001. Foi, nos anos 1980, uma das lideranças do Nordeste e assim ingressou na diretoria da CBJ, considerado como um dos homens de confiança na entidade, se tornando técnico da equipe masculina. Em 1989, ao lado dos paulistas Oswaldo Ichikawa, Tsutomu Nitsuma e Messias Rodarte e do paranaense Ney de Lucca Mecking, assinou um pedido de cassação e banimento de Aurélio Miguel da entidade,

tratar de filhas de um dirigente e de Kazue ser filha de um *sensei* amigo do dirigente contribuiu para que elas fossem as primeiras atletas a integrar uma seleção nacional de judô. Essa “autorização” a partir de parentes das judocas com poder simbólico<sup>92</sup> aparecerá em outras situações narradas pelas judocas entrevistadas.

Para levar essa primeira equipe feminina a Montevideu, era necessário conseguir as passagens com a Confederação Nacional do Desporto (CND) para as moças, mas a disputa de competições de esportes de contato entre mulheres era proibida no país. Era preciso, então, burlar a Deliberação nº 7 de 1965 do CND, que regulamentava o Artigo 54 do Decreto-Lei 3.199 de 1941, instituída no governo de Getúlio Vargas. Tal artigo determinava que:

Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941).

E a Deliberação 7/65-2<sup>93</sup> definia que “Não é permitida a *prática de lutas de qualquer natureza*, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball.” (CONSELHO NACIONAL DO DESPORTO, 1965, grifo nosso). Em entrevista à pesquisadora Gabriela Conceição de Souza, Mamede contou como encontrou uma solução:

[...] pra conseguir as passagens aqui no Conselho Nacional de Desportos, no Brasil, com nomes de homens: Cristina Maria eu botei Cristino Mário, Kazue Ueda é nome de homem, Patrício Mário [...], aqui no Brasil botei com nome de homem, para tirar a passagem, e lá

---

considerando-o *persona non grata*. Em 1993, tentou seu primeiro bate-chapa com o clã dos Mamede e perdeu (MAMEDE E PAULO WANDERLEY... , 2001).

<sup>92</sup> Segundo Bourdieu (2003, p. 7-8), o poder simbólico é “esse poder invisível o qual pode ser exercido com a cumplicidade daquele que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” e “[...] só se completa se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] se define numa relação determinada – e, por meio desta – entre os que exercem o poder os que lhes estão sujeitos” (BOURDIEU, 2003, p. 14).

<sup>93</sup> Em consulta à publicação em Diário Oficial da deliberação (disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2962672/pg-33-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-09-1965>>), observa-se tal medida foi aprovada pelo CND a pedido de análise da Federação Sul-Riograndense de Caça e Tiro sobre a prática da mulher à prática do tiro.

no Uruguai, nós inscrevemos com nomes de mulher como se fosse legal [...] e só fomos campeões Sul-Americanos porque os pontos das mulheres contaram, porque se não tivessem contado os pontos delas, nós íamos perder, só com homens não ganhávamos (SILVA, apud SOUZA, 2011, p. 14-15).

No retorno da delegação ao Brasil<sup>94</sup>, Mamede foi notificado a se apresentar imediatamente no CND. Estrategicamente, levou as moças consigo, vestidas com os quimonos e medalhas no peito. Na reunião, foi discutida a “abertura” do judô para mulheres. O presidente em exercício do CND da época, Nelson Mallemont Rebelo Filho, compartilhava a opinião da importância das práticas de judô para mulheres e também teria sido influenciado pela opinião de André Richer, então presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), presente à reunião e que também argumentou a favor das atletas (SOUZA, 2011, p. 15).

Dois meses depois, em 21 de dezembro de 1979, o CND cria a Deliberação 10/79, que revogou a Deliberação 7/65-2 com o seguinte texto: “Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições” (BRASIL, 1979).

Credita-se que tal mudança foi influenciada por esse caso no judô. Tal ligação é relatada por judocas contemporâneos como se fosse o fator decisivo para a autorização legal para a participação feminina em competições de todas as modalidades esportivas (CESAR, 2015; CAMPOS, 2015; PASSOS, 2015; PESSOA, 2015). A estratégia usada por Mamede para levar a seleção feminina para o Sul-Americano de 1979, inclusive, teria sido relevante para que o mesmo ganhasse mais espaço como dirigente dentro da CBJ e, posteriormente, chegar à presidência da entidade.

A necessidade de melhorar a classificação geral do judô brasileiro em competições continentais, expressa na fala do dirigente, é um dado que acaba suplantado pela ideia de que o objetivo central era “defender” a participação

---

<sup>94</sup> As três filhas de Mamede subiram ao pódio naquele Sul-Americano: Patrícia, Cristina e Ana Maria conquistaram o bronze e, com as medalhas do feminino somadas aos pódios do masculino, o Brasil sagrou-se campeão geral da competição. Kasue Ueda sofreu uma lesão no ombro que encerrou sua carreira de competidora logo em sua primeira disputa como atleta (SOUZA, 2011, p. 58).



feminina no esporte, quando na verdade, parecia mais interessado em melhoras nos resultados do Brasil no cenário do judô internacional. O fato de o caso firmar-se também no histórico esportivo nacional como um dos marcos responsável pela revogação do Decreto-lei, nº 3.199, pode ser entendido como um enquadramento da memória (POLLAK, 1992).

Vale lembrar que, no Brasil, a década de 1970 vinha permeada de manifestações contra as restrições impostas às mulheres em vários espaços da sociedade. No terceiro ano do governo de Ernesto Geisel, 1976, se inaugurou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para examinar a situação da mulher e todos os setores da sociedade e o início dos trabalhos do grupo foi em 3 de março de 1977. Durante esse ano, 32 mulheres foram ouvidas pelos integrantes da CPMI. Dentre as personalidades, falaram sobre os esportes a nadadora Maria Lenk e a jornalista e tenista Íris Carvalho, sugerindo a revogação do decreto-lei que impedia a participação competitiva feminina em algumas modalidades. Em seu discurso, a tenista declarou:

É nobre que os legisladores e os dirigentes se preocupem com a mulher e queiram protegê-la. Tais cuidados não deixam de ser uma discriminação contra o homem, que fica entregue à própria sorte. Certos esportes por ele livremente praticados podem ocasionar-lhe lesões cerebrais irreversíveis. No entanto... Não seria mais certo conferir à mulher o direito de escolher, livre manifestação de vontade? (BRASIL, 1978, p. 166).

A fala da tenista é permeada de ironia, em uma fala que Eni Orlandi classifica de “discurso lúdico” (2001)<sup>95</sup>, utilizando uma forma retórica para o púlpito, mas que é polissêmico: brinca ao sugerir uma aplicação da restrição feminina aos esportes também às práticas masculinas, evitando que os homens corram riscos físicos em atividades pretensamente mais “viris”. Assim, enfatiza a falta de sentido em manter determinados esportes proibidos às

---

<sup>95</sup> A autora propõe uma divisão com base nas relações dos interlocutores e com os objetos da interlocução para uma tipologia discursiva: o lúdico (ruptura), o polêmico (possibilidade), e o autoritário (dominância). No discurso lúdico, os interlocutores se expõem à presença do objeto, numa relação assimétrica que favorece a polissemia. No discurso autoritário, há uma predominância da paráfrase; o discurso polêmico é o que mais observa o equilíbrio entre paráfrase-polissemia. A polissemia se define como a multiplicidade de sentidos, a ruptura de processos de significação; a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, da memória, está no lado da estabilização (ORLANDI, 2001, p. 34).

mulheres. Tanto Íris de Carvalho como Maria Lenk utilizam seu capital cultural institucionalizado<sup>96</sup> para exporem na CPMI suas ideias: seu sucesso na prática de esporte as credencia a terem sua opinião formalizada. Maria Lenk, também membro do CND, afirmou em seu discurso, também predominantemente lúdico:

[...] Temos um ponto de vista já mais moderno de que a mulher não precisa de meios especiais para se proteger contra a sua própria burrice, desculpem o termo. Mas, naquela época – isso foi em 1941 e esta lei ainda está vigorando – estava incluído no Art. 54 deste decreto-lei 3.199, que a mulher teria de ficar restrita às atividades esportivas condizentes com as suas características próprias, e que o CND, quer dizer, o Conselho Nacional de Desportos, deveria prescrever quais essas atividades. Então, ficou proibido à mulher jogar futebol, futebol de salão, rugby, lutas uma série de coisas. Acentuo bem o futebol, porque atribuo a essa restrição, a essa proibição, a quase impossibilidade do desenvolvimento do esporte feminino no Brasil (BRASIL, 1978, p. 329-330).

De todo modo, mesmo sem poderem competir oficialmente, já havia mulheres nos tatames nacionais, embora tenham sido feitos poucos registros oficiais sobre sua participação, como algumas esporádicas reportagens. Solange pessoa conta sobre uma delas:

Em 1979, estou assistindo televisão e aí apareceu a filha do Mamede, a Cristina, a Ana Maria falando que elas estavam indo representar o Brasil [no Sul-Americano] e que não tinham patrocínio, que o judô feminino não era reconhecido, que elas saíram do Brasil com nome de homens (PESSOA, 2015).

A proibição legal da prática do judô até o final de 1979 era desconhecida pelas judocas que participaram desta pesquisa quando iniciaram

---

<sup>96</sup> “[...] descobrindo os poderes ou formas de capital que são ou que podem se tornar eficientes, como ases em um jogo de cartas, nesse universo em particular, que é, na luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos. [...] esses poderes sociais fundamentais são, primeiramente, capital econômico, este em vários tipos; segundo, **capital cultural**, ou melhor, informacional, novamente em diferentes tipos; e em terceiro, duas formas de capital que são muito fortemente correlacionados, capital social, que consiste em fontes baseadas em contatos e participação em grupos e capital simbólico, que é a forma que os diferentes tipos de capital tomam uma vez que são percebidos e reconhecidos como legítimos. (BOURDIEU, 1987, p. 4, tradução e grifo nossos). O capital cultural pode ser incorporado (adquirido, como, por exemplo, o aprendizado de uma língua), objetivado (na aquisição de bens culturais, como um quadro) ou institucionalizado (por meio de titulações ou cargos reconhecidos simbolicamente).

a prática. Um provável motivo é que, nos anos 1970, elas ainda eram meninas ou adolescentes. Também é possível que a interdição tenha entrado no rol das determinações legais que “não pegaram”. Silvana Vilodre Goellner (2003, p. 368) afirma que mesmo com a criação do Decreto-Lei 3.199/41 e outros criados mais tarde se tornassem oficiais, a vida lhes escapou: as práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres, que, indiferentes às convenções morais e sociais, aderiram à sua prática independentemente do discurso hegemônico da interdição.

Iara Passos (2015) disse que sabia que não poderia competir, mas não sabia a razão e que nunca ouviu, à época, comentários de que sua prática seria proibida. Léa Linhares contou que não sabia que havia restrições ao judô feminino e, inclusive, dava aula para meninos. Descobriu a restrição quando foram tentar oficializar sua faixa preta junto à Confederação Brasileira de Pugilismo. “Aí apareceram os senões e ‘ah, porque não pode’” (LINHARES, 2015). Soraia André, por sua vez, começou a entrevista mostrando conhecimento do Decreto, mas depois explicou que soube de sua existência anos depois de ter começado a praticar judô:

Quando eu comecei, não. Mas durante. Porque tinha competição do masculino, eu perguntava para os professores [por que não o feminino?]. Mas eles não tinham essa clareza. “Não existe ainda competição de mulher, Mas logo, logo vai ter”, diziam, mas eu não sabia que isso era por um decreto (CESAR, 2015).

Ela e Solange Pessoa contam que pouco sabiam de outras garotas nos tatames nos anos 1970, mas que a disputa dos primeiros Campeonatos Paulista e Brasileiro, em 1980, mostraram a elas (e aos próprios homens) que já havia muitas mulheres na modalidade:

Assim como eu estava treinando na Associação Judô Imirim, tinha várias treinando na Mooca, outras treinando no Palmeiras, então tinham mulheres espalhadas em todo canto de São Paulo. No Brasileiro, acho que tinha [mulheres de] praticamente todos os estados. [...] Até que em 1980, até que por conta de ter o primeiro Mundial, então teve o primeiro [campeonato] Paulista. Foi muito assim: então vai ser liberado para mulheres, de repente, o Paulista foi aqui, em São Paulo, na cidade de Americana, tinha umas 120 meninas, umas 120 mulheres. Não era por idade, como é agora. Não,

era acima de 15 anos, todo mundo lutando com todo mundo. Até levei um susto muito grande, né? Era proibido para mulheres e aí, de repente, tinha mulheres faixas pretas (CESAR, 2015).

Quando em comecei, era só eu na aula, mas, em 1978, descobri que tinha umas meninas no Palmeiras. Tinha a Maria, uma moça que o pai dela fazia judô e ela era faixa preta quando eu era menina, e eu me inspirava muito nela. [...] Eles [dirigentes] abriram uma seletiva em São Paulo para montar uma equipe paulista, em 1980. E aí montamos uma equipe e acho que para surpresa deles, acho que eles nunca viram tantas meninas. E tinha realmente bastantes meninas treinando nos polos, a Mooca tinha um grande centro de treinamento de meninas. O [Chiaki] Ishii tinha bastante, o Palmeiras tinha bastante, a o Imirim, de onde a Soraia [André] era (PESSOA, 2015).

A grande dificuldade, portanto, é precisar o momento em que as primeiras mulheres começam a ingressar nos tatames nacionais. Os primeiros registros do judô no Brasil, desde a chegada da modalidade no país (1908-1920) até o final da 2ª Guerra Mundial, não citam a participação feminina no tatame. É pouco provável que até o final desse período houvesse a que mulheres praticassem a modalidade no Brasil e, caso tenha ocorrido, a hipótese é que tenham sido filhas de praticantes, partindo-se do pressuposto que até o final da década de 1930 a prática do judô e do *jiu-jitsu* ainda estivesse muito mais ligada aos costumes culturais dos imigrantes japoneses ainda como artes marciais orientais, do que a uma prática física sistematizada.

### 3.1 TREINAMENTO E FINANCIAMENTO DAS JUDOCAS

Algumas das judocas entrevistadas comentaram assistir ou vivenciarem diferentes tipos de restrições nos anos 70 e início dos anos 80, desde na proibição total do acesso aos *dojôs* (DOMINGUES, 2015), a separação de rapazes e moças durante os treinamentos – ou treinamentos em separado para homens e mulheres (CESAR, 2015; PASSOS, 2015; DOMINGUES, 2015) – ou a distinção de atividades enfatizadas para cada gênero.

Nos anos 1970, mais de dez anos do início da participação do judô brasileiro em competições internacionais e quando a modalidade já se

organizava em torno de sua própria Confederação (a CBJ é fundada em 1969) e não dependia mais da Confederação Brasileira de Pugilismo, a prática do judô por mulheres acontecia em pontualmente no país, como aponta a narrativa de Iara Passos sobre a modalidade em Porto Alegre:

Por baixo, tinha umas 70 e tantas [meninas na academia em 1975]. Tinha muita, muita, muita mulher fazendo judô. Mas foi passando o tempo, era todo mundo iniciante, e com o tempo, o pessoal foi desistindo, foi desistindo, foi desistindo e aí... Em 1975, não havia competição [para mulheres], a gente podia [somente] treinar (PASSOS, 2015).

Na mesma década, relembra Amélia Domingues (2015), o acesso de mulheres aos tatames no interior do Paraná ainda era restrito. Apesar de se tornar judoca apenas na década de 1970, ela acompanhava o marido e *sensei*, Adauto Domingues, nos treinamentos e eventos. A restrição da mulher a espaços destinados a homens na comunidade nipônica era rígida:

Lá era a *Tenri-kyo*. Era uma igreja<sup>97</sup>, ali era o lugar onde se juntava mais o pessoal [para treinar], tinha uma área fixa, lá. Dificilmente entrava uma mulher no tatame. Lá, pelo menos até que eu entrasse [no judô], nunca tinha visto. Não tinha muita abertura. [...] Em Apucarana, o *sensei* Yun teve duas filhas que faziam judô no horário deles, mas elas não competiam (DOMINGUES, 2015).

Nas conversas iniciais que a pesquisadora teve com *senseis kodanshas* homens<sup>98</sup>, na intenção de encontrar mulheres judocas com perfil para participar deste estudo, foi recorrente a dificuldade em encontrar nomes de mulheres praticantes da modalidade. Em geral, citavam judocas atletas que iniciaram a prática no final dos anos 1980 ou início dos anos 1990.

<sup>97</sup> A *Tenrikyo* é uma religião monoteísta que tem *Tenri-Ô-no-Mikoto* ("Senhor da Razão do Céu") como Deus. Em Londrina, a sede da *Tenri-kyo* fica na região central da cidade.

<sup>98</sup> Como exemplos, foram consultados os *senseis* Liogi Suzuki, no Paraná, e Massao Shinohara, em São Paulo (SP). Suzuki lembrou-se de nomes como Soraia André e citou Amélia Domingues e Marcela Narita, como dois exemplos paranaenses; Já Shinohara teve dificuldade para se lembrar das próprias alunas, mas destacou que fez questão de colocar em um de seus Manuais de Judô da Vila Sônia a imagem de uma garota de quimono na capa. Apesar de questionado, também não citou que a filha, Terezinha, já praticou judô com ele, ou a ex-atleta da seleção Christiane Parmeggiano, treinada por seu filho Luiz Yun Shinohara e que ainda frequenta o *dojo* da Vila Sônia, com o marido, também atleta da seleção, entre 1993 e 2002, Edemar Branco Zanol.

Nesse contexto, não lembraram as primeiras mulheres que surgiram em seus *dojôs* com a intenção de praticar o judô ou as primeiras judocas, mas foi comum lembrarem nomes de mulheres judocas com resultados competitivos expressivos. Tal observação vale ser registrada ao atentar na explicação de Pollak (1992, p.5) sobre relação entre a memória e a identidade (esta tomada como sentido da imagem de si, para si e para os outros): as memórias individuais podem ser negociadas com e a memória dos outros, mostrando que se tratam de valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, refletindo na noção de identidade do indivíduo. Essa seleção feita pelos *kodanshas* aponta uma construção autovalorativa deles: destacam as mulheres judocas que tiveram contato, visto que os nomes mais antigos com os quais conviveram, mas sem tanta expressão, são relegados ao esquecimento nos rearranjos memoriais.

Do mesmo modo, as estratégias de organização da memória, como o esquecimento, têm papel fundamental na constituição da memória de um grupo, conforme o conceito de trabalho de enquadramento da memória em um grupo em que persevera a dominação masculina, como o judô. Tal situação é mais relevante ainda quando se recorda que estes homens consultados detêm o poder simbólico instituído justamente por ocuparem cargos de prestígio no meio judoístico: o título de *kodansha* é outorgado “àqueles que se empenharam no aprendizado e prática contínua, no ensino, estudo e pesquisa da modalidade. “Portanto, seu portador é depositário e responsável pela difusão dos princípios filosóficos e educacionais do Judô preconizados” (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2014).

Um dos registros mais antigos sobre a participação feminina no judô brasileiro são relatos biográficos, como o livro de Eico Suzuki (1993), “*Meu Mestre e Eu - Memórias de uma Faixa Preta*”, em que a autora narra a sua entrada no judô, em abril de 1958, como discípula do professor Seissetsu Fukaya, em São Paulo (SP), até se formar faixa preta, em 1963.

Eico seria, assim, a primeira mulher judoca do Brasil e da América do Sul a graduar-se faixa preta, com reconhecimento da *Kodokan* (VIRGÍLIO, 2002, p. 231). No livro, ela conta que seus primeiros treinamentos, quando já

era uma universitária, eram, em boa parte, feito com meninos e com o próprio *sensei*.

Ela cita que a primeira técnica a comandar a seleção brasileira feminina, no Sul-Americano de 1981, no Chile, teria sido a paulista Berenice Endo, falecida em 1991. Eico também cita a judoca Kimie Kihara, imigrante japonesa, filha do *sensei* Yoshio Kihara<sup>99</sup>, como uma das precursoras. Kimie promoveu cursos de judô para mulheres na Escola Nacional de Educação Física e Desportos – ENEFD – no Rio de Janeiro (SUZUKI, 1993, p.36). Em 1961 o seu curso somou 30 inscritos (MELO, 1996, p. 60). O curso era diário e ministrado pela judoca faixa preta (SOUZA, 2011, p. 34). Ela também apresentava, antes das competições da época (masculinas) e em eventos de treinamento, o *Ju-no-kata* e demonstrações de defesa pessoal (SUZUKI, 1993, p. 14).

No livro, Eico conta que procurou o *sensei* Fukaya em 1958 para ter aulas de judô. O mestre informou que já tivera outras moças anteriormente, no Esporte Clube Pinheiros, e, para responder se poderia ensinar à jovem, pediu uma semana para pensar. Eico propôs treinar com as crianças. Assim ingressou na modalidade (ibid, p. 13). Ela relata ainda ter tido contato com Iara Cerqueira, que teria sido a primeira diretora da divisão feminina da Federação Paulista de Judô<sup>100</sup> (FPJ); e que soube de outras mulheres brasileiras promovidas à faixa preta no final dos anos 1960: Hiroko Kan o e Eurina de Siqueira Cavalaro, em 1968, no que ela chamou de região Centro-Sul do país, e Edite de Oliveira e Noêmia Vieira da Silva, 1969, no Paraná<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup>Yoshio Kihara foi um dos discípulos da *Kodokan* e chegou ao Brasil com o 7º Dan e com a incumbência de ensinar o Nague No Kata e, como ainda não havia distinções claras entre judô e jiu-jitsu, também tinha as atribuições de promover a separação definitiva das duas modalidades (VIRGÍLIO, 2002, p. 296).

<sup>100</sup> Foi feita uma consulta à FPJ por informações ou contato de Iara Cerqueira, mas a entidade informou não ter dados. Da mesma forma, tentou-se localizar as judocas *sho-dan* do período, sem êxito.

<sup>101</sup> No início da década de 1970, teria a primeira judoca o Paraná chegado à faixa preta, Devoeni Cabral, em 1971, conforme lembra o ex-presidente da Federação Paranaense de Judô, Paulo Air Micoski (VIRGÍLIO, 2002, p. 206).

Edite, segundo o relato de Amélia Domingues (2015), teria sido promovida a *sho-dan*<sup>102</sup> dentro do *dojo* que frequentava, como era hábito na época<sup>103</sup>, discípula de Sadai Ishihara, em Assaí:

E a [judoca do Paraná] mais antiga das que eu conheci era a Edite. Mas essa Edite não fez judô para competir, fez judô em Assaí e foi graduada pelo *sensei* Ishihara. Ela não fazia competição nem apresentação. Ela só treinava lá. Edite Oliveira dos Santos. [...] Nós só viemos a conhecê-la porque ela era da nossa turma de Educação Física em Arapongas [PR]. Aí ela contava que era faixa preta e tal. Mas nunca foi confirmado pelo *sensei* Ishihara. Ele se lembrava dela, mas como ele não anotava nada, a gente tem de acreditar na palavra dela (DOMINGUES, 2015).

No mesmo ano de 1969, no Rio Grande do Sul, Léa Linhares chegou à faixa preta, depois de quatro anos praticando judô em Porto Alegre, inicialmente na escola e depois no Clube Gondoleiros, sob ensino do *sensei* José Henrique Dias.

Léa Linhares (2015) conta que começou a praticar judô em 1965<sup>104</sup>, aos 13 anos. No mesmo ano e com a mesma idade, mas no Rio de Janeiro, Kazue Ueda, também inicia na modalidade, sob a orientação do seu pai Takeshi Ueda. A gaúcha diz que soube da existência da modalidade por um programa de televisão e que, quando começou, a convite do seu futuro *sensei*, que começou a dar aulas gratuitamente na escola da garota, outras meninas também ingressaram e as aulas eram para garotas e garotos:

---

<sup>102</sup> O primeiro grau dentro da faixa preta, graduação que indica a conclusão de um ciclo de aprendizados, em que até então identificadas de diferentes cores, conforme a progressão técnica do judoca, em divisões chamadas *kyus*, em um sistema de promoções criado por Jigoro Kano e posteriormente adotado por outras modalidades de lutas. Ao todo, o judô possui doze dans, em que são concedidas até o 10º Dan (WATSON, 2011, p. 228). Do 1º ao 5º Dan, a faixa é de cor preta; entre os 6º e 8º graus, a faixa é vermelha e branca (quando o judoca se torna *kodansha*) e os últimos dois graus são com a faixa vermelha (REAY, 1986, p. 19; SANTOS, 2014, p. 112).

<sup>103</sup> Nos dias de hoje, até a faixa marrom, o judoca segue graduado pelo seu *sensei*. Para a faixa preta em diante, é necessário o reconhecimento das entidades oficiais da modalidade em cada estado, as Federações, que, em sua maioria, instituíram exames, homologados pela CBJ. No Rio de Janeiro, o primeiro exame de faixa promovido pela Federação foi em 1970 (WANDERLEY, 2001).

<sup>104</sup> Se ela de fato é uma das pioneiras do judô no Rio Grande do Sul, o judô feminino começa a ser praticado 15 anos após o início da sua prática pelos homens: Maduro (2011) estima que a modalidade tenha seu início no estado no final dos anos 1940.



Eu vi um programa na televisão, uma vez, um casal, um programa muito conhecido da época... Isso eu era criança e vi aquela mulher fazendo judô, lutando. Era [um programa] com a Eva Wilma e com o marido dela, o John Hebert. E aí eu digo 'Bah, que legal!', e daí eu comecei a gostar do judô. Entraram um monte de meninas, umas 18 meninas. Fiquei eu (LINHARES, 2015).

A paulista Miriam Minakawa<sup>105</sup> conheceu o judô porque seus irmãos começaram a praticá-lo na Sociedade Hebraica, de São Paulo, por volta dos seus 7 anos. Mas, na época, seu pai não a deixou iniciar a prática porque, como relatou, quase não tinha meninas no *dojo*. E ela começou a praticar o judô a partir dos 15 anos, quando ficou “um pouco maior, não dependia mais de pai para levar e buscar e comecei a treinar com um quimono emprestado pelo meu irmão” (MINAKAWA, 2015).

Também em São Paulo, Solange Pessoa começou a praticar judô aos 7 anos, acompanhando irmão um ano mais novo, Sérgio Pessoa<sup>106</sup>, em 1968 na Sociedade Esportiva Palmeiras, com o professor Fukyu Nakano. Na época, conta, não havia outras garotas no *dojo*, e não havia com quem competir, além dos meninos em campeonatos internos:

O *sensei* falava assim [para minha mãe] 'Porque não deixa ela competir? Deixa ela competir'. Porque as competições eram só masculinas. Não tinha mulher na competição, não podia. Não eram os campeonatos que temos hoje, eram campeonatos de professores amigos que se juntavam e faziam uma 'competiçãozinha'. E assim o professor me deixou eu competir. E aí foi. Aí fui, ganhei a competição. Os meninos que competiam comigo são meus amigos até hoje (PESSOA, 2015).

Mas as situações em que as praticantes ingressavam na modalidade sem nenhum parente homem judoca ainda eram exceções. Uma dessas

---

<sup>105</sup> A *sensei* é casada com o judoca e árbitro FIJ A Edison Minakawa, filho de Hiroshi Minakawa, imigrante japonês que chegou ao Brasil em 1939 e que começou ministrar aulas de judô na Associação Brasileira A Hebraica, em São Paulo (SP) em 1956. (VIRGÍLIO, 2002, p. 89).

<sup>106</sup> Sérgio Pessoa foi o primeiro ocidental a vencer, em 1986, a tradicional Copa Jigoro Kano, no Japão, que se realizava anualmente no mês de dezembro. Hoje a competição é o Grand Slam de Tóquio. Esteve na seleção olímpica dos Jogos de Seul (1988). Em 2004, mudou-se para o Canadá e foi o técnico da seleção nacional daquele país entre 2006 e 2012. Atualmente, seu filho, Serginho Pessoa, é atleta da seleção canadense. (POR ONDE ANDA... , 2013, p.30-31).

exceções é a judoca Soraia André, que atribui a uma brincadeira de criança seu início na modalidade, quando tinha 11 para 12 anos, em 1976:

[...] eu fui pedir para o meu pai duas coisas rimando: eu pedi uma hora um macacão e um violão. E eu queria um gravador e não tinha com o que rimar e resolvi rimar com judô<sup>107</sup>. Meu pai me levou [para uma academia de judô]. Ele era um frustrado [ri], tinha tentado fazer boxe, era contemporâneo do Eder Jofre. [...] E quando eu falei que ia fazer judô, acho que ele pensou na hora “É minha vez, posso me realizar através dela”. [...] Quando eu cheguei à academia, tinha algumas meninas treinando, algumas mulheres. Elas eram filhas dos professores, era aquela academia oriental, que o pai passava pro filho, e elas eram parentes dessas pessoas. Tinha aproximadamente umas 12 meninas, elas eram filhas de um dos professores, a sobrinha de outro professor e eu comecei a praticar nesse contexto aí. [...] O treinamento era separado, eram só moças orientais que treinavam e, num primeiro momento, houve uma resistência [com a minha chegada], tanto que o professor deixou bem subentendido: “Olha, não é que tem treino para mulheres, essa é filha deste, essa é filha daquele” e eu não era filha de ninguém ali [riso] Foi assim que ganhei o apelido de “Japonegra” (CESAR, 2015).

A narrativa acima expõe, além do incentivo paterno para uma e uma discriminação de ordem racial (talvez por ser negra, mas especialmente por não ser de descendência oriental), uma das dificuldades (e belezas) de trabalhar com a História Oral: a tarefa de tentar encontrar meios de controlar as distorções ou a gestão da memória expressa nas falas dos entrevistados, como defende Pollak (1992, p. 9) como forma de compreender a subjetividade das fontes.

O autor afirma que numa história de vida, há coisas que são completamente solidificadas e outras, fluidas (que se transformariam entre uma seção de entrevista para outra) são as mais problemáticas e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, indicadoras de “verdade” e “falsidade”, no sentido positivista do termo. Apesar de ter sido realizada apenas uma sessão de entrevista com cada judoca, pode-se constatar que a narrativa de Soraia André é um exemplo de informação solidificada em sua memória: ela contou a mesma história repetidas vezes, com os mesmos dados em outras entrevistas, seja para

---

<sup>107</sup> Só é possível entender a rima do par gravador/judô quando se pensa na sonoridade da primeira palavra, no uso da língua falada, que suprime o “r” no final das palavras: então, sim, “gravadô” rima com “judô”.

estudos acadêmicos ou material jornalístico<sup>108</sup>: a brincadeira de rima, o apelido de Japonegra, o pai como boxeador frustrado e fã de Eder Jofre.

Pollak (ibid) diz acreditar que as partes mais construídas dizem respeito aquilo que mais verdadeiro para uma pessoa, mas também pode ser a mais falsa, pois pode não ter ligação ou está em franca ruptura com o passado real. Não quer dizer que a judoca estaria mentindo ou inventando, mas que esse trecho aponta algo importante sobre como quer ser vista e, por consequência como constrói sua identidade.

Contar sobre a própria vida em uma entrevista não é uma ação natural e o entrevistado tem seu poder sobre o entrevistador: ele pode escolher (conscientemente ou não) selecionar que trechos e sob que ponto de vista irá relatar. A brincadeira de rima com o par judô/gravadô se estabeleceu mais na memória da judoca sobre sua inserção na modalidade do que, por exemplo, se houve alguma discussão entre seus pais sobre atender ao pedido ou não: é como criança criativa que decide o esporte que vai a acompanhar vida fora que Soraia constrói e solidifica sua narrativa.

Do mesmo modo, o apelido, que pode ser visto como uma expressão de uma discriminação (uma negra tentando ser japonesa) é transformado por Soraia e adotado como distinção por invadir um terreno que até então não pertencia a quem não vinha de família nipônica.

Outra exceção de inserção sem a tutela masculina é Iara Passos que, em 1975, quando estava prestes a completar 13 anos, viu em um comercial de televisão a possibilidade de acabar com as provocações que sofria na escola:

Eu não sabia o que era judô. Artes Marciais, para mim, era tudo igual. Eu sempre fui muito tímida e na escola, sofria *bullying* [riso]. Eu era muito tímida, puxavam as minhas tranças, eu não tinha coragem de bater em ninguém. Aí, um dia, vendo televisão, eu vi uma propaganda de uma academia que tinha judô. E aí eu pensei: “Bah, tá aí a minha chance, eu vou entrar nessa academia, vou aprender a bater em todo mundo e ninguém mais vai me incomodar” (PASSOS, 2015).

---

<sup>108</sup> Pontos solidificados na narrativa também foram notados nas falas de outras entrevistadas, como Danielle Zangrando, Eliane Pintanel, Iara Passos.

Nas primeiras aulas, ela se depara com uma situação distinta da relatada por outras participantes: ao contrário das entrevistadas de São Paulo e Paraná, que já praticavam judô na década de 1970 em regiões nas quais a modalidade se desenvolveu fortemente ligada às colônias de imigrantes japoneses, em Porto Alegre, Iara encontrou um grande número de meninas e moças nos tatames.

A partir desse dado, cogitou-se que, em cidades sem tanta influência das tradições nipônicas – que mantêm por mais tempo e com maior intensidade da vigilância sobre a mulher – seria menos restrito o acesso aos tatames<sup>109</sup>, considerando uma interpretação do pensamento ocidental sobre a cultura do Oriente. Edward Said (2007) cria o conceito de Orientalismo para definir essa forma específica de interpretação, que

[...] particularmente valioso como um sinal do poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente (o que, na sua forma acadêmica ou erudita, é o que ele afirma ser). [...] O Orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia européia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material<sup>110</sup> (SAID, 1990, p. 33).

Ao tentar explicar, a partir de paradigmas válidos para a vida social no Brasil (e ocidental) o modo de vida da comunidade descendente dos japoneses incorre-se em um orientalismo. Apesar de haver um pensamento ocidental sobre o Oriente de que as mulheres são mais submissas, Miarka et Al (2011, p. 1020, tradução nossa) destacam que a formação da imagem de um papel apropriado da mulher japonesa como esposa e mãe ideais e dona-de-casa tiveram influência das mudanças sociais ocorridas na Era Meiji, com a ênfase

---

<sup>109</sup> Como já referido, não se encontrou, a partir das entrevistas feitas, indícios suficientes que confirmassem, negassem ou permitissem para este momento uma discussão sobre a influência nipônica sobre maior ou menor restrição de mulheres no judô em relação a *dojôs* comandados por brasileiros sem ascendência japonesa.

<sup>110</sup> O “Oriente” a que se refere o autor é o “Oriente Próximo”, ou seja, Oriente Médio e a interpretação do europeu a partir da invasão do Egito por Napoleão em 1798, mas os conceitos que ele desenvolve sobre o que se pode considerar a construção de um enquadramento da memória por parte de Europa e Estados Unidos sobre os demais países do lado oposto do globo terrestre, como China e Japão, é igualmente válida.

na modernização do país, o que incluiu uma “ocidentalização” do papel da mulher.

Jigoro Kano pareceu, no início, estar inseguro sobre o fato de se seria apropriado ensinar o judô a mulheres. Anteriormente, na Era Tokugawa (entre o século XVII até meados do século XIX) as mulheres japonesas tomavam partes em treinamentos marciais, inclusive com armas (especialmente uma pequena com a *naginata*, uma espécie de barra com uma lâmina curva na ponta), era aceitável para mulheres samurais da elite.

A existência de mulheres que lutavam consta ainda em relatos épicos sobre a história do Japão, como “*O Conto dos Heike*”, que, em seu quarto capítulo, apresenta Tomoe Gozen, mulher de Minamoto Yoshinaka, e ela mesmo uma samurai especialista no manejo da espada:

Tomoe era especialmente linda, com pele branca, cabelo longo, e características encantadoras. Ela era uma arqueira notavelmente forte e muito precisa, como espadachim, ela era uma guerreira de valor inigualável, pronta para confrontar um demônio ou um deus, montada ou a pé. Ela controlou cavalos irrompíveis com habilidade soberba. Sempre que uma batalha era iminente, Yoshinaka enviava essa valorosa guerreira como o primeiro capitão de seu exército, equipada com armadura forte, uma espada enorme, e um arco poderoso; e ela executou mais ações de valor do que quaisquer dos outros guerreiros de Yoshinaka (HEIKE, 2005, p. 291, tradução nossa).

Essas informações parecem ter sido lançadas ao esquecimento (não só pelo olhar ocidental contemporâneo, mas também pelos próprios japoneses, que por séculos restringiram as atividades femininas a ambientes domésticos e atividades valoradas como “femininas”, reforçando uma “orientação do oriente” a partir de valores ocidentais.

Outra possibilidade para haver tantas mulheres praticando simultaneamente o judô no Rio Grande do Sul nos anos 1970 quando ainda em outros locais a participação delas ainda era mais discreta é porque o Rio Grande do Sul apresenta nuances regionais mais marcantes em relação ao restante do país. Pesquisadores da cultura rio-grandense chegam a afirmar que a cultura do local é mais similar à cultura platina – Argentina e Uruguai.

Oliven (1989) afirma que a região passou por um “isolamento geográfico”<sup>111</sup> do restante do país, aliado ao seu caráter fronteiro a países do império espanhol e existência de um tipo social específico, o gaúcho, distinto de outros tipos sociais brasileiros por causa do ambiente que se desenvolveu e por uma suposta superioridade política provinda das experiências de guerras, guardando às vezes mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai do que aos brasileiros.

De todo modo, por muito tempo em *dojôs* comandados por *nikkeis*, a presença feminina, quando acontecia, era de mulheres adolescentes ou crianças (não encontramos relatos, nesse período, de praticantes do sexo feminino que iniciaram a prática já na idade adulta), quase como uma norma, sendo filhas ou parentes próximas aos *senseis*.

É o caso das irmãs Vânia e Tânia Ishii, filhas do primeiro medalhista olímpico do Brasil, Chiaki Ishii, medalha de bronze nos Jogos de Munique (1972), japonês naturalizado brasileiro justamente com a intenção de lutar uma olimpíada. Tânia, hoje com 47 anos, seguiu carreira na seleção, pela qual foi medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Caracas (1983) e fez parte da equipe que disputou os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992). Casou-se com o judoca norte-americano e campeão mundial Mike Swain (RUBIO, 2015, p. 425). A filha do casal, Sophia Ishii Swain foi campeã pan-americana Sub-21 em 2013, defendendo a seleção norte-americana (FRANÇA, 2013, p. 22). Já Vânia Ishii, a irmã mais nova, começou o judô aos 4 anos, em 1977, embora preferisse o ballet. Foi medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg (1999) e prata nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo (2003), além de ter disputado as Olimpíadas de Sidney (2000) e de Atenas (2004) (RUBIO, 2015, p.425). Sobre a inserção delas na modalidade, Chiaki comenta:

Quando eram crianças, sim [incentivei elas a praticarem o judô]. Acho que mais crianças deveriam praticar. Eu ensinei, elas gostaram e

---

<sup>111</sup> A essa peculiaridade geográfica somar-se-ia uma história *sui generis*; “Ela inicia com uma integração tardia ao resto do País. Assim, embora descoberto no começo do século XVI, o Rio Grande do Sul só começa a se articular às atividades econômicas do Brasil colonial mais de um século depois” (OLIVEN, 1989, p. 2).

continuaram praticando. Só isso. Naquela época, não tinha muito judô feminino (FRANÇA, 2013, p. 22).

Se o acesso de crianças – meninos ou meninas – era visto com bons olhos, como exemplifica a fala acima, a presença de mulheres adultas nos tatames não recebia o mesmo incentivo. Era, por vezes, velada ou expressamente negada, ainda que a proibição nunca viesse de forma expressa. Ou simplesmente nem sequer cogitada pela esfera masculina a possibilidade da prática feminina na modalidade, resultando na demora em se começar a divulgar a prática para o universo feminino.

A definição do que é próprio para o sexo masculino ou para o feminino é uma estratégia do gênero dominante, o masculino, manter-se dominante como se essa fosse a ordem natural da natureza humana, biológica e socialmente, destaca Pierre Bourdieu:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar o que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado das coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação (BOURDIEU, 2007, p. 17).

Assim, desenvolvem-se situações que hoje soam como equívocos, mas que em seu tempo eram consideradas naturais, como atribuir esportes “para homens”, esportes “para mulheres” a partir de argumentos biológicos<sup>112</sup>, quando surgem muito mais de convenções sociais impostas por uma categoria dominante.

---

<sup>112</sup>Dunning destaca que essa divisão já foi ainda mais ampla: Ainda na segunda metade do século XIX, os domínios esportivos eram considerados reserva masculina: toda atividade físico-desportiva era considerada coisa de homem, e restrita aos homens. (DUNNING, 1985). Um exemplo é o posicionamento do Barão de Coubertin, sobre o papel da mulher na criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna: apesar de ser favorável à prática de atividade física feminina, afirmava que o lugar delas seria ao lado de pistas e campos, aplaudindo.

A partir desse pensamento<sup>113</sup>, no judô, um esporte de contato sistematizado a partir de lutas milenares de guerra, e assim, atribuidamente “masculino”, a mulher teria de pedir permissão para subir ao tatame. No Paraná, Amélia Domingues disse se lembrar de se deslocar, nos anos 1970 até Assaí aonde iam para encontrar o “patriarca” do judô na região, ela era a única mulher a adentrar o *dojo*:

Os homens ficavam lá conversando e eu passava por trás, servia uma água. Mesmo na casa dele [Sadao Ishihara], mulher dele nunca entrava no *dojo*. As filhas nunca entravam, as noras não entravam. A única que era xereta e ficava lá dentro da academia era eu. E até porque eu não sabia que não podia. Talvez se eu soubesse, eu não entraria. Eu achava que elas fossem retraídas. Eu não sabia que tinha essa *tradição*. Não estava escrito “é proibido”, mas [elas] não entravam, assim como era antigamente, [quando] filhos não entravam na sala quando tinha visita. Ninguém falava “é proibido”. Mas nenhum filho entrava na sala. Então, eu não, eu comecei a servir água, café e passava por ali (DOMINGUES, 2015).

É a partir de uma função atribuída como feminina, a do serviço doméstico de servir o café, que a judoca é aceita em um espaço antes proibido às mulheres, mesmo as da família.

Em Porto Alegre, as aulas do judô feminino também eram separadas do masculino. Lá, contam Iara e Eliane Pintanel (2015), elas tinham um treino similar ao do masculino (aquecimento, *ukemis*, repetição de técnicas, *randoris*) e havia a vontade das garotas em competir, embora não fossem convidadas à assistir os campeonatos do masculino. Para agradar às alunas, o professor da academia em que Iara Passos fazia judô, Cesar Almeida, organizava torneios internos:

---

<sup>113</sup> Silvana Vilodre Goellner (2006) dá um panorama sobre a inserção brasileira da mulher no esporte no Brasil: em meados do século XIX, as atividades físicas para mulheres passaram a se popularizar a partir da intervenção dos médicos higienistas que, se encarregaram de divulgá-la orientando a conduta de mulheres e homens sobre o asseio, os banhos, as vestimentas, os hábitos alimentares e a realização de atividades físicas. As recomendações e prescrições para os exercícios femininos visam a preservação e a constituição de uma boa maternidade considerada. Na década de 1930, há uma onda de euforia sobre a mulher praticante de esporte, especialmente com a participação de Maria Lenk na Olimpíada de 1932. Surgem competições esportivas que incentivavam que contribuíssem para ampliar o número de esportistas mulheres, ainda que estimulassem apenas a prática de modalidades ditas “femininas” e é a partir da segunda metade do século XX que modalidades como voleibol, basquetebol, natação, tênis e atletismo tornam-se cada vez mais praticadas, com participações em campeonatos nacionais e internacionais.



Em 1975 tinha bastantes mulheres treinando. Só que a gente pedia sempre para participar de competição porque a gente via os caras, os homens, competindo e nós não podíamos. E aí quando incomodávamos muito o professor, ele parava e fazia um torneozinho interno só para dar uma acalmada. (PASSOS, 2015)

Eu treinava com os adultos, com os homens e dava aula pra infantil e pré-adolescentes. Eu tinha vontade [de competir]. Eu competia na academia, no *dojo*, competir com os meninos. Para mim, era normal, para eles, não. Eles ficavam meio que receosos de me pisar [...]. Os adultos não pegavam forte [comigo]. (LINHARES, 2015)

Solução parecida foi adotada para permitir que Mônica Angelucci, que começou o judô em 1979, aos 9 anos pudesse experimentar os *shiais*. Assim como aconteceu com Solange Pessoa, as primeiras competições eram não-oficiais e a garota enfrentava meninos: “Eu acabava lutando com os meninos bem mais velhos que eu. Eu sempre me destaquei e aí eu fui crescendo, né?” (ANGELUCCI, 2015).

Mesmo nos locais em que as aulas e treinamentos já integravam homens e mulheres no mesmo espaço, havia restrições: as moças raramente formavam duplas para a execução das técnicas com os rapazes e quando treinavam, não lutavam (DOMINGUES, 2015). “Treínávamos todos juntos, sim, as moças e os rapazes. Mas não, não fazíamos os *shiais* juntos”, recorda-se a *Ni-Dan*<sup>114</sup>.

Nem sempre as judocas dessa época encontraram apoio para avançar em suas práticas, conseqüentemente, precisavam desafiar os costumes já arraigados. Solange Pessoa conta que foi por sua insistência que começou a frequentar os treinamentos da seleção paulista, promovidos pela própria FPJ:

Meu irmão foi treinar lá [na Federação] e eu não podia ir. E, às vezes, quando acabava a aula, eu subia no tatame e fazia umas lutinhas com ele. Mas não podia. Aí uma vez, eu cheguei para o *sensei* e falei: “*Sensei*, porque eu não posso treinar?”. Aí, de tanto pedir, ele me deixou treinar um dia lá (PESSOA, 2015).

É possível inferir que o acesso aos treinos na FPJ pode ter sido facilitado por ser irmã de um judoca reconhecido em no meio por seu aprimoramento técnico. A anuência para praticar judô somente pela presença

---

<sup>114</sup> Faixa preta 2º Dan.

de um parente masculino no ambiente também era preponderante nas famílias: Amélia começou a praticar para acompanhar o marido, Adauto Domingues, Mônica Angelucci quis praticar o judô porque o irmão mais novo tinha iniciado os treinos na modalidade, mas, mesmo assim, a mãe não aprovava.

Joaquim Mamede conta que, na mesma década, com apoio de representantes de São Paulo, como Ryuzo Ogawa, e do Rio de Janeiro, como Takeshi Ueda, foram organizados os torneios femininos extra-oficiais, que contavam com a participação de mais de 200 mulheres<sup>115</sup> (MOURÃO, 2007, p. 4).

### 3.1.1. O sistema de promoção de faixas

Em 1969, quando Léa Linhares conquista a sua faixa preta, ainda vigorava o Decreto-Lei, nº 3.199, de 14/04/41, art. 54, especificado pela Norma 7/65-2, sendo assim, o seu título não foi reconhecido pela Confederação Brasileira de Pugilismo, apesar de fazer todas as atividades de um *sho-dan* homem:

Ministrava aulas para crianças e jovens, era árbitra, realizava demonstrações antes de competições masculinas, atuava como instrutora da defesa pessoal, enfim, investiu na modalidade. Investimento que, ao ser subvalorizado pelo não reconhecimento de seu título e pela limitação de participar em competições esportivas, lhe causou mágoas s profundas levando-a a romper com o judô (GOELLNER, 2013, p. 79).

Léa Linhares (2015) confirma que a dificuldade em ter sua graduação inédita para uma judoca no Rio Grande do Sul contribuiu para seu afastamento abrupto da modalidade, dada a importância da promoção de faixas para os praticantes do judô.

Ao relatar a história do judô no Rio de Janeiro, Wanderley (2001, p. 69) informa que em 1980, as primeiras atletas faixas pretas registradas na CBJ foram: Kazue Ueda, Beatriz Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de

---

<sup>115</sup> O ex-dirigente relata uma lembrança pessoal do Circo Dudu (atual Escola Nacional de Circo), em que uma das atrações era a luta livre de mulheres. Mamede notou que uma das lutadoras saía após os combates para amamentar o filho e isso o fez cogitar que, sendo o judô menos violento que a luta livre, poderia ser competido sem comprometer a integridade física da mulher (SOUZA, 2006, p. 4).

Carvalho e Silva, Margarida Maria de Carvalho e Silva, todas 2º Dan; Ana Maria de Carvalho e Silva, Patrícia Maria de Carvalho e Silva promovidas a 1º Dan, sem detalhar em que ano foi feito tal registro. A considerar o fato de que, no Sul-Americano de 1979, as filhas de Mamede competiram com a faixa marrom (VIRGÍLIO, 2002, p. 107), pode-se inferir que a oficialização dessas promoções de faixa devem ter sido feitas após 1979.

Nas promoções de graduação, relataram as participantes, não havia distinção em relação aos procedimentos adotados aos homens, seja se fossem realizados dentro das próprias academias ou gerenciados por federações estaduais. Marilaine Ferranti (2015) contou, aos risos, que seu exame para *sho-dan* exigiu, inclusive, uma adaptação: precisou disputar o *kati-nuki*<sup>116</sup> e como só ela era a única mulher entre os candidatos, foi avaliada sua técnica, sem a necessidade de vencer. Ter um ajuste na regra que implicitamente informava que mulheres não venceriam homens em *shiais* não foi algo que pareceu incomodar a entrevistada.

Um detalhe na faixa portada pelas mulheres foi assunto que não teve aceitação tão pacífica: até o final dos anos 1990, no Brasil, as faixas femininas seguiam a recomendação criada pela *Kodokan* de inserir uma pequena listra branca no sentido do comprimento da faixa. “As faixas das mulheres têm uma listra branca no meio” recomenda Jigoro Kano sobre o modo correto de compor o *judogui*, sem maiores explicações (KANO, 1986, p. 27). Esse sinal diacrítico, afirmou Keiko Fukuda em uma entrevista à Revista *Black Belt*, representa a maneira mais pura do judô porque elas não fazem tanto uso da força quando os homens. “No entanto, a maioria das mulheres prefere uma faixa preta normal, como as dos homens” (JOHNSON, 1974, p. 30, tradução nossa).

Essa questão reflete o reforço de um judô centrado no masculino e que, simbolicamente se perseverou por décadas na “fitinha branca”. Em países ocidentais, essa distinção sofria maior resistência pelas mulheres, que não a usavam, como um reflexo da luta para a inclusão total da mulher no judô (MIARKA et al, 2011, p. 1.022, tradução nossa).

---

<sup>116</sup> *Kati nuki* - Sistema de competição que servia também para exames de promoção de faixa: em que os candidatos têm de vencer uma série de *shiais* para ser promovido.

O tema surgiu em três entrevistas, em duas delas, o que se percebeu foi a sensação de nostalgia, mas sem nenhum desenrolar em torno do assunto. Já Solange Pessoa se opôs a essa distinção enquanto falava sobre a ausência de diferenças nos treinamentos entre os gêneros:

**Solange** - Você entrou em treino de judô, não existe mulher, homem. A medalha olímpica é a mesma. Não tem diferenciação do judô masculino e do judô feminino. No Japão eles colocavam a faixa com uma faixinha branca no meio pra dizer que tinha uma diferença.

**Entrevistadora**<sup>117</sup> – A gente usou muito tempo isso aqui [no Brasil]...

**Solange** – [interrompe] Eu nunca usei. Pra dizer que era masculino e feminino diferenciado. Eu usei uma vez na faixa roxa, mas nas marrom e preta, não.

**Entrevistadora** - Por opção?

**Solange** - Por opção. E depois já tinha parado essa besteira (PESSOA, 2015).

Com ou sem a “fitinha branca”, chamou a atenção a recorrência da condecoração de *dans* por mérito, ou seja, sem a necessidade de exame de promoção, que se estende em décadas seguintes. Em alguns casos, o “mérito” era a necessidade de elevar as judocas para a faixa mínima necessária para algum evento. Amélia Domingues conta que seu 1º e 2º Dans foram conferidos pela FPrJ, por mérito; Rosicleia Campos receberia o *sho-dan* de seu técnico, Ueda, em 1987 quando foi competir o campeonato de Colorado Springs, em Colorado (EUA), mas o pai dela vetou, dizendo que a garota ainda não tinha maturidade para tal graduação e depois, todos seus dans (hoje é *kodansha*, 6º Dan) foram por mérito; Solange Pessoa (2015) conta que a faixa preta era critério para a participação no Mundial de Judô de 1980, então, todas as atletas que ainda não tinham esse grau, foram promovidas. Soraia André (2015), que naquele ano era faixa verde, diz que seu professor não a deixou manter a graduação oferecida pela FPJ, Iara Passos também se tornou *sho-dan* para poder disputar o Mundial (CENTRO DE MEMÓRIA..., 2005, p. 12).

---

<sup>117</sup>Portelli (2010) explica que a inclusão eventual das perguntas, serve para lembrar ao leitor, que o pesquisador tem um papel fundamental na modulação dos relatos dos entrevistados, isso porque as pessoas não começam simplesmente a falar, sem nenhum estímulo, sem nenhuma forma de provocação. Nessa linha de raciocínio, a narrativa do entrevistado é de acordo com Portelli (2010), sempre uma *performance* que tem como ponto de partida a presença do entrevistador.

Percebe-se, assim, uma relativização do mérito da graduação de faixa conforme a conveniência: por vezes, a promoção acontecia (e isso muito provavelmente não se restringiu às moças) por uma necessidade externa, como uma convenção exigida por competição.

### 3.1.2 – A prática do Ju no Kata para mulheres como tradição inventada

Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas, alerta Eric Hobsbawn (1984) na introdução do livro *A invenção das Tradições*, cunha o termo “tradição inventada”, que trata de:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 1997, p. 9).

A importância dessa definição para o estudo de temas históricos é que as tradições inventadas, segue o autor, são indicadores de problemas que “de outra poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios. [...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora de ações e como cimento da coesão grupal” (id, p. 20-21). Essa noção pode ser norteadora de um dos temas apontados nas narrativas das mulheres judocas brasileiras: as referências sobre o ensino dos *katas* para elas como parte de seu treinamento.

Nos anos 50 e 60, Kimie Kihara se apresentava com seu pai antes das competições executando as sequências coreografadas de golpes, os *katas* (SUZUKI, 1993). Amélia Domingues relembra que, sob o comando de Sadai Ishihara, o treino das mulheres, como foi o caso de Edite de Oliveira, era resumido à execução dos *katas*, somente entre moças, e as poucas mulheres daquele *dojô* não participavam de qualquer outra atividade da equipe. “Era fechado mesmo. Inclusive quando tinha campeonato lá em Assaí, elas não faziam abertura. Tinha *kata* dos meninos, mas elas não faziam a abertura [das

competições]. Tinha, porque não podia, a *tradição* não era de mulher fazer, né?” (DOMINGUES, 2015).

Léa Linhares, em Porto Alegre, conta que não tinha com quem praticar *shiais*: “Os rapazes competiam, eu fazia os *katas*, defesa pessoal. Eu ia às competições porque eu treinava a ‘piazada’” (LINHARES, 2015).

A partir desses relatos, o que se pretende discutir neste tópico é como foi construído uma tradição do *kata* voltado ao feminino e como e resquícios dessa prática do judô para mulheres perduram até os dias atuais, tentam reforçar uma reserva masculina nos tatames, imposta de maneira aparentemente gentil. Para tanto, tem-se de apresentar, primeiramente, com quais intenções Jigoro Kano sistematiza os *katas* e, posteriormente, os indica como principal atividade de sua *joshi bu*, a ponto de se criar a ideia de que, tradicionalmente, uma dessas formas, o *Ju no kata* seria destinado exclusivamente às mulheres.

Jigoro Kano criou os *katas* a partir de sua experiência no *jiu-jitsu* dos estilos *Tenjin Shinio* e *Kito*, que combinavam treinamentos combinados de *randoris* e *katas*. Para o fundador do judô, um é complemento do outro: “Aprender *kata* é semelhante a aprender gramática para o estudo da escrita, e a prática do *randori* é semelhante da prática da escrita em si” (WATSON, 2011, p. 121). Isso significa que, embora reconhecesse que seus discípulos preferiam o *randori*, pelo entusiasmo causado pela maior proximidade com as situações de disputa (KANO, 2008, p. 116), para bem praticá-lo, é preciso bom conhecimento dos *katas*. Ele também destacava que a prática das técnicas com elas acontecem no *kata* ajudam o praticante a entender as bases teóricas do judô (KANO, 1986, p. 145, tradução nossa).

Brouse (2005, p. 280) destaca que inspirado nos conhecimentos médicos de seu tempo, influenciados pelo pensamento ocidental sobre o corpo feminino<sup>118</sup>, *sensei* Kano exclui das práticas da seção feminina da *Kodokan* (portanto, a partir de 1926) aos exercícios dos do *kata* e leves *randoris*, seguindo a ideologia dominante de tendências eugenistas.

---

<sup>118</sup> “Suas dúvidas parecem ter sido baseadas nos ideais médicos ocidentais da época sobre a mulher e a atividade física, em uma época que no Ocidente, se esperava que o corpo feminino ideal teria de ser frágil ao ponto de ser quase doente” (MIARKA et al, 2011, p. 1020).

Mas, a partir dessa questão de ordem eugenista, foi-se criando o discurso de que o judô feminino seria diferente (e teria uma promoção distinta, expressa na fita branca nas faixas) de que as mulheres precisariam ter maior excelência no conhecimento das formas coreografadas das técnicas. Nessa pretensa premiação pela “excelência”, atenua-se o fato de que elas não poderiam se desenvolver em outros aspectos do judô, como o *shiai*, criando-se, assim, uma barreira de gênero<sup>119</sup> no acesso ao conhecimento e prática da modalidade.

O reforço dessa barreira acontece com a distorção da função do *ju no kata*. Este foi desenvolvido por volta de 1887, com o intuito de remediar a tendência de os judocas estarem gastando muita energia nas lutas. Esse *kata* teria a função de demonstrar teoricamente o princípio do uso da não-resistência: se o oponente empurra, deve-se afastar, se o oponente puxa, avança-se, anulando a energia dele para em seguida, dominá-lo, em uma sequência de movimentos de braços e pernas sem esforço excessivo e sem arremessos ao solo (WATSON, 2011, p. 125). Na bibliografia pesquisada, nenhum texto afirma a intenção de Jigoro Kano tornar o *ju no kata* uma exclusividade feminina<sup>120</sup>. Mas tal relação se perpetuou e aparece na fala da judoca paraense Kátia Sombra, sobre os exames de promoção de faixa:

Estou fazendo de tudo para ver se eu consigo mudar: somos avaliadas como um homem. Somos avaliadas no *nague no kata*<sup>121</sup>, mas você deve saber que existe um *kata* específico para a mulher, o *ju no kata*. Eu não me aperfeiçoo no *ju no kata*, mas sei como é. A gente deveria treinar mais, em vez de eu ser avaliada fazendo o *nague no kata*, que é um *kata* para homem, teria de ser avaliada no *ju no kata* (SOMBRA, 2015).

---

<sup>119</sup> Ver Coakley (2011).

<sup>120</sup> Duas sutis referências foram encontradas que podem sugerir tal exclusividade: Souza (2011) afirma que se trata do este *kata* é “caracterizado pela suavidade e lentidão dos movimentos. Por esta razão, na maioria das vezes, é demonstrado por mulheres”; no livro *Judô Kodokan*, a única série de técnicas apresentadas por fotos de judocas do sexo feminino é justamente no *ju no kata*.

<sup>121</sup> “Formas de projeção”: apresenta cinco séries de três técnicas de arremesso, com simulações de defesa pessoal de golpes bastante utilizados nos *shiais*. Cada série representa uma classificação de técnicas: *te-waza* (técnicas de mãos e braços), *koshi-waza* (técnicas de quadril), *ashi-waza* (técnicas de pernas e pés), *masutemi-waza* (técnicas de sacrifício frontais) e *yoko-sutemi-waza* (técnicas de sacrifício laterais).

A invenção de uma tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição, explica Hobsbawn (1997, p. 12). O que indica a atribuição do *ju no kata* a uma prática para mulheres esteja, no Brasil pode ainda não ser consenso, mas parece caminhar para um processo de sedimentação como uma tradição inventada.

### 3.1.2 Financiamento

Sobre o financiamento para praticar a modalidade, Léa Linhares (2015) resume: “Naquela época, era idealismo. Você gostava, você ia lá e fazia por amor o judô. Hoje está tudo, todos os esportes, inclusive o judô, tem de ter patrocínio”, ao comentar a principal mudança na modalidade entre os anos 1970 e os dias atuais. As seis participantes deste estudo que iniciaram a prática do judô neste período, afirmaram que os para se manter praticando, os recursos vinham da família, em custos que se resumiam a pagamento de mensalidades nas academias, clubes e escolas e aquisição de *judoguis*<sup>122</sup>.

Eu não tinha apoio, a mulher não tinha apoio [...] Olha, pois foi aí que eu deixei o judô. Pois eu queria continuar estudando, estava trabalhando oito horas por dia e ia treinar o judô e aquilo me cansava muito. Então fui me afastando, fui me afastando e aí meu professor queria que eu assumisse compromissos que eu não queria, eu dizia pra ele: “Mas eu preciso trabalhar”, ele dizia: “Mas tu tá ganhando dos alunos”. Mas o dinheiro que eu ganhava no trabalho, eu não ganhava com as aulas de judô. [...] Em 1971 eu comecei a trabalhar efetivamente com carteira assinada, eu tinha me formado técnica em secretariado. Bom, judô não ia me encher a barriga, eu era pobre, eu precisava trabalhar (LINHARES, 2015).

Situação parecida foi vivida por Iara Passos, que afirma que a falta de recursos para seguir pagando as mensalidades em seu clube quase parou o judô, por volta de seus 18 anos:

Chegou um ponto, quando eu estava nos meus dezoito, vinte anos, a minha mãe não ia mais poder pagar. Minha mãe falou para o meu

---

<sup>122</sup> O quimono para a prática do judô.



professor: “Olha, a lara vai ter que sair porque ela vai ter que começar a trabalhar” [...]. Aí eu tive a sorte de um senhor, que era diretor da seguradora Sul-Brasileiro, ele ouviu minha mãe comentando isso e perguntou que, se ele conseguisse algum trabalho para mim, eu não largaria o judô. Foi o que aconteceu (CENTRO DE MEMÓRIA... , 2005, p. 7).

### 3.1.3 Preconceitos percebidos pelas entrevistadas

A questão do preconceito de gênero ao fato de uma garota/mulher praticar uma modalidade estereotipada no Brasil como masculina é citada pela maioria das participantes desta pesquisa<sup>123</sup>.

Léa Linhares tem a memória do seu exame para a faixa preta como um dos momentos que se sentiu discriminada por ser mulher. Ela conta que soube que dois décimos da nota final foram descontados para que não fosse uma mulher o judoca com a maior nota naquele exame de faixas. Por causa do desconto, ficou com a nota 9,8. O caso teria sido um dos fatores que a fizeram se sentir “barrada” e que a levaram a encerrar a carreira nos tatames por não vislumbrar perspectivas:

Isso [o exame para *sho-dan*] foi em 1969 e eu fiquei no judô mais um tempo. [...]. Me afastei total, não queria nem saber do judô, porque, na época, eu às vezes até ficava com vergonha de dizer: “Ah, eu sou faixa preta de judô” ou “Sou praticante de judô” porque já te olhavam “Hum, não te mete com ela”, como [se eu fosse] homenzinho, ou como amante de professor ou de aluno (LINHARES, 2015).

Iara Passos diz que teve o apoio dos pais para começar a praticar o judô, mas temia reações de preconceito de que não se tratava de atividades para mulheres e as que se arriscavam eram homossexuais e, por isso, mantinha segredo sobre os treinamentos:

Eu não contava, não [que era praticante de judô]. Não. Eu não falava exatamente porque sempre teve: “Ah, a mulher fazer judô?”. Nessa época, imaginavam que tu tinha de ser um roupeiro aberto, grande, forte, gorda. E pelo outro lado, achavam que tu era sapatona. [...] Não

---

<sup>123</sup> As exceções foram Edinanci Silva, Jemima Alves e Kátia Sombra. Cabe destacar que, no roteiro pré-estruturado, houve o cuidado de não incluir as palavras “preconceito” e “masculinização” ou perguntas sobre discriminação em relação ao gênero, na tentativa de evitar direcionar as respostas das participantes.

gostava de me abrir exatamente para não haver essa cobrança das pessoas, esse preconceito com a mulher que tinha nessa época (PASSOS, 2015).

Apesar do incentivo do pai para ingressar no judô, Soraia André não teve a mesma autorização da mãe: “Minha mãe foi totalmente contra: ‘Não é coisa de mulheres, onde já se viu menina fazer!’, costumo brincar que a minha primeira adversária foi a minha mãe” (CESAR, 2015). A mesma reticência materna ao ingresso na modalidade foi experimentada por Mônica Angelucci:

Quando eu comecei, eu nem tinha quimono. Porque minha mãe não achava que tinha que fazer judô, porque menina fazendo judô era muito estranho. Naquela época existia um preconceito. E até hoje existe ainda, né? (ANGELUCCI, 2015).

Solange Pessoa conta que na infância foi o único momento que sentiu algum tipo de provocação por ser uma menina judoca:

Quando eu fui para essa escola, para o Cepef, encontrei com os meninos que competiam comigo. E aí os meninos começaram a falar “Ih, ela luta judô”. Naquela época [mulher que fazia judô] era sapatão, e isso e aquilo. E aí peguei um menino e bati nele na escola [riso]. Desse dia, então, ficou meu amigo. Nunca mais ninguém mexeu comigo... Nunca mais (PESSOA, 2015).

Miriam Minakawa aponta que o preconceito não era somente em relação ao judô, mas que sua presença no tatame gerou certo desconforto aos rapazes, ainda não habituados à presença feminina no judô:

O *sensei* me aceitou muito bem, os meninos ficaram meio inibidos de lutar com menina. Tinha aquele preconceito. Eu sempre fiz muito esporte, atletismo, basquete. Para menina fazer esporte naquela época, era meio malvisto. Tanto que na escola, eu ia de agasalho e a turma dizia: “Ah, atleta chegou”. Não é como hoje em dia. Era um “atleta” meio pejorativo [...]. Quando menina ia competir com menino, o preconceito era muito grande. O meu pai também tinha esse preconceito (MINAKAWA, 2015).

Coakley (2007) ressalta a questão de gênero como um dos fatores necessários de serem estudados por se tratar de um dos assuntos de disputa dentro do esporte. A relevância de pesquisas que intencionem trazer melhor compreensão sobre como esses confrontos se estabelecem esporte é reflexo do mundo social e, ao mesmo tempo, constitutivo desse mundo. É lugar em que mundos sociais são produzidos, reproduzidos e alterados.

O autor destaca que as mulheres são vistas no mundo esportivo como “invasoras” de um espaço “geralmente é dominado, identificado e centrado no masculino” (COAKLEY, 2007, p. 246, tradução nossa). Outro tema que merece a igual atenção nos estudos sobre esporte, diz, é o das questões raciais. Soraia André explicita, em sua fala, a relevância de se tentar compreender as relações que envolvem esses dois assuntos e que se apresentam como obstáculos para a prática esportiva, a partir da forma que se efetivou seu ingresso no judô:

Em um primeiro momento, houve uma resistência, tanto que o professor deixou bem subentendido: “Olha, não é que tem treino para mulheres, essa é filha desse, essa é filha daquele”. E eu não era filha de ninguém ali [riso], era uma favelada que estava vindo de uma comunidade e estava ali, querendo fazer judô. Meu pai já perguntou: “Mas, então, não pode fazer por que não faz parte [de nenhuma família ligada ao judô]?” Aí o professor disse: “Pode vir fazer” (CESAR, 2015).

Soraia aponta que se sentia, a partir da observação do outro, a discriminação por vir de uma região pobre da cidade. A partir dessas referências, conta, ela começa a tomar atitudes que para criar uma identidade<sup>124</sup> mais “adequada” para se sentir aceita ao meio que se inserira:

[...] No começo eu era negona, depois passei a ser neguinha, mulata e de cor. Então, a sociedade acabou me embranquecendo. Ou você é branca e faz judô ou se for negra, não tem acesso... Então, eu tive que aprender, eu falava japonês, tinha que me comportar como uma gueixa. Meu apelido era ‘Japonegra’ e até gosto (FARIAS, 2012. Ano, p. 3).

---

<sup>124</sup> “Identidade”, de maneira direta, entendida como uma representação (CANDAU, 2005, p. 25), construída a partir da imagem de si, para si e para os outros (POLLAK, 1992, p. 5).

Nessa fala, nota-se que a ideia da “Japonegra” adotado por Soraia como um elogio é uma memória que foi rearranjada com o passar dos anos, para se manter coerente na noção identitária da imagem “de si para si”. O relato de que foi se “embranquecendo” e que adotava comportamentos esperados para o estereótipo das *nikkeis* mostra que ser a “diferente” em seu *dojo* não era confortável para ela.

#### 4. SEGUNDA FASE – DE 1980 A 2001 – “ERA MAMEDE”

*“O feminino ia para as competições com o intuito de participar, sabia que tinha potencial, às vezes para ganhar, mas a gente não tinha o mesmo respeito que tem hoje. Em nível Sul-Americano e Pan-Americano, a gente ganhava, ia bem nas competições, mas quando chegava em Mundiais, Jogos Olímpicos, era uma outra história. A gente viajava pouco, por falta de recursos e ficava muito distante das atletas que eram medalhistas.”*  
(Danielle Zangrando, 2015)

Com o fim da proibição legal da prática feminina no judô, o primeiro ano em que elas poderiam ter os resultados de suas competições oficialmente registrados, inicia-se no judô brasileiro um período de organização e sistematização das competições para mulheres, coincidente com um período em que praticamente todas as federações estaduais estão estabelecidas (SUZUKI, 1994), sendo a Federação Mato-Grossense umas das mais recentes, fundada em 1983 (NUNES, 2014, p. 69), tornando a modalidade cada vez mais institucionalizada e esportivizada<sup>125</sup>.

Em 1980, o até então presidente da Federação Guarabirina de Judô, Joaquim Mamede, passa a integrar o quadro de dirigentes da CBJ, e, mesmo sem um cargo definido nos dois primeiros anos, vai se notabilizar pela gerência nas decisões da entidade. Por anos, notabilizou-se por sua personalidade intransigente com opiniões opostas à sua e respostas à queima-roupa lhe deram a fama de truculento e rude<sup>126</sup>.

Uma matéria da *Placar Magazine* de 26 julho de 1985, já apontava o descontentamento dos judocas com a “personalidade forte” do dirigente:

---

<sup>125</sup> Para saber mais sobre as ações que transformaram o judô, concebido em sua origem como um modelo educativo e filosófico de prática física, se remodelou conforme parâmetros de institucionalização esportiva ocidental, ver CASADO, VILAMÓN, 2009.

<sup>126</sup> “Se autointitulava como ‘rude’, sempre em tom de brincadeira e, adepto da ‘democratura’ que, segundo suas palavras, unia a democracia - consultava seus aliados – e ‘ditadura’ - não mudava a decisão tomada”, (NOTA OFICIAL, 2015)

FIGURA 4: Joaquim Mamede pelos judocas; os judocas, por Joaquim Mamede



FONTE: Revista Placar, nº 7621 26 jul, 1985, p. 41.

Em 1984, Mamede assume oficialmente a presidência da CBJ, em duas gestões em que, se por um lado, o Brasil passou a ter resultados cada vez mais expressivos em competições internacionais, por outro, se notabilizou pela obscuridade das contas financeiras da entidade, se tornando a primeira confederação condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pela má gestão de recursos de um contrato de patrocínio com o Banco do Brasil, em 1991 (JUDOCAS DENUNCIAM..., 1999). Nesse ano, sem poder concorrer a uma segunda reeleição, coloca seu filho à frente da chapa, vencedora, e se estabelece como superintendente, seguindo como mandatário de fato da entidade, em uma fase em que, agora sem recursos externos, as discussões com atletas se intensificaram, na mesma proporção que sua intransigência nas decisões administrativas e gerenciais, quando afirmava ser “a figura número um do judô brasileiro” (MAMEDE SAI PARA..., 2001).

Em março de 2001, encerra-se a “Era Mamede”<sup>127</sup>, com a eleição por aclamação de Paulo Wanderley Teixeira<sup>128</sup>, depois das desistências de Luiz

<sup>127</sup> Não deixa de ser, no mínimo, curiosa a falta de informações sobre esses 21 anos da “Era Mamede”. Para este estudo, vários dados solicitados sobre as mulheres judocas à CBJ (por exemplo, cadastros de promoção de faixas, homologados pela entidade) não puderam ser informados com o argumento de que “não há registros desse período”, com o indício de que Mamede teria repetido um padrão vigente em federações estaduais: a cada mudança de gestão, o gestor anterior se apossa dos documentos, sem repassá-los à nova equipe. Além disso, mesmo no meio acadêmico, apesar de já constarem artigos sobre o gerenciamento da CBJ a partir de 2001 (Cf. MAZZEI et al, 2012), não foi encontrada para esta pesquisa nenhuma produção que se centrasse na “Era Mamede”. Os registros encontrados foram reportagens de

Carlos Novi (então presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários - CBDU) e Mamede Junior. Durante esses 21 anos, o judô feminino nacional se desenvolve sob tutela do masculino. Ainda assim, aumenta a adesão de garotas na prática da modalidade e os primeiros resultados competitivos começam a acontecer.

Em 1980 são realizados os primeiros campeonatos estaduais oficiais. O primeiro deles foi realizado pela Federação Paraense de Judô, com 32 atletas. Em seguida, foi a Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de maio, com 56 atletas, junto dos campeonatos masculinos de faixa branca a verde e o de faixa roxa e marrom (WANDERLEY, 2001, p. 68).

Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, os primeiros campeonatos estaduais para mulheres já visava a formação de uma equipe que disputaria o 1º Campeonato Brasileiro Feminino, classificatório para o 1º Campeonato Mundial Feminino<sup>131</sup>(PINTANEL, 2015; PASSOS, 2015; CESAR, 2015, PESSOA, 2015). Segundo Wanderlei (2001, p. 68), o Brasileiro foi realizado em setembro de 1980 no *dojo* da Universidade Gama Filho Já Souza (2011, p. 60) afirma que a competição foi disputada em 8 de novembro. “O destaque assinalado pelo Jornal do Brasil foi a paulista Soraia André Guimarães, que venceu nas categorias pesado e absoluta, derrotando todas adversárias por *ippon*<sup>132</sup>” (WANDERLEY, 2001, p. 68).

As primeiras campeãs nacionais foram: Gislene Aparecida Lamano - SP (até 48 kg), Iara Cunha - RS (até 52 kg), Solange Pessoa - SP (até 56 kg), Heliana do Carmo - SP e Angela Cruz – BA (até 61 kg)<sup>129</sup>, Helena Cristina Guimarães - BA (até 72 kg) e Soraia André - SP (acima 72kg), como registrou o jornal *Zero Hora* de 10 de novembro de 1980 (apud NUNES, 2014, p. 76).

---

jornais. Nesse sentido, nota-se um enquadramento da história institucional do judô brasileiro pelo apagamento do passado, sedimentando a história dos “vencedores”.

<sup>128</sup> A ascensão de Paulo Wanderley à presidência teria contado com um acordo com o ex-presidente da CBJ, Joaquim Mamede, em que o Centro de Treinamento de Santa Cruz – RJ seria doado para Mamede e este ainda teria assegurado o pagamento de 20 salários mínimos, como uma aposentadoria. Em troca, Wanderley receberia o apoio de algumas federações atreladas à situação. (JUDÔ BRASIL, 2001), mas após a confirmação da eleição do novo presidente, Mamede anunciou não querer receber o centro de treinamento da CBJ (GOMIDE, 2001)

<sup>129</sup> Não foram encontrados registros que expliquem porque as duas atletas foram consideradas vencedoras e nem se à época já se disputava a categoria até 66 kg.

No livro de Gabriela Conceição de Souza (2011), *Mulheres no Tatame*, a autora afirma que as sete atletas viajaram a Nova York para a disputa do Mundial. Esta informação, contudo, não é confirmada pelas três judocas entrevistadas que competiram nos Estados Unidos. Soraia André (2015) cita Iara Passos, duas judocas baianas e as paulistas. Iara Passos (2015) diz lembrar se de Soraia André, Solange Pessoa e também cita a mineira Lídia Silva, que não consta na lista das primeiras colocadas e competia na categoria até 45 quilos. Em outra entrevista, concedida a Alexandre Velly Nunes (2011, p. 75), Iara responde à mesma pergunta sem citar o nome de Lídia e inclui Tânia Ishii, que em 1980 tinha apenas 12 anos.

A memória é seletiva e é capaz de rearranjar ou descartar dados que perdem relevância para o indivíduo. O vazio criado em relação a quais judocas competiram em Nova York configura-se em uma daquelas situações que se apresentam menos solidificadas na narrativa de história oral. Essa inconsistência é significativa: o esquecimento por parte das judocas de quem formou a seleção do primeiro Mundial o quanto ainda não existia o sentimento de unidade, da formação de uma equipe<sup>130</sup>. Halbwachs aponta que:

O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. É o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória (HALBWACHS, 1990, p. 87).

O autor destaca ainda, que a “[...] a memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo, aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo” (ibid, p.109). O que significa que o sentimento de unidade cultivado por aqueles que pertencem a um mesmo grupo (e se sentem pertencentes a esse grupo) favorece a manutenção de uma memória e sua recordação.

Em 1984, começam a ser disputados os Jogos Abertos Estaduais. No Paraná, a primeira edição foi realizada em Londrina, em que a equipe de

---

<sup>130</sup> Outro indício é que nenhuma atleta comentou sobre a presença de um(a) técnico(a) designado para comandar a seleção. Algumas delas viajaram com seus próprios *senseis*.



Maringá sagrou-se campeã (CORDEIRO, 1996, p. 123), fato que viria se repetir nos anos seguintes, firmando a Cidade “Canção” como principal força do estado no judô feminino. “Em Londrina, quem formava a equipe dos Jogos Abertos eram as moças da polícia militar que treinavam na Arel [clube alemão]”, recorda-se Amélia (DOMINGUES, 2013). No mesmo ano, é realizada a primeira edição dos Jogos Abertos de São Paulo com a disputa do judô feminino (FERRANTI, 2015)

Um detalhe importante é que desde as primeiras competições oficiais até meados dos anos 1990, as divisões por idade não eram a mesma do masculino: para as competições classificatórias para competições nacionais, disputava-se apenas na categoria sênior, que reunia competidoras a partir dos 15 anos, visto que, como relataram as entrevistadas, do contrário, haveria categorias de peso em que não teria combates, por causa do número diminuto de competidoras (SOMBRA, 2015; DOMINGUES, 2015; ZANGRANDO, 2015). Tal situação se estende até os anos 90 em regiões em que o judô feminino levou mais tempo para ter suas primeiras judocas, como o Norte, e nas competições nacionais, classificatórias para disputas internacionais: “Porque o judô feminino, ele já existia, mas ele não era consolidado. Dentro da minha categoria, eu fazia, no máximo, duas lutas. Tinha pouca menina e se montava o absoluto <sup>131</sup>, para competir um pouquinho mais”, relembra Silvia Pinheiro (2015) sobre as competições em Belém (PA).

Em 1985, coincidentemente com o fim da Ditadura Militar<sup>132</sup> no Brasil, houve a criação da Comissão de Reformulação do Desporto Brasileiro, que lançou bases das políticas esportivas para o país.

Nesse período, as mulheres judocas têm seus primeiros resultados expressivos, não só nas competições, especialmente a partir da década de

---

<sup>131</sup> Categoria de disputa sem limite de peso, em que o objetivo inicial era a preservação do princípio básico da modalidade de que o melhor uso da energia incluía saber usar a energia e força do oponente a seu favor.

<sup>132</sup> Um período de 21 anos muito controversos para o país, permeado por cerceamento dos direitos da população, cassação de direitos políticos, censura, prisões. Para o esporte feminino, seguindo a ideia de que as mulheres teriam de ter um corpo preparado para gerar descendentes fortes e saudáveis, surgem eventos que incentivam a prática esportiva feminina, como os Jogos da Primavera, criado pelo *Jornal de Sports*, de Mário Filho, no Rio de Janeiro e os Jogos Abertos Femininos, em Porto Alegre, embora oferecessem apenas as modalidades consideradas adequadas ao corpo da mulher.

1990, com a promoção da primeira *kodansha* – em 1995, Cristina Maria Mamede é promovida ao 6º Dan; no Campeonato Sul-Americano (VIRGÍLIO, 2002, p. 105). A segunda promovida foi Solange Pessoa, em 2000, que hoje tem a mais alta graduação entre as mulheres brasileiras, o 7º Dan.

Nesses 21 anos da Era Mamede, o judô feminino partiu do total amadorismo para o início das pretensões de seguir no esporte de forma profissional. As narrativas sobre esse período são permeados de desconfianças dos familiares para o ingresso das moças no judô (ZANGRANDO, 2015; FERRANTI, 2015; PINHEIRO, 2015), ainda pelo pressuposto de que seria um esporte reservado aos homens.

As formas de financiamento das judocas ainda são garantidas predominantemente por seus familiares ou de uma fonte de renda de outro trabalho não ligado ao esporte. Um primeiro marco desse período é a coincidência da liberação para a prática, oficial, do judô no país, a partir de dezembro de 1979, e, um ano depois com a organização do 1º Campeonato Mundial de Judô, realizado por Rena Kanokogi, no Madison Square Garden.

#### 4.1 DO CAMPEONATO MUNDIAL FEMININO DE 1980<sup>133</sup> EM DIANTE

Depois de alguns anos em que os cinco continentes já tinham campeonatos com a participação de mulheres é que a Federação Internacional de Judô (FIJ) concordou com a realização de uma competição que reunisse judocas femininas do mundo todo (REAY, 1986 p. 15).

A delegação feminina contou com pelo menos cinco atletas<sup>134</sup> e a melhor colocação foi o 5º lugar de Solange Pessoa. Entre as principais

---

<sup>133</sup> Nessa competição, o grande destaque foram as europeias, sem nenhuma japonesa entre as finalistas. (Cf. <<http://www.judoinside.com/event/view/24/>>). Um dos motivos é que o investimento no alto rendimento para mulheres japonesas começa apenas a partir da década de 1980, para manter a supremacia do país nos quadros de medalhas de competições internacionais.

<sup>134</sup> Além das três entrevistadas, Iara Passos, Solange Pessoa e Soraia André, pode se confirmar, pela demonstração das chaves disputadas no site <<http://www.judoinside.com/>>, que Heliana do Carmo (até 61 kg) e Helena Guimarães (até 72 kg) também estiveram no Mundial. O site, porém, não possui os dados das categorias até 48 kg (impossibilitando a confirmação da presença/não-presença de Gislene Aparecida Lamano).

lembranças das entrevistadas que participaram deste Mundial, foram a diferença técnica com as atletas de outro países e o amadorismo da situação em que viajaram. Às vésperas do embarque, a Secretaria Especial de Educação e Esporte não havia liberado a verba e a CBJ<sup>135</sup> para as despesas, como noticiou o Jornal dos Sports do dia 27 de novembro (apud SOUZA, 2011, p. 61), o que foi solucionado. Iara Passos conta que a Confederação se propôs a pagar as passagens e as atletas arcariam com os custos da alimentação (PASSOS, 2015), mas isso não facilitou a vida da judoca:

Eu também não tinha dinheiro para a alimentação. Aí o meu professor, o Cesar, conseguiu grana para a gente poder ir. Fomos para esse campeonato assim: verdinhas. Verdinhas! Para ti ter uma ideia, quando eu cheguei ao ginásio, a competição já estava rolando. [...] Só tive noção do que era um Mundial na pesagem, no dia anterior. Foi muito estranho, porque na pesagem, com exceção de nós, as gurias que estavam pesando, tu dizia que eram umas “machorras”, né? [...] Cheguei ao ginásio, me pegaram pelo braço, me atiraram na área, não aqueci, não sabia nem com quem eu ia lutar. Quando eu vi, estava na frente da guria. Pum! [sinaliza que logo sofreu o *ippon*] [...] Aquele ginásio lotado, lotado, eu olhando a guria na minha frente. Eu me senti desse tamanho [sinaliza com o polegar e o indicador o tamanho], muito estranho! Perdi a primeira luta. Eu ganhei uma de W.O., então perdi a próxima para uma italiana. Eu precisava que ela ganhasse para eu seguir [na disputa do bronze], mas ela perdeu e aí eu caí fora. Perdi e não sei nem pra lado eu fui que me levaram, não vi mais nada, sabe aquela coisa que aperta um botão e desliga tudo? Muito estranho. Foi um ano que [a participação] não teve essa repercussão [de mídia] como tem agora [em Campeonatos Mundiais] (PASSOS, 2015).

Iara relembra dos fatos do Mundial de Nova York em tom de diversão, mas chama à atenção em sua fala a repetição do termo “estranho”. Ela confirma depois que não tinham a menor ideia de qual seria a dinâmica de uma competição de grande porte. Basta lembrar que há um ano, ela somente disputava os torneios internos criados por seu *sensei* para apaziguar a vontade das meninas em competir. Solange Pessoa (2015) destaca a falta de

---

<sup>135</sup> Em 3 de dezembro de 1980, três dias depois do Mundial Feminino, o Caderno de Esportes do Jornal do Brasil publicou reportagem destacando que a CBJ estava sendo processada pela empresa de turismo Mach III por passagens adquiridas entre maio e junho daquele ano para um torneio no México. A CBJ alegava não receber os repasses da SEED. Em contrapartida, a SEED afirmou que a CBJ era uma das entidades esportivas que mais recebia repasses governamentais (CONFEDERAÇÃO DE JUDÔ É PROCESSADA..., 1980, p. 22), apontando que os desmandos financeiros na entidade já aconteciam antes mesmo de Mamede assumir a presidência oficialmente.

planejamento da equipe brasileira e relembra outro ponto de vista do atraso da equipe para o início da competição:

A gente não tinha uma diretriz para seguir. Tanto é que um professor chegou e disse: “Não sei o que vocês tão fazendo aqui”. E [ainda assim] fui disputar o 3º lugar. Fiquei em 5º e não tem registro disso. Mas agora tenho essa consciência. A gente foi sem dinheiro nenhum. Eu e a Soraia sempre viajavamos sem dinheiro. No dia que ia começar o campeonato, eu e a Soraia ficamos no quarto, só eu e ela. Todo mundo foi ver a Estátua da Liberdade. Eu e ela falamos: “Não vamos”. Porque a gente ia ter campeonato. Já estavam chamando a menina para lutar. Chamaram duas vezes, na terceira, não ia mais competir. E a Heliana comeu pizza antes. Para você ver nossa alimentação: não tínhamos controle de nada. Ela vomitou antes de lutar e estavam chamando. Eu também não me lembro de ter aquecido, porque ninguém falava que ia aquecer. Normal, né? Por isso, estou te falando: a gente não tinha suporte. [...] A equipe que foi com a gente, foi muita gente que foi sem ter nada para fazer, não de atletas, de comissão técnica (PESSOA, 2015).

Apesar da pouca divulgação no Brasil do Campeonato Mundial, Soraia André conta que teve uma das suas primeiras experiências com o temperamento da imprensa esportiva: “A gente volta pra cá, aí a mídia cai matando. Porque a mesma mídia que fala ‘As mulheres estão indo para o Mundial’ é a que fala ‘As mulheres decepcionaram no Mundial’, sem saber o porquê decepcionaram” (CESAR, 2015).

Na expressão de suas memórias, os fatores externos às lutas se sobrepõem ao desempenho das três judocas entrevistadas sobre o Mundial, fixando uma memória desta competição do amadorismo brasileiro do judô feminino naquele momento.

A partir de então, as mulheres judocas passam a participar das principais competições do calendário internacional, o que significava, em média, um campeonato no exterior ao ano, isso em um período em que o time masculino já participava de etapas do Circuito Europeu e participava de treinamentos preparatórios em outros países<sup>136</sup>.

Em 1981, as mulheres participam de seu primeiro Sul-Americano legalmente reconhecido, no Chile. Por novos imbróglis entre a CBJ ainda

---

<sup>136</sup> A preparação para os Jogos Olímpicos de Moscou (1980), por exemplo, foi feita no Japão e bancada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

comandada por Miguel Martinez e a SEED, as passagens foram bancadas pela FPJ. Em 1982, a seleção feminina disputa pela primeira vez um Campeonato Pan-Americano, também no Chile, com a medalha de ouro de Soraia André na categoria absoluto e a prata no peso pesado. Gislaine Lamano (até 48 kg), Solange Pessoa (até 56 kg), Carla Duarte (até 61 kg), Cecília Sato (até 66 kg) e Helena Guimarães (até 72 kg) conquistaram bronzes (NUNES, 2014, p. 76). No ano seguinte, elas estreiam em Jogos Pan-Americanos, sediados em Caracas (Venezuela). “Costumo dizer que conseguimos sair na frente de Cuba e conseguimos ficar para trás. Porque em 1983, Cuba não tinha seleção feminina”, avalia Soraia André (CESAR, 2015). Nesses Jogos, o judô brasileiro conquistou 11 pódios, com a prata de Inez Nazareth (52 kg) e os bronzes de Solange Pessoa (até 56 kg) e de Carla Livia Duarte (até 72 kg) (CUNHA, 2007, p. 286-287).

Mas, além das questões financeiras, as judocas se lembram de indícios de que seu trabalho nos tatames ainda não convencia as comissões técnicas a investir na equipe feminina, como a falta de conhecimento prévio das atletas:

Se a gente tivesse um pouquinho mais de um suporte, o nosso desenvolvimento poderia ter sido melhor. Porque sempre fizemos tudo por nossa conta. Só para você entender o que eu quero falar: nós estávamos no Chile competindo. Aí chega um professor, me chama, tira as minhas medidas e me fala: “Pessoa, por que você luta na categoria até 56 kg? Você pode perder e ir para 52 kg”. Foi aí que comecei a estudar e perder peso para ficar com 52 kg. Uma pessoa da fora que veio me falar. Para mim, tanto fazia lutar no 52 kg ou no 56 kg, porque era pouco peso [a perder]. [...] Um vez, um professor chegou para mim e disse: ‘Solange, entra *seoi-nague*<sup>137</sup>. Tá bom [desdenha]. Eu nunca entrei *seoi-nague* na minha vida! (PESSOA, 2015).

Em 1985, Soraia André recebeu um comunicado da CBJ um mês antes de uma seletiva de que teria de perder peso para competir na categoria meio-pesado (até 72 kg), o que significava uma perda de 13 kg. “[...] eles achavam, por ‘achismo’ mesmo, que a categoria mais apropriada para mim seria o meio-pesado” (SOUZA, 2014, p. 77). Para chegar ao peso exigido, passou a correr

---

<sup>137</sup> Seoi-nague: “arremessar sobre o ombro”, técnica de braço.

duas horas por dia e comer apenas frutas e verduras, sem orientação nutricional ou treinamentos específicos, como era comum ocorrer na época<sup>138</sup>.

Ao mesmo tempo em que as lembranças remetam a uma fase em que recebiam menos que o necessário para disputar as competições internacionais, sua análise sobre essas memórias apontam uma sutil evolução da seleção brasileira feminina de judô:

Mesmo no nosso período de [19]80, foi melhorando. Foi melhorando a parte técnica, porque mudou a Confederação, melhorou os técnicos, aí nos pegamos o Ney [Wilson, atual diretor técnico da CBJ], o Paulinho Wanderley, que também foi um excelente técnico para nós. Tivemos uma evolução também dentro do nosso período. Mas o comecinho foi difícil. Foi difícil porque tinha de arrumar dinheiro para viajar... Uma vez, a Confederação me ligou: “Solange, tínhamos que optar entre o masculino e o feminino [para uma competição]”. Foi o masculino (PESSOA, 2015).

O feminino evoluiu muito. Não sei se evoluiu ou se foi valorizado. Parece que teve um olhar de que o feminino [também] poderia dar resultado e a medalha vai contar também tanto quanto a do masculino. Acho que foi a partir mesmo dessa seleção de 1988, que foi para Seul, que era uma seleção Pan-Americana. E ter duas brasileiras ... Acho que era o despertar. Ainda tinha muita coisa para acontecer. (CESAR, 2015)

Sobre essa valorização, Mônica Angelucci (2015) comenta que em uma conversa com o judoca Ney de Lucca Mecking<sup>139</sup>, ele havia dito que valeria investir nas equipes femininas de judô porque dariam mais resultado – no sentido de que chegar a pódios seria mais fácil, possivelmente pela menor concorrência que no masculino – e as mulheres se mostravam mais interessadas em conselhos e correções dos golpes.

A seleção de 1988 a que Soraia se refere foi o grupo formado a partir das campeãs dos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis, em 1987. As

---

<sup>138</sup> Por experiência pessoal da pesquisadora, as práticas para perda de peso abrupta e sem orientação profissional seguiram como prática comum ainda no final dos anos 1990, mesmo nas categorias infanto-juvenis nas competições de menor envergadura, como Estaduais e Brasileiros, especialmente com restrições alimentares e uso com técnicas rudimentares de perda de líquido corpóreo, como correr envolto em sacos plásticos.

<sup>139</sup> Começou o judô em Curitiba em 1961 e foi campeão paranaense de todas as categorias que disputou entre 1968 e 1981. Em 1971, venceu Chiaki Ishii, que viria a ser medalha de bronze no Mundial daquele ano, no Campeonato Brasileiro, fez parte da seleção nacional no Mundial de 1979, no Rio de Janeiro, como reserva. Kodansha 7º Dan, foi também coordenador do curso de Educação Física da Universidade Tuiuti de Curitiba (VIRGÍLIO, 2002, p. 176-177).

classificadas formariam uma equipe das Américas para competir na primeira Olimpíada em que o judô feminino seria disputado, no ano seguinte, em Seul, ainda como modalidade de demonstração. A outra brasileira classificada foi a paulista Mônica Angelucci, que no Pan era uma das atletas mais jovens da delegação brasileira, com 17 anos. Seu ingresso na seleção foi consequência de um acidente fatal de moto envolvendo a carioca Inez Nazareth, titular da categoria até 48 kg, em abril de 1985. Com a morte da colega, Mônica sai da reserva e seus resultados a levam ao Pan de Indianápolis:

Eu ganhei da Inez, mas ainda assim, ela que acabou indo pra um Pan-Americano<sup>140</sup>. Ninguém dava nada pra mim. No final [19]85, eu fui para a Copa Fukuoka, chegando numa seleção e lá derrubei a campeã mundial, mas [para Indianápolis], ninguém acreditava em mim. E minha categoria foi a última a ser disputada. Logo de cara, [enfrentei] a venezuelana, uma menina que a Inez nunca ganhou. Ganhei da menina. Fui lá eu, passando a chave. Fui para a final com Cuba. E todo mundo dizendo: “Mônica, prata você já é, né?” Cheguei à final, dei um *wazari* [...] De repente, a menina, veio pra cima e, *wazari*<sup>141</sup>, *awazate*<sup>142</sup>, *ippon*. Acabou a luta em um minuto, um minuto e meio. [...] Aí a mídia inteira veio pra cima. Porque ninguém estava esperando [que eu ganhasse o ouro]. A Soraia tinha ganhado e já tinha garantido a vaga dela pras olimpíadas. E eu também. A gente ia como uma seleção pan-americana! Quando eu cheguei em casa, no aeroporto a maior festa pra mim, nem deram muita bola para Soraia. Aí fui fazer propaganda para o PingPong<sup>143</sup> (ANGELUCCI, 2015).

Nessa fala da Mônica, dois aspectos chamam a atenção: o primeiro é o da mentalidade derrotista do período, que também será destacado por Danielle Zangrando, nos anos 1990: “A gente ia para as competições com o intuito de participar, sabia que tinha potencial, às vezes para ganhar, mas a gente não tinha o mesmo respeito que tem hoje”. Ela contou que, quando conquistou a primeira medalha do judô feminino brasileiro em Mundiais, em 1995, ouviu do técnico da equipe, Geraldo Bernardes: “Você chegou aonde ninguém nunca chegou. Você já está fazendo história. Se você perder aqui, ‘tá ótimo” (ZANGRANDO, 2015).

---

<sup>140</sup> O Pan-Americano de Cuba, em fevereiro de 1985 (JUDOCAS SACRIFICAM-SE..., 1985).

<sup>141</sup> Meio ponto.

<sup>142</sup> Segundo meio ponto.

<sup>143</sup> Marca de chiclete.

O segundo aspecto é a reação da mídia relatada por Mônica: ela e Soraia atingiram o mesmo resultado, eram atletas da mesma cidade (São Paulo), mas a recepção foi mais efusiva. Inclusive, o título de Mônica resultou em um contrato de patrocínio com a empresa KiRefresco, detentora da marca de chicletes PingPong. Apesar de o patrocínio ter surgido de um contato de um primo dela que trabalhava na empresa (ANGELUCCI, 2015) – tornando-a, ao lado de Aurélio Miguel, os únicos judocas que tinham os custos de viagens pagos por uma empresa interessada em vincular sua marca à imagem de um atleta do judô –, levantou, questionamentos pela preferência. A própria Soraia, para o estudo de Cláudia Maria de Farias (2012, p. 7), vê na situação um caso de discriminação racial:

Quando nós voltamos de Seul<sup>144</sup>, a Mônica Angelucci teve um patrocínio bacana, porque tinha sido a primeira mulher a representar o Brasil e eu não consegui patrocínio. Aí as pessoas me perguntavam por que acontece isso? Talvez porque a Mônica é loira e a Soraia não, eu não sei... Mas ficou muito evidente isso. Foi mais fácil, isso abriu uma porta para o patrocínio. Ela fez uma propaganda na televisão (FARIAS, 2012, p. 7).

Tal hipótese elaborada pela judoca é bastante plausível e merecedora de investigações futuras por sua relevância<sup>145</sup>, até mesmo porque a menina Mônica, de apenas 48 kg, miúda, cumpria um modelo de leveza feminina. Já Soraia, da categoria meio-pesado, poderia referir à representações masculinas, por seus cabelos curtíssimos e a forte musculatura. Mas, também é necessário

---

<sup>144</sup> Percebe-se que as duas judocas têm percepções distintas sobre qual competição resulta em patrocínio: Mônica afirma que foi após os Jogos Pan-Americanos de Indianápolis (1987) e Soraia, os Jogos Olímpicos de Seul (1988). Mais do que definir a data precisa, interessa mais à História Oral (POLLAK, 1992; MEIHY, 2011; ALBERTI, 2015) o que faz gerar essas reorganizações da memória. Uma pesquisa de dados não foi possível chegar a uma conclusão. O que se pode inferir é uma organização de qual competição foi mais significativa para cada uma delas.

<sup>145</sup> Rosicleia Campos (2015) faz considerações parecidas sobre as escolhas das empresas para escolher seus garotos-propagandas vindos do esporte, com um exemplo dos anos 2000: ela questiona porque uma atleta como Érika Miranda vice campeã mundial em 2013, bronze em 2013 e 2014, campeã dos Jogos Pan-Americanos de Toronto (2015), segue sem patrocínio pessoal: “A Erikinha tem 3 medalhas em Mundiais. Infelizmente é uma realidade ainda não mudou. Um pesquisador pode levantar um monte de coisa: porque é negra? Porque é judô? Título, tem; visibilidade, tem. E por que não tem patrocínio? Podem dizer: “ah, não é porque é negra porque a própria Rafaela [Silva, campeã mundial em 2013] tem patrocínio. Mas a Rafaela tem um apelo, veio de comunidade, brasileiro gosta disso, sabe? Eu acho tudo errado” (CAMPOS, 2015).



levar em consideração a rede de contatos das duas judocas, visto que o patrocínio é firmado a partir dos contatos familiares.

A preparação para a Olimpíada de Seul, no ano seguinte, foi feita pelas próprias atletas e nos períodos de concentração no Centro de Treinamento de Santa Cruz<sup>146</sup>, inaugurado em 1986 pela CBJ, em um terreno do Incra, anexo a um sítio de Joaquim Mamede. A principal dificuldade, relembram, era a dificuldade de encontrar parceiras para o treinamento. A seleção masculina não tinha interesse em auxiliar tecnicamente as duas mulheres, de categorias de peso praticamente opostas. Quando isso acontecia, destaca Soraia André (2015), a desvantagem era no excesso do emprego da força e a diminuição da flexibilidade.

Nos Jogos de Seul, ambas terminaram na 5ª colocação<sup>147</sup> e abriram a possibilidade para outras judocas aspirarem uma participação olímpica (CAMPOS, 2015). Foi o que aconteceu com a pernambucana Jemima Alves, que venceu a gaúcha Eliane Pintanel na seletiva para os Jogos de Barcelona (1992). Sua fala remete ao fato de que, naquele momento, o mais longe que se poderia desejar era a participação nos Jogos, ainda sem a disputa de medalhas:

Coloquei na cabeça que ia para a Olimpíada. Treinava de segunda a sábado. Eu treinava com os militares, para ganhar mais força. Se eu classificasse na seletiva, já teria de ficar no Sudeste para os treinamentos. Como não tinha patrocínio, fui com uma mala para ficar direto. Em 1988, eu já treinava com a Monica Angelucci e a Soraia André, mas não tinha condições de viajar e treinar e competir fora do país, eu não tinha condições de viajar fora do país. Barcelona, foi uma experiência única, não tem explicação de uma felicidade. Depois da competição fiquei até uma da manhã no parque, cheguei com uma das melhores (ALVES, 2015).

Em 1992, nas Olimpíadas de Barcelona, o Brasil contou com a participação outras seis judocas na equipe feminina. Andréa Berti, Patrícia Bevilacqua Dias, Tânia Ishii, Rosicleia Campos, Soraia André e Edilene Andrade, em um período em que o judô feminino parecia estar em

---

<sup>146</sup> Mais sobre esse CT será abordado no item **4.5 Santa Cruz: o judô no “campo de concentração”** deste capítulo.

<sup>147</sup> (Cf <[http://www.judoinside.com/event/4/1988\\_Olympic\\_Games\\_Seoul](http://www.judoinside.com/event/4/1988_Olympic_Games_Seoul)>).

ascendência, mas os percalços financeiros da CBJ e uma crise política da presidência da entidade com a equipe masculina não facilitaram o progresso. Como já foi dito, em 1995, Danielle Zangrando, então com 16 anos, conquista o primeiro pódio feminino do Brasil em Campeonatos Mundiais. Outro bronze viria no Mundial seguinte, em 1997, com Edinanci Silva.

#### 4.2 MODO “MAMEDE” DE GERENCIAR O JUDÔ BRASILEIRO

O desenvolvimento do judô brasileiro nos anos 1980 e 1990 foi, sem dúvida, baseado no modo de gestão de Joaquim Mamede a frente da CBJ. Seja “por causa de Mamede” ou “apesar de Mamede” nos 21 anos de sua gestão, foram conquistadas nove medalhas olímpicas (dois ouros, com Aurélio Miguel e Rogério Sampaio; três pratas, com Douglas Vieira, Carlos Honorato e Tiago Camilo; quatro bronzes, com Walter Carmona, Luís Onmura, Aurélio Miguel e Henrique Guimarães) e oito pódios em Mundiais (duas pratas com Aurélio Miguel e seis bronzes, com Rogério Sampaio, Danielle Zangrando, Edinanci Silva, Fulvio Myata e Sebastian Pereira).

Ao mesmo tempo em que pódios foram comemorados, Mamede chamava para si a atenção por cada polêmica, seja pelos mandos e desmandos na definição dos classificados para cada competição, a falta de verbas para as viagens, mesmo quando os organizadores dos eventos eram quem bancavam os custos dos atletas convidados, sem contar na truculência das respostas, que, com certo exagero, o tornaram tão notório quanto as frequentes denúncias a ele relacionadas.

As entrevistas com as mulheres judocas apresentaram diversas narrativas sobre esse dirigente, e o posicionamento delas diante esse período chama tanta atenção quanto as peripécias do ex-mandatário. O que se percebe, é um uso e abuso de Mamede de seu poder simbólico e as delegações femininas redimidas a um “conflito silencioso”, mesmo nos momentos em que o naipe masculino opta por confrontar forças com o então gestor da Confederação.

Antes de tudo, cabe destacar que, se desde o início da década de 1980 a Confederação já apresentava constantes problemas entre a arrecadação e a distribuição de recursos, estes se intensificam no final da década, quando o Tribunal de Contas da União (TCU). Não bastasse, em 1989, não enviou a seleção ao Mundial de Belgrado e cassou direitos de alguns dos principais judocas do país, entre eles seu maior desafeto, Aurélio Miguel, que abriu uma campanha contra o modo de gestão da CBJ, em um boicote que durou até 1991, motivado por causa do sistema de seletivas para a formação das seleções brasileiras.

O início dos embates entre Mamede e Miguel teria começado anos antes por um motivo banal, mas que resultou em constantes debates acalorados e públicos entre dirigente e atleta: o assento durante um voo. Solange Pessoa (2015) relembra o fato, ao comentar a “mão de ferro” do cartola: “[...] o Aurélio tava sentado no avião, numa janelinha o Mamede quis tirar ele de lá, uma coisa assim” (PESSOA, 2015). Em entrevista ao jornalista Marcelo Duarte, o dono da medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984), Walter Carmona conta que presenciou esse momento. A reportagem registrou o seguinte:

Na verdade, Joaquim Mamede ficou conhecido do grande público ao participar de um lamentável episódio antes da Olimpíada, que acabou culminando com o afastamento do judoca Aurélio Miguel da delegação que foi a Los Angeles [1984]. [Walter] Carmona, que presenciou a cena, conta o que aconteceu: “Foi uma coisa tão idiota que dá até vergonha de lembrar. Voltávamos de um campeonato no Japão e Mamede resolveu sentar-se numa poltrona que estava sendo ocupada por Aurélio, que se recusou a sair. Bastou isso para Mamede passar a berrar, como de costume, lembrando sua autoridade” (DUARTE, 1985, p.40).

Iara Passos (2015) lembra um dos casos em que deixou de competir por questões financeiras que não teriam sido problema se não fosse a gestão na confederação: Ia para o Mundial Universitário, que ia ser União Soviética. Não pude ir. A Soraia [André] e a Solange [Pessoa] foram e me contaram que a União Soviética tinha mandado as passagens, mas só foram os cartolas e judoca com patrocínio. (PASSOS, 2015). Mônica Angelucci (2015) conta havia ficado em 3º lugar na Copa Fukuoka de 1987. A organização da competição

garantia o retorno dos atletas classificados até o terceiro lugar para o ano seguinte, mas a judoca não sabia dessa condição e a CBJ não a enviou no ano seguinte.

Para os Jogos Pan-Americanos de Indianápolis, em 1987, o processo de definição das seleções masculina e feminina utilizaram um subterfúgio de sugerir aos três melhores judocas de cada categoria que estariam na mesma condição de competirem, mas na realidade, a escolha teve um fator arbitrário, como lembra Rosicleia Campos, na época, com 17 anos:

**Rosicleia:** Lembro que foi a maior confusão. Porque não teve seletiva, teve uma tal de uma ficha colorida. Alguém já falou pra você dessa ficha colorida? Então, e eu nem lembro direito, porque eu fui pra Indianápolis, então eu não percebi que a minha ficha era colorida, obviamente. Como não teve seletiva, todo mundo que estava treinando preenchia a ficha de cadastro. Só que, quem não iria [competir] percebeu que tinha preenchido uma ficha branca. Era uma Xerox. Só foi pra Indianápolis quem preencheu a ficha colorida.

**Entrevistadora:** O pessoal da CBJ te entregou uma ficha?

**Rosicleia:** E eu preenchi. Nem percebi se era colorida ou não era. Eu era meio avoadinha [...].

**Entrevistadora:** Você ficou sabendo porque as meninas reclamaram?

**Rosicleia:** Porque saiu uma matéria no jornal... Como era? “Ficha colorida define equipe que vai a Indianápolis” e eu: “Ih, a minha era colorida” (CAMPOS, 2015).

Sem a possibilidade de a CBJ firmar patrocínios e sem receber verbas do governo federal por causa da pendência com o TCU, os judocas passaram a ter que arcar com os custos em torneios internacionais (ITOKAZU, 2001), pagando também um valor excedente para bancar as comissões técnicas e dirigentes que os acompanhavam nos torneios. As lembranças invocadas pelas narradoras sobre a gestão Mamede compõem um conjunto que resulta em uma “memória forte”, sendo esta uma

[...] memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria de um mesmo grupo que organiza os sentidos e mais comumente encontradas em pequenos grupos, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor. Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante

da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade” (CANDAU, 2012, p. 44).

Candau (ibid, p. 34) afirma, ainda, ser reducionista acreditar que a memória coletiva seja simplesmente a soma das lembranças individuais de todos os membros de um grupo, pois se deixa à sombra o que não foi compartilhado. Por isso, chama a atenção como as lembranças negativas de judocas ligados diretamente à confederação – aqueles que passaram pelas seleções nacionais – em relação à imagem de Joaquim Mamede influenciaram na constituição de uma memória do judô brasileiro e se tornam falas recorrentes no discurso deles, como nesse relato de Danielle Zangrando:

Era tudo imposto. Na época do Mamede era assim [bate na mesa com o punho fechado] “Ó, tá convocado [bate na mesa novamente] “Tem de que estar aqui, se não vier para o treinamento, tá fora” [...] Era tudo muito impositivo, não tinha diálogo, não tinha como reivindicar nada. O único que tinha mais poder sobre isso era o Aurélio Miguel na época que era campeão olímpico, o resto, ou aceita ou estava fora, não tinha opção [...] Eu me lembro de um Mundial, em 1999, todo mundo que ganhou a seletiva estava em um treinamento lá em Belo Horizonte, e falaram que ninguém ia viajar porque ele falou que não tinha dinheiro... Nem sei se era dinheiro... O Mamede resolveu que ninguém ia para aquele Mundial porque ele não queria. O Aurélio ficou indignado, falou “Imagina! Como? A gente não vai disputar o mundial? A gente vai sim. Fomos para imprensa, os clubes começaram a se mobilizar para ajudar no pagamento das despesas [...] Era muito stress fora do tatame. Por que demorou para mudar? Era muito tempo ele ficou enraizado no poder [...] Quando descobriram todas as falcaturas, a CBJ ficou sem patrocínio, foi logo que comecei a viajar, tínhamos de pagar o dobro. Nessa fase, de 1997 a 2000, a gente ia muito ao Comitê Olímpico, tentava com o [Carlos Arthur] Nuzman [presidente do COB] destituir o Mamede. Mas [o Nuzman] falava: “Não tem como, ele é eleito pelas federações”. Ele ganhava o voto assim: “Você vai para o Japão? Vou levar o presidente de uma federação”. Era assim, era comprando o voto mesmo, descaradamente (ZANGRANDO, 2015).

Não somente sobre os atletas que ele atuava com punho de ferro, destacam as mulheres judocas. Federações que se opunham à sua gestão também sofriam retaliações. Selo Totti, conta que assumiu a presidência da Federação de Rondônia em 1996, depois de três anos como secretária da

entidade, mas não pode exercer o cargo até 2001, porque a federação havia votado contra o posicionamento da CBJ. A resposta foi imediata:

Na época, foi frustrante. Estávamos indo para a Copa Rio com as equipes daqui, embarcando em uma viagem de mais de 70 horas e na hora de embarcar, o professor Ney Wilson informou que não poderíamos embarcar. Ficamos alguns anos sem participar de competições fora do estado, até que o Mamede Junior veio com essa condição imposta de ter o Raimundo Faustino, vindo do Rio, para responder pela federação (TOTTI, 2015).

Apesar de se tornarem quase rotina, o uso dos mais diversos recursos para definir arbitrariamente que atleta seria o titular em determinada categoria (seletivas sem placares, respeito ou ignorância a recursos judiciais para atletas lesionados refazerem as seletivas, exigências de mudança de categoria), talvez uns dos cortes mais violentos foi o de Soraia André, após a Olimpíada de Barcelona, em 1992: quando ela confrontou a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), questionando sobre a verba que a organização do Campeonato Internacional Feminino de Fukuoka, no Japão, concedia às atletas classificadas no ano anterior para retornarem ao evento, para exigir o valor. Em seguida, para a seletiva do Campeonato Mundial de 1993, foi informada que mulheres com 28 anos ou mais não poderiam participar da seleção. Era a idade dela. Soraia, então, pintou o quimono de preto e, no dia da seletiva, vestiu-o e ficou silenciosa nas arquibancadas, o que faz o caso parar nos jornais, mas não evitou sua saída da seleção:

E era a minha idade. Era onde eu estava. Então, eu fiz um protesto, pintei o quimono de preto para mim foi bem simbólico, para mim, era “estou vestindo meu luto, a partir de agora, **eles** me mataram, me enterraram”. E vou te falar que eu larguei o quimono. Esse momento, ele foi muito marcante, até de uma forma negativa. Tudo aquilo, a sua vida, o seu chão, e de repente te cortam. Tive bastantes problemas mesmo de adoecimento mesmo, eu adoeci [...]Adoeci, fui fazer muitos anos de terapia, muitos anos de para reconstruir (CESAR, 2015, grifo nosso).

Há que se destacar na fala da judoca o uso do pronome “eles” para se referir a Mamede e à cartolagem da Confederação. O termo foi recorrente não só no relato de Soraia André, mas entre as entrevistadas quando se referiam a

momentos de tensão ou de discordância com instituições (a confederação, federações), como se elas não tivessem seus papéis dessas entidades: “**Não fizeram** a seletiva porque sabiam que ela [Iara Passos] ia ganhar da Monica. **Eles** tinham certeza” (PINTANEL, 2015, grifo nosso). “**Eles** levavam o masculino [para competições no exterior] e levavam uma menina ou duas” (PESSOA, 2015, grifo nosso).

Não se pode desprezar o fato de que os pronomes pessoais são as principais formas de retomada do sujeito no discurso, mas em um olhar atento dessa representação semântica<sup>148</sup> no conjunto das entrevistas, de fato destacou-se a recorrência dos momentos acima citados, em uma oposição de “eles”, como os grupo, de um lado, que autoritariamente decide e o “nós”, grupo sujeito às decisões e sem poder de intervenção, marcando, especialmente o distanciamento.

Ao mesmo tempo, a fala de judocas como Rosicleia Campos, Jemima Alves e Edinanci Silva revelam a multiplicidade de lembranças possíveis sobre um momento do judô brasileiro nos anos 1980 e 1990, e a impossibilidade uma memória coletiva uniforme, mas sim constituída por versões que se tornam dominantes. Paez et al (2000, p. 394) destacam que ao falar de memória coletiva, não se pode negar que se está falando de uma atividade típica dos indivíduos, mas o processo de memória se apóia no processamento interpessoal da informação, ou seja, ao mesmo tempo que as memórias individuais contribuem para formar, em maior ou menor grau, a memória coletiva de um grupo, também têm suas memórias individuais influenciadas pela memória coletiva desse grupo.

Para que a memória de um indivíduo contribua com as dos outros na construção da memória coletiva, é necessário, não só o depoimento das pessoas, mas o envolvimento entre elas e com o grupo. Só assim, a memória poderá ser reconhecida e reconstruída. Caso contrário, quando um evento é esquecido, a culpa não é da memória de um ou de outro, mas sim porque as pessoas envolvidas não experimentaram um sentimento comum ou porque já

---

<sup>148</sup> Para Candau (2012, p. 39), são as representações relativas aos sentidos atribuídos a existência de certos fatos. E o significado atribuído aos fatos é o tipo de problema que deve ser questionado nas narrativas a partir de memórias.

não experimentam mais, o que pode fazer com que a memória coletiva desapareça (Halbwachs, 1990). Ou seja, se a memória desaparece é porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram ou deixaram de manter viva essa memória.

Ao mesmo tempo em que as narrativas sobre Joaquim Mamede constituem uma memória enquadrada de uma geração de “trevas” da modalidade no país, elas destacam uma série de outros pontos de vista, que apontam para uma “memória dividida” (PORTELLI, 2001, p. 128), ou seja, uma pluralidade fragmentada de diferentes memórias na constituição da memória social de um grupo.

Com relação a isso daí [saída de Mamede da CBJ, eu não senti tanto]. O meu relacionamento com a família Mamede era totalmente diferente. Como fala? Separada de judô e gestão. [...] se eles faziam aquilo lá era porque tinha gente que alimentava isso, as federações muitas vezes se vendiam para votar [...] Outro lado que eu conheci da família Mamede foi o lado família. Eles tinham mais ou menos a mesma visão que eu tinha. Eu recebia essas cutucadas por parte deles, por parte do Mamede-pai, ele falava: “Edinanci, você é da Paraíba, você saiu lá do alto sertão, você saiu de lá sem nada, você nem quimono tinha [...] Você acha que eu não sei? Que te empresavam quimono pra você competir aqui fora, aqui nos campeonatos? E agora você acha que essas meninas elas querem teu bem? Presta atenção no que acontece nas competições. Você tem condições de ganhar uma medalha olímpica. Você tem condições de ganhar uma medalha no Mundial. Agora, essas meninas que sempre tiveram tudo, elas não querem nada e elas não querem sua amizade também”. Esse era o jeitão dele, que sempre foi um problema para eles, [que era dizer] a realidade. E ninguém quer escutar a verdade (SILVA, 2015).

O Mamede, a gente se dava muito bem, eu chamava a mulher delede mãe, ele é padrinho do meu filho. Não recebia muitos atletas em casa, eu ficava lá, como que me adotou [...] Ele tinha uma imagem de carrasco, mas se chegava aos resultados. Era o que tínhamos na época, tivemos um Centro de Treinamento, a gente tinha alimentação, não pagava para treinar. Teve um centrode treinamento, era o que tínhamos era aquilo, a gente tinha alimentação. (ALVES, 2015).

Eu sempre tive uma relação muito boa com a família Mamede. Eu fui muito cedo para a seleção, então, fui acolhida como uma filha. Sempre fui muito bem tratada, eu não tenho uma vírgula para falar deles. A questão da gestão era uma coisa. [...] Sei de toda a problemática, mas eu via isso de outra forma, eu achava certo tudo o que os atletas estavam brigando por, mas eu tinha uma relação muito boa [com a família]. Era meio que um paradoxo, sabe? Eles são pessoas tão boas, mas a gestão não era uma gestão profissional, era o que dava para aquele momento [...] O próprio Mamede, que é sempre tão chicoteado e ele foi o primeiro que brigou pelo espaço do judô feminino. E ele não tem esse reconhecimento, e isso é muito



triste. [...] Ele fez o que deu do jeito dele. [...] Cara, ele tirou água de pedra e infelizmente ele é visto como um grande vilão (CAMPOS, 2015).

Interessante notar que, as memórias coexistem e estão em constante disputa para se estabelecerem (POLLAK, 1992, p. 4) e, no caso da Era Mamede, não é um consenso a construção da imagem da vilania do ex-dirigente. As relações de familiaridade que algumas das judocas impedem, por um lado, a possibilidade da expressão de julgamentos críticos da gestão na CBJ. Ao mesmo tempo, contudo, ampliam o enquadramento anteriormente feito: ao lado do “vilão” do judô nacional, havia outros componentes responsáveis pelas histórias de dificuldades passadas pelos atletas e federações, que são violentamente suprimidos.

#### 4.3 CREDENCIAMENTO PARA RESULTADOS

Apesar de vivenciarem, durante a “Era Mamede”, um período turbulento em que desejavam melhores condições para não somente praticar o judô durante a, mas agora também para ascender nas competições, as judocas brasileiras tiveram de optar pelo silêncio como condição para manter-se no espaço conquistado, como relata Edinanci Silva:

la lá e fazia minha parte. Muitas vezes, algumas atletas eram cutucadas por conta de estar reclamando, mas quando o homem aparecia, aí todo mundo ficava “pianinho”. Eu via isso aí e falava “Vou reclamar por quê?” [Falavam] “Vamos nos reunir aqui, fazer um motim, mas aí chega na hora... [...] Vi muito atleta se dar mal por conta disso. Atleta lá da Bahia, porque ela falou e aí chegou na hora ela foi repetir o que ela tinha falado, olhou para trás, não tinha ninguém do pessoal que tava com ela, ela foi lá e foi tesourada da equipe. Vi atleta medalhista olímpico falar, voltar atrás ou fazer jogo, joguinho com a Confederação para poder se sair bem financeiramente (SILVA, 2015).

Nesse período, pode-se dizer que o judô feminino vivenciou uma série de “conflitos silenciosos”, em que viviam situações de tensão e dificuldade,

porém, não tinham autorização para falar e viviam à sombra da equipe masculina (ZANGRANDO, 2015; CAMPOS, 2015).

Elas mesmas dizem a acreditar que teriam de estarem em condições de reivindicar. “Estar em condições” significa “ter resultados expressivos”. Para Edinanci, a postura de parte da equipe feminina em meados de 1990 (quando alguns pódios já haviam sido alcançados) impedia qualquer tentativa de diálogo com os dirigentes, porque, segundo relembra, muitas apresentavam comportamentos que poderiam ser interpretados como falta de comprometimento, como, por exemplo, priorizar o turismo nas viagens para competir ou mais interesse em encontrar os rapazes de outras seleções do que na própria disputa em si<sup>149</sup>. “Tudo isso era munição para a confederação usar contra a equipe”, fala (SILVA, 2015).

Um dos momentos em que se calaram foi quando a seleção masculina confronta a CBJ, em 1989: embora concordassem que era necessário melhorar as condições de preparação técnica e a transparência no gerenciamento financeiro da Confederação, as mulheres apenas começavam a ter acesso às competições internacionais e não tinham o capital cultural instituído para entrar na batalha que se armou: de um lado, a família Mamede, nos cargos que lhes foram instituídos pelo voto, de outro, a medalha olímpica de ouro de Aurélio Miguel:

Não sei se foi isso que aconteceu, mas a impressão que fica para quem vê de fora é que o masculino, a partir do momento que tem os resultados, vê condições para bater de frente. Mas, e para o feminino? Foi um momento em que a gente era cobrada [pela seleção masculina]. Era cobrado que a equipe [feminina] se posicionasse. De outro lado, não tínhamos essa força para poder ter um posicionamento, porque ali ia emperrar um pouco mais o judô feminino. Então, a gente ficou meio que dividida mesmo. Vai fazer essa briga no momento que o judô feminino vai dar os primeiros passos? Ficamos neutras. Não teve uma conversa [entre as mulheres] para definir (CESAR, 2015).

---

<sup>149</sup> Tal argumento do interesse das judocas em namorar os rapazes, assim como a sugestão de que a ascendência em cargos e graduações das mulheres judocas, como já foi citado na fala de Léa Linhares (2015) e aparece em outras narrativas, demonstram que a argumentação de quem detém o poder no judô brasileiro (dirigentes e *kodanshas*, em sua maioria homens) era calcada em atitudes machistas e, ainda assim, serem capazes de ditar o comportamento delas ao vestir o *kimono*.

Assim, a inserção delas na modalidade segue uma “infiltração lenta e progressiva, na prática, sem o discurso de contestação por parte das mulheres”, destaca Mourão (2000, p. 7). A necessidade de comprovar os resultados para a aquisição de um capital cultural instituído, afirma a atual técnica da seleção, Rosicleia Campos, findou-se depois que os resultados internacionais passaram a se equiparar:

**Entrevistadora:** Você acha que a mulher no esporte, no judô, tem alguma coisa de a validação do trabalho só vir pela credencial de resultados?

**Rosicleia:** Agora não mais. Mas no início, foi bem isso mesmo. “Olha, você quer? Então prova que você pode ter”. No início foi isso. Não foi o contrário, tipo, “Vamos investir, faça um trabalho para conseguir ganhar e aí vai ter o investimento”. Hoje em dia, não. hoje em dia, o investimento é linear.

#### 4.4 TREINAMENTO E FINANCIAMENTO DAS ATLETAS

Com a possibilidade de disputar competições, os treinamentos das mulheres nos tatames começam a se tornar mais sistematizados, mas ainda longe do uso de equipes multidisciplinares: as sessões de treinos ainda é marcada pelo trabalho físico e técnico comandado por *senseis*, em grande parte, sem formação em Educação Física (PINHEIRO, 2015, SOMBRA, 2015, ANGELUCCI, 2015). “Treinávamos por treinar. Nunca foi uma carreira. Só por amor, mesmo, e nós tínhamos condições técnicas, nós lutávamos e nós ganhávamos. Nós só não conseguimos ir mais adiante porque não tínhamos dinheiro para viajar”, diz Eliane Pintanel sobre o judô no Rio Grande do Sul em 1980.

A prática do judô nesse período tem como objetivo a competição e não mais a prática pela atividade física ou pelos aspectos filosóficos desenvolvidos por Jigoro Kano. Visando o melhor desempenho nos shiais, cada uma realizava conforme suas condições:

O Luis Mota [sensei e marido] mandava eu correr. Eu fazia corrida de meia hora, abdominais, barra (ALVES, 2015)

A gente treinava em academia, nos clubes, nas federações, ficava nas concentrações. E eu ia procurando nas academias em São Paulo o que precisava. Se tinha um atleta que podia me ajudar acertar um detalhe em um golpe, ia pedir pra ele. Aí, o condicionamento físico, ia procurar o Douglas Gil, que tinha uma academia, era judoca e preparador físico. Nessas, a gente pegava borracha [tiras de câmara de pneu automotivo] e fazia aqueles *uchikomi*<sup>150</sup> e hoje a gente sabe que aquilo lá não serve pra nada. Coisas **absurdas** que não levavam a nada, só levavam a gente a fazer lesões. (ANGELUCCI, 2015)

“O treino era extremamente **puxado**, A gente treinava todo santo dia, carpia em volta da academia. (TOTTI, 2015)

Treinei com senseis que tinham toda uma política **pedagógica militar** então, quando a gente foi ter o treinamento da equipe feminina, não tinha distinção, se as meninas iam **aguentar** ou não. Tanto que muitas vezes, muitas desmaiavam no treino pelo excesso de exercícios. Nós fazíamos, por exemplo, corrida e era aquela coisa absurda, correr dez quilômetros. Tínhamos dias específicos pra o treinamento cotidianos, que era aquecimento, alongamento, corridas, abdominal, de rolamentos, projeções até chegar ao *randori* [...] Lembro muito bem quando ele dizia: “só vai sair daí quando pingar sangue” (PINHEIRO, 2015).

A preparação física que a gente tinha era algo assim, **absurda**. Era **ferro e fogo**, porque não tinha a consciência de dizer assim ‘olha, a mulher não precisa’ [...] A maioria dos professores tinham um pensamento militar. O que o homem fazia, a mulher fazia também. E se a mulher não quisesse fazer, ficava assim, uma coisa meio chata. Então acabava sendo obrigada a fazer, não para se igualar aos homens, sim para não parecer que você tava ali só como estorvo (SOMBRA, 2015).

O exame era igual. Tanto que um dos requisitos, na época era *katinuki*, eram lutas, um grupo de 5, era mata-mata, você tinha de ganhar no mínimo 3 pontos para passar. Quando eu fui fazer exame, não tinha mulher naquele ano e eu tive que lutar com homem e aí eles avaliaram minha técnica, mas o menino tava lá com o mesmo objetivo que o meu, passar para a faixa preta. Ele **não aliviou**. E antigamente o exame de faixa preta era bem **puxado**, tinha de jogar todo mundo (FERRANTI, 2015).

O treino era igual. Se quisesse treinar, **tinha que acompanhar o treino**. Você entrou em treino de judô, não existe mulher, homem. A medalha olímpica é a mesma. [...] A parte física, eu fazia sozinha. Levantava cedo e ia ao horto florestal correr, montava uma linha de treinamento para mim (PESSOA, 2015, grifos nossos).

Os termos grifados nas falas acima apontam que uma característica comum destacada pelas entrevistadas é que seu treinamento era um treinamento difícil, que exigia esforços e viril. Na maioria dos casos, os relatos acerca do tipo de atividades que compunham uma aula de judô foram feitos com um tom de exaltação dessa memória: a idéia de que um bom treino teria de levar o judoca ao cansaço, à exaustão. E elas parecem se sentir orgulhosas

---

<sup>150</sup>Entrada de golpes sistemáticas.

de terem, na época, superado uma rotina que não era pensada para o corpo feminino, ainda que hoje reconheçam, que boa parte do esforço não corresponderia, necessariamente, à melhora técnica delas nos *shiais*, sendo até exageros absurdos, como a alta carga de *uchikomis* realizados com as câmaras de pneu, como contou Mônica Angelucci.

Essa disciplina rígida nos treinamentos é uma característica presente nas artes marciais, muitas vezes marcadas por uma ideologia estóica, em que exige uma suposta virilidade em suportar o sofrimento físico como parte da metodologia de ensino, afirmam Novaes, Souza Neto e Drigo (2005, p. 134, tradução nossa). Eles destacam ainda que isso acontece por causa do “ideal de uma suposta relevância para a educação tradicional [das artes marciais]: o rigor e seu o elogiável objetivo de ser ‘durão’”.

No primeiro capítulo de seu livro *Corpo e alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe*<sup>155</sup>, intitulado “A rua e o ringue”, Loic Wacquant (2002) conta como os boxeadores de uma *gym* no gueto de Chicago forjam seu corpo, que será seu capital, construindo-o sobre rígida preparação física e controle sobre suas ações fora do ringue (como evitar abusos, seja na alimentação, de sexo e até manter-se longe de situações violentas) para atingir um nível de excelência em performance no ringue. As descrições apontadas pelo sociólogo tem similaridades com as falas das judocas sobre o esforço físico extenuante como sendo considerado benéfico para a construção do atleta.

Enquanto Wacquant (id) afirma que o boxe engendra, incorpora e exemplifica uma forma definida de masculinidade, sendo esta plebeia, heterossexual e heróica, Hargreaves (1997) estuda a constituição do boxe feminino porque, a princípio lhe parecia ser uma modalidade que desconstruía as fronteiras simbólicas convencionais entre homens e mulheres com base nas diferenças biológicas, significantes na maioria dos esportes. Para a autora, o simbolismo básico de boxe feminino parecia contradizer esta tendência:

Na sua forma mais pura, era uma celebração da musculatura do sexo feminino, a força física e agressão. O poder foi literalmente inscrito nos corpos das pugilistas - em seus músculos de trabalho reais - uma expressão de capital físico normalmente atribuída aos homens. Mesmo assim, gênero e sexualidade receberam elevada atenção.

Enquanto o corpo golpeado do pugilista homem é vista como símbolo da derrota de masculinidade heróica, o corpo da mulher era encarado como a própria negação da suposta essência da feminilidade e um símbolo de brutalização e desumanização (HARGREAVES, 1997, p. 40, tradução nossa).

O que levaria ao aumento crescente de praticantes e lutadoras de boxe, segue, seriam a uma negação do perigo e superação do medo pessoal, tanto pelo medo de ser atingida como de atingir a oponente e de ultrapassar limites de seu corpo que, em geral, por convenções sociais, por muito tempo foram negadas a experimentar. No caso do desenvolvimento do judô feminino no Brasil, a rigidez dos treinamentos imposta a elas pode ser vista como uma forma de manter a reserva masculina, visto que não seria negado a uma moça a opção de ingressar no tatame. Mas, também não seria lhe dado nenhum facilitador, sendo recebida de portas semi-abertas. “Se quisesse treinar, tinha que acompanhar o treino”, para usar as aspas de Solange Pessoa. Elas, por sua vez, sentiriam, nesse desafio, o mesmo sentimento das boxeadoras se expõe à condição de serem avaliadas como “brutalizadas” ao praticarem uma modalidade em que podem receber e acertar golpes.

Contudo, há um paradoxo de que tanto o boxe quanto o judô se engendram: ao mesmo tempo que são modalidades em que se veicula a noção de “arte” e refinamento de suas técnicas (e, no judô, o pano de fundo de um pensamento filosófico como fio condutor), são lutas em que seu meio é valorizado o esforço exacerbado em busca da vitória (mesmo que no boxe o “ir além do limite do corpo” é mais aparente).

De todo modo, essa noção explícita de que os treinamentos eram “pesados”, presente nas entrevistas das judocas e que reflete um ideal de que o bom judoca é aquele capaz de suportar a dor, dá pistas para cogitar que se trataria de um reforço do ideal do lutador oriental que se prepara para um combate corporal de morte, como faziam os samurais e, que, para a manutenção do que seria uma essência do judô oriental, correndo o risco de a preparação nos *dojôs* brasileiros serem até mais rígidas que a dos tatames

nipônicos<sup>151</sup>, em um olhar equivocado<sup>152</sup>, como uma tradição inventada do homem ocidental sobre os costumes orientais

Outra – e esta, interessa muito ao desenvolvimento do judô feminino no Brasil: a rigidez dos treinamentos imposta a elas também pode ser vista como uma forma de manter a reserva masculina, visto que não seria negado a uma moça a opção de ingressar no tatame. Mas, também não seria lhe dado nenhum facilitador, sendo recebida de portas semi-abertas. “Se quisesse treinar, tinha que acompanhar o treino”, para usar as aspas de Solange Pessoa (2015).

Ainda sobre sua preparação, as judocas destacam também a ausência de informações que auxiliassem o desenvolvimento integral do atleta, como apoio nutricional. “Para minha primeira Olimpíada [Atenas-1996], faltou experiência. Daniele Zangrando conta: “Eu já perdia muito peso e na semana da competição eu estava com 61 kg, ia lutar até 56 kg, não fazia um trabalho nutricional (ZANGRANDO, 2015). Já Soraia André, hoje psicóloga da equipe de Santo André (SP), destaca a ausência de preparação psicológica para enfrentar atletas de outros países. “Não é uma brincadeira você pisar num tatame e disputar com a campeã mundial. Faltou isso e a gente sabia. Tenho até um recorte de jornal com o Mamede falando assim: “O que falta na seleção é um psicólogo [...] Mas as ações não aconteciam” (CESAR, 2015).

#### 4.5 SANTA CRUZ: O JUDÔ NO “CAMPO DE CONCENTRAÇÃO”

Em 1986, a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) inaugurou no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, um Centro de Treinamento onde

---

<sup>151</sup> Em seu livro *Judô Caminho das Medalhas* (2014), Alexandre Velly Nunes faz uma observação neste sentido: o autor é também judoca e escreveu o livro a partir de histórias narradas por atletas medalhistas olímpicos e mundiais brasileiros. Para tanto, visitou vários dojôs pelo país. Em sua experiência pessoal, morou e treinou no Japão. A partir dessas experiências, ele comenta que, por vezes, teve a impressão de que nos tatames brasileiros a noção de disciplina e o rigor dos treinamentos eram mais intensos do que encontrou nos seus anos de treinamento no Japão.

<sup>152</sup> Ou intencional: a tradição de uma arte em que o treinamento que disciplina e ensina valores como hierarquia é um dos principais argumentos de senseis e articuladores do judô para atrair alunos.

os judocas da seleção nacional se reuniram para se concentrar antes de suas principais disputas. Na teoria, tinha tudo para ser uma referência para o esporte nacional em termos de preparação esportiva, em uma época em que nenhuma outra modalidade tinha um local fixo para a preparação das seleções. Na prática, é uma das quase unanimidades entre os judocas que passaram por lá: as parcas condições do local lhe renderam o apelido de “campo de concentração”.

Santa Cruz converteu-se, de certo modo, em um marco histórico e parte da memória coletiva do judô brasileiro:

Ah, Santa Cruz era um campo de concentração. [silêncio] Um campo de concentração. Era algo sub-humano. Hoje, acompanho algumas matérias se vejo o povo [da atual seleção] reclamando do hotel, “Esse hotel é só quatro estrelas” [risos] ai eu tenho vontade de falar assim “manda pra santa cruz” [risos]. E é bacana ter feito parte dessa história porque ela forma uma resistência. Mas não precisava de tudo isso (CESAR, 2015).

É triste, viu. Era... Meu Deus do céu [balança a cabeça, negativamente]. Meu irmão pegou pneumonia lá, antes da Olimpíada. Aquilo lá era triste, tomar banho gelado. [...] Mas as concentrações nossas não eram como hoje, que fica em hotel. Era alojamento A gente lavava quimono na mão, a Soraia sentava no tanque e lavava, na escovinha mesmo. Mas foi bons tempos quantas que concentração que ficamos no Rio de Janeiro (PESSOA, 2015).

Eu até me emociono [chora] porque a gente penou. A gente comia uma refeição, a gente dividia o almoço. o nosso café da manhã durante um mês : ovo, banana, leite de saquinho [...]. Passamos um mês lá treinando porque ia ter uma seletiva. E assim, para variar o café da manhã, um dia era ovo, banana e leite. No dia seguinte, leite, banana e ovo (PASSOS, 2015).

Santa Cruz... aí realmente mesmo foi terrível. Para mim, era a pior coisa da minha vida, a pior coisa era ir para a concentração em Santa Cruz. No começo foi legal, primeira vez, tudo novidade, dizia: “Pô, to na seleção brasileira”. Era um sítio muito afastado, num bairro horrível do Rio de Janeiro e um monte de gente junto. Não tinha condição de um treinamento adequado. A gente dormia mal, era muito calor, cheio de mosca em cima da gente, mosquito. [...] A gente era tratado como um exército [...] Não tinha uma comida de atleta, era empadão, coxinha de frango frita. Mas foi ali que eu conheci a Edinaci, Vânia Ishii, Monica Angelucci, todo esse [...] Eu cheguei a pensar a parar de competir, de largar o judô por causa de Santa Cruz (ZANGRANDO, 2015).

O meu sensei em Guarulhos falava assim: “Vocês vão ter concentração em santa cruz quando?”, então a gente falava: “Sensei, daqui a dois meses”. E ele: “Vocês vão começar a treinar hoje. Treinar o máximo que conseguirmos porque quando vocês chegarem em Santa Cruz, vocês vão descansar”. Ele falava isso porque sabia que quando a gente chegava lá no centro de treinamento, não tínhamos estrutura nenhuma. [...] Era um calor de matar, os bichos



entrando no alojamento, não era uma alimentação para atleta de alto rendimento. [Mas] para mim, era perfeito. Não passava dificuldade nenhuma até porque tinha saído de uma realidade que não tinha nem aquilo, eu via o pessoal reclamando da comida, mas eu não entendia o porquê. Tinha feijão, arroz, ovo, carne moída. [...] Mas depois que eu saí daquele meio e fui para um centro de treinamento de primeiro mundo, aí eu vi: “Caramba, olha o quanto a gente ‘tá atrasado”. Aí comecei a entender: “Putz, acho que eu nunca vou conseguir chegar onde eu estou pensando em chegar por conta de tudo isso” (SILVA, 2015).

Outro paradoxo surge nas falas das judocas: algumas delas, ao mesmo tempo que lamentam a precariedade das condições ofertadas no CT, exaltam que foram “bons tempos” e que as dificuldades as ajudaram a se fortalecer [física e mentalmente], criar resistência. Paez et al (2000), destacam que, sendo a memória coletiva diretamente ligada à construção da identidade, “a defesa da identidade social se reflete nas recordações seletivas do que é positivo, um esquecimento dos feitos negativos e uma reconstrução positivista do grupo” (PAEZ et al, 2000, p. 390, tradução nossa). Assim, mesmo que as memórias fortes sejam negativas, há um saudosismo que busquem pontos favoráveis às suas lembranças individuais.

Mas a vida da concentração da seleção em Santa Cruz não era o único problema na carreira dessas judocas. Outra das dificuldades relatadas pelas entrevistadas foi a falta de recursos para manter os treinamentos ou para viajar para as competições. O amadorismo, nesse sentido é notável, visto que só em meados dos anos 1990 é possível começar a pensar em viver de lutar judô, mas em regiões em que o esporte já estava mais desenvolvido, como a região Sudeste, mais especificamente São Paulo.

Desde 1984, Solange Pessoa já vivia do esporte, como sensei, na academia montada no terreno da família, onde ela tem seu dojô até hoje. Mas, como competidoras, possivelmente Edinanci Silva é uma das primeiras mulheres<sup>153</sup> a ser sustentada por seu desempenho na modalidade no país. Ela iniciou o judô aos 14 anos, uma idade que pode ser considerada avançada em relação aos demais atletas da seleção de sua geração, dos anos 1990. Entre todos os medalhistas brasileiros em Mundiais e Olímpicos, apenas ela, Flávio

---

<sup>153</sup> Ela mesma atribui esse “pioneirismo” à Mônica Angelucci, pelo contrato de patrocínio com o chiclete PingPong, como será abordado a seguir.

Canto (bronze nos Jogos Olímpicos de Atenas-2004,) e Rafael Silva (bronze na Olimpíada de Londres-2012, bronze no Mundial de 2013) após os 12 anos.

Em um momento que estava sendo cobrada pela família, muito pobre, pelo “tempo gasto” nos tatames.

Eu comecei a me desinteressar [pelo judô] e aí esse meu professor [Roberto Fialho] falou assim: “Se você treinar, se você conseguir ir bem nas competições, você consegue viver financeiramente do judô. Eu comecei a me interessar mais (SILVA, 2015).

Em um Jogos Escolares Brasileiros (JEB's), a judoca chamou a atenção de técnicos paulistas. Recebeu o convite da CBJ para participar das concentrações em Santa Cruz e , da prefeitura de Guarulhos, o convite para disputar os Jogos Abertos. Assim, aos 17 anos, se mudou para São Paulo.

Ela conta que as atletas “eram muito bem remuneradas”, Em valores da época que giravam em torno de R\$ 100 a R\$ 2 mil<sup>154</sup> (SILVA, 2015). Se para os valores de rendimentos acumulados por um atleta olímpico hoje (só o valor da Bolsa Atleta Pódio, incentivo do governo federal para atletas que já subiram ao pódio em uma olimpíada, já garantiria R\$ 25 mil ao beneficiário dessa categoria), o valor pago pela cidade paulista parece irrisório, mas para a época, era um salário para ser festejado, visto que eram raros os clubes e entidades (como a prefeituras do interior) que pagavam valores fixos mensais a seus atletas.

Os primeiros patrocínios a judocas Mulheres surgem ainda nos anos 1980, mas não necessariamente pela necessidade das empresas em vincularem suas marcas a mulheres que lutam. Já foi comentado como Mônica Angelucci fecha patrocínio, por intermédio de um parente. Outras dessas parcerias surgem como arranjos para que as judocas pudessem competir sem ter sair de seus empregos. Solange Pessoa e Soraia André trabalhavam em banco.

---

<sup>154</sup>De 1994, ano em que Edinanci vai para Guarulhos e quando o Real é adotado como moeda brasileira até 2015, o poder de compra de uma nota de R\$ 100 diminuiu 80,1% (CAMARGO, 2015). O que quer dizer que se uma atleta era contratada para receber um valor de R\$ 100, teria um poder de compra equivalente a R\$ 500 nos dias atuais.

Eu, pra você ter uma noção, eu trabalhava num banco e para viajar, não sabia nem como falar com meu supervisor [...]. Porque eu dependia do dinheiro para viver [...]. A Soraia trabalhava no Itaú e eu, no Banco Auxiliar. Saiu no jornal uma matéria minha e dela, que eu estava com medo de ser mandada embora [por causa das faltas para viajar]. O gerente, o Bonfiglioli, que era o dono do Banco Auxiliar, me chamou na sala dele e começou a me patrocinar: eu iria trabalhar e quando precisava ficar em concentração, ele não descontava do meu salário e eu podia ir (PESSOA, 2015).

A mesma compreensão ela não teve no curso de Educação Física:

[...] entrei na faculdade e o professor chegou e falou para mim: “Olha, você tem de escolher entre o judô e a faculdade porque você não pode conciliar os dois”. E eu representando o Brasil. [...] No judô, a vida de o tempo de vida é curto, de atleta, aí eu preferi ficar com o judô, treinar, porque eu ia repetir. Sabe por quê? Por falta. Ele não abanava faltas (PESSOA, 2015).

Outras atletas da seleção, como Danielle Zangrando (2015), e Rosicleia Campos (2015), nunca tiveram um patrocinador pessoal. Se elas contavam em “se credenciar” ao apresentar resultados e aumentando seu capital cultural institucionalizado, na prática, nem sempre essa lógica funcionou. Danielle, conta que chegou a ter esperanças de que, com o assédio da mídia depois do bronze no Campeonato Mundial de 1995, teria um apoiador fixo que a permitisse pensar apenas nos treinamentos e competições:

Eu tinha esperança. Pensava: “Ah, agora vou arrumar um patrocínio, vou ter mais tranquilidade”. Lembro até que o Rogério [Sampaio] falou: “Você precisa ter uma assessoria de imprensa”. Como ia te se não tinha condições de pagar? Sempre que tinha uma competição importante, eu acabava sendo entrevistada porque estava na seleção como titular e sempre como uma esperança de medalha, mas o patrocínio não veio. Foi difícil, acho que eu só fui conseguir um patrocínio mesmo em 2002, por aí, 2003, demorou bastante (ZANGRANDO, 2015).

Assim, ao mesmo tempo em que surgem, pontualmente, possibilidades de “viver de judô”, na maior parte das vezes o dinheiro, ou melhor, a falta de dele, era um empecilho. As entrevistadas contam situações em que deixaram

de viajar para competições internacionais (PINTANEL, 2015; FERRANTI, 2015) ou tiveram de contar com apoio financeiro de familiares e amigos:

Para disputar um campeonato pan-americano Junior ou adulto, tinha que pagar. E naquela época a gente pagava o dobro do valor porque tinha essa questão de corrupção da confederação que era absurda, pagava o dobro e sempre era muito difícil porque não tinha sobra de dinheiro. Assim, meus pais faziam rifas, às vezes a gente tentava patrocínio, uma ajuda aqui, a gente tentava [arrecadar] R\$ 500, e aí conseguia ir para as principais competições, o Pan-Americano, o Mundial, no máximo (ZANGRANDO, 2015).

As atletas fora do eixo Rio-São Paulo, onde via de regra eram realizadas as seletivas e a concentração da seleção, tinham esforços redobrados para poder entrar nas disputas: encaravam dias de viagens de ônibus, usavam de diversas estratégias para baixar os custos, como dormir na casa de outras judocas, dirigentes ou mesmo no tatame de academias (PINTANEL, 2015; PASSOS, 2015; ALVES, 2015; SILVA, 2015) e, por vezes, programavam seu calendário de competições em datas próximas, para emendar a estadia.

Particpei das seletivas para as olimpíadas, me inscrevi por conta. Sempre viajava sem técnico, sempre assim. [...] Quando ia para os treinamentos, comecei a dar algumas aulas, ia juntando o dinheiro, a AABB dava as passagens dentro do possível. Eu me alojava no Centro de Treinamento [no Rio] ou na federação paulista, ficava na casa do Mamede quando ia lá para o Rio. Não tinha como pagar [estadia] (ALVES, 2015).

Marilaine Ferranti conta que esse modelo valia também para a Federação Paulista de Judô e a falta em treinamentos obrigatórios e a falta resultava na exclusão da equipe. “Cheguei a ser convidada para fazer parte da seleção, mas, você tinha que treinar 3 vezes na semana em São Paulo, eu só conseguia ir aos sábados porque trabalhava” (FERRANTI, 2015).

Essas barreiras, a financeira e a geográfica, colaboraram para criar critérios de exclusão, que de certa forma, delinearam o perfil das seleções desse período: tanto no masculino quanto no feminino, a maior parte dos

atletas vinha de São Paulo<sup>155</sup>. A fala de Silvia Pinheiro sobre a situação dos atletas no Pará estende-se também em nível nacional:

A questão financeira também pesou muito, porque nessa época não tinha patrocínio e aí acabava na história da “panelinha”. As seletivas ficavam nas duas academias, Pará Clube e Konde Coma. Aquela panelinha indicava quem iria para as principais competições. Tinha a seletiva, mas era só para dizer que tinha. Iam a fulana e outra fulana tinham dinheiro (PINHEIRO, 2015).

#### 4.6 PRECONCEITOS PERCEBIDOS PELAS ENTREVISTADAS

Apesar de avançarem gradualmente em um espaço majoritariamente dominado pelo homem, as mulheres judocas entrevistadas convivem ainda com o estranhamento do outro por sua presença no tatame. Para quem não é do meio, o preconceito de se tratar de um esporte que “masculiniza” é recorrente: Danielle Zangrando (2015), aos 4 anos, teve de insistir muito para fazer aulas com seu irmão, porque a família achava que não era uma modalidade adequada para a menininha, assim como Mônica Angelucci (2015). Já Selo Totti, que conheceu o esporte por meio de uma amiga de escola, sobrinha de um sensei, conta que ela mesma tinha preconceito. “Achava que era coisa de homem, era um agarra-agarra. Mas era desafiador” (TOTTI, 2015).

Rosicleia Campos (2015) conta que quando começou a ficar com a musculatura definida, as pessoas manifestavam a preocupação em o corpo de ela ficar sem as curvas que remetem à feminilidade. Os relacionamentos com os garotos também foram postos à prova: “Comecei a namorar com 13 anos e era assim: ‘Não quero namorar menina que se agarra com menino no chão’. Eu terminava o namoro” (CAMPOS, 2015). Se o preconceito de quem não era do meio do judô não a incomodava, o que veio de dentro de seu clube a indignou por anos a fio: “Nunca senti essa questão de diferença de eu ser mulher dentro do treinamento, mas eu sentia de investimento. Apesar de eu ter títulos

---

<sup>155</sup> Não se quer aqui desprezar de se tratar do estado com maior número de praticantes e onde o judô é praticado há mais tempo no país, e sim destacar que outros fatores também influem para essa hegemonia histórica.

melhores que os atletas masculinos do Flamengo, o investimento nunca foi em mim” (CAMPOS, 2015).

Um dos momentos mais emblemáticos foi a polêmica da *Carteira Rosa*<sup>156</sup>, em 1996, envolvendo Edinanci Silva. Era a primeira vez em que uma judoca brasileira chegava a uma olimpíada com aspirações reais de disputar uma medalha. Mas o que mais se lembra sobre sua participação olímpica foi ser exposta ao que Jay Coakley (2007) avalia como:

[...] a mais direta e insultante indicação de que mulheres [fisicamente] fortes eram vistas como invasoras (alienígenas) no esporte foram os “testes de feminilidade” que foram exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) a partir de 1966 até meados dos anos 1990”, fazendo com que mulheres tivessem de provar que eram mulheres (COAKLEY, 2007, p. 265, tradução nossa).

Edinanci Silva<sup>157</sup>, nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996 em 1996, foi submetida ao teste às vésperas de competir, nos Jogos últimos em que a prática foi adotada para todas as atletas. Naquela edição dos Jogos, todas as 3,5 mil atletas participantes tiveram de mostrar um “cartão de feminilidade”, a “carteira rosa” antes da competição. Casos específicos exigiam um novo exame durante o megaevento.

Em sua primeira de quatro olimpíadas, Edinanci teve de lutar na categoria pesado, porque o Brasil não tinha direito à vaga no meio pesado (até 72 kg), sua categoria usual. Descobriu-se, quando se submeteu ao teste de feminilidade, que tinha órgãos genitais externos femininos e testículos internos. Em abril de 1996, foi submetida a uma cirurgia de retiradas de testículos e extirpação do clitóris (RESERVA DE ATLETA..., 1996, p. 12). Votre e Lessa

---

<sup>156</sup> Referente a testes de feminilidade, introduzidos nos Jogos Olímpicos em 1966: as atletas femininas eram postas nuas e submetidas a exames ginecológicos. O argumento para justificar a medida era a intenção de combater o doping. Dois anos depois, os exames ginecológicos foram substituídos por uma “verificação científica”, para saber se cada competidora possuía os dois cromossomos XX. A “carteira rosa” era uma espécie de passaporte para as mulheres participarem dos Jogos Olímpicos, com a comprovação científica de que elas eram efetivamente mulheres. Desde a Olimpíada de 2004 em Atenas, eles só são realizados em casos excepcionais.

<sup>157</sup> No Brasil, houve mais um caso envolvendo uma atleta brasileira, a jogadora de vôlei Érika Coimbra. Em 1997, em que houve pressão de seleções de outros países para que não disputasse uma competição, o que foi atendido pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) (LESSA, VOTRE, 2013, p. 269).

(2013, p. 269) afirmam que a judoca, nascida mulher, apresentou características masculinas, como excesso de hormônios e precisou passar por cirurgias reparadoras para se adequar aos parâmetros do COI.

Na competição, venceu as duas primeiras lutas e perdeu a terceira para a russa Svletana Gundarenko, nas oitavas de final. Na disputa do 5º lugar, foi derrotada pela alemã Johanna Hagn<sup>158</sup>. Sobre o resultado técnico da equipe, Geraldo Bernardes afirmou ao jornal Folha de S. Paulo: “A verdadeira medalha de Edinanci foi o exame de feminilidade. Sem isso para se preocupar, ela tem muitas chances de medalha em Sydney”. (GONÇALVES, STYCER, 1996, p. 8)

Por mais que a justificativa de instituir o teste de feminilidade fosse a de combater as estratégias de doping com uso de testosterona, sobretudo por parte dos países do bloco socialista nas décadas de 1970 e 1980 e a inserção de homens nas competições femininas, a violência dessa decisão é explícita, ao contrário de grande parte das ações da dominação masculina, geralmente implícitas.

De certo modo, a situação de Edinanci remete à condição de Rena Kanokogi, quando teve a medalha de ouro não entregue na competição por equipes. Rena dizia que o problema não foi ela competir entre homens, mas sim vencê-los. No caso da brasileira, o incômodo por parte dos concorrentes pode ter vindo justamente por uma desconfiança arraigada de décadas anteriores de tentativas de trapaça e pelo fato de ela se apresentar como uma atleta com condições de vencer. Adicione a isso o preconceito de ela não se enquadrar na heteronormatividade, tendo um físico extremamente forte, ausência das curvas de seios, cintura e quadris, tipicamente femininas, cabelo curto. Além disso, ela dispensa um recurso muito recorrente entre as esportistas para sua aceitação no meio esportivo, o de reforçar a aparência de traços de manutenção de sua feminilidade com adereços (rabos de cavalo enfeitados, unhas pintadas, o uso de jóias ou maquiagem sempre que a modalidade permite, incluir algum acessório cor-de-rosa ao traje de competição).

---

<sup>158</sup> Cf. <[http://www.judoinside.com/event/2/1996\\_Olympic\\_Games\\_Atlanta/judo-matches](http://www.judoinside.com/event/2/1996_Olympic_Games_Atlanta/judo-matches)> .

Edinanci Silva narra que, que muitas pessoas quando a procuram para falar do tema (especialmente quando surge outro caso controverso, como o da fundista sul-africana Caster Semenya<sup>159</sup>) relacionam um possível abalo psicológico com a pressão gerada com a necessidade de um novo teste à sua derrota nas oitavas de final olímpica. Mas ela diz ter encarado a situação por outro ponto de vista:

Foi um pouco difícil no início. [...] Nos jogos olímpicos, eu sentei para poder fazer o exame, vi que existiam outras atletas lá também e eu falei: “Não sou a única pessoa do mundo com esse tipo do problema”. [...] O pessoal achava que era o meu sonho os Jogos Olímpicos. Não! Meu sonho naquele momento era saber o que estava acontecendo comigo[...]. Tanto é que esse meu interesse me salvou de uma boa, que foi uma cirurgia para retirada do útero, que era mal-formado e poderia desenvolver um câncer ainda na idade de adulta-jovem. Foi a melhor olimpíada da minha vida. Todo mundo comenta sobre a luta que eu fiz contra a russa, comenta: “Ah, não deu, por conta daquele problema que você teve de provar que era mulher [...]” Não! Deu sim. Consegui resolver um problema que estava acontecendo comigo e poderia ter tirado minha vida. Ninguém observa que existiram outras coisas que mexeram muito mais comigo: o fato de a minha família estar sendo afetada pelas notícias estarem chegando distorcidas pela mídia; o fato de chegar à seletiva e ter de enfrentar uma companheira de treino e ter que tirar a vaga dela para poder ir aos Jogos... Tantas outras coisas importantes e realmente as pessoas se prenderam ao que estava exposto na mídia (SILVA, 2015).

Quando conta o que mais a preocupou durante os Jogos Olímpicos de Atlanta e a repercussão do seu teste de feminilidade, a fala Edinanci Silva aponta que sua memória individual em relação a constituiu-se de forma distinta dos registros dos jornais. Em termos de constituição de uma memória coletiva, aponta que suas recordações reforçam a idéia de que nem memória de um grupo resulta de consensos.

Outro tipo de preconceito narrado pelas judocas foi o em relação ao judô de fora do Sudeste, mais precisamente por serem do Norte e Nordeste do país. A pernambucana Jemima Alves e as paraenses Kátia Sombra e Silvia Pinheiro apontaram terem tratadas de forma diferente por sua origem.

---

<sup>159</sup> Atleta da África do Sul. Em 2009, venceu a prova dos 800 m, levantando suspeitas sobre sua feminilidade. Foi submetida a exames de DNA, que comprovaram que é portadora de uma deficiência cromossômica que lhe confere características femininas e masculinas: tem órgãos genitais externos femininos, mas não tem útero e ovários e possui testículos internos.



Era difícil ser a primeira mulher do Nordeste na seleção brasileira. Tinha o preconceito, ouvia falarem que não tinha nada a ver ter uma nordestina no time. Não sei, talvez achassem que a gente [do Nordeste] não tinha a mesma capacidade, faziam piada, mas eu não ligava, achava que tinha de mostrar capacidade treinando (ALVES, 2015).

Ela aponta, inclusive, afirma que sua principal contribuição para o judô foi justamente “abrir espaço para que os atletas do meu estado percebam que têm condições iguais aos demais, sem precisar sair do estado (ALVES, 2015). Em suas narrativas, fica implícita a sensação de que uma das causas do preconceito de que o judô praticado nos estados de Norte e Nordeste seria de qualidade inferior àquele ensinado em Rio de Janeiro e São Paulo. A partir da conversa sobre esse tipo de preconceito, abre-se uma possibilidade interessante de investigação futura.

Vale retomar um ponto da metodologia deste estudo: na fase de criar o projeto para este estudo, buscou-se entrevistadas que atendessem o critério de inclusão em Belém do Pará justamente com o intuito de buscar informações sobre regiões brasileiras com relevância para o judô nacional, mas sobre as quais os estudos realizados dificilmente circulam nas regiões Sudeste e Sul.

Entre tantas cidades cogitadas e na impossibilidade de estender para todas as desejadas, Belém se tornou prioridade pelo simples fato de Conde Koma<sup>160</sup> ter se estabelecido na cidade, e deixado discípulos, como Alfredo Coimbra. Tal decisão não trouxe (ainda) respostas sobre “que tipo de judô se pratica” na região, mas, algumas falas das entrevistadas Kátia Sombra (2015) e Silvia Pinheiro (2015) apontam algumas adjetivações que indicam que, de fato, existem essas diferenças. Curiosamente, suas falas apontam, nas entrelinhas, certa carência no judô local:

---

<sup>160</sup> O pressuposto para essa escolha foi a hipótese de que o judô praticado na cidade tenha uma característica distinta do praticado no Sudeste, como uma herança da formação de Mitsuyo Maeda, que conjugou as técnicas do judô sistematizado por Jigoro Kano com séries de desafios com lutadores de outras lutas.

Fiz intercâmbios em São Paulo e meu judô melhorou muito. Agradeço muito ao professor Floriano<sup>161</sup> porque ele lapidou um pouquinho. Aqui no norte, hoje posso falar, tem uma dificuldade de... Algumas pessoas dizem assim: “O judô é o mesmo em todo lugar”. Mais ou menos. [...] Mas mais ao sul tem um shintai<sup>162</sup> que é diferente. Aqui não. Aqui [Pará], o povo luta muito mais parado. E lá tem uma suavidade [no shintai], uma suavidade que é muito difícil encontrar quem consiga (SOMBRA, 2015).

Não posso dizer que tem dois judôs, posso dizer que tem focos diferentes. Nosso judô, ele já melhorou, mas ele ainda é um judô bruto [comparado ao judô da Kodokan] (PINHEIRO, 2015).

Em relação ao Nordeste, Edinanci Silva (2015) aponta que na Paraíba dos anos 1990 se sentia presa “aquele judô, o judô ‘quadrado’, o judô teórico”, e não voltado ao treinamento competitivo. Ao mesmo tempo, ela via um comportamento que denominou de “vitimismo”:

“Se a garota perdia para uma garota do Rio ou de São Paulo era porque o árbitro sempre ia dar [o ponto] para a garota de São Paulo ou para a pessoa do Sul. Hoje, não sei como está a mentalidade. Mas essa minha geração aí, eu via muito isso daí e eu ficava muito revoltada e eu percebia que não era nada disso. É que a outra menina tava muito mais preparada, muitas vezes tinha atacado mais. [...] Eu achava que isso era uma postura das atletas, mas depois eu comecei a perceber que isso era plantado na cabeça delas, através dos professores ou mesmo dos amigos ali. Isso aí não era só no judô feminino, também acontecia no judô masculino (SILVA, 2015).

As relações dos judocas em relação a discriminações das cidades em que praticam o judô merecem atenção futura. Até por considerar, como já foi dito, que boa parte das atletas com resultados esportivos de destaque, ao contrário do que aconteceu com o judô masculino, são de fora do eixo Rio-São Paulo.

---

<sup>161</sup> Floriano Paulo de Almeida, professor responsável por desenvolver o Projeto Futuro, em São Caetano do Sul, que foi considerado um dos principais centros de treinamento do judô. Foi técnico da seleção feminina entre 2001 e 2007. Atualmente, é técnico do Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte (MG).

<sup>162</sup> Deslocamento (forma de caminhar) sobre o tatame na prática do judô, em geral com os pés deslizando, sempre em contato com o solo e sem juntar os calcanhares.

## 5. TERCEIRA FASE – A PARTIR DE 2001 – ASCENSÃO DO JUDÔ FEMININO BRASILEIRO

*“O judô feminino se tornou o judô feminino em 2006, naquele Centro de Treinamento [em Cuenca]. Ali se mudou a cabeça. Mudou-se o judô feminino individualista, cada um só pensava em si. Ali se tornou o judô feminino uma equipe. A vitória de uma é um ganho de todos e a derrota, divide para todo mundo então fica leve pra todo mundo, a vitória multiplicada e a derrota é dividida. [...]Hoje, temos uma identidade própria. (Rosicleia Campos, 2015)*

Em 2001, Joaquim Mamede Junior deixa a presidência da CBJ e seu pai, o posto de superintendente, iniciando um novo ciclo de gestão na entidade. O primeiro grande desafio foi a retomada da possibilidade de receber investimentos, impedimento causado por pendências judiciais com o TCU. Em julho daquele ano, como noticiou a imprensa (MAMEDE E PAULO VIVEM SEMANA..., 2001), após pesquisas feitas por uma empresa de advocacia, verificou-se que não havia débitos da CBJ com o Tribunal de Contas e, em julho de 2001, a CBJ volta a angariar patrocinadores (JUDÔ BRASILEIRO QUITE..., 2001).

Outros dois fatores contribuíram para que terminassem os anos de penúria do na confederação: o baixo rendimento da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Sidney no ano anterior resultou na aceleração, por parte do governo federal, da criação de projetos de fomento ao esporte de alto rendimento no Ministério do Esporte, como a Lei Agnelo-Piva, em 2001 e a Lei de Incentivo, em 2006. Ministério da Defesa em parceria com o Ministério do Esporte criou em 2008 o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento às Forças Armadas Brasileiras. A CBJ adere ao programa no ano seguinte, o que ampliou a possibilidade de recursos para os judocas, que passaram a receber soldo. Atualmente, 30 atletas da seleção que são também militares: 12 na equipe masculina e 18 na equipe feminina. Desses 30 atletas, 12 alistaram-se no Exército e 18 na Marinha<sup>163</sup>.

---

<sup>163</sup>Cf. <<http://www.cbj.com.br/militar/>: **Exército:** Felipe Kitadai, Eric Takabatake, Charles Chibana, Alex Pombo, Leandro Guilherme, Victor Penalber, Tiago Camilo, Luciano Corrêa, Rafael Silva, Gabriela Chibana, Eleudis Valentim, Flávia Gomes, Raquel Silva, Nádia Merli.

Mundialmente, a Federação Internacional de Judô (FIJ) entrou no século XXI com uma série de mudanças para tornar o esporte mais atrativo para o público, com mudanças de regras do combate (desde a adoção do quimono azul por um dos oponentes para facilitar a visualização da progressão das lutas até a simplificação das pontuações e punições). Em 2009, reformula drasticamente seu sistema de competições, com a instituição de um circuito internacional similar ao adotado pela Federação Internacional de Tênis (ITF), com torneios com diferentes graus de importância, premiações em dinheiro e cujas pontuações constituem um *ranking* dos melhores de cada categoria e válido para a classificação olímpica.

As principais competições nesse formato são: anualmente o Campeonato Mundial (exceto e ano olímpico), quatro etapas de um Grand Slam (Paris, Rio de Janeiro, Moscou e Tóquio, em que as premiações em dinheiros e pontos no ranking de cada categoria são os mais altos); cinco etapas de um Grand Prix e 24 etapas da Copa do Mundo.

Tais adaptações tornam o judô mais atrativo para um público não especializado, visto que para entender quem são os melhores judocas não é mais necessário ser um expert técnico e a dinâmica das lutas se adapta ao gosto do espectador. Em 2014, por exemplo, diminui-se o tempo de luta no feminino, de 5 para 4 minutos, com o argumento de que esses combates teriam de se tornar mais “dinâmicos” para o olhar leigo. Tornar o esporte mais atrativo ao público é torná-lo mais atrativo a investimentos de transmissão pela televisão e de marketing.

Assim, as competições da FIJ respondem ao modelo adotado por outros eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos que, tendo sua transmissão pela televisão, enquanto suporte de peças publicitárias, tornando-se um produto comercial “que obedece à lógica de mercado, e portanto, deve ser concebido de maneira a atingir e prender o mais duradouramente possível o público mais amplo possível” (BOURDIEU, 1997, p. 124-125).

Nesse contexto, em 2003, Edinanci Silva conquista sua segunda medalha em Mundiais, em Osaka – a primeira foi em 1997, em Paris. Em 2005, um brasileiro finalmente vence um Mundial, o gaúcho João Derly. Até então o sistema adotado na seleção em que masculino e feminino seguiriam juntos para as mesmas competições ainda vigorava.

Em 2005, a ex-atleta e então auxiliar técnica da seleção feminina, Rosicleia Campos é nomeada técnica da equipe, no lugar de Floriano Almeida. Ela e as outras entrevistadas (PESSOA, 2015; SILVA, 2015; ANGELUCCI, 2015) comentam que, com recursos garantidos, era necessário mudar o pensamento sobre o comportamento e planejamento do judô feminino a curto, médio e longo prazo para o time feminino.

Mesmo acompanhando a seleção desde 1987, como atleta, e a equipe já tendo sido comandada por outras mulheres (Berenice Endo, Cristina Mamede e Solange Pessoa), Rosicleia conta que houve grande resistência sobre a escolha de seu nome para o cargo:

O [inaudível], do COB, e o Ney [Wilson, diretor técnico da CBJ] tiveram de brigar para me colocar. Porque tinha uma linha que queria contratar um técnico cubano, outra linha queria trazer um técnico masculino e os dois juntaram forças para bancar a minha entrada. Em 2005, eu estava como técnica, eu não tinha a equipe na mão. Em 2006, eu falei: “Ney, vamos sentar aqui. A gente precisa separar o judô feminino do judô masculino. Temos necessidades diferentes, prioridades diferentes, mas vamos para onde eles vão e temos o mesmo nível de cobrança com um investimento diferente Não é justo.” Foi quando separamos as coisas e a gente conseguiu uma autonomia de vôo (CAMPOS, 2015).

Tamanha resistência apresenta traços da dominação masculina, que trata a masculinidade como uma nobreza (BOURDIEU, 2007, p. 71), em que as funções ditas mais qualificadas caibam, sobretudo, aos homens simplesmente porque são realizadas por homens. No desenvolvimento da área esportiva ao longo do tempo, também a maioria dos cargos que se tornaram valorizados por serem ocupados por homens e seguem reservados a eles, criando pouca muita margem para mudanças. Em um estudo nas universidades norte-americanas que acompanhou as movimentações no cargo entre 1977 e 2008, registrou que em 1978, 58% dos cargos de técnico eram

ocupados por mulheres; em 2008, houve uma queda para 43% (COAKLEY, 2007, p. 252).

No Brasil, até 2012, apenas 7% das seleções nacionais e estaduais eram comandadas por mulheres, sendo boa parte em modalidades socialmente identificadas como “femininas”, como as ginásticas rítmica e artística (FERREIRA, 2012).

Para a *sensei* Miriam Minakawa, os primeiros anos dos século XXI também são marcados para o judô feminino pelo fato de ser quando acontece de fato uma maior inserção de mulheres praticando judô, com a inserção cada vez mais comum de meninas em idade pré-escolar:

**Miriam:** Em 1990 já começa a ter campeonato brasileiro feminino igual [ao masculino, com divisões de categoria por idade, desde sub-13]. Mas o número de participante ainda é menor. É início de 2000, em termos de prática, de competição, é que começa a ter um número maior.

**Entrevistadora:** O que talvez possa ter causado esse aumento só nesse período?

**Miriam:** Ah, acho que a modernização, diminuição do preconceito, as mulheres procurando a igualdade, ter menos diferença do sexo, menos preconceito por parte das meninas que praticam, dos pais que vão colocar. Teve sempre aquele “menina vai pro ballet, menino vai pro judô”. Hoje em dia, a menina já escolhe (MINAKAWA, 2015).

Nessa fase, outros marcos são atingidos, como a ascensão de mulheres em postos majoritariamente ocupados por homens: em 2001, Selo Totti, em Rondônia, torna-se a primeira mulher presidente de uma federação de judô no país, Marilaine Ferranti se torna a primeira judoca brasileira com o status de árbitra qualificada como FIJ A, o que a credencia para arbitrar lutas de Campeonatos Mundiais, Solange Pessoa atinge a mais alta graduação para uma brasileira, o 7º Dan.

Apesar dos progressos individuais serem relevantes para a constituição da identidade do judô, elas estão entre a minoria as que quebram o “teto de vidro”<sup>164</sup> (WIRTH, 2001). O termo ilustra bem o fato que quando não há uma

---

<sup>164</sup> “Teto de vidro” é um termo cunhado nos anos 1970 nos Estados Unidos para descrever as barreiras artificiais invisíveis, criadas por preconceitos em atitudes e organizações que bloqueiam as mulheres de ocuparem cargos executivos. No ambiente profissional ou na

razão objetiva para as mulheres não ascenderem ao topo quando os homens o fazem, resultado de há uma discriminação inerente às estruturas e ao processo das organizações e da sociedade em geral. Mulheres capacitadas e competentes olham através do teto de vidro e podem ver que são capazes de atingi-lo, mas barreira invisível as impedem de quebrá-lo (WIRTH, 2001, p. 10, tradução nossa).

A chegada de Seloí Totti a cargos diretivos inicia como secretária da federação, na ocupação de um cargo comumente atribuído ao feminino no mundo do trabalho. Tinha função de servir e assessorar, como Amélia Domingues, nos treinamentos em Assaí (PR) tinha acesso ao dojô pela disposição de servir o cafezinho, tarefa que executou também como secretária da Federação Paranaense. Mas o reconhecimento da qualidade de seu trabalho, contudo, fica constantemente sujeito a uma relação da dominação masculina. Bourdieu (2007), destaca que:

A definição de excelência está, em todos os aspectos, carregada de implicações masculinas, que têm a particularidade de não se mostrarem como tais. A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu oposta às mulheres tais como elas são hoje (BOURDIEU, 2007, p. 78).

Essa relação é bastante sentida pela árbitra Marilaine Ferranti (2015), que vê ainda baixo o interesse de outras mulheres entrarem na arbitragem porque as tarefas da vida pessoal, como o cuidado com família e filhos, atrapalham em uma atividade que exige atuação aos finais de semana e com remuneração simbólica. Ela conta que, para tentar ampliar a participação das mulheres no comando das lutas, a FIJ criou seminários exclusivos para mulheres. As viagens internacionais para ampliar sua formação foi um dos fatores que a incentivou a seguir na atividade de árbitra, que não é remunerada.

A ocupação de cargos diretivos e de comando também tem pouca mobilidade entre as mulheres. Em 1996, o COI estabeleceu a meta de que todos os órgãos envolvidos com o “olimpismo” no mundo tivessem, até o final do ano 2000, pelo menos 10% desses postos ocupados por mulheres e, até o final de 2005, pelo menos 20%. O Brasil está longe de atingir a meta: em 2004, das 53 confederações esportivas (29 de modalidades olímpicas, 24 de modalidades não-olímpicas), havia apenas uma presidente, em uma proporção 2% (MOURÃO, GOMES, 2004, p. 310). A CBJ sempre foi comandada por homens.

Entre as 484 federações esportivas registradas, 34 delas tinham mulheres no comando (6,1%), sendo 19 delas referentes à ginástica artística, uma modalidade que acabou tachada de “feminina”. Entre as federações de Judô, apenas Selo Totti, ocupa a presidência. Em Pernambuco, Jemima Alves já ocupou o posto, depois da morte de seu marido, Luiz Motta:

“Fiquei como vice-presidente dele e tive de assumir quando ele morreu, até acabar o mandato e indiquei meu vice-presidente [para a gestão seguinte]. Nem queria trabalhar como presidente. Foi muito difícil agregar o trabalho na federação e o de técnica [no Sport Club Recife]” (ALVES, 2015).

O judô brasileiro, em termos de criação de oportunidades de promoção de mulheres a postos de liderança e gerência, acompanha um atraso generalizado das entidades que gerenciam as modalidades esportivas no país, com uma manutenção da reserva masculina.

## 5.1 TREINAMENTO E FINANCIAMENTO DAS ATLETAS

A partir de 2001, a CBJ vai somando patrocinadores e apoiadores e, atualmente, recebe verbas da Lei Agnelo/Piva (destina 2% do valor arrecadado nas apostas da Loteria ao COB e distribui o montante entre as confederações de modalidades olímpicas), de três patrocinadores oficiais (Infraero, Bradesco e Petrobras, dois parceiros oficiais (Scania e Cielo), a Mizuno como fornecedora oficial de equipamento e parcerias de mídia com a Rede Globo, a Sportv na



tevé fechada, e o site <[www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com)>. Em 2014, foram a CBJ recebeu 37 milhões vindos desses recursos (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2015). Com tal montante, o investimento médio de R\$ 145 mil reais em cada um dos 20 atletas da seleção sênior ao ano (JUDÔ EM REVISTA, 2014, p. 6), hoje, em termos de seleção, dinheiro não é mais problema:

Faço uma comparação da mentalidade da seleção que se preparou para representar o Brasil nos Jogos Pan-Americanos do Rio [2007] com o anterior. [...] O judô feminino nessa fase [da geração de Soraia André] fez isso aqui [gesticula, apontando uma subida], chegou na minha fase, fez assim [gesticula um movimento na horizontal], deu uma estabilizada, depois foi crescendo, crescendo, crescendo e aí, virou esse boom, porquê? Porque além dessa virada de mesa que existiu dentro da confederação, ali no meio dos cartolas [...], claro que a revolução veio por conta das meninas. Porque potencial eu vejo que a gente sempre teve, né? O que faltava era oportunidade, era o alto escalão falar “Tá aqui o recurso aí, para vocês, vocês vão usar, vamos ver o que vocês fazem” e aí quando aconteceu isso aí, olha só o que aconteceu: os resultados vieram um atrás do outro (SILVA, 2015).

Danielle Zangrando comenta que, a partir da nova gestão da CBJ, as atletas tiveram a opção de opinar:

Abriu-se a conversa, o diálogo. Aa gente questionava porque a gente vai para essa etapa, não para outra. Lembro muito bem em 2004: a gente não quis ir para um treinamento a Europa, quis ir para o Japão, na véspera da Olimpíada. Fomos. Depois, me arrependi, achei que o Ney [Wilson] tinha razão (ZANGRANDO, 2015).

Rosicleia Campos relembra um dos momentos que considera uma mudança de comportamento da seleção feminina, em uma das primeiras vezes que se desvincilham da equipe masculina, com objetivos distintos:

Em 2006, nós fomos para Cuenca, para um centro de treinamento no Equador. E o masculino foi para Europa. Ir para Cuenca foi uma decisão minha, junto com Ney [Wilson], porque a gente tava perdendo dentro do nosso próprio continente. Então, a gente traçou metas de curto, médio e longo prazo. Qual era curto prazo? Ganhar pelo menos na América do Sul e na Pan-américa, porque a gente tinha um objetivo grande, que era os Jogos Pan-Americanos do ano seguinte. E aí era um chororô danado. O centro de treinamento era uma porcaria, a comida era muito ruim, o ambiente externo era muito

ruim. Mas tudo isso colaborou para fortalecer a equipe feminina. A gente virou uma unidade lá. Todo dia reclamavam “mas o masculino isso, o masculino aquilo”. Até que a gente fez uma reunião e falei “Pô, vocês são chatas pra caraça. Cara, o masculino está lá porque eles ganham. O que é que a gente ganha? Não ganha nada! Vamos começa a ganhar pra gente começa a pedir. Então vamos começa a ganhar para a gente começa a brigar”. E ali a gente fez um pacto, o judô feminino se tornou o judô feminino em 2006, naquele centro de treinamento. Ali mudou-se a cabeça. Mudou-se o judô feminino individualista, cada um só pensava em si. Ali se tornou o judô feminino uma equipe. A vitória de uma é um ganho de todos e a derrota, divide para todo mundo etnãõ fica leve pra todo mundo, a vitória multiplicada e a derrota é dividida. E os Jogos Pan-Americanos? Eu falava que a gente ia ganhar sete medalhas, a gente ganhou sete medalhas (CAMPOS, 2015)

A técnica da seleção conta que, a partir desse novo comportamento, de união (mas que matinha a base a necessidade de se credenciar por resultados para reivindicar o atendimento das necessidades da equipe) – também comentado por Danielle Zangrando (2015) e Edinanci Silva (2015) – possibilitou a criação de estratégias como o levantamento de informações sobre as adversárias e treinamentos com características diferentes dos da equipe masculina:

Quando eu era atleta, eu pedia para alguém filmar minha luta e no intervalo da semifinal e final, eu via a minha luta, a luta da adversária e ali traçava estratégias para mim. [...] Sempre achei isso fundamental e eu via isso acontecendo em outros países. E eu falava: a gente tem de ter uma câmera. Eu fui para a Olimpíada de Barcelona e não conheci nenhuma adversária minha. E o que a gente fez para [os Jogos de] Pequim? A gente não tinha esse recurso, um banco de dados das adversárias, completo. O que a gente fez: no [período] pré-olímpico, a atleta que lutava, no dia seguinte, ela ia para a competição e fazia o scouth das outras categorias. Ela preenchia para cada judoca: se era canhota, se tinha bom newaza, qual era o tukuiwaza. Colocamos isso numa planilha, um mapa que foi passado para todas as atletas. Então, no mínimo você sabia se sua adversária era destra ou canhota, e sabia se era boa de chão e sabia o tukuiwaza. E foi um compromisso delas para a equipe: você que tinha acabado de lutar, ganhando ou perdendo, você estava lá mapeando por um objetivo comum. [...] Hoje, temos uma identidade própria. Por exemplo, nosso aquecimento é lúdico. A gente brinca. Isso motiva, faz a diferença. Isso foi até um motivo de discussão porque existem momentos que a gente tem de treinar junto [com o masculino]. Mas não dá certo porque o treino feminino, apesar de ser um treino em que a gente ri, brinca, o objetivo é alcançado e às vezes o masculino não entende isso. O judô feminino é diferente do judô masculino, é totalmente diferente, em termos de usar a tática, em termos de kumi-kata<sup>165</sup>, é totalmente diferente. É diferente também dentro do próprio

---

<sup>165</sup> Formas de pegar no kimono.

feminino, que vai se diferenciando dentro de cada categoria. Então, a gente trata isso isoladamente dentro de uma sessão de treino (CAMPOS, 2015).

Mais uma vez aparece na fala de uma entrevistada a questão do “credenciamento” para que o judô feminino pudesse reivindicar condições de melhorias de treinamento e de recursos financeiros. Essa mudança de comportamento culmina nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, quando o Brasil competir com atletas (e mulheres) em todas as categorias pela primeira vez. No ano seguinte, a carioca Rafaela Silva, primeira campeã mundial brasileira, comenta sobre o único título que faltava ao judô feminino nacional:

Entrei na equipe um ano depois da olimpíada de Pequim e houve muita renovação. Mudaram muitas meninas e a gente foi conquistando esse espírito de equipe, se juntando. E fomos ganhando o respeito que a gente não tinha. Chegávamos em campeonato Pan-Americano e as cubanas debochavam da gente. A gente nunca ganhava delas. Agora, temos na equipe várias campeãs pan-americanas, tem campeã mundial, campeã olímpica. O pessoal olha a equipe feminina diferente, vê que nosso judô está crescendo bastante e a gente tenta sempre se manter unida porque é essa união que está ajudando a equipe a crescer (JUDÔ EM REVISTA, 2013, p.22).

Miriam Minakawa destaca as melhorias que, segundo ela, tornaram o judô brasileiro também um produto atrativo para o marketing, em uma realidade que ainda não se estendeu além da seleção:

Tem muita empresa que acredita também no judô como uma boa forma de lançar sua imagem, então investe no judô também. Claro que, baixando um pouquinho de nível, a gente enfrenta essa dificuldade de conseguir apoio financeiro; acho que a própria Federação Paulista não consegue tanta verba como a confederação (MINAKAWA, 2015).

A mesma dificuldade financeira para manter o judô fora do ambiente da seleção é comentada pela sensei Solange Pessoa, que destaca o efeito dos resultados em competições internacionais sobre o número de alunos na sua academia:

Sempre que tem Jogos Pan-Americanos, que tem Mundial, que aparece na televisão, a academia enche. Tem gente querendo fazer judô, independente de ser homem ou mulher, mas tem bastante mulher, bastantes meninas. [...] O que falta é mais empresários para ajudar nós, professores, em canalizar mais esses alunos. A maior dificuldade é não ter a ajuda de alguma entidade de alguma coisa que consiga levar esses meus alunos [de projetos sociais] a melhorar, não para ser um campeão. Desses 50, um vai ser campeão. Já está bom. OS outros vão ser campeões da vida (PESSOA, 2015).

## 5.2 PRECONCEITOS PERCEBIDOS PELAS ENTREVISTADAS

A judoca Léa Linhares, que depois de 35 anos afastada dos tatames, voltou em 2015 a frequentar treinos de judocas da categoria máster (acima de 35 anos) em Porto Alegre, diz notar uma receptividade maior às mulheres nos dias atuais: “Acho ótimo. Igualou-se tudo. Tu é uma atleta. Tu não é uma mulher, tu é exigida como atleta, se caiu, vai lá e levanta, vai adiante, então, não tem, eu vejo, pelo menos eu senti isso agora, voltando ao judô” (LINHARES, 2015).

Embora a referência a preconceitos não tenha ocorrido explicitamente na fala das entrevistadas sobre o judô feminino contemporâneo, as situações em que se sentiram discriminadas, como o estranhamento expresso por outros judocas a ter uma árbitra mulher com o maior posto da FIJ no Brasil (FERRANTI, 2015) seguiram presentes nas narrativas:

Era complicado ser árbitra. Lembra que os árbitros laterais eram chamados para confabular com o central quando havia alguma dúvida de pontuação, de penalidade? Eu sentia que [nessas situações] eles nem olhavam para minha cara. Me lembro de uma competição, eu estava arbitrando e começaram “Lugar de mulher de mulher é na cozinha, pilotando o fogão”, na arquibancada. Tinha umas mulheres também, que diziam: “Que absurdo! Mulher estar arbitrando, isso não é coisa de mulher”. Quando eu fui para FIJ A, fui mais cobrada ainda. Quando fui para a coordenação de arbitragem da FPJ, muita gente que ficou indignada porque eram mais antigos do que eu em graduação, alguns me respeitavam mais, outros zombavam. Teve histórias, que eu saía com todo mundo para chegar aonde cheguei (FERRANTI, 2015).

É possível supor que ainda há uma indefinição do papel feminino no judô brasileiro: ao mesmo tempo em que buscam uma igualdade de tratamento

– “a medalha é a mesma”, como apontou Solange Pessoa (2015) – elas mesmas ainda mantêm arraigada a noção de que é necessário provar que podem atingir os mesmos resultados que os rapazes em uma modalidade por décadas identificada com a virilidade.

Uma das barreiras ainda a ser superada é o maior acesso das mulheres em cargos eletivos e de direção do judô. Embora esteja no comando da seleção brasileira há dez anos, Rosicleia Campos foi vista como “invasora” de um posto reservado, prioritariamente, ao masculino, embora, como contou, pôde contar com o apoio de dirigentes homens, que validaram sua ascensão ao posto.

O mesmo acontece com as *kodanshas* – Solange Pessoa é a judoca de mais alta graduação no país, em um 7º Dan já condecorado a dezenas de homens pelo país (os mais graduados estão no 9º Dan). Entre as árbitras, como Marilaine Ferranti, e dirigentes, como Selo Totti, ainda há baixa participação feminina. E isso ainda é visto como “normal” e as mulheres que rompem esses círculos ainda são vistas como “invasoras”.

Jay Coakley (2007, p. 242) alerta que e quando as mulheres não são líderes visíveis em programas esportivos, parece que as habilidades e contribuições delas nos esportes são menos valorosas que as dos homens, o que limita o maior progresso para a equidade de gênero.

### 5.3 A PERCEPÇÃO DAS MULHERES JUDOCAS SOBRE SUAS CARREIRAS NOS TATAMES

Nas entrevistas realizadas, algumas recorrências nas narrativas das judocas se destacaram e que indicam como elas interpretam suas próprias histórias no judô e como essas interpretações podem sugerir contribuições para compreender o desenvolvimento da modalidade no Brasil. Entre esses temas, destacam-se as principais dificuldades encontradas em suas trajetórias e também que papel consideram ter no desenvolvimento da modalidade. Também fazem considerações sobre o momento do judô ensinado atualmente,

em uma discussão sobre o judô competitivo em contraposição a um judô dito tradicional.

Nesses apontamentos, vale destacar que suas falas são uma visão sobre o passado “não é mais o passado como efetivamente ocorreu, e sim formas como foi e é apreendido e interpretado”. (ALBERTI, 2005, p. 19), nos apontando não uma expressão da memória coletiva do judô, visto que pode não ser compartilhada por todos os judocas, mas que podem ser vistas como memórias individuais que podem orientar, dando uma “luz de sentido” (CANDAU, 2012, 49) comandada pela visão de mundo atual do grupo considerado, sendo assim uma memória social.

Entre as perguntas propostas a todas as participantes deste estudo, estava a de se encontraram barreiras para seguir suas trajetórias no judô e, caso sim, quais foram. As respostas foram compiladas na página seguinte, no **Quadro 3**.

Apenas duas judocas, Miriam Minakawa e Selo Totti, afirmaram não terem enfrentado dificuldades em suas carreiras no tatame quando perguntadas (embora tenham, durante as entrevistas, lembrado de momentos em que viram impedimentos, especialmente financeiros, para seguir atuando em seus cargos, como atleta e dirigente, respectivamente). Edinanci Silva destaca uma barreira pessoal e, nos demais casos, as principais barreiras foram: o preconceito, especialmente por serem mulheres em uma modalidade dita “viril” e de serem de origem do Norte ou Nordeste brasileiro. A falta de verbas para manter-se na modalidade, seja como competidoras, *senseis* ou praticantes, e as lesões completam a lista de dificuldades destacadas. As lesões tiveram papel crucial na carreira de Mônica Angelucci, Jemima Alves, Rosicleia Campos, Danielle Zangrando. Em alguns casos, como o de Jemima, foi o fator decisivo para terminar a carreira como atleta: “Em 1993, na seletiva do mundial quebrei meu braço. Os atletas [que classificassem] iam receber uma ajuda mensal como se fosse um cachê pela viagem e eu perdi. Competi até 1993, até comecei a ter um problema de hérnia de disco” (ALVES, 2015).

## QUADRO 3 – Principais barreiras nas trajetórias das judocas

**Principais dificuldades**

*“Considera ter superado barreiras na sua carreira de judoca? Caso sim, quais?”*

Nome	Resposta
Amélia Domingues	<b>“Não.</b> Era uma atividade muito intensa, teve muita falta de comunicação com minha família. Todo final de semana tinha campeonato. [...] E como <b>financiávamos</b> ? Só Deus sabe. Eu vendia de tudo.”
Danielle Zangrando	<b>“A primeira barreira foi o preconceito,</b> porque naquela época não tinha meninas que faziam judô, você era taxada de sapatão, diziam: “você vai ficar masculinizada”. Depois, a falta de apoio, <b>patrocínio</b> [...] suporte técnico, psicológico, nutricional. E as <b>lesões.</b> ”
Edinanci Silva	<b>“Tive muita algumas decepções comigo mesma,</b> de chegar a uma competição e <b>ter me fechado</b> tanto que acabou me prejudicando. Quanto a preconceitos, discriminação, não senti. [Em 1996], cheguei a cogitar sair do judô, não por mim, porque eu vi que minha família tava sendo afetada.”
Eliane Pintanel	<b>“Para viajar, era um parto.</b> Tanto que nos tínhamos [na academia] um senhor que tinha uma empresa de ônibus e <b>cedia passagem de graça</b> para a gente ir para São Paulo, para o Rio, e assim a gente ia para as seletivas.”
Iara Passos	Foi aquela coisa de <b>mulher fazendo judô, na época, não era bem visto</b> , só, mas como eu não comentava, passava batido.”
Jemima Alves	<b>“O preconceito e não ter condições financeiras,</b> de não viajar e não ter quimono. O preconceito era de <b>ser do Nordeste.</b> ”
Kátia Sombra	<b>“As dificuldade aparecem,</b> mas eu não me deixo abater. O que pega? São questões que envolvem tanto o lado pessoal, <b>o teu psicológico precisa estar bem.</b> [...] Tem dias que tu tá bem, tem dias que o dia não foi muito bom e assim vai.”
Léa Linhares	<b>“Era a masculinidade</b> da coisa. Era [um <b>preconceito</b> ] velado, como todo preconceito é velado. Ouvia muitas piadinhas, conversinhas e tudo. Isso aí foi me desiludindo, então, saí do judô.”
Marilaine Ferranti	<b>“Como atleta,</b> foi muito <b>preconceito de que a mulher começasse a fazer judô;</b> como <b>árbitro,</b> também. Quando fui [promovida] a FJ A, tive mais cobrança ainda, alguns respeitavam mais, outros zombavam, teve muitas histórias, que eu saía com todo mundo para chegar aonde eu cheguei.”
Miriam Minakawa	<b>“Não.</b> A Hebraica sempre me abriu as portas, nunca teve diferenciação de [gênero]. Teve uma época que a gente teve mais senseis mulheres do que homens no nosso quadro de professores.”
Monica Angelucci	<b>“A única barreira é eles [dirigentes] esquecerem da gente</b> [das primeiras atletas da seleção]. Fizemos parte de uma família, porque falam que o judô é uma família, e, nessas horas, a gente vê que essa família não existe.”
Rosicléia Campos	<b>“Tive de fazer terapia para superar essa coisa de merecer e não receber.</b> [...] Como atleta, superei a <b>dificuldade financeira,</b> a dificuldade de <b>lesão,</b> de treinar com <b>dor,</b> de treinar depois de o dia inteiro trabalhando.”
Seloí Totti	<b>“Não.</b> O judô me abriu várias portas. [...] O que sofremos muito, tínhamos pouca opção de faculdade. Quando o atleta chegava em um nível competitivo, ia embora [de Rondônia] para estudar, não se tinha um incentivo como o Bolsa Atleta.”
Silvia Pinheiro	<b>“Quando comecei o judô,</b> o feminino não tinha com quem competir, a gente treinava só com homens. A <b>questão do preconceito.</b> Minha mãe dizia ‘vai sair do ballet para ir para o judô?’ [...] ‘O judô é para homem’. A questão do <b>assédio,</b> como era muito homem. A <b>questão financeira,</b> na época, hoje, eu poderia me bancar.”
Solange Pessoa	<b>“Minha vida não foi outra coisa a não ser o judô.</b> Dia que não tem competição, não tem nada. O que <b>falta</b> é mais <b>empresários</b> para ajudar nós, professores, a canalizar esses alunos [de projeto social].”
Soraia André	<b>“Um momento difícil foi meu corte da seleção,</b> de 1992 para 1993. Eu tinha uma dedicação exclusiva [ao judô] e eu tive um corte por <b>questões políticas e burocráticas.</b> Uma carreira interrompida por um corte.”

Fonte: A autora (2015)

Para Mônica, as lesões que a tiraram da seleção por alguns anos e definiram sua despedida da equipe: “Em 1992, tinha a Olimpíada. E eu estava classificada e aí eu estourei o joelho. Não me deixaram ir. [...] Jogaram a Andreia [Berti] para os Jogos e aí eu falei: “Acabou pra mim” (ANGELUCCI, 2015).

A atual técnica da seleção, Rosicleia Campos, também relata a dificuldade manter-se nos treinamentos com lesões como um dos fatores que a fizeram encerrar a carreira de atleta, após não conseguir vaga para a Olimpíada de Sidney, em 2000:

Fui para duas olimpíadas e seletiva com um joelho ferrado, ombro ferrado, meu lado direito todo ferrado, botava gelo e ia. [...] Em 2000, eu já era formada em Educação Física, já estava num processo de mudança, fazendo pós-graduação. Quando eu perdi a seletiva, eu me coloquei à disposição. Liguei para a CBJ, eu já, de 1998, eu já queria parar, eu estava cansada, eu tinha lesão no joelho, não tinha patrocínio, eu estava cansada de lutar contra tudo e contra todos (CAMPOS, 2015).

Outras duas questões chamam a atenção nas respostas das judocas: em uma delas, Silvia Pinheiro (2015) aponta o assédio sexual sofrido pelas mulheres, temas que apareceram nas entrevistas de outras judocas, como Marilaine Ferranti (2015) e Léa Linhares (2015): elas relataram terem convivido com situações em que sua ascensão foi associada por terceiros não pelo mérito pessoal, desmerecendo e questionando seus êxitos. Silvia conta que:

Quando comecei, foi em uma das academias que tinha mais destaques no feminino, que priorizava o treinamento feminino. Isso incomodou os rapazes, tinha aquela história: “o judô não é para mulher. O judô é para homem”. Então, quando eu entrei no judô, as meninas, elas sofriam muito preconceito, as pioneiras, né? A questão do assédio, e como era muito homem, entendeu? Eu sofri assédio. Na maioria das academias, a maioria era homem, vai a menina para viagens, entendeu? Então, a gente tinha de ter essa autodefesa. O preconceito pesou muito. Até hoje acho que já mudou. Mas ainda existe em Belém, tanto que a Kátia [Sombra] é a única técnica (PINHEIRO, 2015).



Não houve aprofundamento durante as entrevistas sobre essas questões, até por perceber que não se tratava de assunto confortável às judocas, mas que fatos bastante sérios, especialmente na fala de Silvia Pinheiro, que trata do assédio sexual, que, segundo o Art. 216-A do Código Penal brasileiro (definido pela Lei 10.224/2001), é caracterizado por crime que consiste no fato de o agente “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 1940). Ainda assim, são poucas as denúncias que feitas sobre os assediadores, justamente por, este ter ascendência sobre a vítima e esta temer algum tipo de retaliação. No meio esportivo, o assediador pode ser o técnico ou um dirigente, com poder de decisão sobre composição de seleções ou cargos diretivos, coagindo as vítimas.

Apesar de pouco relatados, a fala de Silvia indica que casos de assédio também ocorrem no judô. Em alto rendimento, além do já citado caso do técnico da seleção japonesa, houve a denúncia da norte-americana Kayla Harrison (campeã olímpica em 2012). Dos 13 aos 16 anos, ela foi abusada sexualmente por seu primeiro *sensei*, Daniel Doyle, com quem começou a praticar o judô aos seis anos, por influência da mãe, uma faixa preta da modalidade. Kayla contou sobre os abusos para um colega de tatame e, que reportou tudo à mãe da judoca. Assim, Doyle foi denunciado, admitiu os abusos e foi condenado a dez anos de prisão. Mas a superação do caso não foi tão simples para a futura campeã olímpica: entrou em depressão, cogitou suicídio e se mudou, com a família, de Ohio para Boston e voltar a treinar. Ela conta:

Aquilo foi devastador. Quando eu era mais jovem, ele dizia: “Temos que manter isso entre nós, ou teremos problemas” e, honestamente, conforme eu crescia, eu praticamente sofri uma lavagem cerebral. Eu sabia que aquilo era errado, mas eu o amava. E eu pensava que ele me amava. Ele era meu sol. Tudo que eu queria era agradá-lo. Infelizmente, ele tirou vantagem disso. [...] por anos, houve uma espécie de tabu sobre ser “uma vítima”. Lembro-me de ler em fóruns de internet sobre judô pessoas insinuando: “Bem, não sabemos se ela está dizendo a verdade (CHADBAND, 2012, tradução nossa).

Assim como Kayla era uma adolescente quando sofreu abusos por seu treinador, quase 20 anos mais velho, outras atletas podem ter sofrido o mesmo,

mas se mantido em silêncio. No Brasil, a nadadora Joanna Maranhão revelou ter sido molestada sexualmente quando tinha 9 anos por seu primeiro técnico, dentro da piscina quando tinha apenas nove anos. Pela legislação brasileira da época, o crime estava prescrito quando a atleta pernambucana fez a denúncia. A partir desse caso, foi aprovada em maio de 2012, a Lei Joanna Maranhão nº 12.650/2012, que incluiu o Inciso V no Artigo 111 do Código Penal (BRASIL, 1940), determinando que a prescrição do crime (estipulado em 20 anos) em casos de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes começará a contar apenas a partir da data em que a vítima completa 18 anos. Essas situações, combinadas à afirmação de Silvia indicam a necessidade de se falar – e se estudar – mais sobre o tema do assédio sexual no esporte. Já em relação às lembranças de Marilaine Ferranti e Léa Linhares, há momentos em que apontam processos de estigmatização da mulher na modalidade a partir da fofoca:

[...] na época, eu às vezes, eu ficava com vergonha de dizer: “Ah, eu sou faixa preta de judô” ou “Eu sou praticante de judô” porque já te olhavam: “Hum, não te mete com ela”, como homenzinho, ou como amante de professor ou de aluno. Existia isso lá também (LINHARES, 2015). Quando eu fui [promovida] para FIJ A, eu tive mais cobrança ainda. Quando fui convidada a ser coordenadora [regional de arbitragem], teve muita gente que ficou indignada porque eram mais antigos do que eu em graduação, [...] aí teve muitas histórias, que eu saía com todo mundo para chegar aonde eu cheguei, [...] até hoje tem esses comentários né? Ninguém vê os tombos que você toma, só vê quando você está lá em cima (FERRANTI, 2015).

O estigma pode ser caracterizado como um mecanismo de identificação do indivíduo, que permite seu conhecimento sem a necessidade de que um contato mais profundo. A pessoa estigmatizada pode vacilar entre comportamentos de retração ou de ataque e, no caso, de Léa, resultou no primeiro, inclusive com a autoexclusão do grupo. Esse processo de estigmatização ocorre por fofocas (generalizações negativas se espalhem e sejam tomadas como verdadeiras), maculando a autoimagem das mulheres, que, nessa situação, podem ser consideradas *outsiders* (ELIAS, SCOTSON,

2000)<sup>166</sup>. As fofocas difamam ao afirmar que a ascensão das judocas em seus postos só seria possível pela sedução. A violência desse tipo de ação contra as judocas as coloca em uma situação de vigilância completa sobre suas ações: como apontou Edinanci, o comportamento das moças flertarem com os judocas serviria de “munição” para os dirigentes afirmarem que as atletas não se dedicavam integralmente ao esporte, da mesma forma, qualquer sucesso em outras esferas da modalidade poderia ser ligado a um comportamento não adequado para “mulheres sérias” e que, pela ordem natural do mundo, as mulheres teriam de corresponder a uma submissão ao comportamento que delas se espera.

Já a fala de Mônica Angelucci, a análise contemporânea sobre suas conquistas no passado aponta para outra sugestão de estudos futuros: o da transição da vida de atleta para ex-atleta. Ela diz se ressentir por suas conquistas estarem sendo esquecidas, sem terem resultado em real ganho de capital cultural institucionalizado:

Como atleta, estou [satisfeita com minha carreira]. Mas eu gostaria de ter pelo menos tido o gostinho de ter feito o exame para *kodansha*. Quando fui ver isso me falaram assim: “Mas você não está mais registrada na federação, porque você não pagou mais as anuidades que precisavam ser pagas”. Falei: “Mas, espera aí. Fui uma atleta olímpica”. [...] E eu liguei para a Confederação pedindo uma solução. E me mandaram procurar a federação. Me deixaram lá com isso e eu fiquei muito chateada, né? (ANGELUCCI, 2015).

Ela segue atuando como professora de judô em escolas, mas se ressentida da falta do apoio da CBJ para celebrar a memória de suas conquistas com a seleção. Mazzei et al (2012) constatou, sobre as principais medidas de profissionalização da entidade de 2001 a 2011, que as principais ações voltadas para o suporte para a carreira e aposentadoria de atletas foram o oferecimento, a partir de 2005, de premiações para as conquistas de resultados

---

<sup>166</sup> A obra “Os estabelecidos e os outsiders”, de 1965, apresenta o estudo de uma cidadezinha inglesa de nome fictício Winston Parva e o objetivo dos autores era compreender a lógica da configuração social e das relações de interdependência que se verificam na cidade, dividida em três zonas distintas. Na zona 1, habitavam as pessoas mais abastadas, na Zona 2, operários das fábricas locais que habitavam a região há mais tempo, os *estabelecidos*; na Zona 3, os operários que chegaram mais tarde à cidade, os *outsiders*.

e, a partir de 2009, a remuneração para principais atletas adultos. Chama a atenção que não foi verificada a existência de

ações voltadas para o pós-carreira de atletas. A absorção de ex-atletas foi verificada a partir de 2009 pode ser considerada uma ação isolada, mas não há a implantação de um programa de apoio ao atleta pós-carreira (MAZZEI et al, 2012, p. 39).

Outra questão do roteiro pré-estruturado feita a todas as judocas foi: “você considera ter contribuído para o desenvolvimento do judô no Brasil?” (conforme o Quadro 4, na página seguinte). O intuito foi saber como elas enquadram seu passado no judô e também a refletir se reconhecem a si mesmas como agentes de quebras de barreiras de gênero em seu tempo com o olhar sobre o tempo presente. Algumas precisaram de um momento de reflexão para elaborar a resposta, outras, já a tinham construída. Todas afirmaram uma posição positiva sobre suas influências na prática da modalidade.

Esse reconhecimento pode colaborar para a reestruturação de uma memória do judô brasileiro. Goellner (2013), por exemplo, destaca que o reconhecimento do protagonismo de Léa Linhares como primeira faixa preta no Rio Grande do Sul não é apenas uma questão política que “se contrapõe ao discurso oficial da modalidade, é uma questão de respeito [...] Para além de homenagear Léa, o rememorar esses pequenos fragmentos carrega outros objetivos: problematizar o silêncio que pesa sobre tantas outras mulheres cujas trajetórias esportivas são comumente ignoradas” (GOELLNER, 2013, p. 81).

## QUADRO 4 – Contribuições das entrevistadas ao judô

## Autorretrato

*“Você considera ter contribuído para o desenvolvimento do judô no Brasil? Qual sua contribuição?”*

Nome	Resposta
Amélia Domingues	“ <b>Não sei</b> se contribui. Foi uma coisa agradável, sempre procurei ajudar, <b>dar suporte</b> até para as atletas que viajavam as sem a mães.”
Danielle Zangrando	“A gente fez a diferença, desde Mônica Angelucci, Soraia André, que foram <b>desbravando</b> esses caminhos. <b>Fazer parte desse processo</b> para hoje ter uma seleção brasileira com o judô brasileiro feminino forte.”
Edinanci Silva	“Considero a <b>minha geração</b> ainda como se fosse a <b>engrenagem pegando força</b> para poder rodar e chegar ao que é hoje. Essa máquina toda ainda está pegando velocidade. Diferente da turma lá de trás, que teve de construir a máquina, depois chegar outra geração para fazer essa máquina se mover.”
Eliane Pintanel	“Procuro sempre fazer o melhor sempre para o judô, estudar o judô para melhorá-lo no RS. <b>Ser uma kodansha, árbitra</b> , isso <b>incentiva outras mulheres</b> . Mostrar que a mulher consegue chegar longe como os homens. Se elas vêem só homens, homens, homens, acabam desistindo.”
Iara Mary da C. Passos	“ <b>Não sei dizer</b> . Por eu fazer parte e estar sempre no judô, especialmente no judô feminino, outras mulheres nos vêem competindo, sempre atuando, Isso, de repente, <b>dá motivação</b> para que elas continuem.”
Jemima Alves	“Disputando no <b>Nordeste, abri caminho</b> para que os atletas da região tenham <b>condições iguais sem sair do seu estado</b> . [...] Sempre achei que se conquistei minha vaga aqui, tinha de ficar. Mostrei que de qualquer lugar do país se pode vencer.”
Kátia Sombra	“ <b>Atuo muito na parte técnica</b> . O que eu posso ajudar, ajudo. Começamos o judô com professores que alguns não tinham nem formação acadêmica em Educação Física, professores que vinham de quartéis e, como tive a oportunidade de fazer intercâmbios, viajar, de contatar outros atletas, professores, vou ajudando.”
Léa Linhares	“Agora que eu me dou conta do meu papel como <b>referência: primeira mulher faixa preta no Sul</b> , 50 anos atrás. Mas, nesse desvio que eu fiz, eu poderia ter contribuído muito mais. Fui uma <b>sementinha</b> , reconheço hoje.”
Marilaine Ferranti	“No papel, sou a primeira (árbitra FIJ A do Brasil), mas, em reconhecimento, não vejo nada. Eu acho que sim, contribuí, porque hoje as meninas vêm falar ‘Eu queria chegar a FIJ A: Elas querem ter esse espaço e eu estou <b>tentando dar essa abertura</b> , converso isso com o gestor de arbitragem do país para dar essa chance às mulheres.”
Miriam Minakawa	“O trabalho feito <b>influenciou</b> bastante gente. Trabalho com seriedade, com amor, isso traz bons frutos. Tem muita menina que olha para mim e fala: ‘Uma sensei que tem ética, mostra seriedade’ acaba sendo um <b>espelho</b> .”
Monica Angelucci	“Fui uma <b>sementinha</b> , dando o pontapé inicial para o judô feminino, mostrando que existe muito potencial, que <b>não é um esporte que masculiniza</b> .”
Rosicléia Campos	“Foi a minha <b>doação</b> [a frente da seleção]. Não fiz nada sozinha, foi num momento muito propício: a confederação tinha investimento e <b>faltava só uma organização</b> , um planejamento de curto, médio e longo prazo. Minha entrega de acreditar, de as judocas saberem que tinha alguém que ia brigar com elas.”
Seloí Totti	“Assumi a Federação sem tatames. <b>Hoje demos um passo</b> : a federação é toda documentada, temos o mobiliário, trouxemos para Rondônia três eventos nacionais, faço parcerias com faculdades para ter senseis formados em Educação Física.”
Silvia Pinheiro	“O judô se concentra muito em Rio e São Paulo. O que tem no Pará, que Conde Koma de Toméaçu e se estabilizou por aqui. Como é esse judô, como é que acontece? Nós somos <b>referências</b> no judô feminino em Belém, a Kátia [Sombra]. E eu contribuo com o judô <b>sendo uma ex-atleta que estuda o judô</b> .”
Solange Pessoa	“Meu papel é <b>formar atletas</b> , tirar atletas da rua, dar suporte para eles terem discernimento, saber o que é certo para eles decidirem que linha querem seguir. Tenho um projeto na academia com crianças da comunidade.”
Soraia André	“Eu me vejo como <b>parte integrante de tudo isso</b> [da medalha de ouro olímpica de Sarah Menezes]. Não estou ali, na linha de frente, mas essa medalha é minha também. [...] <b>Teve a plantação</b> . A colheita, veio no tempo de outro.”

Fonte: A autora (2015).

Apesar de se considerar contribuinte com o início da história do judô feminino no Brasil, o esquecimento, pelas atuais gerações, do que as mulheres judocas realizaram antes da primeira medalha olímpica, em 2008, incomoda Mônica Angelucci:

Durante o Pan de Toronto, o [Rinaldo] Caggiano, tava lá com a seleção e me ligou dizendo: “Mônica, eu falando, você não vai acredita. Mas está até gravado: perguntei para as meninas [da seleção] aqui, para a Natália [Brigida] se ela conhecia você, ela falou: Já ouvi falar, mas eu não sei”. Esse “não sei” é muito doído, é triste. Porque nós chegamos a ser as pioneiras do judô e uma pessoa que é da mesma categoria não saber quem sou é muito chato [...]: A Mônica não existe mais (ANGELUCCI, 2015).

Em suas respostas, todas, de algum modo, consideram terem contribuído para a modalidade, a mais recorrente, como consta no Quadro 4 (p. 172) foi o fato de servirem de exemplo para que outras mulheres se sentissem confortáveis a ingressar no judô. Para explicar suas contribuições, elas recorrem a metáforas que ajudam a explicar o papel que julgam desempenhar com suas histórias: a semente e plantação (Léa Linhares, Mônica Angelucci, Soraia André), a engrenagem (Edinanci Silva), o espelho (Miriam Minakawa). É como o ponto de partida de algo que se tornou maior que Soraia afirma ter sido integrante de um período em que o judo brasileiro “plantou” para colher os frutos nos dias atuais:

Vamos dizer assim, sou pioneira. Um amigo diz assim: “Você foi onde ninguém nunca tinha ido”. Fui com a cara e a coragem, fazendo um treinamento que achava correto fazer. [...] Participei de todos os primeiros: Primeiro Pan-Americano, primeiro Mundial, primeira Olimpíada. Na época, eu não tinha essa consciência, de que estava fazendo o começo de uma história, não sabia para onde iria, mas sabia que era uma responsabilidade (CESAR, 2015).

À exceção da fala de Rosicleia Campos, que assume uma posição ativa no planejamento a curto, médio e longo prazo, nenhuma outra resposta para essa questão apontou ações de tomada de decisão (sim de suas próprias vivências, com carreiras não planejadas), embora seus papéis de “desbravadoras”, na palavra de Danielle Zangrando (2015) tenha sua

relevância inegável. Contudo, é comum nas narrativas a ausência de atuação política:

A gente não tinha muito acesso às coisas [da federação e confederação], mas quem tinha de fazer isso era as autoridades mesmo. A gente, como atleta, não tinha esse poder de fazer alguma coisa. A Soraia, uma vez, vestiu o quimono preto. O que aconteceu com ela? Retaliaram, né? (PESSOA, 2015).

Sempre observei e sempre observei de longe. Eu nunca quis levantar bandeira. A única que levantou bandeira foi a Soraia André. Ela levantava bandeira e brigava e, independente do que acontecesse com ela, ela não tava nem aí. [...] Eu via muita coisa errada dentro do judô feminino. E muitas vezes eu chegava à conclusão que não adiantava ficar brigando, batendo de frente com pessoas que não estavam nem aí, que tratavam o judô feminino com descaso. Existiam pessoas ali dentro da equipe que não faziam por onde, não cumpriam com as obrigações (SILVA, 2015).

Não me ligava nisso [em política] Sabe aquela criança que quer brincar e não interessa o que está em volta? Era eu. Queria brincar, me divertir. Eu não me preocupava muito com isso, a não ser caso eu não me classificasse, aí pensava: “O que a gente vai fazer?” para conseguir ir para a competição (PASSOS, 2015).

Essa postura, elas destacam, é muito mais ligada a uma característica do atleta, masculino e feminino, que precisa se centrar na sua preparação técnica do que criar embates com dirigentes.

## 5.2 JUDÔ COMPETITIVO x JUDÔ TRADICIONAL

Entre as preocupações em comum narradas pela maioria das judocas entrevistadas, os rumos tomados com a crescente esportivização do judô no país foi um tema recorrente e que veio à tona sem estímulo de perguntas da entrevistadora, o que indica a importância do tema para elas.

Tal preocupação é abordada em uma oposição de um “judô tradicional”, aquele sistematizado por Jigoro Kano e que diz respeito à formação integral do indivíduo, a um “judô competitivo”, que prioriza o físico, em detrimento dos demais aspectos<sup>167</sup>. Para algumas entrevistadas, essa

---

<sup>167</sup> Para mais informações sobre os fundamentos filosóficos do judô, ver SANTOS, 2014; KANOa, 2008; WATSON, 2011.

distinção se torna necessária quando o judoca optar por seguir o caminho de atleta, como descreveu Edinanci Silva:

Quando falo assim, de judô teórico, é exatamente isso, é essa mentalidade que eles sabem e que muitas vezes não se utiliza mais no meio. É legal porque é tradicional, você mantém, mas para o lado do alto rendimento, isso daí é péssimo, porque você não vai usar. Pouca coisa do judô tradicional você vai usar no alto rendimento. São coisas totalmente diferentes. [...] Hoje, dou aulas de judô e vejo o quanto é distorcido. No meio do alto rendimento, não: você tem o básico do judô, mas você não tem a ideologia, tudo aquilo que realmente o inventor do judô quis deixar, a questão do respeito. O alto rendimento, todo mundo fala que existe o respeito no alto rendimento... Eu já vivi lá no meio, eu sei que não existe, existe a etiqueta... Então, muitas vezes você se pega nesse conflito, que aconteceu muito na minha geração: o professor plantava essa idéia na cabeça do atleta, de que ele tava sendo preparado para o alto rendimento. Mas, não. Ele saía muito melhor como judoca preparado para ser sensei, para poder dar aula do que aquele atleta que vai para a guerra, que está disposto a arrancar a cabeça do outro para ganhar uma medalha (SILVA, 2015).

A comparação com a ida à guerra vai ao encontro do que Nunes (2014) sugere: o atual modelo de competição proposto pela FIJ, com prêmios em dinheiro, resulta no afastamento, nos clubes e academias, do “Caminho Suave” inicialmente proposto por Jigoro Kano e aproxima aos objetivos do antigo ju-jutsu, que ressaltava a necessidade de vencer e provar o valor, em que o prestígio e o sucesso são parâmetros de sucesso (NUNES, 2014, p. 44).

Há que se lembrar, contudo, um ponto específico dos *shiais* dos dias atuais, em eventos esportivos espetacularizados, em relação aos antigos combates de ju-jutsu, que tinham como objetivo o combate militar e o confronto mortal. No caso dos shiais em competições contemporâneas, o atleta é apenas sujeito aparente de um espetáculo, parte do show e não um agente protagonista, como lembra Bourdieu (1997, p. 127). Eliane Pintanel afirma:

Nós somos do judô antigo, da década de 1980. Era um judô que primava muito pela disciplina, pela hierarquia, o judô técnico, as coisas bonitas que o Jigoro Kano ensinava para ti não te tornar não só um judoca, mas um cidadão. Hoje não, hoje está muito difícil segurar crianças, atletas judocas que pratiquem isso. Estão visando muito a competição, o rendimento [...] o patrocinador quer resultado. Os judocas não estão sendo mais judocas, estão atletas competidores. Ser judoca é uma coisa, ser competidor, é outra, a filosofia é outra (PINTANEL, 2015).



Curioso observar que, ao mesmo tempo que exaltam fazer parte de um grupo que tem nos dias atuais o sinal do sucesso, justamente expresso nessas competições, as judocas revelam um olhar saudosista sobre o estilo do judô em que foram inseridas, não reconhecendo o “judô competitivo” como “verdadeiro judô”. De todo modo, algumas das entrevistadas dizem ser possível conciliar as duas formas de judô, afirmam Eliane Pintanel e Iara Passos:

Depende de cada professor. Eu não acredito que na hora do mukusô<sup>168</sup>, cinco minutos, não dê para ensinar os fundamentos do judô. Dá, sim. O que acontece é que não há interesse e há professor que já nem sabe passar [tais princípios] (PASSOS, 2015).

Esse ideal de manutenção de um judô tradicional, porém, já se vê posto em xeque nos primeiros anos do século XX, ainda no Japão, quando uma onda ultranacionalista militar surge, em contraposição a uma intenção de o judô ser instrumento de desenvolvimento da abertura ao mundo da cultura japonesa. Ao contrário, as artes marciais são convocadas a servirem de preparação física das forças militares (CASADO, VILAMÓN, 2009, p. 35), embora Jigoro Kano tenha se oposto a tal posicionamento.

Nos anos 30, ainda nas ilhas nipônicas, acontece a massificação da prática, com sua inserção no sistema de ensino, inclusive universitário, e a intenção de uma unidade no ensino do judô se intensifica, processo acelerado a partir de 1938, após a morte de Kano e que se estende a um estado crítico no final da 2ª Guerra Mundial, quando a prática de artes marciais é proibida pelas forças de ocupação. Nesse período, o judô ensinado pela *Kodokan* praticamente desaparece, sendo retomado a partir de 1946, com o fim da interdição.

O judô que é recebido com êxito em mundo afora já é uma versão bastante diferente daquela projetada pelo mestre Kano. O que se defende como “judô tradicional” no Brasil, seria, então, mais um exemplo de tradição

---

<sup>168</sup>Mukusô: momento de concentração visando a prática ou o que foi aproveitado dela. Em geral, feito no início e/ou final das aulas de judô, na hora da saudação, em que todos fecham os olhos. A judoca referia-se a que antes de iniciar esse momento, o sensei poderia aproveitar para passar lições sobre a história e filosofia do judô idealizado por Jigoro Kano.

inventada. Os autores Julián Casado e Miguel Villamón (2009) quebram essa “utopia” sem piedade:

Ao judô se daria numerosas interpretações dele mesmo e a que acabou sendo enfatizada foi a esportiva, a qual teria determinado que os elementos intrínsecos integrados no judô original se distorceram enormemente. Em resumo, se o judô sobreviveu a múltiplas versões e se estendeu rapidamente pelo mundo, o certo é que sua essência ou pelo menos grande parte dela, teria sido perdida para sempre e com ela, a utopia de um método idealizado pela figura de um autêntico humanista e pedagogo, Jigoro Kano (CASADO, VILLAMÓN, 2009, p. 40).

Ainda assim, as judocas se preocupam com a perda dos ensinamentos de formação do cidadão, expressas nas intenções iniciais de Jigoro Kano, e que são comumente referidas como distintivas do judô de outras artes marciais, como destaca Soraia André:

Estamos em um momento perigosíssimo para a arte chamada judô. Enquanto ela é carro-chefe [do Brasil] de uma Olimpíada 2016, é perigoso para a arte. Hoje, a base, a filosofia está se perdendo. Quando vejo atletas de alto rendimento questionar uma arbitragem, então, a filosofia do judô está sendo perdida. Isso é preocupante porque não foi para isso que o Jigoro Kano criou. Ele fez uma arte. [...] Fico bem temerosa. Tem regra, tem o vencer, mas a filosofia, a arte, ficam um pouco a desejar. Consegui fazer vínculos dentro do judô de 30 anos. Eu não sei se essa geração consegue ter esse vínculo. A proposta do judô é essa: fazer amigos. [...] Existem grupos de resistentes, que ainda vão passar o “aprender a cair para depois competir”. Ultimamente, tem sub-9 e já valendo medalha, o menino já vai ter patrocínio com 11 anos. Qual a formação do judoca, não a do lutador de judô? São coisas muito diferentes (CESAR, 2015).

Os apontamentos das judocas entrevistadas expressam opiniões que constituem uma memória do judô brasileiro que exalta a tradição, embora atue no judô competitivo –, revelando que “tipo de judô” vai prevalecer é um valor de identidade em disputa.

O uso do argumento de uma “tradição”, ainda que inventada, tende a favor daqueles que defendem o resgate dos valores de um judô global, como ansiava seu fundador, Jigoro Kano, no final do século XIX. Do outro lado, o capital cultural instituído de um modelo esportivo de sucesso, que coloca o

Brasil hoje entre uma das maiores potências da modalidade no mundo, pendem a favor da ascensão de um “judô competitivo”.

Tal disputa para a constituição de uma memória coletiva também é observável a partir das entrevistas realizadas, em que, durante as narrativas, as falas apontaram uma dualidade das interpretações sobre a existência de um “judô que também é praticado por mulheres” ou de um “judô de mulheres”. Ao mesmo tempo em que elas defendem que seu acesso não tem de ser diferenciado da prática masculina, apontam necessidades de treinamento distintas – tanto fisicamente, quando em estrutura de sessões.

Ao mesmo tempo em que percebem terem sofrido discriminação por serem mulheres se inserindo em um mundo até então exclusivamente masculino, se orgulham de seu “pioneirismo”, embora não tenha havido um projeto para ampliar a presença feminina nos tatames e o engajamento para que ascendessem a cargos, graduações e postos ocupados majoritariamente por homens.

Essas divergências, longe de pretender apontar se há um comportamento que seria “correto”, apontam uma memória coletiva em disputa sobre a participação das mulheres no judô brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Esportes são lugares para reafirmação de crenças sobre diferenças entre homens e mulheres a valorização de características masculinas. [...] Mas esportes também são lugares para desafio e revisão, mas os esportes também são locais para um desafio e revisão ideologia de gênero - fato que torna interessante estudar gênero ao analisar esportes na sociedade.” (Jay Coakley, 2007)*

Quando este projeto nasceu, em 2012, a intenção era fazer um estudo sobre judô, primeiramente, tendo como recorte o ponto de vista das mulheres. A partir dessa primeira escolha – entrevistar mulheres judocas – o trabalho exigiu, por si, que se levasse em consideração também as questões de gênero no esporte, especialmente quando o tema passou a emergir nas entrevistas. Mas houve a preocupação de manter a vigilância em não restringir o estudo a esse tema.

Ao optar por entrevistadas mulheres judocas (por que não *kodanshas*? Por que não os técnicos? Por que não os medalhistas?), elas fizeram emergir um discurso que mostra que o desenvolvimento do judô no Brasil não se deu de forma pacífica e livre de tensões. Ao contrário: apontam para uma memória coletiva do judô brasileiro em disputa, perceptivelmente declarado em algumas das lembranças das entrevistadas e, em outros momentos uma disputa velada.

Perceber esses momentos das narrativas, em que lembranças contribuem para a percepção da constituição de uma memória do judô no Brasil é tarefa árdua e imprecisa: o objeto de estudo criado é um meio completamente movediço: a memória. Seja ela individual coletiva ou social, se divide, é enquadrada, cai no esquecimento, se estabelece. Tais memórias coexistem e desafiam o pesquisador o tempo todo. Ainda assim, em alguns pontos, convergem, e se deixam revelar; em outros pontos, são tão frágeis que, justamente por isso, instigam mais estudos.

As memórias das mulheres judocas contribuíram em trazer novas informações e novas versões que, longe de se mostrar superiores, inferiores ou substitutivas das versões para a memória do judô brasileiro, mas sim a

alimentando, enriquecendo. Quando apontam lembranças de discriminação e preconceito na sua inserção e permanência na modalidade, fica claro um embate da memória do grupo, dividida entre aquela gerada a partir da dominação masculina (e sob o viés da adoção dos costumes orientais), mas que convive aquela preservada pelo conjunto de lembranças das mulheres sobre sua participação na modalidade.

Um dos objetivos específicos foi o de buscar informações sobre como as judocas selecionadas para este estudo percebem seu papel no tatame e como contribuíram para que a modalidade esteja em um momento que parece caminhar para uma situação de igualdade em relação à valorização dada ao judô masculino – especialmente se acreditam que tal fato é verdadeiro. Nesse sentido, verificou-se que consideram, sim, a contemporaneidade mais favorável à inserção da mulher no judô, uma prática por décadas estigmatizada como “coisa de homem” e que, cada uma, a seu modo, colaborou para que hoje o judô feminino seja “respeitado”, para utilizar a definição empregada por Danielle Zangrando.

Durante as entrevistas, as falas das narrativas apontaram uma dualidade das interpretações sobre a existência de um “judô que também é praticado por mulheres” ou de um “judô de mulheres”. Essa indefinição dificulta o fortalecimento de suas memórias para que estas disputem com aquelas já estabelecidas no judô nacional. Ou seja, o ponto de vista das mulheres praticantes ainda não se formou como memória de grupo estável: oscila entre tentar ser aceito pelo grupo que dita as regras sobre os tatames (os homens), como sendo tão “capazes” quanto eles e entre estabelecer um espaço próprio na modalidade, um “judô feminino”. Um indício é que, ao mesmo tempo em que defendem que não haja distinções de gênero na modalidade, apontam necessidades de treinamento distintas – tanto fisicamente, quando em estrutura de sessões.

Ao mesmo tempo em que contam terem sofrido discriminação por serem mulheres se inserindo em um mundo até então exclusivamente masculino, se orgulham de seu “pioneirismo”, embora não tenha havido um projeto para ampliar a presença feminina nos tatames e o engajamento para que ascendessem a cargos, graduações e postos ocupados majoritariamente

por homens. Essas divergências indicam uma memória coletiva em disputa sobre a participação das mulheres no judô brasileiro.

Isso também é perceptível no conjunto das narrativas, que, ao mesmo tempo em que lamenta a falta das condições no período em iniciaram e competiram, mantêm-se com um discurso saudosista, expresso especialmente pela necessidade de se manter a prática de um “judô tradicional”. Ao mesmo tempo em que as dificuldades financeiras são apontadas como as principais dificuldades enfrentadas em suas carreiras – seja como praticantes, atletas, *senseis*, dirigentes –, afirmam que o foco na competição (e, esta, veiculada a patrocínios) tornam o momento do judô contemporâneo “perigosíssimo”, nas palavras de Soraia André.

A partir de suas entrevistas, foi possível, também, detectar estratégias não-conscientes de enquadramento sobre quem seriam as judocas com momentos de protagonismo a quem se poderia convidar para tomar o posto de participante deste estudo. A primeira delas foi notada ainda na fase de planejamento das entrevistas: nas sondagens com os *senseis kodanshas* homens foi possível detectar o enquadramento da dominação masculina na história “oficial” do judô brasileiro pelo esquecimento das primeiras praticantes: os nomes que eram lembrados, salvo exceções eram de mulheres “credenciadas” por resultados competitivos, especialmente a partir de meados dos anos 1980, quando, como foi mostrado, havia mulheres de kimono décadas antes. Esse esquecimento pode apontar uma desvalorização (não-consciente ou não expressa) das mulheres que ousaram acessar um espaço construído majoritariamente por homens.

Vários dos nomes por eles citados se repetiram entre as judocas entrevistadas, reforçando um enquadramento da memória que parece estabilizar algumas poucas judocas que iniciaram a praticado judô nos anos 1970 e outras, nos anos 1980, como as “pioneiras” no Brasil, utilizando o esquecimento daquelas que frequentavam *dojôs* antes desse período como estratégia de organização da memória coletiva da modalidade.

Um dos pontos de partida deste estudo foi verificar como as mulheres começaram a praticar judô no Brasil, a partir da hipótese de que teria

acontecido pela via da conciliação, “autorizada” pelo gênero dominante, o masculino, com o acesso, muitas vezes, favorecido pela presença de um parente (pai, irmão) já praticante. A partir do grupo entrevistado, verificou-se que a adesão ao judô por parte das moças, no grupo selecionado, aconteceu de forma discreta, em sua maioria, muitas vezes sem contar aos amigos sobre a modalidade que escolheram, mas nem sempre só sob a tutela masculina: apesar de parte delas terem o apoio de irmãos e cônjuge como incentivo para escolher o judô, houve casos em que foram as mães que indicaram a modalidade, ou por indicação de amigas e convite dos senseis. Ainda assim, em sua maioria, sua inserção foi em um caráter personalista e individualista.

De todo modo, a escolha pelo judô pela maioria das entrevistadas gerou algum tipo de estranhamento por parte de seus familiares, indicando que não parecia “natural” uma garota escolher um esporte pretensamente “viril” e tal escolha parece ser mais pacífica com a tutela de um familiar do sexo masculino já praticante.

Se em países como a Inglaterra os ideais do feminismo tiveram bastante influência para que as mulheres buscassem esportes de luta (inclusive, os utilizaram para seu engajamento na causa feminista), no Brasil, aparentemente, as reivindicações feministas tiveram menor influência no esporte, resultando que as primeiras praticantes o fizeram por interesse individual, muitas vezes contando com a tutela de parentes (pais, irmãos, cônjuges) para ingressar.

Chamou a atenção, contudo, a situação encontrada na década de 1970 tinha pelo menos um *dojo* com dezenas de meninas, fato que pode ser consequência tanto de menor influência da presença *nikkei* na região como também por desenvolvimento social da região mais identificado com a cultura platina.

Apesar de as judocas afirmarem que nos dias atuais o acesso aos tatames para as garotas ser menos vigiado e até incentivado, cabe lembrar que o mesmo ainda não se estendeu a cargos diretivos e as mais altas graduações. Ainda causa estranhamento no meio uma árbitra mulher, como Marilaine Ferranti, ocupar o posto mais alto da arbitragem internacional, assim como não

foi de forma pacífica que a ex-atleta e ex-auxiliar técnica Rosicleia Campos, expondo que as mulheres ainda são vistas ora como *outsiders*, ora como invasoras de um meio ainda predominantemente reservado ao masculino. A situação das judocas também reflete a situação do “teto de vidro” comum em outras modalidades: são numericamente minoria nos postos mais altos, sem nenhuma justificativa aparente.

Ainda, foram verificadas duas situações que apontam, a partir de uma ótica da tradição inventada, a criação de situações que seriam exclusivas para as mulheres: a primeira é de que haveria *kata* específico para elas, o *ju no kata* – sem arremessos, exigindo flexibilidade, numa interpretação equivocada das intenções do criador da série coreografada, Jigoro Kano, que seria de compilar a essência da noção de “suavidade” necessária para o desempenho excelente do judô. Mas, vinculou-se a graciosidade e a falta de impacto das técnicas a características femininas, em oposição a outras formas, que visam a dominação do oponente, fazendo-os cair.

A segunda é do uso da listra branca diacríticas nas faixas das mulheres. Apesar de não haver clareza no motivo da sua adoção – Keiko Fukuda destacou que seria um símbolo da precisão técnica desenvolvida das mulheres –, a validade do uso desse recurso não é consenso entre as judocas. Algumas consideram a “fitinha branca” uma marca discriminatória de que as mulheres não seriam capacitadas para o mesmo judô praticado por eles.

Para este estudo, a intenção inicial era voltar ao máximo no tempo, a procura das judocas que tivessem ingressado nos *dojôs* nacionais há mais tempo. Mas a escolha da história oral como metodologia não garante a manutenção de todos os objetivos iniciais. Assim, a partir das indicações dos *kodanshas* e das próprias entrevistadas sobre quem seriam essas judocas formaram um grupo majoritariamente formado por judocas que competiram no alto rendimento nacional, resultando em um estudo que aborda majoritariamente as relações no judô em um ambiente competitivo, deixando ainda em aberto mais definições sobre as primeiras práticas femininas nos tatames nacionais.



Problema algum nesse desvio. Ao contrário: o simples fato de quem serem lembradas com as “pioneiras”, como algumas se definiram, já indica traços da constituição da memória coletiva do judô nacional. Em processos de enquadramento, que tendem a ressaltar pontos positivos dos fatos, as mais lembradas foram judocas com méritos mensuráveis: ineditismo em participação de campeonatos internacionais e medalhas.

As narrativas das 16 judocas colaboram para o conhecimento sobre fatos pouco conhecidos da história do judô brasileiro, que restrições nos treinamentos, que incluíram desde proibições subentendidas da presença feminina nos tatames, passando por treinamentos em separado dos homens e diferenças nas atividades praticadas por cada gênero – especialmente no que tange os *shiais*. Por suas falas, também se percebeu que, apesar de se estabelecer como um marco legal e histórico do esporte brasileiro, o Artigo 54 Decreto-Lei 3.199/41 na inserção das mulheres no judô.

A proibição legal da participação em modalidades de luta não impediu que *sensei* passassem a ensinar, mesmo que pontualmente, as garotas em *dojôs* brasileiros e as entrevistadas revelaram que o decreto pouco era conhecido por elas e seus professores, sendo necessárias mais investigações sobre qual a real influência da interdição na inserção feminina ao esporte. Pelas falas das judocas, pode-se creditar a causa mais à discriminação (dos homens sobre as mulheres e mesmo das próprias mulheres) em relação à prática de esportes femininos, numa manutenção de um argumento da inadequação de corpos femininos se tornarem musculosos e rompendo uma noção de recato como atributo valorizado.

Os conteúdos das entrevistas também revelaram os processos da constituição da memória coletiva. As recordações sobre o Centro de Treinamento de Santa Cruz e a polêmica da “Carteira Rosa”, envolvendo a judoca Edinanci Silva, apontam formas de enquadramento da memória em constituição: no primeiro caso, as lembranças negativas reforçam a condição de sacrifício (e isso lá não teria um aspecto de maior valorização de cada memória individual?) como memória forte sobre as décadas de 1980 e 1990; na segunda situação, a interpretação de Edinanci, diversa das lembranças que se estabeleceram, aponta que a memória coletiva não é simplesmente uma

soma das memórias individuais dos componentes de determinado grupo, porque algumas simplesmente não são compartilhadas (ou ouvidas, visto que é indispensável a manifestação linguística de uma memória para que ela possa ser partilhada) e, ainda, essas memórias (individuais e coletivas) estão em constante disputa para a constituição identitária.

Nesse embate, as memórias mais fracas se escondem e estão fadadas ao esquecimento. As entrevistas permitiram acessar ao menos um momento em que uma lembrança parece ter perdido espaço na memória do judô brasileiro: a da imagem do ex-dirigente Joaquim Mamede. Algumas judocas apresentaram narrativas que apontam uma memória dividida sobre essa personalidade: embora a memória forte seja a do cartola como uma figura que prejudicou os atletas e tenha primado pela truculência em sua gestão – imagem esta que o próprio Mamede parece ter se esforçado em reforçar –, há ainda as memórias individuais que o relembram como alguém que fez o possível para o período e capaz de comportamentos paternais.

Como foi dito na **Apresentação** deste estudo, não se chegou a respostas definitivas, mas a jornada mostrou-se enriquecedora. Novos indícios e pontos de vista para reflexão sobre o desenvolvimento do judô no Brasil apareceram. No conjunto das narrativas, surgiram consensos e controvérsias que apontaram novos rumos possíveis. Por exemplo, as judocas levantaram temas a futuros estudos que são relevantes para a compreensão do desenvolvimento do judô no Brasil e situações que carecem de mais atenção do meio acadêmico, como, por exemplo, a menção ao assédio sexual. É provável que novos estudos que adotem essa perspectiva na história oral temática – possam contribuir para compreender e, assim, adotar novas posturas frente a esse assunto, que permanece como um tabu no meio esportivo.

E, finalmente, acredita-se que a principal contribuição do presente estudo, mais do que ressaltar a relevância das histórias pessoais dessas 16 judocas, foi a de terem emergidos tantos temas pertinentes, que vão além de complementar a história do judô brasileiro até o momento, apontando não só a possibilidade, mas, sim, a necessidade que novos estudos surjam a partir de informações e temas apontados nesta dissertação.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In **Fontes Históricas**, Carla Bassanezi Pinski (org), 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2014. p. 155-202.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. In: **História Oral**, v. 15, nº 2, jul-dez 2012, p. 159-166.

ALTMANN, Helena. Gênero e esporte na escola: reflexões a partir da declaração de Brighton sobre mulheres e esporte. **Revista Anual do Observatório Brasil da igualdade de gênero**, Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Dez/2014, ano 4, n.6, p. 53-59.

ALVES, Jemima. **Entrevista à autora** em 19 agosto 2015. Entrevista.

ANGELUCCI, Mônica. **Entrevista à autora** em 14 outubro 2015. Entrevista.

ARANTES, Ana Cristina; HAETINGER, Max Gunther. **Educação, Corpo e Movimento**. Curitiba: Iesde Brasil, 2008.

BERTAUX, Daniel. El enfoque biografico: su validez metodologica, sus potencialidades. **Proposiciones**. Março, 1999, p. 1-22. Disponível em <<http://preval.org/files/14BERTAU.pdf>>. Acesso em 5 maio 2014.

BLACK BELT. Jigoro Kano the quiet giant. **Revista Black Belt**, março 1970, pp. 42-48.

\_\_\_\_\_, **Judo Skills and techniques**. Londres: New Holland Publishers, 2006.

BORGES, Odair Antonio. Ju Jutsu, Ju Jitsu o Jiu Jitsu? Orígenes y evolución. **EFDeportes.com. Revista digital**. Buenos Aires – ano 16, nº 156, Mai de 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd156/ju-jutsu-ju-jitsu-ou-jiu-jitsu.htm>>. Acesso em 29 dezembro 2015.

BORTOLE, Carlos. Muda a História. **Revista Judô**, ano 1, nº 12, setembro de 1997, p. 10-11.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups.** Berkeley Journal of Sociology, California, v.32, p. 1-17, 1987.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo país. **Presidência da República**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1941. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm)>.

Acesso em 10 março 2014.

\_\_\_\_\_, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. **Presidência da República**, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em;

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>.

Acesso em 5 janeiro 2016.

\_\_\_\_\_. Ata da 114 Sessão Extraordinária de 1965 do Conselho Nacional do Desporto, realizada no dia 2 de agosto de 1965. **Diário Oficial da União de (DOU) de 2 set 1965**, Seção 1, pag. 33. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2962672/pg-33-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-09-1965/pdfView>>. Acesso em 20 outubro 2015.

\_\_\_\_\_. Deliberação 10/79 do Conselho Nacional do Desporto. **Diário Oficial da União (DOU) de 31 de dez de 1979**, Seção 1, pag. 92. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3438879/pg-92-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-12-1979/pdfView>>. Acesso em 15 dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para examinar a situação da mulher em todos os setores de atividade. **Senado Federal**, Brasília, DF, 1978, Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/84968>>. Acesso em 4 abril 2015.

BROUSE, Michel. **Les racines du judô français: histoire d'une culture sportive.** Bordeaux: Presses Universitaires de Bourdeaux, 2005.

BRUM, Adriana. Keiko, Sarah e Rena: três ícones do Judô Mundial. Anais [do] **XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física**, 19 a 22 de agosto, Londrina, PR [CD ROM]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. p. 6-12.

CALLEJA, Carlos Catalano. Origem do judô. **Revista Brasileira de Educação Física de Educação Física**, vol. 15. MEC, 1973, p. 7-22.

CANDAU, Joel. **Antropologia da Memória.** Paris: Armand Colin, 2005.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade.** 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CAMARGO, Sophia. Em 21 anos, real perde poder de compra, e nota de R\$ 100 vale R\$ 19,90. **Portal Uol - Finanças Pessoais**. 1º jul 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2015/07/01/em-21-anos-real-perde-poder-de-compra-e-nota-de-r-100-vale-agora-r-1990.htm>>. Acesso em 4 janeiro 2015.

CAMPOS, Rosicleia. **Entrevista à autora** em 7 outubro 2015. Entrevista.

CASADO, Julián; VILLAMÓN, Miguel. La Utopía Educativa de Jigoro Kano: El judô Kodokan. **Revista de História do Esporte**. Volume 2, número 1, junho 2009, p. 1-40.

CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE. Iara Mari Cunha Passos e Eliane Pintanel Teixeira Prondrynski (depoimento). **Projeto Garimpando Memórias. 2005**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/50066/000745225.pdf?sequence=1>>. Acesso em 17 março 2015.

CESAR, Soraia André. **Entrevista à autora** em 19 agosto 2015. Entrevista.

CHADBAND, Ian. London 2012 Olympics: US Judoka Kayla Harrison overcomes horror of sexual abuse to aim for gold. **The Telegraph**. 1º de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/sport/olympics/judo/9444577/London-2012-Olympics-US-Judoka-Kayla-Harrison-overcomes-horror-of-sexual-abuse-to-aim-for-gold.html>>. Acesso em 05 janeiro 2016.

COAKLEY, Jay. **Sports in Society – Issues and Controversies**. 9ª edição, Boston : McGraw-Hill, 2007.

COELHO, Geraldo Mártires. O olho e o espelho: imagens filtradas do imigrante japonês no Pará (1928-1945). In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUSHI, Marcia Yumi Takeushi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010. P. 313-338.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Comitê Olímpico Brasileiro – 2012: Ano Olímpico**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/Handlers/RecuperaDocumento.ashx?codigo=1597>>. Acesso em 26 outubro 2014.

CONDE, Paulo Roberto. Judô brasileiro traça estratégia de isolamento e foge do Rio durante Jogos. **Folha de S. Paulo**, 26 mar 2015, disponível em <<http://folha.com/no1608255>>. Acesso em 12 janeiro 2016.

CONCENTRAÇÃO DE JUDÔ vira esconderijo de Bin Laden. **Folha de S. Paulo**, Caderno de Esportes, 9 mar 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0903200402.htm>>. Acesso em 7 janeiro 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. **Balanco Financeiro 2014.**

Disponível em:

<[http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/balanco\\_patrimonial/100632230315balanco-patrimonial-e-dre-2014.pdf](http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/balanco_patrimonial/100632230315balanco-patrimonial-e-dre-2014.pdf)>. Acesso em 12 junho 2015.

\_\_\_\_\_. **Engrenagem do judô alavanca desenvolvimento da modalidade no Brasil.** 19 fevereiro 2014b. Disponível em:

<<http://www.cbj.com.br/noticias/3707/engrenagem-do-judo-alavanca-desenvolvimento-da-modalidade-no-brasil.html>>. Acesso em 14 fevereiro 2015.

\_\_\_\_\_. Um ano na vida de um judoca da seleção brasileira sênior. **Judô em Revista.** Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Judô. Nº 6, maio 2014a.

\_\_\_\_\_. **O kodansha consciente**, em 1º jul 2014, disponível em

<<http://www.cbj.com.br/blogs/53/o-kodansha-consciente.html>>. Acesso em 23 março de 2015.

CONFEDERAÇÃO DE judô é processada por dívida. **Jornal do Brasil.**

Caderno de Esporte, p. 22, 3 dez 1980. Disponível em:

<<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19801203&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em 13 outubro 2015.

CORDEIRO, Isnard. **A história dos Jogos Abertos do Paraná.** Londrina: Pé Vermelho, 1996.

CORREIA, Walter Roberto; FRANCHINI, Emerson. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. **Revista Motriz**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1-9, jan/mar, 2010.

CUNHA, Odir. **Heróis da América: história completa dos Jogos Pan-Americanos.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

DaCOSTA, Lamartine P. (Org.), **Atlas do Esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Editora Autêntica, Belo Horizonte – MG, 2006;

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna S. Introdução. In **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIRIGENTE DO judô japonês admite assédio e renuncia a cargo. **Estado de S. Paulo.** Caderno de Esportes. 24 mai 2013. Disponível em:

<<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral/dirigente-do-judo-japones-admite-assedio-e-renuncia-ao-cargo,1035215>>. Acesso em 14 dezembro 2016.

DOMINGUES, Amélia. **Entrevista à autora** em 24 de novembro de 2013. Entrevista.

\_\_\_\_\_. **Entrevista à autora** em 12 de novembro de 2015. Entrevista.

DUARTE, Marcelo. Os golpes baixos do presidente. Em **Placar Magazine**, nº 7621 26 jul, São Paulo: Abril 1985, p. 40-41.

DUNNING, Eric. O desporto como área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. (org.), **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESMERALDINO, Henrique Búrigo; GRAÇA, Rômulo Luiz da. A contribuição da mídia na adesão e aderência à prática de lutas esportivas e artes marciais. **EFDeportes.com – Revista Digital**, Buenos Aires, ano 18, nº 188, Buenos Aires. Janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd188/a-midia-na-aderencia-a-lutas-esportivas.htm>>. Acesso 15 janeiro 2016.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de Texto**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

FARIAS, Cláudia Maria de. Soraia André: uma judoca “japonegra”. In: Anais do **XI Congresso Nacional de História Oral**, 2012, rio de janeiro, 18 a 21 de junho. Disponível em: <[http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340390667\\_A\\_RQUIVO\\_XICongressoNacHistOral2012RJ.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340390667_A_RQUIVO_XICongressoNacHistOral2012RJ.pdf)>. Acesso em 15 julho 2015.

FERRANTI, Marilaine. **Entrevista à autora**. Em 28 ago 2015. Entrevista.

FERREIRA, Heidi Jancer. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em Educação Física da Universidade Federal de Viçosa. 93 folhas. Viçosa, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2010/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Heidi.pdf>>. Acesso em 8 dezembro 2015.

FRANCHINI, Emerson. **Judô**. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

FRANCHINI, Emerson; DORNELLES, Alfredo. Judô. In: **Atlas do Esporte no Brasil**. DaCosta, L.P. (Org.) (pp. 299-302). Rio de Janeiro: Shape, 2005.

FRANÇA, Valter. Chiaki Ishii – Pioneiro de Uma história de sucesso. **Judô em Revista**. Confederação Brasileira de Judô: Rio de Janeiro. Agosto/Setembro 2013, p. 20-25.

GLEESON-, Geof. **Tudo sobre o Judô**. Porto: Publicações Europa-América, 1976.



GOELLNER, Silvana. **Silêncio não significa ausência: Lea Linhares, a primeira judoca faixa-preta do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<https://historiadesporte.wordpress.com/2012/09/08/silencio-nao-significa-ausencia-lea-linhares-a-primeira-judoca-faixa-preta-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 1º abril 2015.

\_\_\_\_\_. Mulher e Esporte no Brasil: fragmento de uma história generificada. In: **O mundo psicossocial da mulher no Esporte.** (SIMÕES, Antonio Carlos, São Paulo: Aleph, 2004), p. 358-373.

\_\_\_\_\_. Histórias de mulheres no esporte gaúcho: Lea Linhares – a primeira judoca faixa preta do Rio Grande do Sul. In: **Memórias do Esporte e do Lazer no Rio Grande do Sul.** (GOELLNER, Silvana Villodre; MÜLLEN, Johanna Coelho Von. (orgs) Porto Alegre: Fundergs, 2013, p. 77-82.

\_\_\_\_\_. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fizeram história. **Revista Pensar a Vida.** v. 8, n 1. p. 85-100, jan/jun 2005.

GOMES, Euza Maria de Paiva; MOURÃO, Ludimila. **As mulheres na gestão das federações esportivas do Brasil.** Disponível em: <<http://www.gestaodesportiva.com.br/As%20mulheres%20na%20Gestao%20das%20Federacoes%20Esportivas%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 12 dezembro 2015.

GOMIDE, Raphael. CBJ troca de presidente e não indeniza Mamede. **Folha de S. Paulo**, Caderno de Esportes, 17 mar 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1703200120.htm>. Acesso em: 20 novembro 2015.

GONÇALVES, Marcos Augusto, STYCER, Maurício. **Edinanci** cai diante de adversárias gigantes. **Folha de S. Paulo**, Caderno Atlanta, p. 8, 21 jul 1996.

GREEN, Thomas A.; SYINTH, Joseph R. The Circle and the Octagon: Maeda's Judo and Gracie's Jiu-jitsu. In: \_\_\_\_\_. **Martial Arts in the Modern World.** Westport, Connecticut, 2003, pp. 61–70.

\_\_\_\_\_. **Martial Arts of the World – An Encyclopedia of History and Innovation**, Vol. 1, Regions and Individual Arts. California: ABC-Clio, 2010.

GROENEN, Haimo. La pratique du judô féminin em France et em Angleterre de l'entre-deux-guerres au début des années 1970: entre traditions et sportivisation, entre tutelle masculine et emancipation. In: Terret (dir.), **Sport et genre. XIXème-XXème siècles.** Paris, L'Harmattan, vol. 1, 2005, pp. 223-242.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKI, CARLA BASSANEZI (org). **Fontes Históricas.** 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2014. P. 292-300.

GUIMARÃES, Fernando de Melo. Jiu-jitsu. In: DaCOSTA, L.P. (Org.), **Atlas do Esporte no Brasil** (pp. 381-384). Rio de Janeiro: Shape, 2005.



HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARGREAVES, Jennifer. Women's Boxing and Related Activities: Introducing Images and Meanings. In **Body and Society Magazine**, vol 3. Dez 1997 ,p. 33-49.

HEIKE Monogatari - The Tale of Heike. Traduzido por Helen Craig McCullough, Stanford: Stanford University Press, 2005.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In **A invenção das Tradições**. HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). Rio de Janeiro, Paz e terra, p. 1984, p. 9-23.

INTERNATIONAL JUDO FEDERATION. **Women's judo**. Disponível em: <[http://www.intjudo.eu/Judo\\_Corner/Womens\\_Judo/Womens\\_Judo7](http://www.intjudo.eu/Judo_Corner/Womens_Judo/Womens_Judo7)>. Acesso em 22 março 2015.

ITOKAZU. Fernando. Eleição na Confederação Brasileira de Judô acaba com Era Mamede. **Folha de S. Paulo**, Esporte, 16 mar 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1603200102.htm>>. Acesso em 23 dezembro 2015.

JOHNSON, Gary. A single reed that bends gracefully in the Wind. **Revista Black Belt**, junho de 1974, p. 29-33.

JUDÔ BRASILEIRO ganha Centro de Treinamento moderno na Bahia. **O Estado de S. Paulo**, Esportes. 28 jul 2014. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,judo-brasileiro-ganha-centro-de-treinamento-moderno-na-bahia,1535248>>. Acesso em 12 janeiro 2016.

JUDÔ BRASILEIRO quite com o tribunal. 4 jul 2001. **O Estado de S. Paulo**. Caderno de Esportes. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,judo-brasileiro-quite-com-tribunal,20010704p52367>>. Acesso em 17 dezembro 2015.

JUDOCAS denunciam presidente da CBJ. **Diário do Grande ABC**. Esportes. 5 out 1999. Disponível em: <[http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(2dvk5lmtgtvyzrwwhitfbqx2\)\)/Noticia/437688/judocas-denunciam-presidente-da-cbj](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(2dvk5lmtgtvyzrwwhitfbqx2))/Noticia/437688/judocas-denunciam-presidente-da-cbj)>. Acesso em 23 outubro 2015.

JUDOCAS sacrificam-se por uma medalha. **Folha de S. Paulo**, Caderno de Esportes, 11 fev 1985, p. 18. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1985/02/11/2>>. Acesso em 2 janeiro 2016.

KANO, Jigoro. **Judô Kodokan**. Nova York: Kodansha International, 1986.

\_\_\_\_\_. **Illustrated Kodokan Judo**. Tokyo: Kodansha, 1954;

\_\_\_\_\_. **Judô Kodokan**. Jigoro Kano, publicado sob a supervisão da Kodokan Editorial Committee, traduzido por Wagner Bull. – São Paulo: Cultrix, 2008.

\_\_\_\_\_. **Energia Mental e Física – Escritos do fundador do judô**. São Paulo: Pensamento, 2008.

KODOKAN. **Dan Grading System**. Disponível em; <<http://kodokanjudo.org/en/activity/grade/>>. Acesso em 20 dezembro 2015.

LE GOOF. Jacques. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª edição, 1979.

LEONARDIS, Anthony de. The weaker (?) sex is organizing. **Revista Black Belt**. p. 40-45, vol IV, n° 11, Novembro de 1966.

LESSA, Patrícia; VOTRE, Sebastião Josué. Carteira Rosa: a tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 2, abr./jun. 2013, p. 263-279.

DOSSIER Le Judo en Rose. **L'Esprit du Judo**. n° 44. Juin-juillet, p. p. 42-60. Seine: K. Editions, 2013.

LIMA, Andressa. Jiu-Jistu. In: DaCOSTA, L.P. (Org.), **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005 p. 384-385.

LINHARES, Léa. **Relato à autora**. Em 31 ago 2015. Entrevista.

MADURO, Luiz Alcides Ramires. **A formação e sua influência no papel de treinador de judô no planejamento de treinos e competições**. Dissertação Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. 230 fls. Porto (Portugal), 2011.

MAMEDE E PAULO Wanderley vivem semana decisiva. **Site Judô Brasil**. Jan 2001. Disponível em: <<http://www.judobrasil.net/2001/judobrasil2.htm>>. Acesso em 20 novembro 2015.

MAMEDE SAI para atuar nos bastidores. **O Estado de S. Paulo**, Caderno de Esportes, 16 mar 2001. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,mamede-sai-para-atuar-nos-bastidores,20010316p52012>>. Acesso em 12 novembro 2015.

MAZZEI, Leandro Carlos, et al. Gestão da Confederação Brasileira de Judô – um estudo de caso. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, volume 2, número 1, 2012, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=480>>. Acesso em 7 março 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. Ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1997;

\_\_\_\_\_. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011b.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física em Desportos – Uma possível História**. Dissertação do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas. 199 fl, 1996.

MIARKA, Bianca et Al. Reinterpreting the History of Women's Judo in Japan. **The International Journal of the History of Sport**, vol. 28, nº 7, maio de 2011, p. 1016-1029.

MINAKAWA, Miriam. **Entrevista à autora**. Em 24 ago 2015. Entrevista.

MIZUBUTI, Satie; PAGANELI, Tomoko Iyda. A Imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUSHI, Marcia Yumi Takeushi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010. P. 149-184.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORRE MAMEDE, polêmico chefe do judô por 21 anos. **Folha de S. Paulo**, Caderno de Esportes. 02 out 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/11/1701379-morre-joaquim-mamede-polemico-chefao-do-judo-brasileiro-por-22-anos.shtml>>. Acesso em 4 outubro 2015

MOURÃO, Ludmila; SOUZA, Gabriela. C. Narrativas sobre o sul-americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no brasil. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/II Congresso Internacional de Ciências do Esporte: Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física**. GTT – Memórias da Educação Física e Esporte. Pernambuco, set. 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/230.pdf>>. Acesso em 2 julho 2014.

MOURÃO. Ludimila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Ano VII, nº 13, segundo semestre, 2000, p. 5-18.

MOURÃO, Ludmila; GOMES, Euza Maria de Paiva. Mulheres na administração esportiva Brasileira: uma trajetória em curso. 305- 318. In: SIMÕES, Antonio Carlos (org). **O mundo Psicossocial da Mulher no Esporte**. São Paulo: Aleph, 2004.

MUKAI, Gary. **Mrs. Judo Be Strong, Be Gentle, Be beautiful - Discussion Guide**. Sanford Programon Internacional and Cross-cultural Education.

Disponível em: <<http://www.mrsjudomovie.com/wp-content/uploads/2014/01/MrsJudoDiscGuide.pdf>>. Acesso em 12 março 2015.

NOGUEIRA, Claudio. Judoca Érika Miranda conquista o primeiro ouro do Brasil no Pan de Toronto. **Site globoesporte.com**, em 11/jul/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/judoca-erika-miranda-conquista-primeiro-ouro-do-brasil-no-pan-de-toronto-16739386>>. Acesso em 15 novembro 2015.

NOVAES, Caio Rotta Bradbury; SOUZA NETO, Samuel de; DRIGO, Alexandre Janotta. The “culture of the martial arts in Brazil: a study about the international relation of Power into judô and kung fu (wushu). **Fiep Bulletin**, volume 75, special edition, Article II, 2005, p. 136-137.

NOTA DE FALECIMENTO: Joaquim Mamede de Carvalho e Silva. **Site Confederação Brasileira de Judô**. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/5116/Nota+de+falecimento%3A+Joaquim+Mamede+de+Carvalho+e+Silva%2C+ex-presidente+da+CBJ.html>>. Acesso em 4 outubro 2015.

NOVI ANUNCIA oficialmente sua desistência da eleição da CBJ. **Site JudôBrasil**, mar 2001. Disponível em: <<http://www.judobrasil.net/2001/af3.htm>>. Acesso em 1º janeiro 2016.

NUNES, Alexandre Velly. **Judô Caminho das Medalhas**. São Paulo: Kazuá, 2014.

\_\_\_\_\_. **A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais**, Tese do programa de Doutorado em Ciências da Universidade de São Paulo (USP). 197 fl, 2011.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: Uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v.3 n.9 Rio de Janeiro fev. 1989, p.1-9. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_09/rbcs09\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm)>. Acesso em 18 janeiro 2016.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso – Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

PAEZ, Darío et al. Identidad comunicación y memoria colectiva. In: **Memoria colectiva e identidad nacional**, edición de Alberto Rosa Rivero, Guglielmo Bellelli y David Bakhurst Madrid : Biblioteca Nueva, 2000, p. 385-412.

PASSOS, Iara. **Entrevista à autora**. Em 30 ago 2015. Entrevista.

PESSOA, Solange. **Entrevista à autora**. Em 27 set 2015. Entrevista.

PIMENTA, T. et al. Ciência e invenção profissional em Educação Física: a pesquisa científica sobre lutas e as artes marciais em xeque. **Anais do II Congresso Internacional de Formação Profissional e VI Seminário de Estudos e Pesquisas em Formação Profissional no Campo de Educação Física**, Florianópolis, 2012.

PINHEIRO, Silvia do Socorro Luz. **Kata Pessoal: treinamento psicofísico para atores/bailarinos por meio do judô**. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Artes na Universidade Federal do Pará – UFPA, 160fl, 2010.

\_\_\_\_\_. **Entrevista à autora**. Em 1º out 2015. Entrevista.

PINTANEL, Eliane. **Depoimento de Eliane Pintanel Teixeira Prondzynski**, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/101971>>. Acesso em 21 março 2015.

\_\_\_\_\_. **Entrevista à autora**. Em 30 ago 2015. Entrevista.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral** [seleção de textos de Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago; tradução Fernando Luiz Cássio e Ricarto Santhiago – São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

\_\_\_\_\_. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética em História Oral**. Registro Conferências Projeto História, São Paulo, (15), abr. 1997. p. 13-49.

POR ONDE ANDA? Sérgio Pessoa. **Judô em Revista**. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Judô. Novembro/Dezembro 2013, p. 30-31.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

RESERVA de atleta operada crê que não irá à Olimpíada. **Folha de S. Paulo**. Caderno de Esporte, p. 12, 28 mai 1996. Disponível em <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1996/05/28/323/>>. Acesso em 21 novembro 2015.

REAY, Tony. **Guia Prático do Judô – Destreza e Técnica**. 1ª Ed. Lisboa: Guide, 1986.

ROMER, Y. G. **Mrs. Judo: Be Gentle, be strong, be beautiful**. Documentário sobre Keiko Fukuda, 2012. Trecho disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=RpM0x\\_D9Vql](https://www.youtube.com/watch?v=RpM0x_D9Vql)>. Acesso em 10 julho 2014.

RUBIO, Katia. **Atletas Olímpicos Brasileiros**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Atletas do Brasil Olímpico**. São Paulo: Kazuá, 2013.

RUBIO, Kátia (org). **As mulheres e o Esporte Olímpico Brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

RUBIO, Katia e FRANCHINI, Emerson. Aspectos psicológicos do judô. In: **Judô: desempenho competitivo**. – 2. Ed. – Barueri, SP: Manole, 2010. p. 335-367.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Saray Giovana dos. **Judô – Buscando o Caminho Suave**. Florianópolis: Duplic, 2014.

SANTOS, Saray Giovana dos, et al. Estudo sobre a aplicação dos princípios judoísticos na aprendizagem do judô. **Revista de Educação Física/ UEM**. v.1, n.1, 1990 . p.14-16

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edinanci. **Relato à autora**. Em 20 agosto 2015. Entrevista.

SILVA, Gisele Passeri da. Histórico da Mulher no Judô – Preconceitos, estereótipos e discriminações. **Motrivivência, Revista de Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC**, Florianópolis, número 5, dezembro de 1994. p.195-207

SHINOHARA, Massao. **Manual de Judô Vila Sônia**. 3ª e. São Paulo, 1982.

SHIZUNO, Elena Camargo. Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: Os imigrantes japoneses e o Dops. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUSHI, Marcia Yumi Takeushi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010. P. 123-148.

SOMBRA, Kátia. **Entrevista à autora**. Em 30 setembro 2015. Entrevista.

SOUZA, Gabriela Conceição de. **Mulheres no tatame: o judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.



\_\_\_\_\_. Narrativas do judô feminino brasileiro: construção da historiografia de 1979 a 1992. **Anais do 7º Simpósio Internacional Fazendo o Gênero. 28 a 30 de agosto de 2006**. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, p. 1-9. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Gabriela\\_Conceicao\\_Souza\\_21.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Gabriela_Conceicao_Souza_21.pdf)>. Acesso em 10 dezembro 2015.

SOUZA, Gabriela Conceição de; MOURÃO, Ludmila. **Mulheres do Tatame: o Judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

SOUZA, Gilmar Barbosa de. **Princípios e valorização do judô na vida cotidiana de mestres da região de Mogi das Cruzes**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado para a Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo. 135p. São Paulo, 2010.

STEVENS, John. **The way of judo. A portrait of Jigoro Kano and his students**. California: Shambhala Publications, 2013. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=>>. Acesso em 14 março 2015.

SUZUKI, Eico. **O pai da educação integral e o universo do judô**. Coleção Ensaio Volume 17 São Paulo: Editora do Escritor, 1986.

\_\_\_\_\_. **Meu mestre e eu – Memórias de uma faixa preta**. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.

SUZUKI, Liogi. **A história do Judô no Paraná**. Dissertação de Mestrado em Educação Física da Universidade de Ribeirão Preto (SP), 1994. Disponível em [http://www.paranajudo.org.br/cms/arquivos/repositorio/documentos/trabalho\\_do\\_Sensei\\_Suzuki.pdf](http://www.paranajudo.org.br/cms/arquivos/repositorio/documentos/trabalho_do_Sensei_Suzuki.pdf)>. Acesso em 22 janeiro 2014.

SVINTH, J. **The Evolution of Women's Judo - 1900-1945**, publicado em 2001. Disponível em: [http://ejmas.com/jalt/jaltart\\_svinth\\_0201.htm](http://ejmas.com/jalt/jaltart_svinth_0201.htm)>. Acesso em 3 dezembro 2013.

TÉCNICO japonês acusado de agredir e assediar judocas pede demissão. **Site globoesporte.com**, em 31 jan 2013. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/lutas/noticia/2013/01/tecnico-japones-acusado-de-agredir-e-assediar-judocas-pede-demissao.html>>. Acesso em 14 dezembro 2015.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed Editora, 2002

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3ª. ed. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THURSBY, K. Rena "Rusty" Kanokogi dies at 74; U.S. women's judo pioneer. **Los Angeles Times** de 24 de novembro de 2009. Disponível em:

<<http://articles.latimes.com/2009/nov/24/local/la-me-rena-kanokogi24-2009nov24>>. Acesso em 14 julho 2014.

TOTTI, Selo. **Entrevista à autora**. Em 3 nov 2015. Entrevista.

USHIDA, Rioiti. **Uruwashi: o espírito do judô**. São Paulo: Évora, 2013.

VIRGÍLIO, Stanlei. **Personagens e histórias do judô brasileiro**. Campinas, SP: Átomo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Conde Koma: O invencível yondan da história**. Campinas: Átomo, 2002.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. O império do Sol Nascente no Brasil: Entre a idealização e a realidade. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUSHI, Marcia Yumi Takeushi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010. p. 25-62.

TRAUCI FILHO, Marcio Antonio; ARAUJO. Sergio Estevam Carlos de. As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas. In: RUBIO, Katia (org). **As mulheres e o Esporte Olímpico Brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

UCHI, Marcia Yumi. O império do Sol Nascente no Brasil: Entre a idealização e a realidade. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUSHI, Marcia Yumi Takeushi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010. p. 25-62.

VALE, Renata Willian Santos do. Exposição: “Japão, Brasil: Centenário de um encontro”. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUSHI, Marcia Yumi Takeushi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010. p. 603-660.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WANDERLEY, Paulo Fernando Tenório. **O judô no Rio de Janeiro: Origem e trajetória**. Rio de Janeiro: FJERJ, 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61487416/HISTORICO-DO-JUDO-NO-RIO-DE-JANEIRO>>. Acesso em 30 outubro 2015.

WILKINS, J.; BOYLE, C. Woman who posed men to become judo champ finally gets gold – 50 years after being stripped of it. **Daily News**, e 22 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.nydailynews.com/new-york/brooklyn/woman-posed-man-judo-champ-finally-gold-50-years-stripped-article-1.398048>>. Acesso em 14 julho 2014.

ZANGRANDO, Danielle. **Relato à autora**. Em 18 ago 2015. Entrevista.



## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista Geral

Como ficou sabendo da existência do judô e como começou a praticar?

Conte como foi sua trajetória no judô

Como eram os treinamentos no início? Fazia as mesmas atividades que os homens? Nos mesmos horários? Com eles? (Caso haja diferenças) O que era diferente?

Havia competições inter e entre academias para as mulheres? Como eram realizadas? Você se interessava, participava? Quem eram as competidoras?

Como era a promoção de faixas? Quais os critérios?

Quem eram os senseis? Havia senseis mulheres? Quem? Elas treinavam quem e em quais situações?

Qual era a ordem usual do treinamento e o objetivo principal (se o randori, a parte física, a filosofia, visando os aspectos filosóficos, físicos, ou esportivos e competitivos do judô)?

Judocas de academias se conheciam e relacionavam entre si? (seja entre cidades e estados)?

Como conciliava sua vida pessoal /profissional com a de judoca?

Qual foi sua contribuição para que hoje as mulheres judocas brasileiras hoje tenham condições de treinamento e competição similares a dos homens no Brasil? Falta algo?

Acredita ter tido de superar barreiras para fazer parte do judô brasileiro? (sim/não) Por quê? Quais?

## APÊNDICE 2- MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, **Adriana Brum e André Mendes Capraro**, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estamos convidando o (a) senhor (a), praticante de judô no Brasil,

RG nº \_\_\_\_\_, a participar como entrevistado (a) para o projeto de pesquisa que visa à elaboração da dissertação de mestrado intitulada “**A História do Judô no Brasil a Partir da Memória de Mulheres Praticantes da Modalidade**”, para o Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná – UFPR, na linha de Esporte, Lazer e Sociedade.

Consideramos que há uma carência de registros sobre o judô feminino motiva este projeto de dissertação de mestrado, que pretende trazer à tona narrativas de mulheres judocas brasileiras sobre suas histórias no esporte e, por meio delas, ajudar a consolidar a memória do esporte do Brasil, sobretudo ao trazer novas informações que possam enriquecer a bibliografia histórica sobre o judô no país.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar as narrativas de algumas judocas brasileiras, sobretudo sobre como elas narram a sua própria inserção e de outras mulheres no judô do Brasil – se foi de forma engajada ou não, coletiva ou individual, com embates de gênero ou não – e como rememoram o desenvolvimento da modalidade no país

b) Caso o (a) senhor (a) aceite participar da pesquisa, será necessário a disposição de seu tempo para nos conceder um horário para uma entrevista feita pessoalmente. A princípio, nós, pesquisadores, temos a intenção em registrar a entrevista, que será semi-estruturada em um roteiro (ou seja, terá algumas perguntas feitas previamente, mas com a possibilidade de outros questionamentos,

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]  
Orientador [rubrica]



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



conforme suas respostas), em vídeo, com uma câmera filmadora e em áudio, com um gravador digital. Caso o (a) senhor (a) se sinta desconfortável com algum desses meios, pode-se abrir mão de algum deles. Anotações também serão feitas pelos entrevistadores, em bloco de notas, a mão. Caso o senhor (a) se sinta algum desconforto com algum dos equipamentos utilizados ou com algum dos questionamentos, é possível, a qualquer tempo da entrevista, solicitar que esta seja interrompida temporariamente ou permanentemente, remarcada ou suspensa. Também fica ofertada a possibilidade de, caso o (a) senhor (a) prefira não responder alguma pergunta em específico, não fazê-lo. Os pesquisadores se colocam a disposição para, a qualquer momento da execução da pesquisa, oferecer o material que está sendo produzido para consulta. Fica também ofertada a possibilidade de o (a) senhor (a) retificar e/ou justificar suas respostas, caso considere adequado, cabendo aos pesquisadores a possibilidade indicar nos registros finais dos relatos tais alterações.

c) Para tanto, o (a) senhor (a) deverá comparecer à entrevista pré-agendada conforme contato prévio feito pelos pesquisadores conforme sua preferência de horário e local. Cabe ressaltar que os custos de deslocamento do (a) participante, no caso o (a) senhor (a), são por conta do (a) próprio (a). As custas dos pesquisadores serão por conta dos mesmos. O tempo para a entrevista não é previamente estimado, mas seria interessante que pudéssemos contar com um tempo de pelo menos três horas, com períodos a combinar.

d) É possível que o (a) senhor (a) experimente algum desconforto ou incômodo com o teor de alguma pergunta, causado involuntariamente. Caso alguma, rememore a temas desagradáveis ao participante (entrevistado) ou até mesmo alguma repercussão negativa em relação ao que as respostas dadas possam gerar com a futura publicação dos artigos produzidos a partir da colaboração do (a) participante, os pesquisadores oferecem as possibilidades de acesso ao material

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]  
Orientador [rubrica]



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



produzido a partir das entrevistas, com posterior opinião e intervenção do participante e também o respeito a recusa de responder algum dos questionamentos ou interromper a entrevista, como já citado no item anterior.

e) Da mesma forma, alguns riscos da pesquisa podem ser a repercussão sobre alguma resposta, seja por algum tema controverso que tenha surgido durante a entrevista. Por isso, da mesma forma, os pesquisadores se colocam à disposição, para a qualquer momento, revisar o conteúdo das entrevistas com o participante.

f) Em contrapartida, sua participação como entrevistado (a) para este projeto possibilitará que presente estudo contribua para a melhor compreensão da formação do atual cenário do judô brasileiro, especialmente sobre a inserção da mulher no esporte, complementando a bibliografia já existente sobre o esporte. Individualmente, os (as) participantes podem ser beneficiados (as) com as pesquisas com a divulgação de suas histórias pessoais de pioneirismo no esporte, visto que o presente estudo não esconde a pretensão de valorizar suas histórias.

g) Os pesquisadores podem ser localizados da seguinte forma: a jornalista e mestrandia do programa de pós-graduação em Educação Física da UFPR Adriana Brum (telefone 41 3834-6242; e-mail [adribrum@yahoo.com.br](mailto:adribrum@yahoo.com.br)) e seu orientador, o professor Dr. André Mendes Capraro (telefone 41 9281-0910; e-mail [andrecapraro@onda.com.br](mailto:andrecapraro@onda.com.br)) ou pelo endereço: Departamento de Educação Física da UFPR, Rua Coração de Maria, 92, Campus Jardim Botânico, Cep 80.210-132, telefone (041)3360-4322. Os responsáveis por este estudo poderão ser contatados para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte deste estudo poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]  
Orientador [rubrica]





Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. A sua entrevista será gravada em áudio e vídeo.

j) O material obtido – sonoras, imagens e vídeos – será utilizado para essa pesquisa, sendo tais materiais arquivados pelos pesquisadores e poderão ser solicitados pelos (as) participantes da pesquisa a qualquer momento. Qualquer possível uso futuro do material (por exemplo, para a composição de livro), só será feita após consulta, anuência e autorização por escrito do(a) participante envolvido.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.

l) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3360-7259.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]  
Orientador [rubrica]

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 280 | 2º andar | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | comiteto.saude@ufpr.br – telefone (41) 3360-7259



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



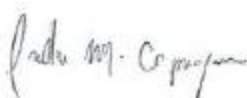
Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ li este termo de consentimento e  
compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A  
explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Entendi que sou livre para  
interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e  
sem que esta decisão acarrete qualquer prejuízo para mim. Entendi o que não posso  
fazer durante a pesquisa.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do (a) participante

  
Adriana Brum



André Mendes Capraro

Participante de Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]  
Orientador [rubrica]

## ANEXO - Medalhas de brasileiros em Jogos Olímpicos, Mundiais e Jogos Pan-Americanos

### Jogos Olímpicos

#### **1972 (Munique/GER):**

Chiaki Ishii (-93kg, bronze)

#### **1984 (Los Angeles/USA):**

Douglas Vieira (-95kg, prata)

Walter Carmona (-86kg, bronze)

Luís Onmura (-71kg, bronze)

#### **1988 (Seul/KOR):**

Aurélio Miguel (-95kg, ouro)

#### **1992 (Barcelona/ESP):**

Rogério Sampaio (-65kg, ouro)

#### **1996 (Atlanta/USA):**

Aurélio Miguel (-95kg, bronze)

Henrique Guimarães (-65kg, bronze)

### Mundiais Sênior

#### **1971 (Ludwigshafen/GER):**

Chiaki Ishii (-93kg/bronze)

#### **1979 (Paris/FRA):**

Walter Carmona (-86kg/bronze)

#### **1987 (Essen /GER):**

Aurélio Miguel (-95kg/bronze)

#### **1993 (Hamilton/CAN):**

Aurélio Miguel (-95kg/prata)

Rogério Sampaio (leve/bronze)

#### **1995 (Tóquio/JPN):**

Danielle Zangrando (-56kg/bronze)

#### **1997 (Paris/FRA):**

Aurélio Miguel (-95kg/prata)

Edinanci Silva (-72kg/bronze)

Fúlvio Myata (-60kg/bronze)

#### **1999 (Birmingham/GBR):**

Sebastian Pereira (-73kg/bronze)

#### **2003 (Osaka/JPN):**

Mario Sabino (-100kg/bronze)

Edinanci Silva (-78kg/bronze)

Carlos Honorato (-90kg/bronze)

#### **2005 (Cairo/EGY):**

João Derly (-66kg/ouro)

Luciano Corrêa (-100kg/bronze)

#### **2007 (Rio de Janeiro/BRA):**

João Derly (-66kg/ouro)

#### **2000 (Sydney/AUS):**

Tiago Camilo (-73kg, prata)

Carlos Honorato (-90kg, prata)

#### **2004 (Atenas/GRE):**

Leandro Guilherme (-73kg, bronze)

Flávio Canto (-81kg, bronze)

#### **2008 (Pequim/CHN):**

Ketleyn Quadros (-57kg, bronze)

Leandro Guilherme (-73kg, bronze)

Tiago Camilo (-81kg, bronze)

#### **2012 (Londres/GBR):**

Sarah Menezes(-48kg, ouro),

Mayra Aguiar(-78kg, bronze)

Felipe Kitadai(-60kg, bronze)

Rafael Silva(+100kg, bronze)

Tiago Camilo (-81kg/ouro)

Luciano Correa (-100kg/ouro)

João Gabriel Schilittler (+100kg/bronze)

#### **2010 (Tóquio/JPN):**

Mayra Aguiar (-78kg/prata)

Leandro Guilherme (-81kg/prata)

Leandro Cunha (-66kg/prata)

Sarah Menezes (-48kg/bronze)

#### **2011 (Paris/FRA):**

Leandro Cunha (-66kg/prata)

Rafaela Silva (57kg/prata)

Sarah Menezes (-48kg/bronze)

Leandro Guilherme (-81kg/bronze)

Mayra Aguiar (-78kg/bronze)

#### **2013 (Rio de Janeiro/BRA):**

Rafaela Silva (-57kg/ouro)

Érika Miranda (-52kg/prata)

Maria Suelen Altheman (+78kg/prata)

Rafael Silva (+100kg/prata)

Sarah Menezes (-48kg/bronze)

Mayra Aguiar (-78kg/bronze)

#### **2014(Chelyabinsk/RUS):**

Mayra Aguiar (-78kg/ouro)

Maria Suelen Altheman (+78kg/prata)

Erika Miranda (-52kg/bronze)

Rafael Silva (+100kg/bronze)

#### **2015 (Astana/CAZ):**

Érika Miranda (-52kg/bronze)

Victor Penalber (-81kg/bronze)

## **Jogos Pan-Americanos**

### **1963 (São Paulo/BRA):**

Lhofei Shiozawa (-80kg/ouro)  
Milton Lovato (-80kg/prata)  
George Medhi  
(aberta/prata)

### **1967 (Winnipeg/CAN):**

Akira Ono (-63kg/ouro)  
Takeshi Miura (-70kg/ouro)  
Lhofei Shiozawa (-80kg/prata)  
George Mehdi (aberta/bronze)

### **1975 (Cidade do México/MEX):**

Ricardo Oliveira Campos (-93kg/ouro)  
Roberto Machusso (-70kg/prata)  
Carlos Eduardo Motta (-80kg/prata)  
Luiz Shinohara (-63kg/bronze)  
Fenelon Oscar da Silva (+93kg/bronze).

### **1979 (San Juan/PUR):**

Luiz Shinohara (-60kg/ouro)  
Carlos Cunha (-78kg/ouro)  
Carlos Pacheco (-95kg/ouro)  
Oswaldo Simões (-95kg/ouro e  
+95kg/bronze)  
Luiz Onmura (-65kg/prata)  
Roberto Machusso (-71kg/bronze).  
1983 (Caracas/VEN):  
Inez Nazareth (-48kg/prata)  
Luiz Shinohara (-60kg/prata)  
Luiz Onmura (-71kg/prata)  
Aurélio Miguel (-95kg/prata)  
Federico Flexa (+95kg/prata)  
Solange Pessoa (-52kg/bronze)  
Tânia Ishii (-56kg/bronze)  
Carla Livia Duarte (-61kg/bronze)  
Soraia André (+72kg/bronze)  
Sérgio Santos (-65kg/bronze)  
Walter Carmona (-86kg/bronze)

### **1987 (Indianápolis/EUA):**

Mônica Angelucci (-48kg/ouro)  
Soraia André (-70kg/ouro)  
Sergio Pessoa (-60kg/ouro)  
Rinaldo Cagianno (-86kg/ouro)  
Aurélio Miguel (-95kg/ouro)  
Nelson Onmura (-65kg/prata)  
Luiz Onmura (-71kg/prata)  
Federico Alfredo (+95kg/prata)  
Soraya Carvalho (-61kg/bronze)  
Rosimeri Salvador (+72kg/bronze)  
Ivana Santana (aberta/bronze)  
Rogério Cherubim (aberta/bronze)

### **1991 (Havana/CUB):**

Shigueto Yamazaki (-60kg/ouro)  
Patricia Dias Bevilacqua (-52kg/prata)

Sérgio Ricardo Oliveira (-71kg/prata)  
Mônica Angelucci (-45kg/bronze)  
Maria Cristina de Souza (-48kg/bronze)  
Edilene de Andrade (+72kg/bronze)  
Soraia André (aberta/bronze)  
Sumio Tsujimoto (-56kg/bronze)  
Renato Gagnino (-78kg/bronze)  
Federico Flexa (-95kg/bronze)

### **1995 (Mar del Plata/ARG):**

José Mario Tranquillini (+95kg/ouro)  
Edilene Andrade (+72kg/prata)  
Carlos Eduardo Matt (-86kg/prata)  
Daniel Fausto Dell'Aquila (-95kg/prata)  
Andreia Berti Rodrigues (-48kg/bronze)  
Danielle Zangrando (-56kg/bronze)  
Vânia Ishii (-66kg/bronze)  
Valeria Brandino (-72kg/bronze)  
Rodolfo Yamayose (-56kg/bronze)  
Carlos Anderson Bortole (-60kg/bronze)  
Henrique Guimarães (-65kg/bronze)  
Sergio Ricardo Oliveira (-71kg/bronze)  
Flávio Canto (-78kg/bronze)

### **1999 (Winnipeg/CAN):**

Vânia Ishii (-63kg/ouro)  
Denilson Lourenço (-60kg/prata)  
Flávio Canto (-81kg/prata)  
Daniel Hernandez (+100kg/prata)  
Fabiane Hukuda (-52kg/bronze)  
Danielle Zangrando (-57kg/bronze)  
Edinanci Silva (-78kg/bronze)  
Priscila Marques (+78kg/bronze)  
Sebastião Pereira (-73kg/bronze)  
Marcelo Figueiredo (-100kg/bronze)

### **2003 (Santo Domingo/DOM):**

Luiz Camilo (-73kg/ouro)  
Flávio Canto (-81kg/ouro)  
Mário Sabino (-100kg/ouro)  
Daniel Hernandez (+100kg/ouro)  
Edinanci Silva (-78kg/ouro)  
Vânia Ishii (-78/prata)  
Fabiane Hukuda (-52kg/bronze)  
Tânia Ferreira (-57kg/bronze)  
Henrique Guimarães (-66kg/bronze)  
Carlos Honorato (-90kg/bronze)

### **2007 (Rio de Janeiro/BRA):**

Danielle Zangrando (-57kg/ouro)  
Edinanci Silva (-78kg/ouro)  
João Derly (-66kg/ouro)  
Tiago Camilo (-90kg/ouro)  
Daniela Polzin (-48kg/prata)  
Érika Miranda (-52kg/prata)  
Danielle Yuri (-63kg/prata)  
Mayra Aguiar (-70kg/prata)



Leandro Guilherme (-73kg/prata)  
João Gabriel Schlitter (+100kg/prata)  
Priscila Marques (+78kg/bronze)  
Alexandre Lee (-60kg/bronze)  
Luciano Corrêa (-100kg/bronze)

**2011 (Guadalajara/MEX):**

Felipe Kitadai (-60kg/ouro)  
Leandro Cunha (-66kg/ouro)  
Bruno Mendonça (-73kg/ouro)  
Leandro Guilherme (-81kg/ouro)  
Tiago Camilo (-90kg/ouro)  
Luciano Corrêa (-100kg/ouro)  
Érika Miranda (-52kg/prata)  
Rafaela Silva (-57kg/prata)  
Rafael Silva (+100kg/prata)  
Sarah Menezes (-48kg/bronze)  
Maria Portela (-70kg/bronze)  
Mayra Aguiar (-78kg/bronze)  
Maria Suelen Altheman (+78kg/bronze)

**2015 (Toronto/CAN):**

Érika Miranda (-52kg/ouro)  
Charles Chibana (-66kg/ouro)  
Tiago Camilo (-90kg/ouro)  
Luciano Corrêa (-100kg/ouro)  
David Moura (+100kg/ouro)  
Felipe Kitadai (-60kg/prata)  
Mayra Aguiar (-78kg/prata)  
Victor Penalber (-81kg/bronze)  
Nathália Brigida (-48kg/bronze)  
Rafaela Silva (-57kg/bronze)  
Mariana Silva (-63kg/bronze)  
Maria Portela (-70kg/bronze)  
Maria Suelen Altheman (+78kg/bronze)

Em:

<[http://www.cbj.com.br/galeria\\_de\\_campees/](http://www.cbj.com.br/galeria_de_campees/)

